

# DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

## **Organizadores**

João Cláudio Basso Pompeu

André Rego Viana

Lúis Carlos Garcia de Magalhães


Ana Paula Vasconcelos Gonçalves

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada



# DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS



## Organizadores

João Cláudio Basso Pompeu  
André Rego Viana  
Luís Carlos Garcia de Magalhães  
Ana Paula Vasconcelos Gonçalves

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

## **Governo Federal**

### **Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

# **ipea** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidenta**

Luciana Mendes Santos Servo

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Gaiger Silveira

#### **Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

#### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Cláudio Roberto Amitrano

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Aristides Monteiro Neto

#### **Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Fernanda De Negri

#### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Carlos Henrique Leite Corseuil

#### **Diretor de Estudos Internacionais**

Fábio Vêras Soares

#### **Chefe de Gabinete**

Alexandre dos Santos Cunha

#### **Coordenador-Geral de Imprensa e Comunicação Social**

Antonio Lassance

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>





# DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS



## Organizadores

João Cláudio Basso Pompeu

André Rego Viana

Lúis Carlos Garcia de Magalhães

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves

**ipea**

Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Brasília, 2023



Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas / Organizadores: João Cláudio Basso Pompeu, André Rego Viana, Luís Carlos Garcia de Magalhães, Ana Paula Vasconcelos Gonçalves. – Brasília : IPEA, 2023.

328 p. : il., gráfs.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-65-5635-064-6

1. Políticas Públicas. 2. Desenvolvimento Econômico. 3. Mudança Social. 4. Brasil. I. , João Cláudio Basso. II. Viana, André Rego. III. Magalhães, Luís Carlos Garcia de. IV. Gonçalves, Ana Paula Vasconcelos. V. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 320.60981

Ficha catalográfica elaborada por Elisangela S. G. de Macedo CRB-1/1670

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6>

Como citar:

POMPEU, João Cláudio Basso; VIANA, André Rego; MAGALHÃES, Luís Carlos Garcia de; GONÇALVES, Ana Paula Vasconcelos (org.). **Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2023. ISBN: 978-65-5635-064-6. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-064-6>

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
-------------------------	----------

## **PARTE I – CAPÍTULOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

### **CAPÍTULO 1**

<b>PERCURSOS METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL .....</b>	<b>15</b>
João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Ana Paula Vasconcelos Gonçalves Luís Carlos Garcia de Magalhães Marcela Fernanda da Paz de Souza	

### **CAPÍTULO 2**

<b>TIPOLOGIAS DE CLASSE APLICADAS À REALIDADE BRASILEIRA.....</b>	<b>39</b>
Ana Paula Vasconcelos Gonçalves Marcela Fernanda da Paz de Souza Natália Leão	

### **CAPÍTULO 3**

<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA DE CLASSES ADOTADA NA PESQUISA DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>63</b>
Luiz Rubens Câmara de Araújo Carla Rodrigues Costa de Araújo João Cláudio Basso Pompeu André Rego Viana Luís Carlos Garcia de Magalhães Ana Paula Vasconcelos Gonçalves Kolai Zagbaï Joel Yannick	

### **CAPÍTULO 4**

<b>A TIPOLOGIA OCUPACIONAL ERIKSON-GOLDTHORPE-PORTOCARERO: UMA AVALIAÇÃO ANALÍTICA E EMPÍRICA.....</b>	<b>95</b>
Flavio Carvalhaes	

## **PARTE II – APLICAÇÕES DE TIPOLOGIAS DE CLASSE**

### **CAPÍTULO 5**

FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES DE UMA TIPOLOGIA DE CLASSES PARA O BRASIL.....	124
José Alcides Figueiredo Santos	

### **CAPÍTULO 6**

CLASSE DE ORIGEM E RESULTADOS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE CONSIDERANDO O CARÁTER POSICIONAL DA ESCOLARIDADE.....	159
André Ricardo Salata	

### **CAPÍTULO 7**

INTERAÇÕES ENTRE ORIGEM DE CLASSE E RAÇA NA TRANSMISSÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL .....	203
José Alcides Figueiredo Santos	

### **CAPÍTULO 8**

DESINDUSTRIALIZAÇÃO E MUDANÇA NA ESTRUTURA DE CLASSES NO BRA- SIL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DAS PESQUISAS DOMICILIARES NO PERÍODO 2002-2015 .....	235
Luís Carlos Garcia de Magalhães João Cláudio Basso Pompeu Luiz Rubens de Câmara Araújo Ana Paula Vasconcelos Gonçalves André Rego Viana Carla Rodrigues Costa de Araújo Kolai Zagbaï Joel Yannick	

### **CAPÍTULO 9**

GRUPOS OCUPACIONAIS NA PNAD BRASIL (2002-2015): MUDANÇAS E PISTAS PARA UM MAPA DE CLASSES A PARTIR DA RENDA.....	277
André Rego Viana	

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>325</b>
-----------------------------------	------------



## INTRODUÇÃO

O tema *classes/grupos sociais* figura entre os debates que inauguram a própria disciplina da sociologia, remontando aos textos clássicos dos autores tidos como fundadores da disciplina (Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx). O desenvolvimento do capitalismo leva a que se estruture uma relação dialética entre a organização dos grupos sociais, de um lado – com a base material de sua produção, ou a forma como se dá a reprodução da vida social/econômica no mercado –, e de outro, a forma como se organizam as relações políticas entre tais grupos, bem como entre cada indivíduo que os constitui, na forma do Estado, que, por sua vez, também baliza, por meio das leis, o modo como se dão as relações de mercado de cada sociedade em uma forma nacional particular.

O mundo inteiro passa por profundas transformações, marcadas por mudança nos processos produtivos, questionamento dos direitos sociais, aumento das desigualdades e modificações na estrutura das ocupações (Breman *et al.*, 2019). Tais mudanças trazem implicações para a forma como os grupos constituintes se organizam e se veem nas relações sociais, resultam de mudanças e criam mudanças nas relações de mercado, as quais demandam alterações nas políticas públicas e nas leis que regem tais regulações, sempre em um movimento interdependente e recíproco.

No Brasil, cujo processo de constituição histórica foi marcado por desigualdades brutais, a sociologia nacional buscou entender, desde seu nascimento, as causas e consequências de uma formação capitalista retardatária e periférica. Uma das ferramentas utilizadas foi a estratificação social, que classifica os indivíduos em grupos, ou classes sociais, para analisar suas condições socioeconômicas. Há um esforço histórico, portanto, entre os pesquisadores brasileiros, de pensar tipologias de classe que sumariam nossa complexa realidade social, das quais este livro é caudatário.

Para entender as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) criou o projeto Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas. O objetivo deste projeto é propor tipologias de estruturas de classe no Brasil que possam ser úteis para a elaboração de políticas públicas, em um contexto de mudança da estrutura produtiva da economia brasileira e da estrutura ocupacional, marcada pela redução relativa da ocupação industrial e do crescimento dos serviços. A hipótese que dirige a proposta de pesquisa é que essa nova reconfiguração produtiva tem implicações para a estratificação social brasileira, com o surgimento de novas demandas de políticas sociais, em razão do surgimento de novos grupos ocupacionais ou da ampliação/redução de grupos

sociais que já existem. Ou seja, a dinâmica econômica do início do século XXI está reconfigurando a estrutura social brasileira. Nesse sentido, a aplicação da metodologia do mapeamento da estrutura de classes permite identificar essa reconfiguração da estrutura social brasileira, detectar o surgimento de demandas de políticas públicas ou possibilitar a adaptação de outras.

Desse modo, seguindo a literatura existente, optou-se pelo uso de mapas de classe baseados na estrutura ocupacional da sociedade brasileira. Diversos cientistas sociais têm utilizado os mapas de classes para trabalhar com as dimensões da desigualdade brasileira, enfocando atributos educacionais, de gênero e étnicos. Alguns deles são autores de capítulos deste livro.

Ficou claro, com o desenvolvimento da pesquisa, que a utilização de mapas de classe demanda ampliação e aprofundamento, tanto no que tange às classificações ocupacionais quanto à sua extensão temporal. A interpolação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Anual, série pré-2002, com a PNAD Contínua pós-2015 apresenta desafios técnicos e trabalho estatístico, mas esse é um trabalho premente a ser realizado no próximo período. Em estudos futuros, a incorporação de informações das Pesquisas de Orçamento Familiares, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (POFs/IBGE), e de informações agregadas das bases de dados da Receita Federal e dos Censos Demográficos poderá corrigir as lacunas de informação nos estratos de renda mais alto e também nos mais baixos.

Em janeiro de 2021, o Ipea promoveu um encontro com especialistas em estratificação social no Brasil para discutir esses temas. O encontro foi o embrião deste livro. A partir dele, pesquisadores aqui reunidos elaboraram estudos empíricos sobre estratificação social no país e estudos teóricos que discutiam metodologicamente as tipologias de classe. Importa advertir o leitor que, apesar de todos os autores utilizarem tipologias de classe baseadas em dados oriundos da posição da estrutura ocupacional no Brasil, empregaram-se diferentes tipologias neste livro, ainda que haja uma prevalência por aquela elaborada pelo professor José Alcides Figueiredo Santos (2002; 2005). Por isso, embora este livro seja uma criação coletiva, que contou com a colaboração de vinte pesquisadores, acreditamos que ele apresenta uma unidade interna que pode ser observada pelo leitor.

Este livro está dividido em duas partes. A primeira é composta por quatro capítulos e trata de aspectos teórico-metodológicos sobre estratificação social baseados em mapas de classe. A segunda parte, composta pelos últimos cinco capítulos, trata de aplicações empíricas de mapas de classe para que se possam entender diferentes dimensões da sociedade brasileira, como a escolaridade, o *gap* racial, o fenômeno da desindustrialização e a evolução da diferença de renda, observada no período 2002-2015, entre diferentes grupos sociais.

O capítulo 1, escrito por João Cláudio Basso Pompeu, André Rego Viana, Ana Paula Vasconcelos Gonçalves, Luís Carlos Garcia de Magalhães e Marcela Fernanda da Paz de Souza e denominado *Percursos metodológicos dos estudos sobre estratificação social no Brasil*, serve como uma introdução aos demais capítulos teóricos-metodológicos do livro. Nele se advoga que os estudos sobre estratificação social no Brasil apresentam três formas de captação dos dados empíricos: ensaios histórico-estruturais baseados em análises bibliográficas; pesquisas empíricas e observações etnográficas das condições de vida e opiniões das classes sociais; e tipologias de classe feitas com base em dados de ocupação das posições de trabalho. O capítulo se concentra nas duas primeiras formas de captação, posto que os demais capítulos do livro se concentram exclusivamente em estudos baseados em tipologias de classe.

Diante disso, o capítulo 2, intitulado *Tipologias de classe aplicadas à realidade brasileira*, escrito por Ana Paula Vasconcelos Gonçalves, Marcela Fernanda da Paz de Souza e Natália Leão, tem como objetivo compilar as distintas tipologias de classe usadas no Brasil nos estudos recentes de estratificação e mobilidade social sob a ótica da sociologia. Essa é uma contribuição metodológica para a área, pois este estudo busca ampliar o entendimento dos pesquisadores sobre como as desigualdades sociais vêm sendo mensuradas a partir das categorias socioeconômicas, sócio-ocupacionais e espaciais.

O capítulo 3 intitula-se *Procedimentos metodológicos utilizados para a construção da tipologia de classes adotada na pesquisa Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas*. Este capítulo foi escrito por Luiz Rubens Câmara de Araújo, Carla Rodrigues Costa de Araújo, João Cláudio Basso Pompeu, André Rego Viana, Luís Carlos Garcia de Magalhães, Ana Paula Vasconcelos Gonçalves e Kolai Zagbaï Joel Yannick e apresenta um resumo dos procedimentos metodológicos aplicados aos microdados da PNAD Anual, para a identificação das tipologias de estruturas de classe proposta por Santos (2005).

Encerrando a primeira parte do livro, o capítulo 4, intitulado *A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero: uma avaliação analítica e empírica*, é o único capítulo não inédito deste livro. Publicado originalmente na revista *Sociedade e Estado*,<sup>1</sup> este capítulo, escrito por Flavio Carvalhaes, avalia empiricamente a proposta de operacionalização do conceito de classe mais prevalente na literatura, conhecida como a proposta EGP. Motivado por questionamentos contemporâneos que têm sido críticos a análises que recorrem ao conceito de classe como dimensão heurísticamente interessante, o esforço se concentra em uma validação da proposta conceitual. Por meio da utilização de uma técnica estatística, sensível ao padrão dos dados – a análise de classes latentes –, verificamos o padrão de associação da tipologia com aspectos relevantes do mercado de trabalho brasileiro. Os resultados sugerem uma série de restrições à proposta avaliada. Isso indica a necessidade de sociólogos e outros pesquisadores interessados no

---

1. Carvalhaes, F. A. de O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015.



trabalho com o conceito de classe estarem sensíveis para as particularidades impostas pelo contexto brasileiro, que colocam limites não triviais à sua validação empírica.

A segunda parte do livro apresenta aplicações empíricas das tipologias de classe no Brasil. O capítulo 5, denominado *Fundamentos e aplicações de uma tipologia de classes para o Brasil* e elaborado por José Alcides Figueiredo Santos, apresenta uma tipologia de classes construída para o Brasil e mostra seu potencial de aplicação na análise de desigualdades de renda, saúde e mobilidade social com o uso de bases de dados oficiais do país. O capítulo discute os modelos causais de classe aplicáveis a levantamentos de dados e trata da fundamentação teórica, do delineamento e da mensuração do esquema de classes que procura refletir as especificidades em particular da base da estrutura social do país. São fundamentados teoricamente e caracterizados o topo social de posições de classe privilegiadas, os controladores de ativos de menor valor, a classe trabalhadora assalariada e a ampla base de posições destituídas de ativos. No nível descritivo, é retratada a composição e associação de classe com fatores e resultados relevantes. Modelos estatísticos são usados para demonstrar os efeitos de origem de classe no destino social e as relações entre classe social e desigualdade de saúde no Brasil. À luz de evidências empíricas atualizadas, o capítulo reafirma a relevância da tipologia para monitorar mudanças na estrutura social, elucidar os condicionantes que afetam o estado social do país e avaliar o impacto de políticas sociais e econômicas nos diferentes grupos sociais.

O capítulo 6, intitulado *Classe de origem e resultados educacionais: uma análise considerando o caráter posicional da escolaridade*, escrito por André Ricardo Salata, trata da relação entre origem de classe e resultados educacionais em um contexto de expansão do sistema de ensino. O objetivo principal da análise é verificar se a crescente escolarização da população brasileira, ao longo das últimas décadas, foi capaz de enfraquecer a relação entre origem social e escolaridade alcançada. Diferentemente de outros estudos que já realizaram investigações semelhantes para o Brasil, e em consonância com parte da bibliografia internacional, o autor utilizou medidas relativas de escolaridade, que refletem a distribuição da educação entre a população e/ou seu valor no mercado de trabalho. A análise empírica se guia pela comparação dos resultados de modelos estatísticos que utilizam medidas absolutas e relativas de escolaridade para mensurar os efeitos da classe de origem sobre os resultados educacionais. Tais modelos são aplicados a dados coletados em 1982, 1996 e 2014, para indivíduos com idade entre 28 e 41 anos, conformando três coortes distintas. Os dados são oriundos da PNAD/IBGE, e foram analisados por meio de modelos lineares (OLS) e não lineares (*logit*-ordinais). Os resultados corroboram a hipótese de que, ao adotar medidas relativas de educação, chegamos a estimativas menos otimistas acerca da capacidade de a expansão educacional reduzir o efeito da origem de classe sobre a escolaridade alcançada.

O capítulo 7, intitulado *Interações entre origem de classe e raça na transmissão das desigualdades no Brasil* e escrito por José Alcides Figueiredo Santos, investiga os efeitos da origem de classe no destino social, condicionais ao grupo racial, que se manifestam na transmissão intergeracional das desigualdades no Brasil. Nesta perspectiva, o estudo aborda a associação total e direta entre origem de classe e renda dos filhos, as mudanças nos efeitos entre as coortes de nascimento, a associação direta por níveis educacionais e a evolução dos retornos da educação por origem, raça e coorte. São usados os dados de mobilidade social da PNAD 2014, e os efeitos de origem foram estimados com modelo linear generalizado em termos de médias preditas e diferenças proporcionais na renda dos filhos. O efeito total da origem de classe se impõe em ambos os grupos raciais, no agregado das coortes, porém as vantagens de origem ensejam mais benefícios para o grupo branco e as desvantagens de origens geram mais ônus para o grupo pardo e preto. Na passagem para a coorte mais recente, os efeitos total e direto da origem no topo social, em relação à base social, revelam diferenças raciais incertas nas vantagens de origem de classe. A educação superior completa não age como uma força equalizadora do efeito da origem privilegiada. A origem no topo social provê, além disso, uma vantagem compensatória ao proteger a renda de quem fracassa na escola. Estes padrões ocorrem em ambos os grupos raciais. Por fim, os retornos da educação superior completa para a origem no topo social, na coorte mais recente, favorecem o grupo pardo e preto, devido particularmente à queda dos retornos no grupo branco. O estudo mostra que os modos como classe e raça se combinam e interagem afetam a dimensão e mesmo a direção ou significado dos resultados.

Escrito por Luís Carlos Garcia de Magalhães, João Cláudio Basso Pompeu, Luiz Rubens de Câmara Araújo, Ana Paula Vasconcelos Gonçalves, André Rego Viana, Carla Rodrigues Costa de Araújo e Kolai Zagbaï Joel Yannick e intitulado *Desindustrialização e mudança na estrutura de classes no Brasil: evidências a partir das pesquisas domiciliares no período 2002-2015*, o capítulo 8 trata dos efeitos da desindustrialização – entendida como a perda da participação do emprego e do valor adicionado da manufatura no produto interno bruto (PIB) – da economia brasileira na estrutura de classes das ocupações diretamente ligada ao setor industrial. Isso é feito a partir da adaptação do mapa de classe proposto originalmente em Santos (2002). A construção desse mapa de classes, cuja operacionalização empírica é apresentada no capítulo 3 deste livro, possibilitou avaliar as alterações das participações relativas dos indivíduos classificados nas localizações de classe com ocupação diretamente ligada à indústria, quais sejam: i) gerentes; ii) supervisores, trabalhadores especializados e qualificados; e iii) trabalhadores típicos e elementares. Adicionalmente, é avaliada a trajetória da participação relativa dos indivíduos proprietários de ativos produtivos e que empregam trabalhadores, portanto classificados como capitalistas industriais. É analisado preliminarmente, por meio de um modelo de regressão simples, a relação entre a participação relativa

de cada classe com ocupação na indústria e o indicador  *sintético*  de desindustrialização, medido pelo valor adicionado manufatureiro (VAM) a preços constantes. As evidências obtidas sugerem que a desindustrialização afetou, mesmo que de forma diferenciada, a estrutura de classes da indústria brasileira, inclusive com o encolhimento da participação relativa dos capitalistas industriais em relação ao total de capitalistas, entre 2002 e 2015. A redução relativa da participação do emprego só não se verificou na localização de classes de *gerentes*, nesse período.

O capítulo 9, denominado  *Grupos ocupacionais na PNAD Brasil (2002-2015): mudanças e pistas para um mapa de classes a partir da renda* , de André Rego Viana, busca retomar, ampliar e aprofundar a apresentação e problematização dos dados obtidos no projeto do Ipea intitulado  *Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas* , mostrando de que forma os dados que vêm sendo trabalhados nesse projeto indicam como mudanças na participação da renda entre os diversos grupos socioeconômicos – e em decorrência das classes sociais por estes compostas – podem ajudar a explicar a trajetória política recente do país. Em resumo, a ideia é a de que o pacto desenvolvimentista e a coalizão social que apoiou o reformismo fraco do Partido dos Trabalhadores na presidência, particularmente a partir do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram erodidos – embora não somente por essa causa – pelo acirramento do conflito distributivo na estrutura de classes da sociedade brasileira, o que contribuiu para o ressurgimento, na boa expressão de Magalhães (2015), de um pacto antidistributivista no país. Essa hipótese, que merece estudos mais aprofundados, ajudaria a explicar determinados fenômenos sociais e políticos, após o impedimento da presidente Dilma Rousseff, presentes hoje no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BREMAN, J.  *et al.*  (Ed.).  **The social question in the twenty-first century: a global view** . Berkeley: University of California Press, 2019. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9780520972483/html>. Acesso em: 14 fev. 2023.

MAGALHÃES, L. C. G. de.  **Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil** . Brasília: Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, 2015.

SANTOS, J. A. F.  **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda** . Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil.  **Revista Brasileira de Ciências Sociais** , v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.





## PARTE I

### Capítulos teórico-metodológicos





## PERCURSOS METODOLÓGICOS DOS ESTUDOS SOBRE ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

João Cláudio Basso Pompeu<sup>1</sup>

André Rego Viana<sup>2</sup>

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves<sup>3</sup>

Luís Carlos Garcia de Magalhães<sup>4</sup>

Marcela Fernanda da Paz de Souza<sup>5</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo faz uma revisão, que não se pretende exaustiva, da literatura sobre classe social na sociologia brasileira, em especial no que diz respeito às conceituações que fundamentam o tratamento empírico das análises de estratificação baseadas em classe social. Existem balanços relevantes acerca da produção da literatura sociológica brasileira sobre estratificação social publicados nos últimos anos (Scalon e Santos, 2010; Guimarães, 1999; Ribeiro e Carvalhaes, 2020). Este capítulo não tem a intenção de fazer mais uma revisão da literatura sobre o tema. Seu objetivo é ilustrar as formas de captação de material empírico da literatura sobre estratificação das classes em ciências sociais, no caso brasileiro. Por formas de captação queremos avaliar as métricas conceituais com que os autores aqui tratados operam a realidade empírica que fundamenta os seus achados e investigações concernentes à estratificação de classes sociais no Brasil.

A hipótese que dirige este texto é que os estudos sobre estratificação social no Brasil utilizam três formas de captação do material empírico nas pesquisas sociológicas: i) análises histórico-estruturais baseadas em levantamento documental e complementadas por revisão bibliográfica; ii) pesquisas empíricas e estudos monográficos das

---

1. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos de Instituições, do Estado e da Democracia no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: joao.pompeu@ipea.gov.br.

2. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: andre.viana@ipea.gov.br.

3. Professora adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail*: anapaulavg@ufmg.com.br.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Diest/Ipea. *E-mail*: luis.magalhaes@ipea.gov.br.

5. Professora adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais e líder do grupo de pesquisa Comunicação e Equidade. *E-mail*: marcela.souza@uemg.br.

condições de vida e opiniões das classes sociais;<sup>6</sup> e iii) tipologias de classe feitas através de análises empíricas e quantitativas embasadas em pesquisas periódicas realizadas por organismos públicos de pesquisa – Censo Demográfico, Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), Pesquisas de Orçamento Familiar (POFs), Censo Agropecuário, notadamente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste texto, são examinadas exclusivamente as duas primeiras formas de captação do material empírico sobre os estudos de classes sociais no Brasil. O próximo capítulo deste livro tratará especificamente do modelo de tipologia de classe baseado em pesquisas periódicas. Os demais, a partir de modelos de tipologias de classe, analisam diferentes dimensões da sociedade brasileira relevantes para políticas públicas.

Os estudos sociológicos atuais podem ser classificados como herdeiros dessas três formas de tratamento da realidade empírica explicitadas acima. Tais modelos de tratamento foram pensados de acordo com a proposta dos tipos ideais weberianos (Weber, 1999). Buscou-se criar um instrumento analítico, com o objetivo de simplificar e sumarizar as pesquisas abordadas neste capítulo. Além disso, o mesmo estudo pode ser enquadrado em mais de uma categoria, posto que qualquer trabalho sociológico minimamente relevante forçosamente realiza uma revisão bibliográfica do seu tema.

Vale ressaltar que a opção por uma dessas formas em determinado trabalho analisado neste capítulo não implica o perecimento dos demais tipos de abordagem do problema da estratificação social no Brasil, que convivem e se integram. Como vai se evidenciar neste texto, vários ensaios histórico-estruturais foram elaborados na mesma década em que os estudos monográficos começaram a ser realizados.

Uma vez mais, vale advertir que não temos a pretensão de esgotar toda a literatura sociológica brasileira referente a classes sociais, tarefa muito além das nossas possibilidades. Este capítulo tem a intenção de ser ilustrativo, e não exaustivo. Optamos por analisar estudos considerados referências importantes no campo da sociologia brasileira. Dessa maneira, são comentados aqui alguns trabalhos de pesquisadores reconhecidos pela excelência e contribuição para o desenvolvimento do campo da estratificação social no Brasil que utilizam as formas de captação do material empírico descritas anteriormente. Vários outros trabalhos, também muito relevantes, poderiam ser citados como exemplos, mas não foram levados em conta em razão do espaço e porque sua abordagem já foi contemplada nos estudos aqui considerados.

Conforme observamos anteriormente, o fato de um autor utilizar uma das formas de captação dos dados empíricos não implica, obviamente, que toda a sua obra pertença a essa categoria. Tendo em vista que a captação de informações

---

6. Inicialmente havíamos denominado essas análises como estudos etnográficos. Alertados pelo professor José Alcides Figueiredo Santos de que na verdade a caracterização mais correta seria de estudos monográficos que utilizavam entrevistas e *surveys*, fizemos a modificação. Agradecemos ao professor José Alcides pelo alerta.

adquire diferentes formatos e métodos na sociologia, nada impede que o mesmo autor transite de um método para o outro. Os autores transitam pelos três modelos.<sup>7</sup>

Além desta introdução, este capítulo é composto por mais três seções. A seção 2 trata do modelo histórico-estrutural; a seção 3 se concentra no modelo monográfico. Na seção 4, desenvolvem-se reflexões teóricas com base nos modelos apresentados e são tecidas algumas considerações finais.

Outra vez alertamos que o capítulo vai se centrar nos dois primeiros modelos de captação do material empírico. O próximo capítulo vai tratar mais especificamente do modelo das tipologias de classe que foram propostos pelas ciências sociais brasileiras. Os demais capítulos vão ser baseados em um modelo empírico quantitativo baseado em métodos estatísticos.

## 2 ENSAIOS HISTÓRICO-ESTRUTURAIS

A sociologia enquanto ciência nasceu como uma tentativa de interpretar as mudanças sociais provocadas pelo surgimento e desenvolvimento do capitalismo. A pretensão de analisar a sociedade por intermédio de um método científico é fruto do iluminismo e uma pretensão do século XIX. Embora não seja possível, nem desejável, eliminar toda a subjetividade, examinar a sociedade cientificamente implica um esforço em despir-se de preconceitos, de pré-julgamentos – ou pelo menos explicitá-los na análise –, e identificar os fundamentos das relações sociais. Um desses fundamentos é a constituição de estamentos e classes sociais e sua evolução histórica. Assim, estamentos e classes sociais são conceitos basilares na sociologia. A classe social, entre outros determinantes, está ligada às chances de vida que são típicas para o indivíduo.

Os fundadores da sociologia escreveram ensaios histórico-estruturais que marcaram profundamente a prática sociológica e serviram de base para os autores que pensaram o fenômeno no Brasil. Citemos a seguir alguns textos canônicos. Karl Marx, com *O capital*, apresenta a evolução histórica do capitalismo, na qual apenas duas classes sociais teriam relevância. No entanto, em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* e em *As lutas de classes na França*, descreve um contexto no qual várias classes e frações de classes sociais se digladiam e onde o Estado tem um papel fundamental (Marx, 1988; 2012). Max Weber, com *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, e Émile Durkheim, com a obra *Divisão do trabalho social*, desenvolvem estudos sociológicos de processos que se desenrolaram ao longo de séculos (Weber, 2016; Durkheim, 2015). Nesses livros, os autores investigam a

---

7. Conforme se observará neste capítulo, a título de exemplo, Fernando Henrique Cardoso escreveu *A escravidão no Brasil Meridional*, que é claramente um estudo histórico-estrutural, e, poucos anos depois, escreveu *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, um estudo monográfico. Florestan Fernandes escreveu *A revolução burguesa no Brasil – ensaio histórico-estrutural* – e *A integração do negro na sociedade de classes* –, estudo monográfico. Juarez Brandão Lopes escreveu tanto estudos histórico-estruturais como análises monográficas. Adalberto Cardoso escreveu ensaios histórico-estruturais e tipologias de classe baseados em levantamentos estatísticos.



formação histórica das sociedades capitalistas. O estabelecimento das relações capitalistas de (re)produção social no marxismo, a formação do espírito do capitalismo fortemente influenciado pela ética protestante na vertente weberiana e a divisão do trabalho na visão durkheimiana constituem o núcleo duro que alicerça o pensamento sociológico.<sup>8</sup>

Tais obras tiveram influência profunda, principalmente numa fase de consolidação da disciplina no Brasil. Os ensaios histórico-estruturais focalizados neste capítulo têm tradição no país, sendo precursoras as clássicas análises de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, na década de 1930, *Casa-grande e senzala e Raízes do Brasil* (Freyre, 1933; Holanda, 1999). Além disso, cabe citar o livro *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro, publicado na década de 1950 (Faoro, 2000). Para os fins deste capítulo, vamos nos concentrar na sociologia acadêmica da Universidade de São Paulo (USP), do final dos anos 1950 e da década de 1960, em virtude de sua grande influência nas décadas posteriores.

Vários trabalhos histórico-estruturais sobre a sociedade brasileira, considerados clássicos, foram escritos nas décadas de 1960 e 1970. Os sociólogos brasileiros, ao se defrontarem com a sua realidade, analisavam uma configuração histórica diferente daquela que balizou os clássicos europeus. Partiam de uma sociedade periférica, inserida no processo de desenvolvimento capitalista retardatário, que se encaixou na divisão mundial de trabalho como produtora de insumos e com relações sociais de produção calcadas na escravidão até o final do século XIX – o que, se de um lado foi funcional no processo de acumulação, de outro deixou profundas marcas na cultura e na sociedade (Fragoso e Florentino, 2001).

Analisando o século XIX, esses autores mostram essa contradição basilar da sociedade brasileira fundada na escravidão, e a conseqüente desvalorização do trabalho. O problema central de como transformar a população que saía da escravidão em trabalhadores em um mercado capitalista até hoje tem reflexos no país. A sociedade que muitos deles descrevem é marcada pela submissão pessoal. Era uma sociedade em que laços pessoais valiam mais do que relações de trabalho.

A sociologia brasileira, até os anos 1960, foi fortemente marcada pelo modelo histórico-estrutural. Os estudos da época enfatizavam a formação de uma sociedade capitalista forjada nos espólios da escravidão,<sup>9</sup> assim como de uma estrutura socioeconômica subdesenvolvida, periférica e dependente. O Brasil do século XIX

---

8. No século XX, grandes ensaios histórico-estruturais foram escritos, a exemplo do livro *O processo civilizador*, de Norbert Elias (1990), no qual o autor descreve a emergência do autocontrole das pulsões, ocasionada por pressões sociais cada vez mais pronunciadas que ocorrem durante a Idade Média e a Idade Moderna.

9. A classificação de um autor em um desses tipos não implica, obviamente, que toda a sua obra pertença a essa categoria. Os autores transitam nos dois modelos de análise. Fernando Henrique Cardoso escreveu *A escravidão no Brasil Meridional*, que é um claramente um estudo histórico-estrutural, e, poucos anos depois, escreveu *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, que é um estudo monográfico. Florestan Fernandes escreveu *A revolução burguesa no Brasil – ensaio histórico-estrutural –*, e *A integração do negro na sociedade de classes –*, estudo monográfico.



era um país essencialmente produtor de *commodities*, em especial o café, fruto do trabalho escravo. A indústria era incipiente e a estratificação social se baseava em castas e estamentos, e não em classes sociais. Neste contexto, se explica o destaque conferido à raça na análise de parte destes autores. Eles reconhecem a pouca inserção do negro na sociedade de classes.

Dessa lavra analítica saíram textos considerados referências que inspiram a produção sociológica até hoje. Podemos citar, como exemplo, *A escravidão no Brasil Meridional*, tese de doutoramento de Fernando Henrique Cardoso, apresentada em 1962 e publicada em 1972, resultado de um programa de pesquisa coordenado por Florestan Fernandes entre os anos de 1955 e 1960, no qual se buscava entender as relações raciais no Brasil. Para tanto, foram feitas pesquisas nos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. O livro é o resultado de uma ampla revisão bibliográfica e consulta a material empírico sobre a escravocracia no Rio Grande do Sul (Cardoso, 1991).<sup>10</sup>

O autor sustenta que a economia escravocrata rio-grandense, baseada na produção de charque para o mercado brasileiro, não reunia condições de competir com a dos países do Prata, cuja economia, que fazia uso de força de trabalho livre assalariada, tinha produtividade maior, o que diminuía os custos. O sistema escravocrata não permitia a consolidação do capitalismo no Brasil. O negro escravo era considerado coisa, ou seja, propriedade do grande produtor,<sup>11</sup> sendo a violência a forma privilegiada de relação entre senhor e escravo. Com a abolição, o negro é lançado no mundo livre. Cardoso diz explicitamente que o Brasil era uma sociedade estamental a caminho de sua transformação em uma sociedade de classes.

Outro livro que analisa a sociedade brasileira no século XIX é *Homens livres na ordem escravocrata*, tese de doutoramento de Maria Sylvia Carvalho Franco, apresentada em 1964 e publicada em 1969 (Franco, 1997). Esta obra é embasada em fontes manuscritas de documentos da cidade de Guaratinguetá, em São Paulo;<sup>12</sup> em uma revisão bibliográfica sobre a história do Brasil e de Portugal; e na leitura de algumas poucas obras gerais, entre as quais se destacam textos de Marx e Weber (Franco, 1997).

O livro em questão trata dos tipos sociais do século XIX: o tropeiro, o fazendeiro, o posseiro, o servidor da administração pública. Todas as relações sociais

---

10. Foi consultada uma bibliografia geral sobre metodologia das ciências, bibliografia sobre sistemas sociais globais, livros de interpretação sociológica, etnológica e histórica sobre a escravidão e os negros; livros sobre a história do Brasil; livros sobre a história do Rio Grande do Sul; livros sobre o negro no Rio Grande do Sul; documentos da época, análises de jornais e memórias de viajantes.

11. Chalhoub (2011), em um livro que fala das táticas de busca pela emancipação de escravos urbanos no Rio de Janeiro, faz uma crítica contundente à concepção de escravo-coisa proposta por Cardoso.

12. Por exemplo, foram consultadas atas da Câmara Municipal; correspondência da Câmara Municipal; inventários e testamentos de 1835 a 1899; processos criminais de 1835 a 1899; fontes impressas do século XIX, como relatos de viagens e artigos de jornais da época; relatórios do Ministério da Fazenda do Império.

travadas pelos homens livres na ordem escravocrata seriam relações pessoais, não se constituindo o contrato impessoal. Esses tipos humanos constituiriam ainda estamentos. Salta aos olhos a sociabilidade violenta que caracterizaria o Brasil no século XIX, e que deixa suas marcas até o presente.<sup>13</sup> A violência apareceria como a grande forma de resolução de conflitos neste mundo em que o laço pessoal é o fundamento da ordem. A sociedade escravocrata seria uma sociedade onde as classes sociais ainda não se teriam constituído.

Florestan Fernandes fez importantes estudos histórico-estruturais sobre o problema da estratificação de classes no Brasil. De um modo esquemático, pode-se dizer que as duas obras mais importantes desse autor focalizam os atores sociais mais importantes da sociedade capitalista brasileira: *A integração do negro na sociedade de classes* (Fernandes, 1978), dedicada ao estudo da população negra (base da classe trabalhadora brasileira); e *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2020), uma análise sobre a formação da burguesia brasileira.<sup>14</sup>

O primeiro livro é dividido em duas partes. Na primeira, intitulada *O legado da raça branca*, é feita uma reconstituição histórica das barreiras enfrentadas pelos negros recém-saídos da escravidão para inserção no mercado de trabalho em São Paulo, centro dinâmico do capitalismo brasileiro no final do século XIX e início do século XX. Na segunda parte, intitulada *No limiar de uma nova era*, são analisados os movimentos sociais negros que emergem no século XX (Fernandes, 1978). Este livro poderia ser considerado tanto um ensaio histórico-estrutural como uma descrição monográfica.

Por seu turno, *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2020) é um grande ensaio histórico-estrutural embasado totalmente em revisão bibliográfica de obras sociológicas e históricas. O livro descreve como as forças sociais e econômicas impulsionaram a criação de uma mentalidade e racionalidade capitalista no Brasil, apesar da resistência conservadora dos grandes fazendeiros do café.<sup>15</sup> A partir da Independência, que origina uma nova situação política, marcada por uma relativa autonomia política do governo brasileiro, configura-se uma situação em que os interesses econômicos dos grandes fazendeiros do café se baseiam na manutenção da situação econômica anterior à nova situação de dependência, o que o autor

13. Sociabilidade violenta é um conceito criado por Luis Antonio Machado da Silva e que foi apropriado por Adalberto Cardoso (2020b). Segundo Cardoso, a sociedade brasileira desde o século XIX se caracteriza pela violência física e simbólica. As altas taxas de homicídio e acidentes de trânsito, bem como o racismo, a homofobia e o preconceito de classe seriam indicadores dessa sociabilidade violenta.

14. Publicada em 1965, *A integração do negro na sociedade de classes* foi originalmente a tese de cátedra de Florestan Fernandes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Do mesmo autor, também merecem menção *Branços e negros em São Paulo*, escrito em parceria com Roger Bastide (Bastide e Fernandes, 2008); e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, livro publicado no final da década de 1960 que reúne uma série de artigos nos quais o autor analisa a sociedade brasileira (Fernandes, 1968).

15. A biografia de Mauá ilustra bem as dificuldades enfrentadas pelos poucos empresários movidos por uma mentalidade empreendedora no século XIX e seu malogro devido à resistência de uma sociedade conservadora (Caldeira, 2003).

chama de *neocolonialismo*. Ao mesmo tempo, no mundo todo, as ideias que impulsionam o capitalismo entram em conflito com a mentalidade desses grandes senhores de terra. Nesse contexto, a revolução de 1930 simbolizaria a vitória do setor industrial, portador de uma mentalidade moderna, sobre os grandes latifundiários, que representariam o atraso e a resistência de uma sociedade estamental e antiempreendedora.<sup>16</sup>

Todavia, a consolidação da ordem social competitiva não teria ocorrido de forma dinâmica e integradora das massas excluídas e pobres, diferentemente do que se verificara na Europa e nos Estados Unidos. Portanto, a constituição de uma sociedade de classes não se teria realizado na forma de revoluções burguesas análogas às dos países desenvolvidos. Nesse sentido, as relações entre classes e estamentos continuariam a conviver de modo simultâneo no aparelho de Estado e na dominação política, o que impediria a construção de um capitalismo que incorporasse a grande parcela da população no mercado de consumo e na cidadania política. Essa seria a dimensão central da ordem competitiva do capitalismo dependente no caso brasileiro: a reprodução contínua da não inclusão econômica, social, política e cultural de parcela expressiva da população. A estratificação em classes sociais não perde sua relevância teórica e alcance explicativo empírico; no entanto, trata-se de aplicá-la a uma formação capitalista específica marcada pela dependência. É nesses termos que a análise da estratificação de classes sociais – conceito e método que não pode ser abandonado pela sociologia crítica – deve ser conduzida no caso da formação do capitalismo brasileiro.

Alguns anos antes de *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes publicara uma importante pesquisa sobre o problema da conceituação das classes sociais e seu alcance interpretativo para as formações socioeconômicas da América Latina: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (Fernandes, 1975). Nesse trabalho, o autor expõe de maneira mais sistemática a questão teórica e metodológica do uso do conceito de classes sociais para a análise da realidade concreta do capitalismo dependente, apresentando três variações em níveis distintos: “i) as bases perceptivas e cognitivas que moldam as atitudes e os comportamentos; ii) os conteúdos e orientações de consciência e de relação de classe; e iii) da diferenciação, articulação e oposição das classes sociais entre si” (Fernandes, 1975, p. 39).

Desse modo, a expansão do capitalismo nos países da América Latina teria atingido proporções suficientes para determinar a estratificação das classes sociais como o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária desses países. Entretanto, qualifica o autor, a expansão do capitalismo teria acontecido de forma variável,

---

16. Salta aos olhos, neste ensaio, a ausência do negro e do proletário na análise do autor. Pode-se dizer que *A integração do negro na sociedade de classes* fala dos elementos mais desprivilegiados da sociedade brasileira, ao passo que *A revolução burguesa no Brasil* trata do outro polo da sociedade.

determinada por condicionantes internos e externos que inibiram as funções diferenciadoras, classificatórias e estratificadoras do mercado na estruturação da sociedade de classes nessas nações (Fernandes, 1975, p. 39). É neste registro de leitura que a estratificação de classes sociais se constitui como um aparato imprescindível para analisar e interpretar as sociedades e suas dinâmicas no capitalismo dependente.

Os trabalhos de Francisco de Oliveira também podem ser classificados como histórico-estruturais (Oliveira, 1977; 1993; 2003; 2008). Embora, num primeiro momento, se pense em *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco* (Oliveira, 2003), onde o autor aplica, na análise, seu entendimento particular de como se estruturam as relações sociais que combinam o moderno e o arcaico na sociedade brasileira, não é nestes textos que Oliveira estabelece sua leitura de mundo. Para tanto, é necessário se debruçar sobre os ensaios seminais contidos em *A economia da dependência imperfeita* (Oliveira, 1977) ou no exercício de análise histórico-concreta representado por *Noiva da revolução* e *Elegia para uma re(li)gião* (Oliveira, 2008), ambos publicados originalmente em 1977, e, portanto, elaborados no “exílio” do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), para entender o método pelo qual a crítica à razão dualista pôde vir à luz. Por muitos anos professor da cadeira de estratificação e classes sociais na USP, Oliveira pende à interpretação marxista do processo de constituição das classes sociais,<sup>17</sup> mas o faz sempre de forma criativa, incorporando elementos relevantes de Weber, Thompson e outros autores. Como apontado por seu amigo Roberto Schwarz na introdução de *O ornitorrinco*, Chico de Oliveira é um mestre da dialética (Oliveira, 2003). Em suas análises, os atores sociais se (con)fundem com as classes históricas concretas que representam; são *personas* no sentido marxista do termo, representam forças sociais, e forças sociais que se afirmam no movimento dialético, só existindo em movimento e em relação às demais, no embate concreto que os (re)define como representantes de suas classes sociais, também elas em processo constante de reificação. Oliveira, contudo, não se limita ao arsenal de *O 18 de brumário* (Marx, 1988); também o Estado e seus atores – a tecnoburocracia – são entendidos como componentes da forma específica de desenvolvimento capitalista engendrada no país. Estado e atores nunca devem ser vistos como neutros, pois seriam gestores do fundo público sempre em disputa – na ditadura ou na democracia –, o qual, num movimento virtuoso, pode se ver convertido em *antivalor* (Oliveira, 1993).<sup>18</sup>

A obra de Darcy Ribeiro também é enquadrável dentro desta perspectiva, pois a distribuição de classes sociais é tematizada em vários de seus estudos.

17. “A boca torta pelo cachimbo”, como brincava com seus alunos (reminiscência pessoal de um dos autores, orientando de Chico de Oliveira).

18. O antivalor, conforme proposto pelo autor, pode ser entendido como a parte do fundo público que é utilizada pelo Estado para a reprodução da força de trabalho mediante os gastos sociais e a constituição do Estado de bem-estar, criando um salário indireto para os trabalhadores e beneficiando, desse modo, ainda que também indiretamente, os detentores do capital (Oliveira, 1993).

Em linhas gerais, no livro *O povo brasileiro* (Ribeiro, 1995), há uma categorização simples sobre a formação do nosso povo, a saber: indígenas, que sempre estiveram no território; europeus, no papel de colonizadores; e escravos africanos, que constituíram a principal força de trabalho por um longo período da história do país.

Por sua vez, a estratificação social no Brasil, nos períodos colonial e pós-colonial, pode ser vista na obra do autor pela distribuição da população entre marginalizados, oprimidos, latifundiários e capitalistas. Ao modificarem a estrutura do sistema produtivo interno, as classes dominantes, amiúde voltadas para os interesses das metrópoles, consolidam um processo gerador da hostilidade a uma grande parte da população, analogamente ao que ocorreu na colonização portuguesa (Ribeiro, 1978). Isto contribuiria para manter, ou até mesmo aumentar, a quantidade de indivíduos oprimidos e marginalizados.

Conforme Ribeiro, com o passar do tempo, as classes dominantes deixaram de estar atreladas somente ao setor primário, passando a ter influência no setor secundário, que ganhava forma no início do século XX. Assim, pode-se dizer que estas classes se modernizaram para manter seus interesses, privilégios e poder adquiridos em um Brasil agrário.

Outra contribuição importante é a distinção, no setor patronal, do corpo oligárquico e do corpo moderno. A oligarquia brasileira englobaria as formas sobreviventes da classe dominante colonial em sua versão contemporânea. Dessa maneira, os senhores de engenho e mineradores do século XIX seriam atualmente representados por latifundiários, usineiros, exploradores de indústrias extrativas, podendo ser considerados o corpo moderno do setor patronal. No decorrer de quatro séculos, estes teriam permanecido com o poder fundado na propriedade da terra e em uma contínua e maçante exploração da mão de obra (Ribeiro, 1978).

Haveria também a classe intermediária, na qual se distinguiriam dois setores principais. Um grupo crescente de comerciantes, industriais e empresários agrícolas, bem como, na camada dos profissionais liberais, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, que conquistaram prestígio e certo poder, constituindo paulatinamente a base de onde se seleciona o patriciado político e tecnocrático civil. Em outro percurso, o aumento dos cargos do serviço público (civil e militar) e dos empregados burocráticos de empresas médias e grandes teria gerado uma camada com relativo prestígio, de influência crescente, do setor terciário. Esta classe agiria como atenuador ou agravador das tensões sociais e, paradoxalmente, ora desempenharia um papel revolucionário, ora de manutenção da ordem instituída (Ribeiro, 1978).

Na estratificação do período escravocrata colonial, havia os trabalhadores livres em posições profissionais mais baixas, que, na estratificação do Brasil atual, teriam apresentado uma modificação notória. Estes trabalhadores continuaram a vender

sua força de trabalho para subsistir e, por isso, segundo Darcy Ribeiro, deveriam ser chamados proletários do sistema. Por seu turno, os marginalizados seriam, na realidade, a classe oprimida da estrutura social, embora não tenham – e dificilmente venham a construir – uma consciência de si correspondente a esta condição. Sua visão do mundo seria uma mistura de arcaísmo, proveniente de antigas tradições orais hauridas no campo, e de modernidade, elaborada à luz de imagens difundidas pelos hodiernos meios de comunicação. Sua visão de si seria a de uma pobre gente que vegeta em um mundo discricionário, onde um Deus arbitrário luta contra demônios que não podem ser domados (Ribeiro, 1983, p. 98).

Darcy Ribeiro contribuiu decisivamente para a compreensão da formação de classe no Brasil. Em seus estudos, o pesquisador procurava deixar claras a necessidade da ruptura com a ordem vigente mantenedora do *status quo* da classe dominante e as barreiras enfrentadas pelos dominados, como a falta de uma consciência de si.

Outro autor importante é Leôncio Martins Rodrigues. Seu livro *Trabalhadores, sindicatos e industrialização* faz uma revisão bibliográfica da relação entre sindicatos, política e industrialização, comparando a criação e expansão dos sindicatos na Europa com o que ocorreu no Brasil (Rodrigues, 1974). Os sindicatos nos países europeus tiveram uma base operária e industrial muito forte, relacionando-se com a criação de partidos socialistas, criando-os ou lhes dando apoio (apesar de o autor ressaltar que, na década de 1970, quando ele escreveu o livro, este laço já não era mais tão automático). Nos Estados Unidos e nos países da América do Sul, isto não aconteceu, pois a proporção de trabalhadores vinculados à indústria foi menor do que nos países europeus. Nos países sul-americanos, os trabalhadores se identificaram mais com governos populistas e autoritários (por exemplo, Perón na Argentina e Vargas no Brasil), e deram apoio reduzido aos partidos socialistas. Antecipando temas discutidos até hoje, o autor assevera que, nas sociedades atuais, a expansão do consumo de massa, a crescente urbanização e o domínio dos meios de comunicação levam a processos em que a identidade de classe fica prejudicada.

Além dessas grandes obras de referência, outros autores se concentram em temas mais específicos sobre a formação de classes. Pensamos aqui em importantes obras que relacionam a classe média e a política. A tese de doutorado de Decio Saes, intitulada *Classe média e sistema político no Brasil* (Saes, 1985),<sup>19</sup> é totalmente fundamentada em revisão bibliográfica. Trata da atuação política da classe média, da Proclamação da República ao final dos anos 1960. O livro originado da tese se divide em três partes, focalizando os seguintes períodos: a Primeira República; o Estado Novo até o golpe; e o período pós-1964. Saes identifica três momentos econômicos que coincidiriam com o momento político: o domínio da economia

---

19. Este livro foi publicado em 1985, mas é uma versão modificada da tese de doutorado do autor, apresentada em 1974, na Universidade de Paris X.



cafeeira, a consolidação da industrialização e a hegemonia do capitalismo monopolista. No esquema do autor, a Primeira República teria significado o domínio das oligarquias agrárias; o período iniciado em 1930, a emergência do capital industrial; e o golpe de 1964, a vitória do capital monopolista. O Estado tem um papel decisivo em cada uma destas etapas, defendendo os interesses oligárquicos na Primeira República; arbitrando os conflitos durante o período populista; e sufocando as manifestações políticas da classe trabalhadora (e das classes médias) na ditadura pós-1964. Neste cenário, o estudo faz uma reconstituição histórica de como as classes médias conquistaram o direito à política, o exerceram e, com o golpe militar de 1964, o perderam (Saes, 1985).

O autor distingue diferentes posturas políticas da classe média e diferentes ideologias. Não haveria uma classe média unificada, mas diferentes camadas médias, com distintos interesses, ocupações típicas, prestígio social diferenciado e posicionamentos políticos diversos. Na Primeira República, as classes médias tradicionais, formadas por profissionais liberais e administradores públicos oriundos da “aristocracia empobrecida”, eram aliadas e subordinadas às oligarquias. Um segmento das baixas classes médias, formado por pequenos servidores públicos de baixo escalão, bancários e funcionários de escritório, constituiria o primeiro embrião de resistência antioligárquica. Pelo fato de essas camadas não participarem diretamente do processo de produção de mercadorias, encaravam o Estado como o agente ao qual deveriam dirigir suas aspirações (Saes, 1985).

O segundo período analisado é denominado de Estado populista, e vai de 1930 até 1964. O Estado Novo representaria a ascensão de uma postura industrializadora no país. Para o autor, isso teria sido uma vitória das baixas classes médias. O Estado populista seria um agente de equilíbrio do sistema social que procuraria atender às necessidades da burguesia industrial nascente e da aristocracia cafeeira tradicional, ao mesmo tempo que estimularia e subordinaria a classe trabalhadora. Neste cenário, ameaçada pela eclosão desses novos atores sociais, a classe média tradicional e as novas camadas que se integraram à cena, como os profissionais técnicos e gerentes de empresas, se colocariam como antipopulistas; ao passo que as baixas classes médias, juntamente com o operariado, constituiriam a sua base social de apoio. O golpe de 1964 teria representado a vitória do capital monopolista (Saes, 1985).<sup>20</sup>

Contrastando com essa visão já a partir do título (muito parecido com o do livro de Décio Saes, e abrangendo um período posterior), o recente livro de Adalberto Cardoso se chama *Classes médias e política no Brasil: 1922-2016* (Cardoso, 2020a).

---

20. Num registro tão resumido deste livro, optamos por deixar de lado as interessantes análises que o autor faz sobre importantes movimentos sociais do período, como o tenentismo dos anos 1920, o integralismo dos anos 1920-1930, o nacionalismo dos anos 1950 e a mobilização dos bancários na década de 1960.

Crítica a postura de Saes, segundo a qual as classes médias não teriam um projeto político próprio. O livro é baseado em pesquisas de opinião realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), a partir dos anos 1940, e pelo instituto Datafolha, em períodos mais recentes, que captaram as tendências políticas das classes médias. O autor distingue três estratos da classe média: a classe média alta, a classe média “média” e a classe média baixa. O primeiro estrato seria composto por gerentes e profissionais liberais e técnicos altamente qualificados; o segundo, por professores, profissionais médios e técnicos em geral; o terceiro, por assalariados e empregados menos qualificados. Essas classes, em especial, as classes médias altas e classes médias “médias” buscariam estratégias de fechamento de suas posições, a fim de evitar a integração de membros de outras classes às suas hostes.

Segundo o autor, a classe média brasileira estaria dividida entre duas posições: uma denominada de *liberalismo autoritário* e outra de *desenvolvimentismo com inclusão social*. A primeira posição sempre teria sido majoritária entre as classes médias e defendido historicamente posições conservadoras e contrárias à inclusão social dos pobres. Para Cardoso, as classes médias ligadas a esta posição teriam liderado movimentos políticos importantes no Brasil (apoio ao golpe de 1964, *impeachments* de Fernando Collor e Dilma Roussef, jornadas de junho de 2013). O segundo movimento representaria importante parcela da classe média, mas, ainda assim, seria minoritário, ligado à esquerda, tendo sido importante para a defesa da democracia e a luta contra a ditadura. O movimento estudantil seria uma das manifestações desta segunda posição da classe média. Por essa razão, o autor defende a posição de que a classe média não seria um ator unificado. Na verdade, existiriam classes médias (no plural), compostas por atores sociais com diferentes interesses econômicos e distintas posições políticas.<sup>21</sup>

Os livros analisados nesta seção são exemplos de trabalhos realizados com rigor sociológico, mas também podem ser entendidos como estudos históricos aprofundados. Por tratarem de objetos históricos, não havia a possibilidade de utilização de técnicas de pesquisa que colhessem a informação diretamente dos sujeitos investigados. Por isso, os estudiosos recorreram a referências bibliográficas e a memórias de viajantes, livros, documentos históricos, atas, processos criminais, para entender as opiniões e mentalidades das classes sociais dos períodos analisados.

Todas essas obras seguem o estilo de ensaios histórico-estruturais. Analisam a evolução da sociedade brasileira de um ponto de vista amplo, ao longo de décadas e séculos. Ao lado destes ensaios histórico-estruturais, também foram desenvolvidos o que nós denominamos de “estudos monográficos sobre a condição de classe”, objeto da próxima seção deste capítulo.

---

21. Além deste livro analisado, cabe citar o ilustrativo artigo do autor sobre as opiniões das classes médias no Brasil atual (Cardoso e Prêteceille, 2021).

### 3 MODELO MONOGRÁFICO

Na década de 1960, também foram produzidos trabalhos de campo significativos nos quais os sociólogos buscavam compreender as classes sociais não mais apenas por meio de fontes documentais e referências bibliográficas, mas também do contato direto com os sujeitos investigados. Nesse período, começaram a ser aplicados questionários, realizadas entrevistas e a busca para se entender a condição de classe, especialmente as condições da vida operária. Um marco nesse sentido foi a criação do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho, em 1962, coordenado por Fernando Henrique Cardoso, que teve apoio financeiro de empresários industriais. Os pesquisadores deste centro realizaram estudos em indústrias nos quais se investigou a mentalidade empresarial e a condição operária. Foram empreendidas análises que se situam na fronteira entre a sociologia das classes sociais e a sociologia do trabalho, campo que também ganha corpo e se afirma nesse período.

Utilizando-se técnicas de entrevista e aplicação de *surveys*, investigaram-se as condições de vida e as opiniões das classes sociais. Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes fizeram pesquisas em indústrias, entrevistando principalmente os operários. Fernando Henrique Cardoso realizou sua pesquisa sobre os empresários industriais que se tornaria sua tese de livre-docência na USP.

Fernando Henrique Cardoso elaborou um estudo sobre os empresários industriais paulistas na década de 1960 (Cardoso, 2020). O livro critica os esquemas abstratos de análise sobre o desenvolvimento empregados na época, que enfatizavam os fatores econômicos, sem referência aos agentes sociais relevantes, ou enfatizavam os atores sem analisar o contexto político e as relações estruturais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Segundo uma das vertentes criticadas pelo autor, tudo se passava como se, para atingir o desenvolvimento, as sociedades tradicionais tivessem de cumprir as mesmas fases das sociedades capitalistas avançadas. Segundo a outra vertente, os agentes econômicos (empresários industriais, no caso) seriam os grandes dinamizadores desse processo.

Criticando os dois esquemas abstratos, Cardoso (2020) pesquisou os empresários industriais, buscando descobrir como eles de fato agiam. Na pesquisa, foi analisada uma *survey* aplicada em 288 indústrias da Grande São Paulo, e realizadas 82 entrevistas com industriais nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Blumenau.

O livro pode ser entendido como um teste da hipótese de que todos os países devem passar pelos mesmos estágios. Segundo o autor, o empresário moderno, nos países desenvolvidos, caracteriza-se pela constante inovação, em busca de maior lucro. Além disso, cada vez mais o empresário tem de se transformar num ator político. Ele tem de se dirigir ao Estado, constituir *lobbies*, inaugurar organizações empresariais que defendam os interesses da classe. Essas características estão

ausentes no empresariado brasileiro. A pesquisa identifica o caráter dependente do industrial brasileiro, que acreditava que o desenvolvimento do capitalismo nacional estava fortemente associado e dependente do capitalismo dos países mais desenvolvidos – especialmente os Estados Unidos. Nossos empresários não teriam um projeto de nação, não teriam um projeto comum de desenvolvimento; não teriam, em suma, consciência de classe. Eles agiriam de forma atomizada e individual. As indústrias brasileiras ainda apresentariam um componente familiar muito pronunciado, apesar de, nas grandes empresas, já se notar a modernização administrativa (Cardoso, 2020).

Navegando na outra ponta dos estudos, os livros de Leôncio Martins Rodrigues (1970) e Juarez Brandão Lopes (1962) investigaram a condição de vida operária industrial na década de 1960. Os autores registraram as opiniões dos trabalhadores e suas histórias de vida; investigaram suas origens, a relação entre os empregados sem qualificação e os de maior qualificação, suas orientações políticas, suas relações com os sindicatos.

O estudo pioneiro de Rodrigues (1970) mostra as atitudes e orientações de operários de uma grande indústria automotiva estrangeira em São Paulo na década de 1960. Foram aplicados questionários para 86 trabalhadores dessa indústria, a maioria dos quais era de origem rural, tinha baixa escolaridade e associava a entrada na fábrica a uma melhoria das condições de vida. Os operários mais qualificados recebiam salários superiores, tendiam a se identificar mais com a empresa, sentiam mais satisfação no trabalho e eram mais estáveis que os não qualificados. O operário menos qualificado apoiava a ditadura, entendida como um governo forte que se contrapunha aos ricos e aos políticos tradicionais, e que beneficiava os trabalhadores. Esse operário não se identificava como classe, vendo-se como o povo pobre, ao mesmo tempo que encarava os empresários não como uma classe a que ele se opunha, mas como “os ricos”.

Juarez Rubens Brandão Lopes realizou um estudo em uma fábrica de médio porte em São Paulo e em duas empresas têxteis no interior de Minas Gerais (Lopes, 1962). Em São Paulo, observou-se a dificuldade de ajustamento de trabalhadores vindos do meio rural à situação de fábrica. Estes indivíduos assumiam os postos de menor qualificação. Conclui-se que os operários tinham pouca qualificação formal, com exceção dos que operavam máquinas especializadas (mas que eram minoritários e procuravam se distinguir dos demais). Os operários mais qualificados recebiam salários maiores, tinham maior poder de barganha e se identificavam ainda menos com os sindicatos.

Em contraponto à situação da fábrica de São Paulo, nas indústrias têxteis do interior de Minas Gerais, Lopes (1967) identifica a manutenção de normas tradicionais nas cidades onde se localizavam estas indústrias. Os laços pessoais que ligavam

patrões e empregados reproduziam os laços pessoais da sociedade preexistente. A exigência de maior qualificação, no entanto, forçava os empresários a aumentar a produtividade operária e enfraquecia paulatinamente esses laços pessoais. A criação dos sindicatos era outro fator que desestabilizava a ordem tradicional. Neste livro, o autor investiga um Brasil “arcaico” que se modernizava.

Esses estudos chegam a conclusões similares. Apontam para a pouca atuação dos sindicatos, que apresentavam um papel meramente assistencialista, e concluem que os operários não se identificavam como uma classe social. Não haveria ação coletiva. Mesmo quando entravam em greve, os trabalhadores teriam um comportamento passivo, meramente seguindo as orientações do sindicato, organização com a qual tinham parca identificação (Lopes, 1962; Rodrigues, 1970; 1974).<sup>22</sup>

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, Leôncio Martins Rodrigues revisou essas conclusões. Em dois livros, elaborou estudos sobre as duas maiores confederações sindicais – a Central Única de Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT) –, através da aplicação de questionários. Esses estudos foram realizados nos congressos das confederações e analisam o perfil dos delegados, verificando escolaridade, tempo de militância, perfil ideológico, idade, gênero e experiência sindical. O autor concluiu que a CUT era uma central mais ideológica, que privilegiava a luta política dos trabalhadores, ao passo que a CNT fora criada como reação a essa postura, assumindo uma posição mais pragmática e aberta à negociação com os empregadores (Rodrigues, 2009; Rodrigues e Cardoso, 2009). Ao contrário dos estudos de décadas antes, o autor caracteriza, naquele momento, uma classe trabalhadora bem mais mobilizada, ciente dos seus direitos e do seu papel político.

Se Rodrigues e Lopes captam um momento, o estudo de José Sérgio Leite Lopes está interessado no processo histórico de constituição da classe operária (Lopes, 1988). A sua tese de doutorado, intitulada *A tecelagem dos conflitos de classe na Cidade das Chaminés*, fala sobre os operários da fábrica de tecidos em Paulista, Pernambuco, constituindo-se em um notável exemplo de livro que combina a observação monográfica com a descrição histórica. A empresa, que foi a maior do Brasil na década de 1950, criou a cidade de Paulista, na Região Metropolitana de Recife, e exercia uma dominação quase total sobre os operários. O autor procede a uma reconstituição histórica da empresa, desde a sua fundação, no início do século XX, até os anos 1980. No processo, mostra as lutas operárias contra essa dominação. O autor fez um trabalho de campo nos anos de 1976, 1977, 1978, 1980 e 1980, tendo entrevistado 110 pessoas e escrito as histórias de vida que o ilustram (Lopes, 1988). Este livro é

---

22. Contraindo-se a estas conclusões, a sociologia do trabalho contemporânea assume uma posição oposta. Para essa vertente, os sindicatos até 1988 eram fortes e realmente faziam o trabalhador fabril se ver como classe. Até por isso teriam ocorrido grandes greves na ditadura, com muitos apoiadores. No ABC, os trabalhadores também se viam enquanto classe (Ramalho, 1989; Rodrigues, 1997; 2019; Rodrigues e Ramalho, 2007).

mais um notável exemplo de integração de análise monográfica (utilizando muitas técnicas de etnografia) com pesquisa histórico-estrutural.

O modelo monográfico serviu de base para vários livros importantes. Em publicação mais recente, Ruy Braga vai contra a noção de que o precariado brasileiro é um acidente do capitalismo contemporâneo, sustentando, ao contrário, que essa camada social é parte constitutiva e necessária do sistema capitalista (Braga, 2012).<sup>23</sup>

O livro está dividido em duas partes. Na primeira, apesar de reconhecer a importância dos estudos pioneiros de Leôncio Martins Rodrigues e Juarez Rubens Brandão Lopes, Braga critica as conclusões desses pesquisadores. Apoiado em farta revisão bibliográfica, sustenta que Rodrigues e Lopes estavam fortemente influenciados pela teoria da modernização, segundo a qual os operários vindos de uma tradição rural seriam incapazes de uma ação coletiva. Braga afirma que nas próprias obras é possível verificar a emergência de uma consciência de classe e de formas de resistência desses operários industriais ao capital.

Na segunda parte, o autor faz um estudo monográfico, entrevistando trabalhadores de duas grandes empresas de *telemarketing*, em sua maioria jovens, com baixa qualificação e alta rotatividade de emprego. Ele registra padrões de resistência à dominação do capital e busca identificar o embrião de uma posição classista em uma empresa que desestimula a organização autônoma dos seus empregados. É interessante notar que, enquanto os sociólogos da segunda metade do século XX estudam a indústria, vista como o grande motor do desenvolvimento do país, Braga opta por uma grande empresa do setor de serviços que emprega mais de 60 mil trabalhadores. A opção explícita do autor é de investigar as condições laborais nas novas formas de empresas flexíveis, terceirizadas e marcadas pela financeirização do trabalho.

Outra vertente dos estudos baseados em coletas de opiniões é a que reforça os aspectos culturais da formação de classe. Influenciado por Pierre Bourdieu, especialmente pelo livro *A distinção* (2006), publicado na França no início dos anos 1980, o modelo cultural salienta as classes sociais como grupos que deteriam diferentes tipos de capital, sendo o capital econômico, o capital cultural e o capital social os mais significativos. Haveria um jogo de distinção entre as classes, no qual as classes superiores buscariam se diferenciar das demais.<sup>24</sup>

---

23. O termo *precariado* foi popularizado por Guy Standing (2011). Refere-se ao surgimento de grandes camadas de trabalhadores, nos países centrais, que têm seus direitos trabalhistas cada vez mais atacados. Apesar do sucesso do termo, outros autores contestam o seu uso, alegando que, fora desses países desenvolvidos, a precariedade sempre foi a norma, e que a melhoria de vida das classes trabalhadoras no século XX, no período dos trinta anos gloriosos (1945-1975), talvez seja a exceção, e não a regra, no desenvolvimento do capitalismo (Munck, 2019).

24. Esses estudos influenciam sociólogos de outros países, a exemplo do trabalho de Mike Savage (2015), no qual, a partir de uma *survey* realizada na Inglaterra em 2010, o autor reconhece a existência de seis classes sociais. Segundo o estudo, a grande polarização existente atualmente ocorre entre os ricos e o precariado. A classe trabalhadora e as classes médias teriam se aproximado culturalmente e hoje compartilham valores e gostos.



No Brasil, esse modelo bourdieuano teve grande influência, notadamente na obra de Jessé de Souza, que construiu um modelo de quatro classes: os ricos, a classe média, os batalhadores e a ralé (Souza, 2009; 2012; 2018). Estudos foram feitos com base em pesquisas coordenadas pelo autor, nas quais, por meio de entrevistas e observações, foram construídas histórias de vida e as visões de mundo desses atores sociais.<sup>25</sup> Apesar do conteúdo marcadamente ideológico dos últimos textos de Jessé Souza, a tipologia proposta por ele contribui com o avanço do trabalho sociológico.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tratou de duas das três formas de captação do material empírico para a análise da estratificação da sociedade brasileira: os ensaios histórico-estruturais e as análises monográficas. A partir do final da década de 1970, começam a ser produzidos trabalhos que caracterizam as classes sociais através das ocupações, baseados em pesquisas amostrais e censitárias, formando tipologias de classe.

As análises constantes deste capítulo introdutório tiveram um caráter esquemático e simplificado. Afinal, tratou-se de resumir, em poucos parágrafos, estudos sociológicos densos, que tiveram profunda influência nas ciências sociais brasileiras. No entanto, cremos haver captado o âmago desses trabalhos. Esses estudos partem de grandes construções teóricas – os ensaios histórico-estruturais –, avançam em análises empíricas, e, como se pretende mostrar nos demais capítulos deste livro, deságuam em análises que lançam mão de dados que começaram a ser coletados sistematicamente nos anos 1960 e possibilitaram a construção de séries históricas. Eles refletem os contextos em que foram produzidos. Os ensaios histórico-estruturais foram realizados em uma época na qual a sociologia brasileira estava se consolidando e contava com poucos recursos financeiros para o seu desenvolvimento. Os estudos monográficos, que apareceram num segundo período, só foram produzidos quando os cientistas sociais conseguiram financiamentos para suas pesquisas, posto que estas eram mais onerosas. Por fim, as tipologias de classe só puderam ser realizadas após o começo das pesquisas amostrais periódicas, a partir do final dos anos 1960.

Cada uma dessas formas de captação do material empírico tem diferentes objetivos. Os ensaios histórico-estruturais, produzidos desde a década de 1930, são a forma mais antiga de estudos sobre estratificação no Brasil. Buscam fornecer um quadro objetivo das relações de classe e da situação da sociedade brasileira de um ponto de vista histórico. Por seu turno, os estudos monográficos começaram a ser realizados nos

---

25. As análises de Souza foram feitas ao longo de sua trajetória acadêmica nas duas primeiras décadas do século XXI. Em seu período como presidente do Ipea, Jessé de Souza criou o projeto Radiografia do Brasil Moderno, por meio do qual foram feitas mais de seiscentas entrevistas em profundidade com representantes dessas quatro classes sociais, nos últimos meses de 2015 e primeiros meses de 2016. Trata-se da mais abrangente pesquisa no Brasil sobre esse tema, disponível para toda a comunidade acadêmica, mas infelizmente ainda pouco explorada.

anos 1960. Em contraste com os ensaios histórico-estruturais, preocupam-se com a percepção de mundo das diferentes classes sociais em relação à política e à economia, sua inserção no mundo laboral, seus valores e sua atuação política.

A partir da análise feita neste capítulo, pode-se indagar: que sociedade emerge desses dois estilos de captação da sociedade? É possível compreender o Brasil com a leitura dos autores elencados neste capítulo? Cremos que sim.

Max Weber distingue três formas de estratificação social: classe, estamento e partido. A classe seria a forma privilegiada nas sociedades capitalistas; o estamento, na sociedade feudal (o partido não é bem definido por Weber como forma de estratificação social). Além disso, há menção à casta (que é uma forma de estratificação da sociedade indiana). A partir da leitura dos sociólogos brasileiros, cabe perguntar se, caso Weber tivesse vivido no Brasil do século XIX, não veria uma outra forma de estratificação: a raça. Ao escravo foi negada a condição humana. Ele não é pessoa, mas propriedade. As outras camadas sociais não poderiam ser definidas como classe. Em Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, os temas da raça e da classe estão entrelaçados. A herança escravocrata marca a sociedade brasileira no século XX. Os sociólogos brasileiros tentam enquadrar o Brasil nos modelos herdados pela sociologia europeia. Percebendo a inadequação, ressaltam a importância da raça para a compreensão da realidade brasileira; não conseguem, no entanto, romper com o modelo de compreensão europeu, ou ao menos complementá-lo.

Nos dois estilos de captação de dados empíricos, há uma tentativa de interpretar a sociedade brasileira. Nos primeiros estudos, o tema que mais transparece é a incompletude da nossa sociedade. No século XIX, o Brasil era uma sociedade estamental.<sup>26</sup> O Brasil tem um legado escravista que o amaldiçoa. O negro liberto vai percorrer um longo caminho até se constituir como classe. Enfrenta uma barreira formada por uma sociedade que não está preparada para encará-lo como cidadão detentor de direitos.

No que concerne à população destituída que não era escrava, todo esforço da sociologia é para encontrar um modo de definir esses grupos sociais formalmente livres, mas que sabem que dificilmente vão sobreviver se não criarem laços de dependência pessoal com os poderosos na época – fazendeiros, em geral (Franco, 1997). Eles estão subjugados por relações pessoais, nas quais fica evidente a sua dependência em relação às camadas estamentais mais poderosas.

---

26. Termo usado explicitamente, por exemplo, no livro *A escravidão do Brasil Meridional* (Cardoso, 1991), e por Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2020).

Os conflitos de classe que eclodem na Europa no início do século XIX só vão aparecer no Brasil no início do século XX, quando uma indústria incipiente começa a se formar. Neste cenário, o negro entraria “no fim da fila”. Os empresários prefeririam os imigrantes europeus, ou os nacionais brancos e pobres. Os negros, com poucas décadas de emancipação, seriam então condenados a uma situação de subcidadania não declarada (Fernandes, 2020; Ianni, 1966).

Assim, evidencia-se que um grande tema dos autores do modelo histórico-estrutural dos anos 1960-1970 é a constituição das classes sociais no Brasil. Na mesma década, os autores do modelo monográfico apontavam como o operário industrial tinha origem rural, não confiava no sindicato, não se identificava com os demais trabalhadores. Esta interpretação é questionada por especialistas em sociologia do trabalho, os quais, em obras mais recentes, sustentam que a emergência da classe social como ator importante pode ser observada ainda na década de 1960.

Por fim, convém mencionar o terceiro tipo de captação do material empírico sobre classes sociais, denominado aqui como *tipologias de classe*. Estas começaram a ser elaboradas a partir das pesquisas periódicas que se iniciaram nos anos 1960, mas cujos primeiros resultados só começaram a vir à luz no final da década de 1970, a partir da influência de sociólogos neoweberianos e neomarxistas. Elas se preocupam em estabelecer correlações entre a posição de classe e outras variáveis, como escolaridade, renda, gênero e etnia. Como importantes representantes desta vertente, podem ser citados os trabalhos pioneiros de Carlos Halsenborg e de Nelson do Valle Silva, que começaram a produzi-los na década de 1970. Num período mais recente, cabe destacar as importantes contribuições de Carlos Ribeiro, Maria Cecília Scalon, Adalberto Cardoso e, em especial, José Alcides Figueiredo Santos, autor de dois capítulos deste livro (Hasenbalg, 1979; Silva, 1979; Silva e Hasenbalg, 1992; Scalon, 1999; Pastore e Silva, 2000; Santos, 2002; 2005; Santos e Ribeiro, 2016; Ribeiro, 2007; 2009; Cardoso e Préteceille, 2021).

Esta terceira forma de captação do material empírico será objeto dos próximos capítulos deste livro.

O próximo capítulo vai ilustrar este modelo, com trabalhos desenvolvidos no Brasil. Os demais vão tratar de análises empíricas e quantitativas com base em informações coletadas em pesquisas periódicas empreendidas por entidades oficiais.

As tipologias de classe que são tema deste livro vêm produzindo pesquisas muito instigantes, como demonstram os demais capítulos. Pensamos, no entanto, que seria muito interessante uma análise que combinasse esses diferentes enfoques. Esta é uma tarefa desafiadora, que requer o uso da imaginação sociológica, mas cuja realização já é possível.

## REFERÊNCIAS

- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Editora Global, 2008.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.
- BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CALDEIRA, J. **Mauá: um empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CARDOSO, A. **Classes médias e política no Brasil: 1922-2016**. São Paulo: FGV, 2020a.
- CARDOSO, A. **À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo**. Rio de Janeiro: Amazon, 2020b.
- CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. **Classes médias no Brasil: estrutura, mobilidade social e ação política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2021.
- CARDOSO, F. H. **A escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2020.
- CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Ed. Globo; Publifolha, 2000.
- FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2020.

- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1933.
- GUIMARÃES, A. S. A. Classes sociais. *In*: MICELI, S. *et al.* (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**: sociologia. São Paulo: Sumaré; Anpocs; Brasília: Capes, 1999. v. 2, p. 13-56.
- HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- LOPES, J. R. B. **Sociedade industrial no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.
- LOPES, J. R. B. **Crise no Brasil arcaico**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- LOPES, J. S. L. **A tecelagem dos conflitos sociais na Cidade das Chaminés**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Ed. UnB; MCT/CNPq, 1988.
- MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Nova Fronteira, 1988.
- MARX, K. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MUNCK, R. The labor question and dependent capitalism: the case of Latin America. *In*: BRENAN, J. *et al.* (Ed.). **The social question in the twenty-first century**: a global view. Oakland: University of California Press, 2019. p. 116-132.
- OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1993.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, F. de. **Noiva da revolução; elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste – planejamento e conflitos de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PASTORE, J.; SILVA, N. do V. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000.

- RAMALHO, J. R. **Estado-patrão e a luta operária**: o caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.
- RIBEIRO, C. A. C. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 92, p. 1-46, 2020.
- RIBEIRO, D. **Os brasileiros**: 1 – teoria do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.
- RIBEIRO, D. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Petrópolis: Vozes, 1983.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT (1983 a 1993). São Paulo: Scritta/Fapesp, 1997.
- RODRIGUES, I. J. (Org.). **Trabalho e ação coletiva no Brasil**: contradições, impasses, perspectivas (1978-2018). São Paulo: Annablume, 2019.
- RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. (Org.). **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos**: comparações entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense. São Paulo: Annablume, 2007.
- RODRIGUES, L. M. **Industrialização e atitudes operárias**: estudo de um grupo de trabalhadores. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- RODRIGUES, L. M. **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
- RODRIGUES, L. M. **CUT**: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vvw5c/pdf/rodrigues-9788579820243.pdf>
- RODRIGUES, L. M.; CARDOSO, A. M. **Força sindical**: uma análise sociopolítica. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/qmncm/pdf/rodrigues-9788579820205.pdf>.
- SAES, D. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.



SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SANTOS, J. A. F.; RIBEIRO, L.V. F. Emprego, estratificação e desigualdade. **Estudos Avançados**, n. 30, v. 87, p. 89-102, 2016.

SAVAGE, M. (Ed.). **Social class in the 21th century**. Londres: Pelican, 2015.

SCALON, C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Iuperj; Revam, 1999.

SCALON, C.; SANTOS, J. A. F. Desigualdades, classes e estratificação social. *In*: MARTINS, J. S.; MARTINS, H. H. T. S. (Coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia**. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 40-58.

SILVA, N. do V. As duas faces da mobilidade. **Dados**, n. 21, p. 49-67, 1979.

SILVA, N. do V.; HASENBALG, C. A. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

SOUZA, J. (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SOUZA, J. (Org.). **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SOUZA, J. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

STANDING, G. (Ed.). **The precariat: the new dangerous class**. Londres: Bloomsbury, 2011.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. *In*: COHN, G. (Org.). **Max Weber: sociologia**. São Paulo: Ática, 1999. p. 79-127.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SANTOS, J. A. F. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de *status* social. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. São Paulo: Campus, 2010.



## TIPOLOGIAS DE CLASSE APLICADAS À REALIDADE BRASILEIRA

Ana Paula Vasconcelos Gonçalves<sup>1</sup>  
Marcela Fernanda da Paz de Souza<sup>2</sup>  
Natália Leão<sup>3</sup>

*A cada formação econômica social corresponde uma estratificação social e que, mesmo dentro dessa própria formação, em etapas diferentes de sua cristalização, variam as classes sociais.<sup>4</sup>*

### 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é marcado por desigualdades e há diferentes formas de tentar entender suas causas e suas consequências. Uma das possibilidades é fazer isso a partir da estratificação social, que classifica os indivíduos em grupos, ou classes sociais, para analisar suas condições socioeconômicas. A separação dos grupos sociais pode ser pensada com base em distintas características, por exemplo, renda, raça, escolaridade e ocupação.

A divisão das classes sociais está intimamente ligada à divisão social do trabalho. Na concepção marxista, as relações sociais estão imbricadas com o trabalho, por isso a exploração e a opressão são aspectos fundamentais para explicar as classes e seus conflitos. Assim, a posição de um indivíduo em dada classe está relacionada com sua posição no processo de produção capitalista (Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, 2003; Medeiros, 2004).

A visão weberiana sobre o tema não se restringe somente ao critério econômico, pois Weber afirma que as relações de poder e de prestígio também agregam os indivíduos em classes. No campo das desigualdades ocupacionais, as classes estão relacionadas com o nível de apropriação dos meios de produção pela capacidade de consumo e pela qualificação de serviço. Por exemplo, se o indivíduo ou o grupo têm a posse de algum meio de produção, quais são as suas condições financeiras para o consumo de bens e serviços e o quanto pode investir em suas qualificações para o mercado de trabalho (Weber, 1991; Quintaneiro, Barbosa e Oliveira, 2003).

---

1. Professora adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: anapaulavg@ufmg.br.

2. Professora adjunta da Universidade do Estado de Minas Gerais e líder do grupo de pesquisa Comunicação e Equidade. E-mail: marcela.souza@uemg.br.

3. Diretora de dados na *Gênero e Número*. E-mail: natalia.leao@generonumero.media.

4. Ribeiro (1978, p. 65).

Durkheim parte de uma concepção em que há dominância do coletivo sobre o indivíduo, e isso se reflete na concepção de classe. Em sua percepção, a divisão do trabalho também leva em consideração os valores da sociedade, fato que foi explorado pelo autor no livro *Da divisão do trabalho social* (Durkheim, 1991). Assim, diferentes classes sociais têm mais ou menos prestígio em função das profissões que são mais valorizadas na sociedade (Medeiros, 2004), e os indivíduos se sentem pertencentes a uma classe de acordo com a sua ocupação.

Baseada nesses autores clássicos, há uma corrente de pesquisadores contemporâneos (Giddens, 1973; Parkin, 1974) que entendem as classes sociais como um conjunto de condições de trabalho, recompensas e direitos. Há outros acadêmicos (Treiman, 1977; Duncan, 1979; Goldthorpe e Hope, 1972) que compreendem as classes sociais como ocupações hierarquicamente ordenadas de acordo com renda e educação (*status* ocupacional) ou prestígio ocupacional (escalas de prestígio). Mais recente, há debates que relacionam a estrutura de classe com aspectos culturais (Bourdieu, 2007), com a segregação residencial e racial (Wilson, 1978; 1993), com o local do trabalho e com a cultura laboral (Breen, 2005).

Esse debate sobre o conceito de classes sociais influencia a forma de mensurá-las, por isso há diferentes tipologias que visam agrupar as ocupações, ou seja, a profissão que os indivíduos desempenham por período determinado. Cada uma tem suas especificidades para se adequar aos estudos e às pesquisas propostos por distintos autores. Nesse caso, cabe ao pesquisador refletir sobre seu problema de pesquisa, através da teoria apropriada, para estabelecer qual será a ênfase do estudo e decidir qual tipologia ocupacional existente será empregada, ou até mesmo se terá a necessidade de adaptar as tipologias existentes ao seu problema de pesquisa.

Nesse sentido, este capítulo tem como objetivo compilar as distintas tipologias de classe, sob a ótica da sociologia, usadas no Brasil em estudos recentes de estratificação e mobilidade social. Essa é uma contribuição metodológica para a área, pois este artigo busca ampliar o entendimento dos pesquisadores sobre como as desigualdades sociais vêm sendo mensuradas a partir das categorias socioeconômicas, sócio-ocupacionais e espaciais.

Este capítulo está organizado em três seções além desta introdução. A segunda seção tem o intuito de descrever as tipologias propostas por Nelson do Valle Silva, Maria Celi Ramos da Cruz Scalon, Carlos Antônio Costa Ribeiro, José Alcides Figueiredo Santos, pelos pesquisadores do Observatório das Metrôpoles e por Adalberto Cardoso e Edmond Préteceille. A terceira seção sumariza as tipologias descritas com um quadro-síntese e a quarta seção apresenta as considerações finais.

## 2 TIPOLOGIAS DE CLASSES USADAS NO BRASIL

Este artigo não busca abordar todas as tipologias de classes já propostas e empregadas em estudos sobre desigualdade e estratificação social no Brasil. Não há pretensão de exaustividade. As tipologias descritas são as mais recentes, desde o final dos anos 1990 até os dias atuais. Para facilitar a leitura, foram criadas subseções para cada autor e sua respectiva tipologia de classes.

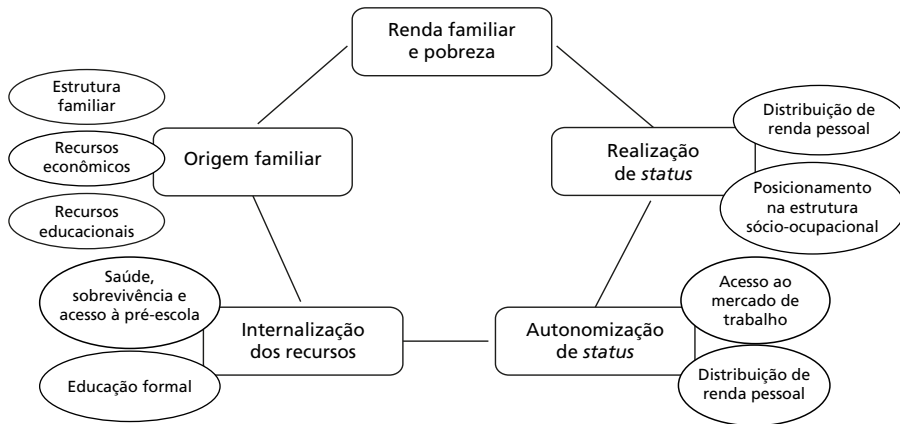
### 2.1 Nelson do Valle Silva: tipologia sócio-ocupacional

A tipologia de classes empregada por Nelson do Valle Silva tem como propósito evidenciar a ligação causal entre as diversas dimensões das desigualdades observáveis ao longo das etapas do ciclo de vida individual, buscando compreender a multiplicidade de modos e maneiras que propiciam a ocorrência da transmissão intergeracional da desigualdade social. O autor observa o indivíduo nas diferentes fases de sua vida, da condição do nascimento ao ciclo corrente, e coloca em evidência os elementos que podem gerar alterações em sua trajetória, isto é,

o foco analítico proposto leva em conta, explicitamente, que a estrutura desigual de recursos e de oportunidades sociais manifesta numa dada etapa do ciclo de vida tende a produzir um impacto causal nas etapas seguintes, chegando a ter, em algumas situações, uma feição de cumulação de desvantagens, o que pode potencializar a transmissão da desigualdade (Silva, 2003, p. 37).

Contudo, as distribuições e a transmissão de tais recursos e oportunidades também são compostas por determinantes exógenos, o que justifica as modificações nos níveis de desigualdades. Ou seja, o capital cultural e as credenciais por meio da educação dependem muito de componentes familiares, entretanto políticas públicas educacionais podem modificar a distribuição desses recursos e alterar as oportunidades de que os indivíduos dispõem. Partindo desse contexto, o esquema analítico proposto por Nelson do Valle Silva (1979) se estrutura a partir de cinco componentes descritivos das etapas do ciclo de vida, que podem ser vistos na figura 1.

**FIGURA 1**  
**Etapas do ciclo de vida**



Fonte: Silva (2003).  
Elaboração das autoras.

Os componentes que fazem parte das etapas do ciclo de vida proposto por Silva (2003) estão descritos a seguir, de acordo com a figura 1.

- 1) **Origem familiar:** este item aborda a situação de desigualdade em relação à situação social das famílias, levando em conta os recursos disponíveis a seus membros. As três dimensões adiante ganham destaque.
  - a) **Estrutura familiar (capital social):** refere-se não apenas à composição familiar, mas também à alocação diferencial de papéis entre seus membros. Considera as principais tendências, especificando os diferenciais de reprodução biológica.
  - b) **Recursos econômicos (capital econômico):** refere-se à análise da distribuição da renda familiar – total e *per capita* – e da evolução dessa renda no decorrer do ciclo de vida. Tais recursos podem ser captados não apenas pela renda, em reais, mas também pela situação de bem-estar material dos domicílios, observados pelas condições de moradia.
  - c) **Recursos educacionais (capital cultural):** é a distribuição da educação dos membros adultos da família, assim como os aspectos ligados ao consumo cultural, por exemplo, a presença de livros no domicílio.
- 2) **Internalização dos recursos:** é a fase do ciclo de vida que se remete ao intervalo entre a primeira infância e o fim da adolescência. Nessa fase, as diferenças na situação de origem são internalizadas na própria constituição física e mental dos indivíduos. Apresenta como referência as duas dimensões a seguir.



- a) Saúde, sobrevivência e acesso à pré-escola: são as desigualdades referentes à exposição diferencial aos riscos de morbidade e de mortalidade, assim como as desigualdades de acesso à instituição escolar que precede o ensino fundamental.
  - b) Escolarização formal: trata-se da estratificação educacional e da sua evolução no passado recente do ciclo de vida dos indivíduos. Não foca apenas os anos de escolaridade, mas leva em consideração as diferenças dos riscos de evasão e de repetência, isto é, refere-se ao tempo que os indivíduos dedicam para concluir uma credencial educacional.
- 3) Autonomização de *status*: é o momento da vida em que o jovem começa a se desligar da família e adquirir *status* social próprio. Baseia-se em duas dimensões, conforme resumido adiante.
- a) Acesso ao mercado de trabalho: a literatura sociológica que versa sobre educação e mercado de trabalho já consolidou a forte associação existente entre o nível educacional e a ocupação de entrada no mercado de trabalho. Além disso, o presente esquema analítico ainda considera a idade de entrada no mercado de trabalho e se ela coincide com o período de estudo, tentando captar a conciliação entre escola e trabalho.
  - b) Escolha marital: refere-se a uma fase também importante do ciclo de vida, a saber, a escolha do cônjuge e a constituição de novas famílias. Aqui se consideram as características sociais dos cônjuges – o chamado estudo da “endogamia” ou da “heterogamia”. O autor demarca essa análise importante, uma vez que determina o perfil social do núcleo familiar.
- 4) Realização de *status*: é o momento de referência ao indivíduo adulto com *status* próprio e autônomo. Duas dimensões permeiam essa fase do ciclo de vida, conforme a seguir relatado.
- a) Posicionamento na estrutura sócio-ocupacional: são as características da posição do indivíduo no mercado de trabalho. Leva-se em consideração uma análise da estrutura ocupacional no Brasil e sua evolução, examinando as desigualdades na distribuição das oportunidades de inserção ocupacional e de mobilidade intergeracional.
  - b) Distribuição de renda pessoal: é a distribuição da renda dos indivíduos, em que se analisa o papel dos fatores produtivos – educação e experiência – na determinação da renda pessoal. Além disso, também são considerados os fatores não produtivos – efeito determinante da cor, do gênero, da região ou da classe social – referentes aos fenômenos de discriminação e de segmentação no mercado de trabalho.

- 5) Renda familiar e pobreza: é o retorno ao ponto inicial da situação familiar. Análise da renda familiar com foco nos principais fatores que a configuraram, principalmente a pobreza, sua magnitude e suas características sociais.

A partir desses componentes do ciclo de vida, o autor sugere que, ao aplicar o esquema analítico de classificação ocupacional, realize-se um mapeamento dos segmentos presentes no mercado de trabalho, com a finalidade de acompanhar as mudanças das desigualdades e da mobilidade entre tais segmentos, estabelecendo, assim, estratos ou classes ocupacionais.

Com base em levantamento histórico-conceitual acerca do mercado de trabalho brasileiro, o autor atentou para o tratamento desigual de situações socialmente distintas e significativas, assim como para a preocupação de que cada estrato identificado se caracteriza por relativa homogeneidade nas situações de trabalho e de mercado – em posições socioeconômicas semelhantes. Além disso, também priorizou uma *parcimônia classificatória*: “o número de estratos distinguidos não deveria ser nem muito reduzido, de forma a não violar o princípio da homogeneidade interna, nem muito elevado, para não se tornar operacional e analiticamente oneroso” (Silva, 2003, p. 48).

De acordo com as etapas do ciclo de vida, Silva (2003) busca construir uma classificação ocupacional com duplo objetivo, a saber: i) caracterizar a situação atual de trabalho dos indivíduos; e ii) acompanhar a trajetória de mobilidade social através da comparação da situação atual do indivíduo com a situação paterna ou com sua posição na entrada ao mercado de trabalho. Para atingir tal objetivo, o autor destaca uma limitação imposta pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): a única característica comum aos componentes do ciclo de vida – origem familiar (ocupação paterna); entrada do indivíduo no mercado de trabalho (primeira ocupação); e ocupação atual do indivíduo, que é a *ocupação principal*. Dessa forma, a análise proposta é puramente ocupacional.

O autor utiliza como ponto de partida a classificação ocupacional do IBGE,<sup>5</sup> formulando um esquema de dezesseis grupos, estratos ou classes ocupacionais, conforme a seguir exposto:

- 1) profissionais liberais;
- 2) dirigentes;
- 3) proprietários empregadores;
- 4) outros profissionais universitários;
- 5) supervisores do trabalho manual;

---

5. A classificação ocupacional do IBGE conta com títulos ocupacionais detalhados e pode ser encontrada em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>.

- 6) ocupações técnicas e artísticas;
- 7) empresários por conta própria;
- 8) ocupações não manuais de rotina;
- 9) trabalhadores da indústria moderna;
- 10) trabalhadores de serviços gerais;
- 11) vendedores ambulantes;
- 12) trabalhadores da indústria tradicional;
- 13) trabalhadores nos serviços pessoais;
- 14) trabalhadores no serviço doméstico;
- 15) proprietários empregadores rurais; e
- 16) trabalhadores rurais.

A tipologia de classe exposta parte do agrupamento das categorias ocupacionais detalhadas do IBGE em uma dicotomia setorial: setor rural (setor primário) e setor urbano (setores secundário e terciário). Dentro de cada uma dessas categorias formadas, distinguiu-se entre trabalho manual e trabalho não manual (mental), o que deu origem a quatro estratos básicos. A posição da ocupação e o ramo de atividade são outros critérios relacionados somente com as profissões disponíveis nas pesquisas do IBGE que Silva (2003) utiliza para distinguir alguns trabalhadores de serviços e com as ocupações manuais das áreas urbanas, de acordo com as especificidades do mercado de trabalho brasileiro.

Com base nos quatro estratos básicos, o autor destaca a importância em diferenciar alguns grupos. Visando especificar as particularidades do processo de industrialização no Brasil, os trabalhadores em ocupações industriais se dividem em três subgrupos: indústrias modernas (eletrônica, mecânica etc.), indústrias tradicionais (alimentação, construção civil etc.) e artesanato.

Considerando a inserção desigual dos grupos de gênero e raça/cor no mercado de trabalho, os grupos ocupacionais próprios dentro das ocupações manuais do setor de serviços ganham evidência – trabalhadores no serviço doméstico, trabalhadores nos serviços pessoais e vendedores ambulantes.

Silva (2003) destaca como maior desafio a classificação das ocupações não manuais urbanas. Tais ocupações se encontram, em sua maioria, na divisa entre o trabalho manual e o não manual, sem nenhuma informação adicional que possa ser utilizada na diferenciação a que se refere a autoridade. Assim, a distinção possível é entre as funções técnicas e as administrativas.

Nas funções técnicas, destacaram-se as que requerem ensino superior. Entre elas, visando ao *status* social, diferenciaram-se as profissões liberais clássicas (medicina, engenharia, arquitetura, direito, economia e odontologia) de outras ocupações de nível superior.

No que se refere às funções administrativas, diferenciam-se os proprietários dos assalariados. Os assalariados são divididos em três subgrupos: funções de direção e administração (alto nível de autonomia decisória); funções administrativas de supervisão do trabalho manual (sem autonomia decisória); e funções de rotina e de escritório (sem autonomia decisória).

As ocupações mais problemáticas são as dos proprietários, subdivididos em três grupos: pequenos proprietários (representando a maioria entre os proprietários); empregadores; e empresários por conta própria. Silva (2003) destaca duas limitações fundamentais: i) não é possível diferenciar os pequenos dos grandes empresários; e ii) os empresários por conta própria abarcam apenas os proprietários do setor de serviços e comércio.

## 2.2 Maria Celi Ramos da Cruz Scalon: mobilidade social

A pesquisadora Celi Scalon discute a mobilidade social no Brasil com os dados da PNAD 1988 no livro *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências* (Scalon, 1999), que é fruto de sua tese de doutorado. Para entender tal fenômeno, a autora precisou discutir metodologicamente qual tipologia de classes seria mais adequada à sua análise. Seu objetivo com a proposta foi analisar a mobilidade social no Brasil, além de diagnosticar as possíveis desigualdades de gênero dentro de um sistema de estratificação por classes. Diante do que foi exposto, “é importante ressaltar que a definição de um esquema de classes está fortemente relacionada com os objetivos da pesquisa e ao contexto conceitual em que ela se inscreve” (Scalon, 1999, p. 49).

Ademais, a autora assumiu como pressuposto teórico a chamada classe estrutural abordada por Erikson e Goldthorpe (1992), “que prioriza a relação entre os estratos de acordo com a situação do mercado e a situação de trabalho em um lugar da posição assumida por eles dentro de uma hierarquia de *status*” (Scalon, 1999, p. 162). Contudo, o modelo de estrutura de classes proposto pelos autores precisou ser adaptado à realidade brasileira. Dessa maneira, os critérios para o agrupamento das ocupações partiram da tipologia proposta por Silva (1992), também usada por Hasenbalg e Salazar (1994), que agregam as ocupações em dezoito categorias, conforme identificado a seguir:

- 1) profissionais liberais;
- 2) dirigentes e administradores de alto nível;

- 3) profissionais;
- 4) funções administrativas (execução);
- 5) não manual de rotina e funções de escritório;
- 6) proprietários (empregadores) na indústria, no comércio e em serviços;
- 7) empresários por conta própria (sem empregados);
- 8) técnicos, artistas e supervisores do trabalho manual;
- 9) trabalhadores manuais em indústrias modernas;
- 10) trabalhadores manuais em indústrias tradicionais;
- 11) trabalhadores manuais em serviços em geral;
- 12) trabalhadores no serviço doméstico;
- 13) vendedores ambulantes;
- 14) artesãos;
- 15) proprietários (empregadores) no setor primário;
- 16) técnicos e administradores no setor primário;
- 17) produtores agrícolas autônomos; e
- 18) trabalhadores rurais.

Essa proposta de tipologia identifica diferenças e semelhanças nas categorias ocupacionais ao levar em consideração a estrutura de classe (ou estrutura ocupacional), tais como rural e urbano, manual e não manual e também setor de serviço e setor industrial. No setor industrial ainda foi feita uma subdivisão entre indústrias modernas e indústrias tradicionais. Também há diferenciação dos trabalhadores agrícolas e dos produtores autônomos, assim como categoria específica para ambulantes, artesãos e trabalhadores do serviço doméstico.

Entretanto, para usar algumas técnicas estatísticas, por exemplo, os modelos log-lineares, visando analisar a mobilidade social, a tipologia em questão se torna extensa, acarretando problemas para captar a mobilidade social. Por esse motivo, Scalon (1999) utilizou a análise de conglomerado para agrupá-las. O resultado do processo de agregação foi uma tipologia com nove categorias, conforme descrito no quadro 1.

**QUADRO 1**  
**Síntese das categorias propostas por Celi Scalon**

Categorias originais	Categorias resultantes
(1) Profissionais liberais (3) Profissionais	(1) Profissionais
(2) Dirigentes e administradores de alto nível (4) Funções administrativas (execução)	(2) Administradores e gerentes
(6) Proprietários (empregadores) na indústria, no comércio e em serviços	(3) Proprietários empregadores
(5) Não manual de rotina e funções de escritório (8) Técnicos, artistas e supervisores do trabalho manual	(4) Não manual de rotina
(7) Empresários por conta própria (sem empregados)	(5) Proprietários por conta própria
(9) Trabalhadores manuais em indústrias modernas (11) Trabalhadores manuais em serviços em geral	(6) Manual qualificado
(10) Trabalhadores manuais em indústrias tradicionais (12) Trabalhadores no serviço doméstico (13) Vendedores ambulantes (14) Artesãos	(7) Manual não qualificado
(15) Proprietários (empregadores) no setor primário	(8) Empregadores rurais
(16) Técnicos e administradores no setor primário (17) Produtores agrícolas autônomos (18) Trabalhadores rurais	(9) Empregados rurais

Fonte: Scalon (1999).

O agrupamento das categorias também levou em consideração a similaridade na estrutura de emprego, por isso todos os trabalhadores rurais foram agrupados em uma categoria, assim como os manuais qualificados e os não qualificados.

Cabe destacar que Ribeiro (2007) também precisou adaptar as tipologias existentes no Brasil para analisar a mobilidade social para os anos de 1973, 1982, 1988 e 1996, conforme será descrito na próxima subseção. Contudo, ele também procurou adaptar a sua tipologia com o intuito de realizar comparações internacionais e analisar a mobilidade das mulheres.

### 2.3 Carlos Antônio Costa Ribeiro: mobilidade social

A partir dos estudos sobre classe sociais desenvolvidos por Silva (1979; 2003) e Scalon (1998; 1999), e inspirado na tipologia desenvolvida por Erikson e Goldthorpe (1992),<sup>6</sup> o pesquisador Carlos Antônio Costa Ribeiro (2007) propôs uma adaptação da classificação ocupacional usada pelos autores em questão, com o objetivo de entender a mobilidade social e as desigualdades de oportunidades no Brasil, usando dados das PNADs dos anos de 1973, 1982, 1988 e 1996. Essas tipologias são

6. Na tipologia proposta por Erikson e Goldthorpe (1992), as divisões de classe são oriundas das relações e das condições de emprego, por isso as categorias tentam agrupar as profissões baseadas nas unidades de produção em que o trabalhador está inserido (por exemplo, trabalhador agrícola, administrador) e na posição que ele ocupa dentro do mercado de trabalho (por exemplo, empregado, empregador, autônomo).



classificadas como neweberianas e podem ser usadas para comparações internacionais com países que adotem o esquema Erikson-Goldthorpe-Portocarero – EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979; Erikson e Goldthorpe, 1992) ou Comparative Analysis of Social Mobility in Industrial Nations (Casmin),<sup>7</sup> proposto especificamente para estudos comparativos.

Ribeiro (2007) propõe distintas formas de agrupar as ocupações brasileiras, de acordo com sua necessidade analítica, mediante o cruzamento das tipologias Casmin com a tipologia proposta por Silva (2003). Na figura 2, está descrito o esquema analítico do autor. Nota-se que seu ponto de partida é o esquema Casmin, com sete classes, cujo objetivo é realizar uma comparação internacional. Algumas adaptações foram feitas nessa tipologia mais enxuta, da qual derivam as onze classes (Ribeiro, 2003).

A tipologia expandida para dezesseis classes, que está na segunda coluna da figura 2, é um desdobramento do agrupamento de duas classes trabalhadoras (VI e VIIa) do *esquema Casmin 11 classes* para captar melhor a mobilidade social intergeracional no Brasil. O autor reforça que

outras subdivisões seriam possíveis, mas não poderiam ser utilizadas em análises de mobilidade social baseadas em tabelas de mobilidade. As tabelas cruzando classes de origem (definidas pela ocupação do pai) e de destino (definidas pela ocupação dos respondentes) tornam-se muito esparsas quando se utilizam mais do que dezesseis categorias de classe (Ribeiro, 2007, p. 114).

Com isso, a estatística qui-quadrado, utilizada para testar diversos modelos, será indeterminada, o que dificulta o ajuste dos parâmetros da análise e a verificação do método mais adequado para cada caso estudado.

É importante destacar que o uso de dezesseis categorias ao invés de onze ou sete, como nas outras tipologias apresentadas, possibilita observar movimentos entre classes que ficam invisíveis com poucas categorias. Essa tipologia também consegue captar os efeitos das mudanças estruturais entre as gerações e também os efeitos relacionados com o grau de desigualdade e oportunidades que impactam a mobilidade social (Ribeiro, 2007).

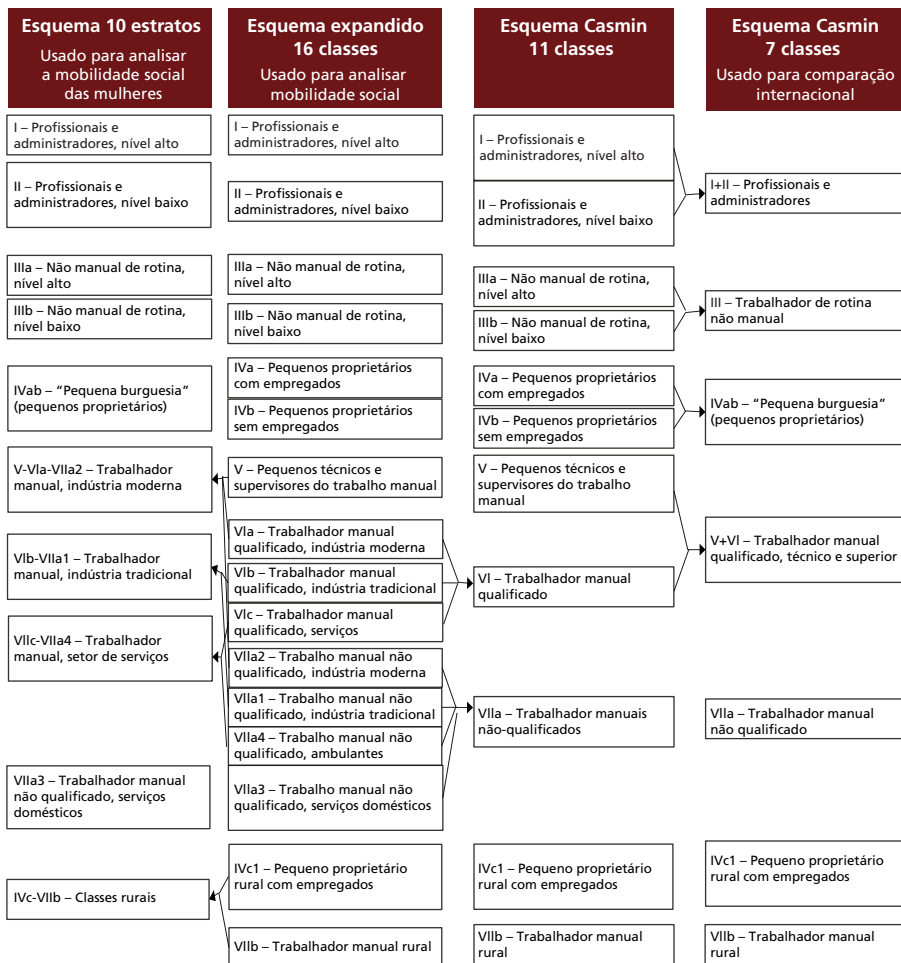
Por fim, o esquema com dez classes foi usado para analisar a mobilidade social das mulheres no Brasil. Como a estrutura ocupacional feminina se mostrou diferente da masculina, o autor agregou as classes de trabalhadores manuais na indústria (V, VIa e VIIa2; VIIb e VIIa1; VIc e VIIa4) em três categorias. Também foi necessário agrupar as classes rurais (IVc e VIIb). Essas mudanças foram realizadas em função

---

7. Nessa tipologia há distinção entre os tipos de relação de emprego (proprietários e empregados). Entre os empregados, há distinção entre o tipo de contrato. Também é usada a divisão de trabalho não manual urbano, manual urbano e rural (Ribeiro, 2007).

da pequena quantidade de mulheres nesses estratos. A categoria de trabalhadores manuais não qualificados – serviços domésticos (VIIa) – ficou separada das demais categorias de trabalhadores manuais não qualificados, porque muitas ocupações que empregam as mulheres estão inseridas nessa classificação.

FIGURA 2  
Esquema de classes e suas subdivisões



Fonte: Ribeiro (2007).

Ao observar as tipologias propostas por Scalon (1999) e Ribeiro (2007), nota-se que a questão fundamental sobre a diferença das tipologias propostas são suas perguntas de pesquisa. Cada pesquisador adaptou as tipologias existentes para analisar os dados de maneira mais adequada, mas o constructo de ambas as tipologias apresenta semelhanças, a saber: parte da tipologia de Silva (1992) busca

mensurar mobilidade e tem como pressuposto teórico a perspectiva neoweberiana apoiada na estrutura de classes discutida por Erikson e Goldthorpe (1992). Uma das diferenças significativas é o interesse de Ribeiro (2007) em compatibilizar sua tipologia com o Casmin para ter a possibilidade de realizar comparações internacionais e também usar uma série histórica maior.

#### 2.4 José Alcides Figueiredo Santos: classificação socioeconômica

A tipologia socioeconômica construída por Santos (2002; 2005; 2013) baseia-se na abordagem teórica e metodológica da tradição de classe neomarxista, cuja estrutura da desigualdade de classe se fundamenta na “desigualdade de direitos e de poderes sobre a propriedade e o controle dos ativos produtores de valor” (Santos, 2011, p. 27-55). Na tipologia, o indivíduo é a unidade de análise observacional, e a noção de localização ou posição de classe do indivíduo implica a posição desse indivíduo nas relações de classe.

Com a tipologia ancorada na vertente de Erik Olin Wright, o estudo se baseia em nexos de dominação/exploração e em localizações contraditórias de classe. Essas localizações variam conforme a propriedade de ativos e a hierarquia da posição de classe.

Uma outra contribuição teórica na tipologia socioeconômica de Figueiredo Santos é a do neoweberiano John Goldthorpe. O esquema de classe do autor citado distingue as posições dentro dos mercados de trabalho e nas unidades produção, o que significa demarcar as posições referentes ao emprego que as posições presumem (Erikson e Goldthorpe, 1992 *apud* Santos, 2005).

Segundo Figueiredo Santos, os dois esquemas de classe convergem em pontos importantes, pois ambos compreendem a relação capital-trabalho como definidora do eixo principal das relações de classe no capitalismo e

destacam a importância das categorias sociais profissionais, gerentes e executivos, funcionários burocráticos, empregados altamente qualificados, que não se encaixam propriamente nas relações de classe polarizadas entre capitalistas e trabalhadores (Santos, 2005, p. 32).

A dimensão fundamental na tipologia socioeconômica é a noção da estrutura de classes que se refere à organização do conjunto das relações e às localizações de classe. Verifica-se nessa estrutura a existência de uma lógica fundamental de circunstâncias que ordenam “recursos, condições da atividade e recompensas adquiridas, envolvendo o que a pessoa tem (ativos), o que faz com o que tem (ativos), o que faz com o que obtém (bem-estar)” (Santos, 2013, p. 43).

A tipologia socioeconômica foi recentemente atualizada e demonstrada no trabalho *Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil* (Santos, 2013). Figueiredo Santos elaborou as categorias de classe com base na

exaustividade (para que cada caso pertença a uma categoria) e na exclusividade (para que nenhum caso esteja em mais de um agrupamento). As categorias são internamente homogêneas com respeito aos atributos relevantes e claramente separadas (e dessemelhantes) das demais classes propostas.

O desenho da tipologia indica quatro agrupamentos e dezesseis posições de classe (quadro 2).

## QUADRO 2

### Tipologia de classe socioeconômica para o Brasil

Posições de classe	Agrupamento de classe
Capitalista e fazendeiro	Posições privilegiadas
Especialista autônomo	
Gerente	
Empregado especialista	
Pequeno empregador	
Autônomo com ativos	Controladores de ativos de menor valor
Autônomo agrícola	
Empregado qualificado	Classe trabalhadora “não destituída”
Supervisor	
Trabalhador típico	
Trabalhador elementar	Destituídos de ativos
Autônomo precário	
Empregado doméstico	
Agrícola precário	
Trabalhador de subsistência	
Trabalhador excedente	

Fonte: Tabulações especiais baseadas nos microdados da PNAD 2008; e Santos (2013, p. 48).  
Elaboração: José Alcides Figueiredo.

## 2.5 Observatório das Metrôpoles: tipologia socioespacial

A tipologia proposta pelo Observatório das Metrôpoles busca inserir o território na análise da estrutura ocupacional, pois, no modo como as metrôpoles estão organizadas, o trabalho é a principal categoria analítica para a compreensão dos processos sociais que lhe são inerentes.

A construção dessa tipologia sócio-ocupacional tem como premissa que a relação entre a economia e o território não se estabelece de forma direta, porque os mecanismos de mediação entre essas dimensões não invalidam a análise dos impactos que as mudanças econômicas podem gerar sobre a organização social do território. Dito isso, a relação entre economia e território é condicionante estrutural da organização espacial das metrôpoles.

O Observatório das Metrôpoles se inspirou em Bourdieu (2007) para agregar as ocupações em oito estratos, pois o entendimento das classes sociais (ou de frações de classe) só é possível por meio da análise da posição que elas ocupam no espaço social em relação às outras.

Cabe destacar que o espaço social está inscrito no espaço físico. O território pode ser considerado como uma expressão do espaço social e da relação entre agentes, ou seja, entre as classes sociais. O campo é um espaço objetivamente estruturado e há relação entre agentes diferencialmente posicionados. Essa posição implica a distribuição e o acesso desigual de recursos materiais e simbólicos. Há capitais múltiplos, altamente diversificados nos vários campos, que acarretam distintas apropriações de bens materiais, culturais e ideais escassos. Por isso, o espaço social é o ponto de partida para a interpretação da organização social do território metropolitano.

O modo analítico de operar as ocupações para agregá-las na tipologia proposta é perceber os traços comuns existentes entre agentes ou classes sociais que ocupam posições de proximidade. Assim, os processos de organização do espaço social resultam nestes aspectos: i) posições na estrutura social; ii) desigualdades de condições de vida e de oportunidades que decorrem da organização; e iii) como as distâncias implicam padrões de interação e sociabilidade.

Dito isso, a tipologia em questão está centrada nas seguintes diferenciações: i) relação capital x trabalho; ii) trabalho manual x trabalho não manual; iii) trabalho de comando x trabalho subordinado; e iv) trabalho público x trabalho privado. Baseados nos critérios citados, usando as informações sobre a ocupação principal do indivíduo e cruzando-as com a renda, a escolaridade, a situação na ocupação, o setor de atividade econômica e o setor institucional, foram definidos oito grandes grupos sócio-ocupacionais que podem ser subdivididos em 24 subcategorias (Ribeiro e Ribeiro, 2011). Como atualização dessa classificação inicial, foram acrescentadas por Ribeiro, Ribeiro e Costa (2013) as seguintes categorias: dominante, média e popular. No livro *Transformações no mundo do trabalho: análise de grupos ocupacionais no Brasil metropolitano e não metropolitano em quatro décadas*, o capítulo metodológico escrito por Aragão, Matos e Ribeiro (2020) descreve cada categoria sócio-ocupacional e como foram construídos os dados, possibilitando que outros pesquisadores repliquem a tipologia em questão. O quadro 3 sumariza as categorias propostas pelo grupo de pesquisa.

Cabe ressaltar que essa tipologia proposta também busca captar a segregação socioespacial que ocorre no território, pois essa diferenciação decorre da crescente especialização de tarefas resultantes do aumento na divisão do trabalho. Nesse sentido, a estratificação é a diferença existente na distribuição das categorias propostas no território.

**QUADRO 3**  
**Tipologia – Observatório das Metrôpoles**

Classes sociais	Agregados sócio-ocupacionais	Categorias sócio-ocupacionais
Classe dominante	Dirigentes	Grandes empregadores
		Dirigentes do setor público
		Dirigentes do setor privado
	Profissionais de nível superior	Profissionais autônomos de nível superior
		Profissionais estatutários de nível superior
		Profissionais empregados de nível superior
		Professores de nível superior
Classe média	Pequenos empregadores	Pequenos empregadores
	Ocupações médias	Artistas e similares
		Ocupações de supervisão
		Ocupações de escritório
		Ocupações técnicas
		Ocupações da saúde e da educação
		Ocupações da justiça, da segurança pública e dos Correios
Classe popular	Trabalhadores do secundário	Trabalhadores da indústria moderna
		Trabalhadores da indústria tradicional
		Trabalhadores dos serviços auxiliares
		Operários da construção civil
	Trabalhadores do terciário especializado	Trabalhadores do comércio
		Prestadores de serviços especializados
	Trabalhadores do terciário não especializado	Prestadores de serviços não especializados
		Ambulantes e biscateiros
		Trabalhadores domésticos
	Trabalhadores agrícolas	Agricultores

Fontes: Ribeiro e Ribeiro (2011); Ribeiro, Ribeiro e Costa (2013); e Aragão, Matos e Ribeiro (2020).

## **2.6 Adalberto Cardoso e Edmond Préteceille: tipologia sócio-ocupacional com enfoque nas classes médias**

O debate recente sobre a classe média no Brasil trouxe também a discussão de como mensurá-la. Nesse sentido, Cardoso e Préteceille (2017) afirmam que uma boa maneira de compreender as classes médias, no contexto das mudanças sociais e econômicas ocorridas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), seria através da ocupação, e não somente da renda, como feito anteriormente por Neri (2008).

Na percepção dos autores, as tipologias ocupacionais usadas nos estudos de estratificação no Brasil não captam bem os estratos intermediários da sociedade. Por isso, eles adaptaram à realidade brasileira as categorias socioprofissionais francesas.



Essas categorias foram definidas pelo Institut National de la Statistique et des Études Économiques (Insee), homólogo francês ao IBGE, e são o produto híbrido de: i) categorias elaboradas por estatísticos que têm, no ponto de partida, inspiração marxista; ii) classificações profissionais oriundas de negociações coletivas entre patrões e empregados no pós-guerra; e iii) discussões com pesquisadores das ciências sociais para incluir as contribuições da sociologia, principalmente aquela inspirada por Pierre Bourdieu nos anos 1970 (Cardoso e Prêteceille, 2017, p. 15).

As adaptações feitas pelos pesquisadores tiveram o intuito de aproximar as profissões descritas pelos franceses à realidade brasileira. Na classificação francesa, há separação entre operários qualificados e não qualificados, o que foi adaptado para operários formais e informais com o intuito de captar também a informalidade nesse setor.

Já os trabalhadores manuais foram classificados com base no fato de contribuírem ou não para a previdência. Aqueles que contribuem foram classificados como operários, e os que não contribuem foram classificados como artesãos.

As classes médias foram representadas nessa tipologia pelo grande grupo chamado CS4, que abriga as profissões consideradas intermediárias; as categorias contidas nesse grupo são descritas a seguir.

- CS42 – professores dos ensinos fundamental e médio, bem como instrutores.
- CS43 – profissões intermediárias da saúde e do trabalho social.
- CS44 – clérigos e religiosos.
- CS45 – profissões intermediárias administrativas da administração pública.
- CS46 – profissões intermediárias administrativas e comerciais das empresas.
- CS47 – técnicos.
- CS48 – contramestres, agentes de supervisão do trabalho.

Cardoso e Prêteceille (2017) também estavam interessados em captar em sua tipologia os grupos ocupacionais intermediários localizados muito próximos das classes superiores e aqueles próximos das classes mais baixas. Por isso, os autores definiram os dois grupos sócio-ocupacionais também de classes intermediárias. Eles foram denominados classes médias altas e classes médias baixas. Os grupos ocupacionais que compõem as classes médias altas são expostos adiante.

- CS34 – professores do ensino secundário.
- CS35 – profissões de informação, artes e espetáculos.
- CS37 e CS38 não dirigentes – engenheiros de altos cargos; comerciais administrativos das empresas sem cargos de direção ou gerência.

Já os grupos ocupacionais que compõem as classes médias baixas são identificados a seguir.

- CS52 – assalariados civis e agentes do serviço público.
- CS54 – trabalhadores não manuais de escritório.

Essa tipologia é uma das propostas mais recentes e ainda não foi utilizada por outros pesquisadores além dos que a criaram. Contudo, a possibilidade de ter um agrupamento ocupacional mais sensível às classes médias é uma ferramenta metodológica interessante para quem trabalha com temas relacionados às classes médias no Brasil.

### 3 QUADRO-SÍNTESE DAS TIPOLOGIAS OCUPACIONAIS

A construção de um quadro comparativo (quadro 4) entre as tipologias apresentadas demonstrou que os autores usam quantidades distintas de categorias, e esse fato está atrelado a como o pesquisador vai analisar seu problema de pesquisa, além do método empregado nas análises. A influência teórica de Bourdieu (2007) serviu como referência para duas tipologias: Observatório das Metrôpoles e sócio-ocupacional com base na classe média. Já a contribuição de Erikson e Goldthorpe (1992) pode ser observada, especialmente, em três tipologias: na tipologia sócio-ocupacional de Nelson do Valle Silva e nas tipologias da Maria Celi Ramos da Cruz Scalon e de Carlos Antonio Costa Ribeiro, ambos com ênfase na mobilidade social.

Cabe destacar que Scalon (1999) e Ribeiro (2007) são influenciados pela mesma corrente teórica, pois têm como tema de pesquisa a mobilidade social no Brasil e partem de uma tipologia similar, que é a de Silva (2003). Ressalta-se a importante influência do neomarxista Erik Olin Wright (1997) na tipologia socioeconômica para o Brasil, elaborada por Santos (2002; 2005), com base principalmente na compreensão do acesso desigual aos ativos de produção para a formação das classes sociais no país. Entretanto, é fundamental destacar que a tipologia também apresentou, ainda que em menor medida, a contribuição de Goldthorpe (1972).

**QUADRO 4**  
**Síntese das tipologias ocupacionais**

Pesquisador (a)	Tipologia	Influência teórica	Metodologia/ operacionalização	Quantidade de categorias	Intencionalidade de aplicação inicial
Nelson do Valle Silva	Tipologia Sócio-Ocupacional	Erikson e Goldthorpe (1992)	Puramente ocupacional, utilizando a variável "ocupação principal", "ramo de atividade" e "posição da ocupação", da classificação ocupacional do IBGE.	16 categorias	1) caracterizar a situação atual de trabalho dos indivíduos; e 2) acompanhar sua trajetória de mobilidade social através da comparação da situação atual do indivíduo com a situação paterna ou com sua posição na entrada no mercado de trabalho.
Maria Celi Ramos da Cruz Scalton	Mobilidade	Erikson e Goldthorpe (1992)	Critérios para o agrupamento das classes foram a situação do mercado e a situação de trabalho, inspirada em Silva (1992) e Hasenbalg e Salazar (1994).	18 categorias	1) Analisar a mobilidade social no Brasil; e 2) Diagnosticar as possíveis desigualdades de gênero dentro de um sistema de estratificação por classes
Carlos Antônio Costa Ribeiro	Mobilidade	Erikson e Goldthorpe (1992)	Parte do esquema CASMIN com sete classes para possibilitar uma comparação internacional e se inspira em Silva (1979, 2003), Scalton (1998, 1999)	Tipologia expandida de 16 classes; Tipologia de 11 classes.	1) Analisar a mobilidade social no Brasil em distintos períodos de tempo; 2) Viabilizar comparações internacionais; e 3) Analisar a mobilidade social das mulheres no Brasil.
José Alcides Figueiredo Santos	Tipologia Socioeconômica para o Brasil	Predominância de Erik Olin Wright (1997); John Goldthorpe.	Desigualdade de direitos e de poderes sobre a propriedade e o controle dos ativos produtores de valor; Novo ativo/exploração. Dados: Base da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).	Quatro agrupamentos de classes Tipologia de 16 classes	1)- Constituir-se em um instrumento para o aperfeiçoamento da caracterização, descrição e explicação dos processos da (re) produção da desigualdade no Brasil; 2)- Compreender as consequências das divisões socio-econômicas e da transversalidade dos impactos com as demais desigualdades dos países.
Observatório das Metrópoles	Observatório das Metrópoles	Pierre Bourdieu (2007)	Tipologia está centrada nas diferenciações: I) Relação capital X Trabalho; II) Trabalho manual X Trabalho não-manual; III) Trabalho de comando X Trabalho Subordinado e IV) Trabalho público X Trabalho privado.	8 grandes grupos sócio-ocupacionais, subdivididos em 24 subcategorias sócio-ocupacionais	1) Inserir o território na análise da estrutura ocupacional; e 2) Mensurar a segregação a partir do trabalho dos indivíduos.
Adalberto Cardoso e Edmond Pretelle	Tipologia Sócio-Ocupacional com base na Classe Média	Pierre Bourdieu (2007)	Esquema inspirado no Institut National de la Statistique et des Études Économiques (INSEE).	12 grupos ocupacionais representam a classe média, divididos por 3 subcategorias: 1) classe média; 2) classe média alta; 3) classe média baixa.	1) Analisar a estratificação social na classe média brasileira; e 2) Possibilitar a comparação com a realidade francesa.

Elaboração das autoras.

Nota: 1 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>.

Compreendeu-se que cada pesquisador apresenta um objetivo com a confecção das tipologias de classe. Silva (2003) estava interessado em analisar o ciclo de vida; Scalon (1999) e Ribeiro (2007) se debruçaram sobre a mobilidade social; Santos (2002; 2005) trabalhou com a desigualdade e a estratificação econômica; o Observatório das Metrôpoles (Ribeiro e Ribeiro, 2011; Ribeiro, Ribeiro e Costa, 2013; Aragão, Matos e Ribeiro, 2020) buscou entender a estratificação relacionada com o território, que pode implicar segregação socioespacial; e Cardoso e Préteceille (2017) buscaram entender as classes médias. Dessa forma, as tipologias são escolhidas para a realidade da estrutura social brasileira com base nos objetivos das pesquisas e na linhagem teórico-metodológica assumida pelos pesquisadores ao proporem uma forma de agrupar as ocupações no Brasil.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre as formas de se compreenderem os mecanismos causais das desigualdades, as abordagens teóricas de classe, *status*, campo, cultura, espaço e território são como eixos analíticos centrais para a verificação dos processos de formação da estratificação e da mobilidade na sociedade.

As tipologias tratadas neste estudo foram as seguintes classificações: sócio-ocupacionais, com ênfase na mobilidade, como em Silva, Scalon e Ribeiro; socioeconômica, referente ao acesso e à propriedade desigual dos ativos produtores de valor, com o nexo ativo/exploração de Figueiredo Santos; socioespacial do Observatório das Metrôpoles; e, finalmente, ocupacional, com base na classe média, segundo Cardoso e Préteceille.

Parte substancial da base teórica e metodológica da construção das tipologias de classes para a realidade brasileira vem das influências teóricas da sociologia contemporânea de Erikson e Goldthorpe; Erik Olin Wright; e Pierre Bourdieu.

É importante ressaltar que uma tipologia de classe é um instrumento analítico que deve conter as distinções necessárias para tornar visível o processo estudado. Nesse sentido, a escala ocupacional reflete uma série de distinções/agrupamentos oriundos de um conjunto de teorias, proposições, hipóteses. As distinções existentes entre as tipologias, muitas vezes, dizem respeito a questões suscitadas por diversas tradições teóricas, por exemplo, a teoria da modernização e o marxismo, ou seja, um misto de teorias cujas diferenciações decorrentes são aplicáveis a diferentes locais da estrutura ocupacional. Nesse sentido, fica claro que as tipologias aqui apresentadas não têm uma única inspiração teórica geral.

Assim, este estudo apresentou breve descrição da metodologia e a intenção de cada pesquisador ao agregar as ocupações e as posições de classe. Espera-se que essa contribuição metodológica sirva de base para estudos introdutórios sobre a desigualdade e a estratificação no Brasil, em suas diversas formas, e motive os pesquisadores a se aprofundarem em um tema tão caro para a ciência social do país.

## REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, T. A.; MATOS, D. D.; RIBEIRO, M. G. Anexo metodológico. *In*: RIBEIRO, M. G.; ARAGÃO, T. A. (Org.). **Transformações no mundo do trabalho**: análise de grupos ocupacionais no Brasil metropolitano e não metropolitano em quatro décadas. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. p. 600-644.
- BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. 556 p.
- BREEN, R. Foundations of a neo-Weberian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005. p. 31-50.
- CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.
- DUNCAN, O. D. How destination depends on origin in the occupational mobility table. **American Journal of Sociology**, v. 84, n. 4, p. 793-803, 1979.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. Lisboa: Editorial Presença, 1991. v. 2.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. Intergenerational class mobility in three Western European societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.
- GIDDENS, A. **The class structure of the advanced societies**. Nova York: Harper and Row, 1973.
- GOLDTHORPE, J. H.; HOPE, K. **The social grading of occupations**: a new approach and scale. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- HASENBALG, C.; SALAZAR, G. Perspectivas sobre raza y clase en Brasil. **Estudios Sociológicos**, v. 12, n. 34, p. 75-99, 1994.
- MEDEIROS, M. As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 57, p. 69-89, 2004.
- NERI, M. C. (Coord.). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/Ibre; CPS, 2008.
- PARKIN, F. Strategies of social closure in class formation. *In*: PARKIN, F. (Ed.). **The social analysis of class structure**. Londres: Tavistock, 1974. p. 1-19.
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RIBEIRO, C. A. C. Estrutura de classes, condições de vida e oportunidades de mobilidade social. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. de V. (Org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 381-430.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros: 1 – teoria do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 65.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. **Análise social do espaço urbano-metropolitano: fundamentos teórico-metodológicos e descrição dos procedimentos técnicos**. Rio de Janeiro: INCT/CNPq; Observatório das Metrópoles, 2011.

RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. Estrutura social do Brasil Metropolitano. *In*: RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. G.; RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Letra Capital, 2013. p. 19-39.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 26, n. 75, fev. 2011.

SANTOS, J. A. F. Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. **Cadernos do Itaboraí**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jun. 2013.

SANTOS, J. A. F. III – Primeira Sessão: Esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. *In*: ROSENBERG, F. J. (Ed.). **Classes sociais, território e saúde: questões metodológicas e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz. 2013. (Cadernos do Itaboraí, n. 1). v. 1, p. 39-59. Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2014/09/Cadernos-do-Itabora%C3%AD-Vers%C3%A3o-Digital.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

SCALON, M. C. Mapeando estratos: critérios para a escolha de uma classificação. **Dados**, v. 41, n. 2, 1998.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Iuperj; Revam, 1999.

SILVA, N. do V. As duas faces da mobilidade. **Dados**, n. 21, p. 49-67, 1979.

SILVA, N. do V. **Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1992.

SILVA, N. do V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. do V. (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 34-54.

TREIMAN, D. J. (Ed.). **Occupational prestige in comparative perspective**. Nova York: Academic Press, 1977.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB, 1991.

WILSON, W. J. (Ed.). **The declining significance of race**: blacks and changing American institutions. Chicago: The University of Chicago Press, 1978.

WILSON, W. J. (Ed.). **The ghetto underclass**: social science perspectives. Thousand Oaks: Sage Publications, 1993.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Class counts**: comparative studies in class analysis. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHAES, F. A. de O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015.

RIBEIRO, D. **Os brasileiros**: 1 – teoria do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.

SANTOS, J. A. F. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 5-40, 2011.





## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA TIPOLOGIA DE CLASSES ADOTADA NA PESQUISA DINÂMICA ECONÔMICA, MUDANÇAS SOCIAIS E NOVAS PAUTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Luiz Rubens Câmara de Araújo<sup>1</sup>  
Carla Rodrigues Costa de Araújo<sup>2</sup>  
João Cláudio Basso Pompeu<sup>3</sup>  
André Rego Viana<sup>4</sup>  
Luís Carlos Garcia de Magalhães<sup>5</sup>  
Ana Paula Vasconcelos Gonçalves<sup>6</sup>  
Kolai Zagbaj Joel Yannick<sup>7</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo sumariza os esforços metodológicos realizados até agora pelos participantes da pesquisa Dinâmica Econômica, Mudança Social e Novas Pautas de Políticas Públicas, do Ipea. O projeto teve início em 2019 e, até o momento, apresentou como produtos, além deste livro, o Texto para Discussão 2592 – *Tipologias de Estruturas de Classe: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para políticas públicas* (Pompeu *et al.*, 2020), bem como a participação em congressos acadêmicos.

O projeto tem por objetivo propor tipologias de estruturas de classe no Brasil que possam ser úteis para a elaboração de políticas públicas, em um contexto de mudança da estrutura produtiva da economia brasileira e da estrutura ocupacional, marcada pela redução relativa da ocupação industrial e do crescimento dos serviços. A hipótese que dirige o trabalho é a de que essa nova reconfiguração produtiva

---

1. Assistente de pesquisa I no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). *E-mail*: luiz.araujo@ipea.gov.br.

2. Assistente de pesquisa III no Ipea. *E-mail*: carla.araujo@ipea.gov.br.

3. Especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG) na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: joao.pompeu@ipea.gov.br.

4. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: andre.viana@ipea.gov.br.

5. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail*: luis.magalhaes@ipea.gov.br.

6. Professora adjunta no Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail*: ana-paulavg@ufmg.com.br.

7. Bolsista no Ipea. *E-mail*: kolai.yannick@ipea.gov.br.

tem implicações para a estratificação social brasileira, com o surgimento de novas demandas de políticas sociais, em razão do surgimento de novos grupos sociais ou da ampliação/redução de grupos sociais já existentes. Ou seja, a dinâmica econômica do início do século XXI está reconfigurando a estrutura social brasileira. Nesse sentido, a aplicação da metodologia do mapeamento da estrutura de classes permite verificar essa reconfiguração da estrutura social brasileira e identificar o afloramento de demandas de políticas públicas.

Os resultados apresentados neste livro tiveram como base a aplicação da metodologia utilizada para a identificação das classes socioeconômicas elaborada por José Alcides Santos (Santos, 2002; 2005; 2015; Santos e Ribeiro, 2016; Souza e Carvalhaes, 2014), a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A aplicação e a atualização da metodologia de mapa da estrutura de classes baseada no trabalho desse autor requereram um esforço grande de adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Domiciliar da forma empregada na PNAD, o que permitiu atualizar o mapa de classes entre 2002 e 2015; portanto, cobrindo praticamente quinze anos do século XXI. Um dos desafios futuros do trabalho é o uso da PNAD Contínua, a partir de 2015, a fim de permitir a atualização do mapa de classes.

Além desta introdução, este capítulo contém mais duas seções e oito apêndices. A próxima seção apresenta uma descrição das tipologias de classes a serem identificadas com base na PNAD Anual e descreve as regras implementadas na construção dessas tipologias, a fim de obter a série histórica do período 2002-2015. Nas considerações finais, apontam-se as limitações e são vislumbradas algumas pistas futuras de investigação. Por fim, os oito apêndices apresentam grupos ocupacionais identificados a partir do agrupamento de códigos<sup>8</sup> da CBO-Domiciliar, dos quais são extraídas algumas categorias utilizadas na construção da tipologia proposta.

Este capítulo tem caráter descritivo com foco na estrutura utilizada na pesquisa. A análise mais detalhada de dados e resultados encontra-se, especialmente, nos capítulos 8 e 9.

## 2 DESCRIÇÃO DAS TIPOLOGIAS DE CLASSES

Como os demais capítulos deste livro demonstram, as tipologias de classe baseadas em grupos ocupacionais têm sido amplamente utilizadas na pesquisa sociológica brasileira (Santos, 2002; 2005; 2015; Santos e Ribeiro, 2016; Souza e Carvalhaes, 2014; Scalón, 1999; Ribeiro, 2007; 2009; Silva, 1979).

---

8. As descrições dos códigos podem ser obtidas nos documentos *Composição dos Grupamentos Ocupacionais e Relação de Códigos de Ocupação*, das notas metodológicas da PNAD Anual, acessível no endereço eletrônico: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/microdados](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/microdados).

A estrutura de classes proposta neste capítulo foi inspirada na classificação proposta por José Alcides Santos, que utiliza o esquema descrito no quadro 1: os critérios operacionais podem ser traduzidos como as variáveis da PNAD agrupadas para a construção das categorias que compõem a tipologia de classe (Santos, 2002).

**QUADRO 1**  
**Classes socioeconômicas**

Categories	Critérios operacionais
Capitalistas e fazendeiros	Posição na ocupação de empregador: empregador não agrícola com onze ou mais empregados; empregador agrícola com onze ou mais empregados permanentes; empregador agrícola que emprega simultaneamente seis ou mais empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários; empregador agrícola com 1 mil hectares ou mais de terra, independentemente do número de empregados.
Pequenos empregadores	Posição na ocupação de empregador: empregador não agrícola que possui de um a dez empregados; empregador agrícola com três a dez empregados permanentes, desde que não empregue simultaneamente de seis a dez empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários.
Conta própria não agrícolas	Posição na ocupação de conta própria com atividade de natureza não agrícola, cujo empreendimento ou titular possui uma ou mais das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque); veículo automotor (táxi, caminhão, van etc.) usado para trabalhar; ou ocupação qualificada no emprego principal.
Conta própria agrícolas	Posição na ocupação de conta própria com atividade em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a extração vegetal, a pesca e a piscicultura.
Especialistas autoempregados	Posição na ocupação de conta própria ou empregador: especialista de acordo com o grupo ocupacional sem empregados; especialista segundo o grupo ocupacional com até cinco empregados; especialista de acordo com o grupo ocupacional com estabelecimento (loja, oficina, fábrica e escritório); especialista segundo o grupo ocupacional sem estabelecimento (loja, oficina, fábrica e escritório).
Gerentes	Posição na ocupação de empregado: gerente de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo os diretores de empresas, os dirigentes da administração pública, os administradores em organizações de interesse público – sem fins lucrativos etc. – e os gerentes de produção, operações e áreas de apoio.
Empregados especialistas	Posição na ocupação de empregado: especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com formação superior.
Empregados qualificados	Posição na ocupação de empregado: empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo os técnicos de nível médio nas diversas áreas, os professores de nível médio ou formação superior nos ensinos infantil, fundamental e profissional, bem como os professores em educação física e educação especial.
Supervisores	Posição na ocupação de empregado, supervisor, chefe, mestre ou contramestre, de acordo com o grupo ocupacional.
Trabalhadores	Posição na ocupação de empregado: trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semirrotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semirrotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas.
Trabalhadores elementares	Posição na ocupação de empregado: trabalhadores com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras; trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros, exclusive os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem.
Conta própria precários	Posição na ocupação de conta própria e empreendimento ou titular sem a posse de nenhuma das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque); veículo automotor (taxi, caminhão, van etc.) usado para o trabalho ou a ocupação qualificada no emprego principal; posição na ocupação de trabalhador na produção do próprio consumo; posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso.
Empregados domésticos	Posição na ocupação de trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada.

Fontes: Santos (2002; 2005) e PNAD, disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.  
Elaboração dos autores.

A partir da tipologia descrita no quadro 1, foram elaboradas e implementadas algumas adaptações, a fim de estabelecer conexões com outras preocupações da equipe de pesquisa.

Uma das adaptações implementadas foi a criação de duas categorias específicas, uma para militares e outra para servidores públicos. Há duas justificativas para a criação destas categorias: i) esses trabalhadores se identificam enquanto classe, no que tange ao *status* e às oportunidades que esse tipo de trabalho lhes concede; e ii) a remuneração desses trabalhadores também tende a desequilibrar a média de rendimento das categorias propostas nas tipologias de classe em que eles estão inseridos.

A identificação da força de trabalho nos microdados da PNAD foi o primeiro passo para a composição das classes sociais. Ela foi realizada com base nas informações contidas na variável chamada *v4706 – posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência*, que foram agregadas em grupos, de acordo com as regras do quadro 2.

#### QUADRO 2

##### Descrição dos grupos de identificação da força de trabalho gerados a partir da coluna *v4706: posição na ocupação no trabalho principal da semana de referência*

Valores da variável <i>v4706</i>	Descrição dos valores da variável <i>v4706</i>	Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho
1	Empregado com carteira	1	Empregados
2	Militares (bombeiros e policiais)		
3	Funcionário público estatutário		
4	Outros empregados sem carteira		
5	Empregados sem declaração de carteira		
6	Trabalhador doméstico com carteira	2	Trabalhadores domésticos
7	Trabalhador doméstico sem carteira		
8	Trabalhador doméstico sem declaração de carteira		
9	Conta própria	3	Conta própria
10	Empregador	4	Empregador
11	Trabalhador na produção para o próprio consumo	5	Trabalhador na produção para o próprio consumo
12	Trabalhador na construção para o próprio uso	6	Trabalhador na construção para o próprio uso
13	Não remunerado	7	Não remunerado
14	Sem declaração	8	Sem declaração

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

Esse novo grupo gerado foi utilizado como base para a criação das demais categorias. As próximas subseções apresentam a identificação de cada uma dessas categorias.

## 2.1 Identificação da categoria capitalistas e fazendeiros

Essa categoria é composta por quatro extratos captados na PNAD, a saber: empregador não agrícola com onze ou mais empregados; empregador agrícola com onze ou mais empregados permanentes; empregador agrícola que contrata simultaneamente seis ou mais empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários; e empregador com 1 mil hectares ou mais independentemente do número de empregados.

### 2.1.1 Empregador não agrícola com onze ou mais empregados

A construção deste grupo na PNAD tomou como base a combinação entre o grupo de identificação da força de trabalho e os dados da variável *v9048 – número de empregados nesse empreendimento na semana de referência*, respondido apenas por *empregadores* em empreendimento de atividade não agrícola no trabalho da semana de referência. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 3.

#### QUADRO 3

#### Descrição da regra para identificação do grupo empregador não agrícola com onze ou mais empregados

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9048	Descrição dos valores da variável v9048	Valor atribuído à categoria capitalistas e fazendeiros
4	Empregador	0	11 ou mais	10

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

### 2.1.2 Empregador agrícola com onze ou mais empregados permanentes

A construção deste grupo na PNAD tomou como base a combinação entre o grupo de identificação da força de trabalho e os dados da variável *v9019 – número de empregados permanentes nesse trabalho na semana de referência*, respondida apenas por pessoas que eram *empregadoras* em empreendimento do ramo agrícola – exceto serviços auxiliares – no trabalho que tinha na semana de referência. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 4.

#### QUADRO 4

##### Descrição da regra para identificação do grupo empregador agrícola com onze ou mais empregados permanentes

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9019	Descrição dos valores da variável v9019	Valor atribuído à categoria capitalistas e fazendeiros
4	Empregador	8	11 ou mais	10

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

#### 2.1.3 Empregador agrícola que emprega simultaneamente seis ou mais empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários

A construção deste grupo na PNAD tomou como base a combinação entre o grupo de identificação da força de trabalho e os dados das variáveis *v9017 – número de empregados temporários neste trabalho na semana de referência* e *v9019 – número de empregados permanentes nesse trabalho na semana de referência*. As duas variáveis possuem respostas de pessoas que eram empregadoras em empreendimentos do ramo agrícola – exceto serviços auxiliares – no trabalho que tinha na semana de referência. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro a seguir.

#### QUADRO 5

##### Descrição da regra para identificação do grupo empregador agrícola que emprega simultaneamente seis ou mais empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9017	Descrição dos valores da variável v9017	Valores da variável v9019	Descrição dos valores da variável v9019	Valor atribuído à categoria capitalistas e fazendeiros
4	Empregador	8	11 ou mais	7	6 a 10	10
				8	11 ou mais	

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

#### 2.1.4 Empregador agrícola com 1 mil hectares ou mais de terra, independentemente do número de empregados

A construção deste grupo na PNAD foi realizada em duas etapas. Na primeira, somou-se a área do empreendimento, em hectares, do ramo agrícola das pessoas com marcação *4 – empregador* na questão *v0708 – posição na ocupação desse trabalho*, a partir das questões:



- v9202 – quantidade\_2 = área informada na primeira unidade de medida;
- v9204 – equivalência\_2 = equivalência em metros quadrados, referente à unidade de medida de superfície em que a área foi informada;
- v9207 – quantidade\_4 = área informada na segunda unidade de medida;
- v9209 – equivalência\_4 = equivalência em metros quadrados, referente à unidade de medida de superfície em que a área foi informada;
- v9212 – quantidade\_6 = área informada na terceira unidade de medida;
- v9214 – equivalência\_6 = equivalência em metros quadrados, referente à unidade de medida de superfície em que a área foi informada;
- v9152 – quantidade\_1 = área informada na primeira unidade de medida;
- v9154 – equivalência\_1 = equivalência em metros quadrados, referente à unidade de medida de superfície em que a área foi informada;
- v9157 – quantidade\_3 = área informada na segunda unidade de medida;
- v9159 – equivalência\_3 = equivalência em metros quadrados, referente à unidade de medida de superfície em que a área foi informada;
- v9162 – quantidade\_5 = área informada na terceira unidade de medida; e
- v9164 – equivalência\_5 = equivalência em metros quadrados, referente à unidade de medida de superfície em que a área foi informada.

Após o cálculo, observaram-se algumas medidas discrepantes de área, e optou-se por considerar as áreas abaixo de 250 mil hectares.

Na segunda etapa, procedeu-se com a identificação dos empreendedores agrícolas com 1 mil hectares ou mais de terra, tomando-se como base a combinação entre o grupo de identificação da força de trabalho e a área calculada, aplicando-se a regra descrita no quadro 6.

**QUADRO 6**

**Descrição da regra para identificação do grupo empregador agrícola com 1 mil hectares ou mais de terra**

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Área agrícola calculada	Valor atribuído à categoria capitalistas e fazendeiros
4	Empregador	Maior ou igual a 1 mil hectares	10

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.  
Elaboração dos autores.

## 2.2 Identificação da categoria pequenos empregadores

A construção desta categoria na PNAD foi realizada com base no grupo de identificação da força de trabalho que não se enquadra nas regras utilizadas para a identificação da categoria *capitalistas e fazendeiros*. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 7.

### QUADRO 7

#### Descrição da regra para identificação da categoria pequenos empregadores

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valor atribuído à categoria capitalistas e fazendeiros	Valor atribuído à categoria pequenos empregadores
4	Empregador	Nenhum	20

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

## 2.3 Identificação da categoria conta própria não agrícolas

Esta categoria é composta por duas categorias da PNAD: conta própria com ativos; e conta própria qualificados e sem estabelecimento.

### 2.3.1 Conta própria com ativos

A construção deste grupo na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como 3 – *conta própria*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável *v9054 – tipo de estabelecimento ou onde era exercido esse trabalho*, respondido por pessoas ocupadas na semana de referência. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 8.

### QUADRO 8

#### Descrição da regra para identificação do grupo conta própria com ativos

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9054	Descrição dos valores da variável v9054	Valor atribuído à categoria conta própria não agrícolas
3	Conta própria	1	Loja, oficina, fábrica, escritório, escola, repartição pública, galpão etc.	30
		6	Em veículo automotor	

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/).

Elaboração dos autores.

### 2.3.2 Conta própria qualificados e sem estabelecimento

A construção deste grupo na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como 3 – *conta própria*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável *v9906 – código da ocupação no trabalho que*

*exerceu na semana de referência*, respondido apenas por pessoas com trabalho, seja um único ou o principal, para aqueles com mais de um trabalho.

O código utilizado no preenchimento da coluna v9906 é o da CBO-Domiciliar, que é uma adaptação da CBO-Domiciliar para as pesquisas domiciliares. A partir desta classificação, foram identificados os códigos relacionados a grupos ocupacionais, compostos por pessoas com conhecimento específico e restrito àquela profissão exercida. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 9.

**QUADRO 9**

**Descrição da regra para identificação do grupo conta própria qualificados e sem estabelecimento**

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Valor atribuído à categoria conta própria não agrícolas
3	Conta própria	Ver apêndice A	30

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.  
Elaboração dos autores.

**2.4 Identificação da categoria conta própria agrícolas**

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como 3 – *conta própria*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados das variáveis v4809 – *grupos de atividade no trabalho principal da semana de referência*, respondido apenas por pessoas com 10 anos ou mais de idade, e v9054 – *tipo de estabelecimento ou onde era exercido esse trabalho*, respondido por pessoas ocupadas na semana de referência. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 10.

**QUADRO 10**

**Descrição da regra para identificação da categoria conta própria agrícolas**

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v4809	Descrição dos valores da variável v4809	Valor atribuído à categoria conta própria agrícolas
3	Conta própria	1	Agrícola	35
		Valores da variável v9054	Descrição dos valores da variável v9054	
		2	Fazenda, sítio, granja, chácara etc.	

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.  
Elaboração dos autores.

## 2.5 Identificação da categoria especialistas autoempregados

Esta categoria é composta por dois extratos retirados da PNAD: especialista, de acordo com o grupo ocupacional, sem empregados; e especialista, de acordo com o grupo ocupacional, com até cinco empregados.

### 2.5.1 Especialista, de acordo com o grupo ocupacional, sem empregados

A construção deste grupo na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como 3 – *conta própria*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável v9906 – *código da ocupação no trabalho que exerceu na semana de referência*, respondido apenas por pessoas com trabalho, seja um único ou o principal, para aqueles com mais de um trabalho.

A partir da CBO-Domiciliar, foram identificados os códigos relacionados aos seguintes grupos ocupacionais: profissionais policientíficos; profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia; profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins; profissionais do ensino – com formação de nível superior; profissionais das ciências jurídicas; profissionais das ciências sociais e humanas; comunicadores, artistas e religiosos; técnicos de nível médio em serviços de transportes; e técnicos de nível médio nas ciências administrativas. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 11.

#### QUADRO 11

##### Descrição da regra para identificação do grupo especialistas autoempregados

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Valor atribuído à categoria especialistas autoempregados
3	Conta própria	Ver apêndice B	36

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

### 2.5.2 Especialista, de acordo com o grupo ocupacional, com até cinco empregados

A construção deste grupo na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como 4 – *empregador*, no grupo de identificação da força de trabalho, e as mesmas informações processadas a partir dos dados da variável v9906 – *código da ocupação no trabalho que exerceu na semana de referência*, combinadas com os dados da variável v9048 – *número de empregados nesse empreendimento na semana de referência*, respondido por pessoas empregadoras em empreendimento de atividade não agrícola. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 12.

QUADRO 12

**Descrição da regra para identificação do grupo especialista com até cinco empregados**

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Descrição dos valores da variável v9906	Valores da variável v9048	Descrição dos valores da variável v9019	Valor atribuído à categoria especialistas com até cinco empregados
4	Empregador	Ver apêndice B	Ver apêndice B	2	1	36
				4	2	
				6	3 a 5	

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

**2.6 Identificação da categoria gerentes**

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como *1 – empregado*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável *v9906 – código da ocupação no trabalho que exerceu na semana de referência*, respondido apenas por pessoas com trabalho, seja um único ou o principal, para aqueles com mais de um trabalho.

Os grupos ocupacionais identificados foram: militares da Aeronáutica; militares do Exército; militares da Marinha; policiais militares; bombeiros militares; membros superiores e dirigentes do poder público; dirigentes de empresas e organizações – exceto de interesse público; gerentes; profissionais das ciências jurídicas; comunicadores; artistas e religiosos. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 13.

QUADRO 13

**Descrição da regra para identificação da categoria gerentes**

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Valor atribuído à categoria gerentes
1	Empregado	Ver apêndice C	40

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

**2.7 Identificação da categoria empregados especialistas**

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como *1 – empregado*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável *v9906 – código da ocupação no trabalho que exerceu na semana de referência*, respondido apenas por pessoas com trabalho, seja um único ou o principal, para aqueles com mais de um trabalho.

Os grupos ocupacionais identificados foram: profissionais policientíficos; profissionais das ciências exatas e físicas e da engenharia; profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins; profissionais do ensino – com formação de nível superior; profissionais das ciências jurídicas; profissionais das ciências sociais e humanas; comunicadores, artistas e religiosos; técnicos de nível médio em serviços de transportes; e técnicos de nível médio nas ciências administrativas. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 14.

#### QUADRO 14

##### Descrição da regra para identificação da categoria empregados especialistas

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Valor atribuído à categoria empregados especialistas
1	Empregado	Ver apêndice D	50

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

## 2.8 Identificação da categoria empregados qualificados

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como *1 – empregado*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável *v9906 – código da ocupação no trabalho que exerceu na semana de referência*, respondido apenas por pessoas com trabalho, seja um único ou o principal, para aqueles com mais de um trabalho.

A partir da CBO-Domiciliar, foram identificados os códigos relacionados aos seguintes grupos ocupacionais: policiais militares; bombeiros militares; profissionais das ciências exatas e físicas e da engenharia; profissionais do ensino – com formação de nível superior; profissionais das ciências sociais e humanas; comunicadores, artistas e religiosos; técnicos polivalentes; técnicos de nível médio das ciências físicas e químicas, de engenharia e afins; técnicos de nível médio das ciências biológicas e bioquímicas, da saúde e afins; professores leigos e de nível médio; técnicos de nível médio em serviços de transportes; técnicos de nível médio nas ciências administrativas; técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos; outros técnicos de nível médio; trabalhadores de atendimento ao público; trabalhadores dos serviços; trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; trabalhadores das indústrias de processos contínuos e de outras indústrias; e trabalhadores de reparação e manutenção mecânica. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 15.

## QUADRO 15

## Descrição da regra para identificação da categoria empregados qualificados

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Valor atribuído à categoria empregados qualificados
1	Empregado	Ver apêndice E	60

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

## 2.9 Identificação da categoria supervisores

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como *1 – empregado*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da coluna *v9906 – código da ocupação no trabalho que exerceu na semana de referência*, respondido apenas por pessoas com trabalho, seja um único ou o principal, para aqueles com mais de um trabalho.

A partir da CBO-Domiciliar, foram identificados os códigos relacionados aos seguintes grupos ocupacionais: policiais militares; bombeiros militares; escriturários; trabalhadores de atendimento ao público; trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio; trabalhadores na exploração agropecuária; trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; trabalhadores da transformação de metais e de compósitos; trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais; joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; trabalhadores das indústrias de processos contínuos e de outras indústrias; trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção; trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos; operadores de instalações de produção e distribuição de energia, de utilidades, bem como de captação, tratamento e distribuição de água; trabalhadores de reparação e manutenção mecânica; e polimantenedores. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 16.

## QUADRO 16

## Descrição da regra para identificação de supervisores

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Valor atribuído à categoria supervisores
1	Empregado	Ver apêndice F	70

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.



## 2.10 Identificação da categoria trabalhadores típicos

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como *1 – empregado*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável *v9906 – código da ocupação no trabalho que exerceu na semana de referência*, respondido apenas por pessoas com trabalho, seja um único ou o principal, para aqueles com mais de um trabalho.

A partir da CBO-Domiciliar, foram identificados os códigos relacionados aos seguintes grupos ocupacionais: policiais militares; bombeiros militares; professores leigos e de nível médio; técnicos de nível médio nas ciências administrativas; técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos; escriturários; trabalhadores de atendimento ao público; trabalhadores dos serviços, vendedores e prestadores de serviços do comércio; trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal; trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; trabalhadores da transformação de metais e de compósitos; trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica; montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais, joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins; trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas; trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário; trabalhadores de funções transversais; trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias; trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção; trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos; trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo; operadores de instalações de produção e distribuição de energia, de utilidades, bem como de captação, tratamento e distribuição de água; outros trabalhadores elementares industriais; trabalhadores de reparação e manutenção mecânica; polimantenedores; outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação; ocupações mal definidas. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 17.

### QUADRO 17

#### Descrição da regra para identificação da categoria trabalhadores típicos

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Valor atribuído à categoria trabalhadores típicos
1	Empregado	Ver apêndice G	80

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

### 2.11 Identificação da categoria trabalhadores elementares

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como *1 – empregado*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável *v9906 – código da ocupação no trabalho que exerceu na semana de referência*, respondido apenas por pessoas com trabalho, seja um único ou o principal, para aqueles com mais de um trabalho.

A partir da CBO-Domiciliar, foram identificados os códigos relacionados aos seguintes grupos ocupacionais: trabalhadores dos serviços; trabalhadores na exploração agropecuária; pescadores, caçadores e extrativistas florestais; trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil; trabalhadores de funções transversais; e outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 18.

QUADRO 18

#### Descrição da regra para identificação da categoria trabalhadores elementares

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9906	Valor atribuído à categoria trabalhadores elementares
1	Empregado	Ver apêndice H	85

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.  
Elaboração dos autores.

### 2.12 Identificação da categoria conta própria precário

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como *3 – conta própria*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável *v9054 – tipo de estabelecimento ou onde era exercido esse trabalho*, respondido apenas por pessoas ocupadas na semana de referência. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 19.

## QUADRO 19

## Descrição da regra para identificação da categoria conta própria precários

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9054	Descrição dos valores da variável v9054	Valor atribuído à categoria conta própria precários
3	Conta própria	3	No domicílio em que morava	90
		4	Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês	
		5	Em local designado pelo empregador, cliente ou freguês	
		7	Em via ou área pública	
		8	Outro	
		9	Ignorado	

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

## 2.13 Identificação da categoria empregados domésticos

A construção desta categoria na PNAD tomou como base as pessoas identificadas como 2 – *trabalhadores domésticos*, no grupo de identificação da força de trabalho. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 20.

## QUADRO 20

## Descrição da regra para identificação da categoria trabalhadores domésticos

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valor atribuído à categoria trabalhadores domésticos
2	Trabalhadores domésticos	95

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

## 2.14 Identificação da categoria trabalhador de subsistência

A construção desta categoria na PNAD tomou como base a combinação entre as pessoas identificadas como 5 – *trabalhador na produção para o próprio consumo*, no grupo de identificação da força de trabalho, e os dados da variável v4706 – *posição na ocupação no trabalho principal*, respondido apenas por pessoas com 10 anos ou mais de idade na semana de referência. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 21.

**QUADRO 21**

**Descrição da regra para identificação da categoria trabalhador de subsistência**

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Descrição dos valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v4706	Descrição dos valores da variável v4706	Valor atribuído à categoria trabalhador de subsistência
5	Trabalhador na produção para o próprio consumo	11	Trabalhador na produção para o próprio consumo	98

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

**2.15 Identificação da categoria trabalhador excedente**

A construção desta categoria na PNAD considerou todas as pessoas que não trabalhavam na semana de referência, mas tomaram ou não alguma providência para conseguir trabalho na semana ou no mês anterior ao mês de referência da pesquisa, identificado nas variáveis *v9115 – tomou alguma providência para conseguir trabalho na semana de referência da pesquisa; v9116 – tomou alguma providência para conseguir trabalho no mês de referência da pesquisa; v9117 – tomou alguma providência para conseguir trabalho no mês anterior ao mês de referência da pesquisa; e v9118 – tomou alguma providência para conseguir trabalho no ano de referência da pesquisa.* A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 22.

**QUADRO 22**

**Descrição da regra para identificação da categoria trabalhador excedente**

Valores dos grupos de identificação da força de trabalho	Valores da variável v9115	Descrição dos valores da variável v9115	Valores da variável v9116	Descrição dos valores da variável v9116	Valor atribuído à categoria trabalhador excedente
Sem identificação	1	Sim	2	Não	99
	Valores da variável v9117	Descrição dos valores da variável v9117	Valores da variável v9118	Descrição dos valores da variável v9118	
	1	Sim	2	Não	

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

**2.16 Servidores do Estado destacados da tipologia de Santos**

A fim de realizar alguns exercícios e simulações, nossa equipe destacou da tipologia de José Alcides Santos algumas ocupações ligadas ao serviço público. Estas categorias não estão no esquema original, mas nos parecem justificáveis em razão de sua especificidade no mundo do trabalho. As ocupações são: militares (policiais e bombeiros); e servidores públicos.

### 2.16.1 Identificação da categoria militares: policiais e bombeiros

Para a construção desta categoria na PNAD, foram consideradas as categorias da CBO-Domiciliar de gerentes, empregados qualificados, supervisores e trabalhadores típicos, relacionadas aos grupos ocupacionais policiais militares e bombeiros militares. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 23.

#### QUADRO 23

##### Descrição da regra para identificação da categoria militares (policiais e bombeiros)

Categorias analisadas	Código da CBO	Descrição do código da CBO	Grupos ocupacionais identificados	Valor atribuído à categoria militares (policiais e bombeiros)
Gerentes	0401	Comandante de batalhão: coronel e major	Policiais militares	41
	0402	Capitão		
	0403	Tenente: primeiro e segundo		
	0501	Comandante de batalhão: coronel e major	Bombeiros militares	
	0502	Capitão		
	0503	Tenente: primeiro e segundo		
Empregados qualificados	0411	Aluno do curso de formação de oficiais: cadete	Policiais militares	61
	0511	Aluno do curso de formação de oficiais: cadete	Bombeiros militares	
Supervisores	0412	Subtenente e sargento: primeiro, segundo e terceiro	Policiais militares	71
	0512	Subtenente e sargento: primeiro, segundo e terceiro	Bombeiros militares	
Trabalhadores	0413	Cabo e soldado	Policiais militares	81
	0513	Cabo e soldado	Bombeiros militares	

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

### 2.16.2 Identificação da categoria servidores públicos

A construção desta categoria na PNAD considerou as categorias identificadas como gerentes, empregados especialistas, empregados qualificados, supervisores, trabalhadores típicos e trabalhadores elementares que apresentaram marcação 4 – público na variável v9032 – setor do emprego no trabalho principal da semana de referência. A regra utilizada encontra-se descrita no quadro 24.

**QUADRO 24**  
**Descrição da regra para identificação da categoria servidores públicos**

Categorias analisadas	Valor da variável v9032	Descrição do valor da variável v9032	Valor atribuído à categoria servidores públicos
Gerentes	4	Público	42
Empregados especialistas			51
Empregados qualificados			62
Supervisores			72
Trabalhadores típicos			82
Trabalhadores elementares			86

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.  
 Elaboração dos autores.

### 2.17 Seleção de variáveis para análise de perfil socioeconômico

O passo seguinte na realização da pesquisa foi a seleção de variáveis com o objetivo de cruzar com as categorias, a fim de estabelecer séries temporais que pudessem descrever a evolução econômica no período 2002-2015. Foram selecionadas as variáveis descritas no quadro 25 para a análise do perfil socioeconômico dos dados identificados para a análise.

Os próximos capítulos deste livro analisam a tipologia de classes propostas a partir de algumas dessas variáveis.

**QUADRO 25**  
**Variáveis selecionadas para análise do perfil socioeconômico**

Variável	Descrição das variáveis	Valor	Descrição do valor
V0302	Sexo	2	Masculino
		4	Feminino
V0404	Cor ou raça	2	Branca
		4	Preta
		6	Amarela
		8	Parda
		0	Indígena
		9	Sem declaração
v9033	Área do emprego no trabalho principal da semana de referência	1	Federal
		3	Estadual
		5	Municipal
		-	Não aplicável
V4704	Condição de atividade na semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	1	Economicamente ativas
		2	Não economicamente ativas
		-	Não aplicável

(Continua)

(Continuação)

Variável	Descrição das variáveis	Valor	Descrição do valor
V4809	Grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 10 anos ou mais de idade	1	Agrícola
		2	Outras atividades industriais
		3	Indústria de transformação
		4	Construção
		5	Comércio e reparação
		6	Alojamento e alimentação
		7	Transporte, armazenagem e comunicação
		8	Administração pública
		9	Educação, saúde e serviços sociais
		10	Serviços domésticos
		11	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais
		12	Outras atividades
		13	Atividades maldefinidas
		-	Não aplicável
V4718	Rendimento mensal do trabalho principal para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Valor	R\$
		999 999 999 999	Sem declaração
		-	Não aplicável
V4719	Rendimento mensal de todos os trabalhos para pessoas de 10 anos ou mais de idade	Valor	R\$
		999 999 999 999	Sem declaração
		-	Não aplicável

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/). Acesso em: 18 set. 2022.

Elaboração dos autores.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo mostra os procedimentos adotados na construção da tipologia de classes da pesquisa intitulada Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas. Uma das suas principais limitações é a necessidade de adequação entre os códigos da CBO-Domiciliar utilizados até 2015 na PNAD Anual e a nova classificação utilizada a partir daquele ano nas PNADs Contínuas. Essa incompatibilidade prejudica a construção de séries históricas mais longas, limitando o escopo deste estudo ao período 2002-2015, o que impede generalizações mais amplas. Este assunto é amplamente discutido na comunidade acadêmica, e, como próximos passos, na agenda da pesquisa, pretendemos lançar uma proposta de compatibilização das PNADs.

No capítulo 9, utilizam-se as tipologias de classe aqui descritas, a fim de estabelecer correlações com outras variáveis. No capítulo 8, aborda-se a questão da desindustrialização a partir da tipologia proposta por nós.



## REFERÊNCIAS

- POMPEU, J. C. B. *et al.* **Tipologias de estruturas de classe no Brasil**: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para políticas públicas. Brasília: Ipea, 2020. (Texto para Discussão, n. 2592).
- RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.
- RIBEIRO, C. A. C. **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro: Editora UFMG, 2002.
- SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.
- SANTOS, J. A. F. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de *status* social. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015.
- SANTOS, J. A. F.; RIBEIRO, L.V. F. Emprego, estratificação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 89-102, 2016.
- SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- SILVA, N. do V. As duas faces da mobilidade. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 49-67, 1979.
- SOUZA, P. H. G. F. de; CARVALHAES, F. A. de O. Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014.

## APÊNDICE A

## QUADRO A.1

**Grupos ocupacionais utilizados na regra para identificação do grupo conta própria qualificados e sem estabelecimento**

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Membros superiores e dirigentes do poder público	1140
Dirigentes de empresas e organizações – exceto de interesse público	1210, 1219, 1220 e 1230
Gerentes	1310 e 1320
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia	2123
Profissionais do ensino – com formação de nível superior	2311, 2312, 2313, 2391 e 2392
Comunicadores, artistas e religiosos	2613, 2615, 2617, 2621, 2622, 2625, 2627 e 2631
Técnicos polivalentes	3003 e 3011
Técnicos de nível médio das ciências físicas e químicas, de engenharia e afins	3114, 3117, 3121, 3122, 3123, 3131, 3132, 3134, 3135, 3141, 3163, 3171, 3172 e 3189
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins	3210, 3211, 3221, 3222, 3223, 3224, 3231, 3242 e 3251
Professores leigos e de nível médio	3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331
Técnicos de nível médio em serviços de transportes	3412, 3421 e 3422
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	3511, 3513, 3516, 3517, 3518, 3522, 3531, 3532, 3541, 3542, 3543, 3544, 3545, 3546, 3547 e 3548
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	3713, 3721, 3722, 3731, 3732, 3741, 3742, 3751, 3761, 3762, 3763, 3764, 3765, 3771, 3772 e 3773
Outros técnicos de nível médio	3912
Escriturários	4101, 4110, 4121, 4122, 4123, 4131, 4141, 4151 e 4152
Trabalhadores de atendimento ao público	4211, 4213, 4214, 4221, 4223, 4231 e 4241
Trabalhadores dos serviços	5101, 5103, 5114, 5132, 5134, 5141, 5142, 5151, 5152, 5161, 5162, 5165, 5166, 5167, 5169, 5171, 5173, 5174, 5191, 5192, 5198 e 5199
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	5211, 5231, 5241, 5242 e 5243
Produtores na exploração agropecuária	6129
Trabalhadores na exploração agropecuária	6210, 6229 e 6239
Pescadores, caçadores e extrativistas florestais	6319 e 6329
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	6410
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	7102, 7111, 7112, 7113, 7114, 7121, 7122, 7151, 7152, 7153, 7154, 7155, 7156, 7157, 7161, 7162, 7163, 7164, 7165, 7166 e 7170
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	7201, 7202, 7211, 7212, 7213, 7214, 7215, 7221, 7232, 7233, 7241, 7242, 7243, 7244, 7245 e 7252
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica	7311, 7312, 7313 e 7321
Montadores da aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	7411 e 7421

(Continua)

(Continuação)

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	7519, 7521, 7522, 7523 e 7524
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	7613, 7614, 7620, 7621, 7622, 7623, 7630, 7631, 7632, 7633, 7640, 7641, 7642, 7643, 7650, 7651, 7652, 7653, 7660, 7661, 7662, 7663, 7664, 7681, 7682, 7683, 7686 e 7687
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	7701, 7711, 7731, 7733, 7741, 7751, 7764, 7771 e 7772
Trabalhadores de funções transversais	7817, 7820, 7823, 7824, 7825, 7827, 7828, 7832 e 7841
Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias	8111, 8114, 8116, 8117, 8118 e 8121
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção	8214, 8233 e 8281
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos	8301, 8311, 8321 e 8339
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	8411, 8413, 8416, 8417, 8421, 8423, 8484, 8485, 8491, 8492 e 8493
Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica	9111, 9112, 9113, 9131, 9141, 9142, 9144, 9151, 9152, 9153, 9154, 9191, 9192 e 9193
Polimantenedores	9511, 9513, 9531, 9541, 9542 e 9543
Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação	9913 e 9921
Ocupações maldefinidas	9988

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/)  
 Elaboração dos autores.

## APÊNDICE B

### QUADRO B.1

#### Grupos ocupacionais utilizados nas regras para identificação do grupo especialistas autoempregados e do grupo especialista com até cinco empregados

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Profissionais policientíficos	2011
Profissionais das ciências exatas e físicas e da engenharia	2111, 2112, 2121, 2122, 2124, 2125, 2131, 2132, 2134, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149 e 2153
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	2211, 2221, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236 e 2237
Profissionais do ensino – com formação de nível superior	2321, 2330, 2340 e 2394
Profissionais das ciências jurídicas	2410 e 2412
Profissionais das ciências sociais e humanas	2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2521, 2522, 2524 e 2531
Comunicadores, artistas e religiosos	2611, 2614, 2616, 2623 e 2624
Técnicos de nível médio em serviços de transportes	3411, 3514 e 3515

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/)  
Elaboração dos autores.

## APÊNDICE C

### QUADRO C.1

#### Grupos ocupacionais utilizados na regra para identificação da categoria gerentes

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Membros superiores e dirigentes do poder público	1111, 1112, 1113, 1122, 1123 e 1140
Dirigentes de empresas e organizações – exceto de interesse público	1210, 1219, 1220 e 1230
Gerentes	1310 e 1320
Profissionais das ciências jurídicas	2423
Comunicadores, artistas e religiosos	2621

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/)  
Elaboração dos autores.

## APÊNDICE D

### QUADRO D.1

#### Grupos ocupacionais utilizados na regra para identificação da categoria empregados especialistas

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Profissionais policientíficos	2011, 2012 e 2021
Profissionais das ciências exatas e físicas e da engenharia	2111, 2112, 2121, 2122, 2124, 2125, 2131, 2132, 2133, 2134, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2151, 2152 e 2153
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins	2211, 2221, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236 e 2237
Profissionais do ensino – com formação de nível superior	2321, 2330, 2340 e 2394
Profissionais das ciências jurídicas	2410, 2412, 2419, 2421 e 2422
Profissionais das ciências sociais e humanas	2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2521, 2522, 2524, 2525 e 2531
Comunicadores, artistas e religiosos	2611, 2612, 2614, 2616, 2623 e 2624
Técnicos de nível médio em serviços de transportes	3411
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	3514 e 3515

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/).

Elaboração dos autores.

## APÊNDICE E

### QUADRO E.1 Grupos ocupacionais utilizados na regra para identificação da categoria empregados qualificados

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Policiais militares	411
Bombeiros militares	511
Profissionais das ciências exatas e físicas e da engenharia	2123
Profissionais do ensino – com formação de nível superior	2311, 2312, 2313, 2391 e 2392
Profissionais das ciências sociais e humanas	2523
Comunicadores, artistas e religiosos	2613, 2615, 2617, 2621, 2622, 2625, 2627 e 2631
Técnicos polivalentes	3001, 3003, 3011 e 3012
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, da engenharia e afins	3111, 3112, 3113, 3114, 3115, 3116, 3117, 3121, 3122, 3123, 3131, 3132, 3134, 3135, 3136, 3137, 3141, 3142, 3143, 3144, 3146, 3147, 3161, 3162, 3163, 3171, 3172, 3189, 3191 e 3192
Técnicos de nível médio das ciências biológicas e bioquímicas, da saúde e afins	3201, 3210, 3211, 3212, 3213, 3214, 3221, 3222, 3223, 3224, 3225, 3231, 3232, 3241, 3242, 3250, 3251, 3252, 3253 e 3281
Professores leigos e de nível médio	3311, 3312, 3313 e 3331
Técnicos de nível médio em serviços de transportes	3411 e 3412
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	3413, 3421, 3422, 3423, 3424, 3425, 3426, 3511, 3512, 3513, 3514, 3515, 3516, 3517, 3518, 3522, 3523, 3524, 3525, 3531, 3532, 3541, 3542, 3543, 3544, 3545, 3546, 3547 e 3548
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	3711, 3712, 3713, 3721, 3722, 3723, 3731, 3732, 3741, 3742, 3743, 3751, 3761, 3762, 3763, 3764, 3765, 3771, 3772 e 3773
Outros técnicos de nível médio	3911 e 3912
Trabalhadores de atendimento ao público	4212 e 4221
Trabalhadores dos serviços	5101, 5111, 5114, 5131, 5151, 5152, 5162, 5171, 5172, 5173 e 5174
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	5211 e 7244
Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias	7254
Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica	7256, 7313, 7421, 7602, 7687, 7711, 7831, 8110 e 8401
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	9143
Polimantenedores	9502 e 9531
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	9153
Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica	9142
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	9113, 9131 e 9141
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	9144
Trabalhadores de funções transversais	9151
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	9112

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/).  
Elaboração dos autores.



## APÊNDICE F

### QUADRO F.1

#### Grupos ocupacionais utilizados na regra para identificação de supervisores

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Escriturários	4101 e 4102
Trabalhadores de atendimento ao público	4201
Trabalhadores dos serviços	5101, 5102 e 5103
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	5201
Trabalhadores na exploração agropecuária	6201
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	7101 e 7102
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	7201 e 7202
Trabalhadores da fabricação e de instalação eletroeletrônica	7301
Montadores de aparelhos e de instrumentos de precisão e musicais	7401
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	7501 e 7502
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	7601, 7602, 7603, 7604, 7605 e 7606
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	7701
Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e de outras indústrias	8101, 8102 e 8103
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção	8201 e 8202
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos	8301
Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água	8601
Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica	9101, 9102 e 9109
Polimantenedores	9501, 9502 e 9503

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/).

Elaboração dos autores.

## APÊNDICE G

**QUADRO G. 1**  
**Grupos ocupacionais utilizados na regra para identificação da categoria trabalhadores típicos**

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Professores leigos e de nível médio	3321, 3322, 3331 e 3341
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas	3522
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos	3751, 3761, 3762 e 3763
Escriturários	4110, 4121, 4122, 4123, 4131, 4132, 4141, 4142, 4151 e 4152
Trabalhadores de atendimento ao público	4211, 4213, 4214, 4221, 4222, 4223, 4231 e 4241
Trabalhadores dos serviços	5112, 5131, 5132, 5133, 5134, 5141, 5151, 5152, 5161, 5162, 5165, 5166, 5167, 5169, 5171, 5173, 5174, 5191 e 5198
Vendedores e prestadores de serviços do comércio	5211, 5221, 5231, 5241, 5242 e 5243
Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal	6410, 6420 e 6430
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	7111, 7112, 7113, 7121, 7122, 7151, 7152, 7153, 7154, 7155, 7156, 7157, 7161, 7162, 7163, 7164, 7165 e 7166
Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos	7211, 7212, 7213, 7214, 7215, 7221, 7222, 7223, 7224, 7231, 7232, 7233, 7241, 7242, 7243, 7244, 7245, 7246, 7250, 7251, 7252, 7253, 7254, 7255, 7256 e 7257
Trabalhadores da fabricação e de instalação eletroeletrônica	7311, 7312, 7313 e 7321
Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais	7411 e 7421
Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins	7519, 7521, 7522, 7523 e 7524
Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas	7610, 7611, 7612, 7613, 7614, 7618, 7620, 7621, 7622, 7623, 7630, 7631, 7632, 7633, 7640, 7641, 7642, 7643, 7650, 7651, 7652, 7653, 7654, 7660, 7661, 7662, 7663, 7664, 7681, 7682, 7683 e 7711
Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário	7721, 7731, 7732, 7733, 7734, 7735, 7741, 7751, 7764, 7771 e 7772
Trabalhadores de funções transversais	7801, 7811, 7813, 7817, 7820, 7821, 7822, 7823, 7824, 7825, 7826, 7827, 7831, 7841 e 7842
Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e de outras indústrias	8111, 8112, 8113, 8114, 8115, 8116, 8117, 8118, 8121, 8131 e 8181
Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção	8211, 8212, 8213, 8214, 8221, 8231, 8232, 8233 e 8281
Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos	8311, 8321 e 8339
Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	8401, 8411, 8412, 8413, 8416, 8417, 8421, 8423, 8429, 8484, 8485, 8491, 8492 e 8493
Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água	8611, 8612, 8621, 8622, 8623, 8624 e 8625
Outros trabalhadores elementares industriais	8711

(Continua)

(Continuação)

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica	9111, 9112, 9113, 9131, 9143, 9144, 9151, 9152, 9153, 9154, 9191, 9192 e 9193
Polimantenedores	9511, 9513, 9531, 9541, 9542 e 9543
Outros trabalhadores de conservação, manutenção e reparação	9911, 9912, 9913 e 9914
Ocupações maldefinidas	9988

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/).

Elaboração dos autores.

## APÊNDICE H

### QUADRO H.1

#### Grupos ocupacionais utilizados na regra para identificação da categoria trabalhadores elementares

Grupos ocupacionais identificados	Código da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)
Trabalhadores dos serviços	5142, 5192 e 5199
Trabalhadores na exploração agropecuária	6210, 6229 e 6239
Pescadores, caçadores e extrativistas florestais	6301, 6319 e 6329
Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil	7114 e 7170
Trabalhadores de funções transversais	7828 e 7832
Outros trabalhadores de conservação, manutenção e reparação	9921 e 9922

Fonte: Microdados da PNAD Anual. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amos-tra\\_de\\_Domicilios\\_anual/](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amos-tra_de_Domicilios_anual/).

Elaboração dos autores.



## A TIPOLOGIA OCUPACIONAL ERIKSON-GOLDTHORPE-PORTOCARERO: UMA AVALIAÇÃO ANALÍTICA E EMPÍRICA<sup>1</sup>

Flavio Carvalhaes<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Na literatura contemporânea da área temática da sociologia da estratificação social, há um questionamento sobre a relevância do conceito de classe para a compreensão de como se estruturam as desigualdades sociais (Pakulski e Waters, 1996), ou de forma mais amena, mas igualmente crítica, uma forte contestação das operacionalizações convencionais do conceito de classe (Grusky e Weeden, 2008). Neste trabalho, desejamos contribuir para o debate a partir do ponto de vista de como o contexto brasileiro fornece ideias sobre as potencialidades e os limites da discussão.

Nossa estratégia argumentativa se apoia na apresentação do que pesquisadores estrangeiros e brasileiros entendem como análise de classe, ou seja, os pontos analíticos em comum que definem o objetivo daqueles que defendem que as classes sociais são uma dimensão fundamental para o entendimento de diversos tipos de desigualdade. Tendo delineado os pontos mais salientes dessas abordagens, nos preocuparemos em apresentar os principais questionamentos e críticas feitas à perspectiva, para em seguida apresentar as propostas de operacionalização do conceito para pesquisas empiricamente orientadas. Após uma revisão sistemática dos princípios e das críticas levantadas na literatura, fazemos um exercício que tenta conectar os debates e os dados que temos disponíveis em uma extensa avaliação de como a tipologia analisada se relaciona com outras características ocupacionais do mercado de trabalho brasileiro.

Procedemos de forma diferente em relação a outros pesquisadores do país interessados no assunto. A prática mais comum é tomar as classes sociais como variável explicativa central para o estudo da estruturação de diversos tipos de desigualdade: de oportunidades de mobilidade social (Scalon, 1997; Ribeiro, 2007)

---

1. Originalmente publicado como: Carvalhaes, F.A. de O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. *Sociedade e Estado*, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015.

2. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Desigualdade (Nied). *E-mail*: flavio.carvalhaes@ifcs.ufrj.br.

ou desigualdade de renda (Santos, 2002), por exemplo. Esses e outros trabalhos, apesar de terem a preocupação em delinear quais são os princípios que guiam a operacionalização dos agrupamentos ocupacionais (ou classes) utilizados (Silva, 2003a; Santos, 2005; Ribeiro, 2007), não se preocuparam em analisar mais detidamente se os princípios analíticos elencados *a priori* para construir a variável de classe tinham alguma ressonância empiricamente válida. Não é desta forma que procedemos. Optamos por fazer uma análise “interna” da validade empírica do conceito, através da operacionalização de dimensões correlatas à classe que nos permitem operacionalizar metodologicamente uma avaliação da validade do conceito. Dados inéditos da caracterização ocupacional no Brasil e uma técnica estatística apropriada para o tratamento do problema que motiva nossa reflexão nos colocam em uma posição privilegiada para avaliar uma das tipologias ocupacionais mais relevantes na pesquisa sobre desigualdades sociais, o esquema Erikson-Goldthorpe-Portocarero, popularmente conhecido como EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979; Erikson e Goldthorpe, 1992). Esperamos, com esta avaliação, poder esclarecer se os questionamentos contemporaneamente levantados pela literatura são válidos, ao tentarmos interpretar o mercado de trabalho brasileiro a partir desta tipologia.

### 1.1 Análise de classe: proposta e operacionalização

Perspectivas inseridas no projeto da análise de classes procuram interpretar como se estrutura a distribuição de um determinado bem ou recurso na sociedade, a partir da compreensão de que o processo de estratificação social é relacional, ou seja, é possível distinguir um conjunto de posições na estrutura produtiva da sociedade suficientemente comuns entre si, que contrastam com outras, e que compartilham entre si o nível e o grau de poder social dos indivíduos que nelas se inserem (Breen e Rottman, 1995). Apesar de haver um relativo desacordo sobre quais seriam os critérios teoricamente e empiricamente mais relevantes na operacionalização da variável de classe na sociedade contemporânea, existem algumas interseções entre as diferentes propostas. Todas operam através do estabelecimento de critérios conceituais claros na definição da variável de classe, assim em como ela se liga com o objeto empírico em cada tipo de estudo (Manza e Brooks, 1996; Grusky e Sørensen, 1998; Breen, 2005; Wright, 2005b).

Segundo um dos principais autores a avançar a perspectiva, Goldthorpe (2002), três considerações devem ser preenchidas para que um trabalho possa ser considerado uma análise de classe: i) a classe não pode ser construída como uma mera agregação arbitrária de títulos ocupacionais, mas deve conter um fundo conceitual claro, implementado a partir de critérios válidos; ii) análises de resultados específicos (por exemplo, disparidades de saúde) que têm a classe como variável explicativa devem ser capazes de demonstrar regularidades empíricas como forma de apontar a validade do constructo; e iii) a própria forma através da qual

as classes são conceituadas fornece um ponto de partida para o desenvolvimento de explicações em termos de ação social para as regularidades demonstradas (Goldthorpe, 2002, p. 214). Essa seria a contribuição genuinamente sociológica para o estudo da estratificação social: o entendimento de que há algum tipo de estruturação subjacente às desigualdades sociais ligadas à divisão social do trabalho. Nessa perspectiva, independentemente de como abordada ou operacionalizada, a classe (ou, em termos mais fracos, a dimensão ocupacional) seria uma forma privilegiada de entender aspectos estruturais da distribuição da desigualdade (Sørensen, 1996).

Apesar de haver divergências sobre o que poderia ser entendido pelo conceito de classe, há um ponto pacífico sobre a importância que a inserção ocupacional dos indivíduos tem para a compreensão da estruturação da desigualdade e de que esse é o ponto de partida para estratégias que pretendem fazer uma operacionalização do conceito (Erikson e Goldthorpe, 1992; Wright, 2005a; Weeden e Grusky, 2012). Diferentes posições no mercado de trabalho dariam acesso a um fluxo distinto de recursos e recompensas desigualmente distribuídos na sociedade (Goldthorpe, 2000; 2007a). A forma de sistematizar a relação entre a estrutura ocupacional e outras características da inserção dos indivíduos no mercado de trabalho produz distinções entre as diferentes formas de operacionalização do conceito disponíveis na literatura sociológica internacional e nacional. Existe algum desacordo sobre quais seriam os critérios teoricamente mais relevantes na estruturação das classes, se deveríamos focar as relações de exploração inseridas na organização do trabalho (Wright, 1997; 2005b) ou estudar o tipo de contrato que regula as relações laborais (Goldthorpe, 2000; Breen, 2005; Goldthorpe, 2007a).

Neste capítulo, estaremos dedicados à avaliação analítica e empírica de uma tipologia ocupacional específica, o esquema EGP (1979). O principal objetivo da proposta é dar conta da comunalidade existente entre as diferentes posições presentes no mercado de trabalho e sua ligação com diferentes chances de vida.<sup>3</sup> Uma das formas de se entender as classes seria a consideração da posição que as pessoas ocupam em mercados de trabalho, por meio do entendimento das relações de emprego que ocupam (Erikson e Goldthorpe, 1992); a compreensão de como relacionar inserção ocupacional e desigualdade deve dar conta da compreensão do relacionamento entre posições e a divisão social do trabalho (Breen e Rottman, 1995). O objetivo de um esquema de classes que se insere nessa perspectiva é diferenciar posições dentro de mercados de trabalho e unidades de produção, em outras palavras, diferenciar as posições em termos das relações de emprego que elas envolvem (Erikson e Goldthorpe, 1992, p. 37). Classes, segundo essa abordagem, são constructos ligados a posições no mercado de trabalho e na divisão social

---

3. Aqui seguimos a formulação weberiana clássica, que entende as chances de vida como experiências de afluência ou dificuldade, segurança ou insegurança econômica, chances de prosperar no avanço material ou então de fracassar nesse âmbito segundo o linguajar weberiano (Breen, 2005).



do trabalho, o principal mecanismo de alocação de retornos socialmente desejáveis (Breen e Rottman, 1995; Breen, 2005).

Analiticamente, essa proposta se baseia em uma forma de entender algo que é definido como um conflito intrínseco às relações de trabalho. A base das distinções entre diferentes posições no mercado seria a assimetria informacional entre o trabalhador e seu empregador. Uma distinção essencial na elaboração do esquema é aquela relativa ao estabelecimento da natureza das relações de emprego, que diz respeito ao tipo de regulação que adotam, ou seja, se elas são regidas por relações de serviço (*service*) ou trabalho (*wage-labour*). Um dos princípios para distinguir os dois tipos de contrato seria a assimetria informacional envolvida nos fluxos do cotidiano de trabalho, isto é, as possibilidades de supervisão direta do trabalho envolvida em uma ocupação específica (Goldthorpe, 2007b).

Contratos de trabalho seriam caracterizados por envolver poucos problemas de supervisão, estariam relacionados com tarefas bem determinadas e teriam poucos problemas de monitoramento, porque a tarefa do empregado pode ser, em princípio, inspecionada. Outras de suas características marcantes seriam menor estabilidade do emprego e menores chances de mobilidade econômica. O contrato de serviço, por sua vez, envolve uma assimetria informacional relativamente grande; sua inserção se dá em um contexto burocrático que implica uma troca de mais longo prazo e difusa. Os retornos não são ligados diretamente apenas à produtividade, mas também a elementos prospectivos, como promoções, segurança, estabilidade. Geralmente as tarefas estão ligadas ao exercício de autoridade delegada, sendo necessário que o executor detenha algum tipo de conhecimento específico e *expertise* para atuar (Breen e Halpin, 1989; Erikson e Goldthorpe, 1992; Breen, 2005; Goldthorpe, 2007b).

Fora esses tipos de inserção, via mercado, os autores da proposta também se esforçam para entender o vínculo que não passa necessariamente pelo emprego. Um primeiro tipo de inserção relacionado a esse tipo de posição é o trabalhador “conta própria”, que tem em seu trabalho relativa autonomia e controle dos meios de produção e condições de trabalho. A tipologia ocupacional EGP se preocupa em compreender essa dimensão explicitamente, apesar de o principal foco analítico estruturante da tipologia ser a venda de trabalho no mercado. As outras categorias presentes na tipologia têm uma marca da tentativa de entender o impacto da divisão dos setores econômicos na divisão do trabalho, e se preocupam com trabalhadores ou proprietários do meio rural, algo relativamente residual nas economias mais desenvolvidas, mas ainda presente, tanto em termos de mão de obra ocupada quanto em geração de riqueza, em um contexto como o brasileiro.

Podemos contrastar a proposta do EGP com as outras tipologias ocupacionais disponíveis na literatura sociológica brasileira sobre o tema. Tínhamos, a princípio,

no mínimo três opções à disposição, duas elaboradas mais próximas de princípios de operacionalizações neoweberianas (Silva, 2003a; Santos, 2005; Ribeiro, 2007) e uma neomarxista (Santos, 2005). As três fazem um esforço para incorporar tanto aspectos dos setores econômicos brasileiros, através da distinção entre *indústrias modernas* e *indústrias tradicionais* feitas por Silva (2003a) – incorporadas também em Ribeiro (2007) –, como as distinções do setor rural elaboradas por Santos (2005). Outra preocupação explícita é a criação de categorias para dar conta do vasto setor informal do mercado de trabalho brasileiro, como a presença de categorias que refletem o serviço doméstico nas três tipologias, além de categorias para dar conta do trabalho por conta própria, presente também nessas operacionalizações.<sup>4</sup> Os trabalhos desses autores mostram, de diversas formas, a importância que o conceito de classe tem para a compreensão de diversos tipos de desigualdades. Todos seguem a mesma estratégia: estabelecem certos critérios previamente, operacionalizam as tipologias a partir do agrupamento combinado de ocupações com outras dimensões, geralmente posição na ocupação e setor de atividade econômica da ocupação. Analiticamente, não discordamos dessas diferentes propostas de operacionalização; as três parecem satisfatórias, a julgar pelos resultados mobilizados por seus autores para compreender os problemas com que se ocupavam – a desigualdade de oportunidades e transmissão intergeracional da desigualdade (Ribeiro, 2007) e a desigualdade de rendimentos (Santos, 2002; Silva, 2003b), por exemplo.

Infelizmente, duas limitações se impõem para seguirmos as propostas brasileiras de operacionalização de tipologias ocupacionais. A primeira é de natureza técnica. Essas tipologias são desenvolvidas tendo como foco explícito os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa pesquisa tem um tamanho amostral atípico em relação a outros inquéritos populacionais. Como ela tem interesses tanto acadêmicos como administrativos (monitorar o desemprego em regiões metropolitanas, por exemplo), seu desenho amostral contém, em média, 400 mil entrevistas. Isso permite que as tipologias ocupacionais propostas na literatura possam ser extremamente refinadas, chegando a dezenove (Ribeiro, 2007), dezoito (Silva, 2003a) ou treze categorias (Santos, 2005). Situações menos generosas, do ponto de vista do tamanho amostral, tornam inviável o trabalho com tal detalhamento. Essas tipologias também dependem diretamente de outros tipos de informação contingentes aos dados do IBGE, como setores de atividade ou a posição na ocupação.

---

4. Atenção semelhante é dada por trabalhos que também têm classes como dimensão explicativa central para o entendimento da desigualdade na América Latina, que se concentram no papel da informalidade na estruturação das desigualdades, como mostram análises feitas por Torche (2006) para o Chile, e também reflexões mais marcadas por um esforço comparativo (Portes e Hoffman, 2003; Portes e Haller, 2005; Portes, 2010).

Esses limites tornam atrativa a avaliação da tipologia EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979) para a realidade brasileira. Ela oferece vantagens por ter menos categorias, e, portanto, é mais flexível para amostras de tamanhos menores. Ela também não depende de nenhuma variável disponível somente em dados como a PNAD, como a de setores de atividade do IBGE. Sua operacionalização depende apenas da informação sobre a ocupação e de algumas outras poucas variáveis de caracterização dessa inserção. Associada a essa flexibilidade está uma discussão teoricamente relevante a partir de reflexões sobre as direções do capitalismo contemporâneo, com princípios analíticos claros e operacionalizáveis. Diretamente relacionados à posição de classe estariam aspectos da vida econômica, tais como sua segurança, estabilidade e prospectos de avanços economicamente relevantes. Não seria exagerado dizer que indivíduos em classes distintas vivem em “mundos econômicos” bem diferentes, não apenas no que diz respeito a seu bem-estar material, mas também em relação a todo um espectro de riscos e oportunidades que são vividos (Goldthorpe e Marshall, 1997; Goldthorpe e McKnight, 2006, p. 129). Além disso, há uma significativa gama de resultados que mostra a relevância empírica desse tipo de dimensão para o estudo de diferentes problemas de pesquisa, como consumo cultural (Chan e Goldthorpe, 2007; Chan *et al.*, 2011), mobilidade social (Erikson e Goldthorpe, 1992), trajetórias ocupacionais (Goldthorpe e McKnight, 2006), entre outros. Ou seja, a tipologia que usaremos é satisfatória do ponto de vista analítico e mais flexível com os dados que temos à disposição. Portanto, nossa escolha se justifica tanto por critérios pragmáticos como substantivos. Basicamente, a tipologia ocupacional EGP sugere as classes representadas na tabela 1, que foi ajustada para os dados que utilizaremos para a avaliação empírica.

Tendo apresentado os principais contornos da operacionalização da tipologia EGP, e alguns dos limites que emergem da literatura sobre o tema ou em áreas correlatas, podemos nos deslocar a fim de refletir sobre sua relevância para o contexto brasileiro, retomando os questionamentos feitos anteriormente. Em geral, o destaque setorial (para a agricultura) e os tipos de vínculo no mercado de trabalho parecem uma boa orientação para a compreensão da estrutura de classes no Brasil. Tendo em vista a literatura sobre mercado de trabalho no país, o principal incômodo recai sobre as categorizações que se preocupam com as categorias de autoemprego. A princípio, o fato de essa categoria ser residual no esforço da tipologia pode representar uma dificuldade para captar uma característica fundamental da estruturação do mercado de trabalho nos contextos latino-americano e brasileiro, que têm na informalidade e no autoemprego uma das formas dominantes de envolvimento com o trabalho (Cardoso, 2008; Portes, 2010). Retomaremos essa reflexão posteriormente, em nosso exercício empírico, mas podemos apontar que essa é uma marca de todos os esforços feitos na criação de tipologias ocupacionais para o Brasil.

## 1.2 Análise de classes: críticas e limites

Há três categorias distintas de críticas que podemos mobilizar para apontar insuficiências de abordagens que defendem a análise de classes. A primeira, de natureza mais teórica, questiona a própria viabilidade heurística do conceito para interpretação do mundo contemporâneo. O segundo grupo de críticas é “interno” aos trabalhos ligados à área da estratificação social; os autores dessas propostas até concordam com a premissa de que *classe* é uma forma relevante de compreensão do mundo contemporâneo, mas tecem severas críticas ao modo como tem sido tratada. Finalmente, um terceiro bloco de críticas pode ser mobilizado através das próprias especificidades que o contexto brasileiro (e no limite, latino-americano) impõe para o trabalho com esse tipo de abordagem. Iremos abordar cada um desses blocos, começando pelo primeiro.

Autores destacam o enfraquecimento das classes como critério de identificação para ação coletiva, argumentando em uma direção que destaca o fortalecimento de outros tipos de clivagem que seriam sobrepostos a elas, como laços comunitários de moradia, raça, sexo, dissídios coletivos não relacionados ao trabalho, entre outros (Pakulski e Waters, 1996). Há também argumentos mais focados no tema da classe em si, que destacam que transformações estruturais do capitalismo teriam levado a uma diminuição da importância do trabalho como fonte identitária para os indivíduos, que procurariam outros tipos de vínculos em um mundo “pós-alguma coisa” – moderno, fordista, salarial, sendo grande a lista (Manza e Brooks, 1996). Esse tipo de mobilização teve alguma voga, principalmente no período mais próximo à derrocada do bloco soviético. No entanto, devido ao fato de os trabalhos empíricos que continuaram se baseando no conceito de classe invariavelmente produzirem resultados empiricamente relevantes, o impacto desse tipo de crítica foi pouco sentido, e, portanto, não nos aprofundaremos em seus argumentos.

O segundo bloco de críticas consiste em questionamentos mais interessantes do nosso ponto de vista. As críticas internas à análise de classes levantam problemas de operacionalização conceitual. Independentemente de qual o princípio analítico eleito como sendo o mais relevante para a pesquisa empírica, abordagens ligadas à análise de classe destacam ex ante quais seriam os conceitos heurísticamente importantes para o agrupamento de um conjunto de ocupações sob o mesmo rótulo (Grusky e Sørensen, 1998; Grusky e Galescu, 2005; Grusky e Weeden, 2006). Autores insatisfeitos com os critérios heurísticos e de operacionalização dessas abordagens fazem uma crítica simples, mas certa: se a preocupação fundamental recai sobre relações contratuais ou de exploração no mercado de trabalho, por que rotular os resultados sob o nome de classe? No limite, outros rótulos poderiam ser criados, talvez mais próximos do que está sendo investigado, e, em vez de classe proprietária, falaríamos de classe exploradora, ou então a troca seria de classe de administradores e profissionais de alto nível para detentores de contratos de prestação de serviço. A perda de elegância seria compensada por uma maior

precisão conceitual (Grusky e Sørensen, 1998). Na proposta avançada pelos autores ligados a essa perspectiva, ao invés de trabalhar com grandes agregados ocupacionais em algum tipo de tipologia, chamado por eles de macroclasses, deveríamos deslocar nossa atenção para as ocupações em si, ou, segundo eles, microclasses (Grusky e Galescu, 2005).

Apesar de acharmos interessantes as desconfianças presentes na autointitulada proposta neodurkheimiana, suas limitações chamam mais atenção do que suas possíveis qualidades. A nosso ver, é um certo exagero advogar por especificidades de cada ocupação, em vez de tentar ver pontos comuns e situações compartilhadas por certas especificidades no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, em lugar de tratarmos uma inserção ocupacional de forma genérica, pelo compartilhamento de certas especificidades, deveríamos destacar suas diferenças. Por exemplo, ao invés de falarmos sobre profissionais liberais, deveríamos nos referir especificamente a dentistas, advogados, médicos e similares. Esse aumento de complexidade não parece justificar os ganhos analíticos com a troca de estratégia. Dos pontos de vista operacional e metodológico também, a troca impõe severas limitações. Além de não haver garantias de que esse nível de análise leve a uma maior confiabilidade nas pesquisas (na realidade, o inverso pareceria acontecer), os modelos multivariados que viraram lugar-comum em diversos estudos sobre estruturação da desigualdade, sejam eles sociológicos ou de outras disciplinas, teriam sérias limitações para incorporar uma abordagem tão ineficiente do ponto de vista operacional. Um outro limite, do contexto brasileiro, também se impõe. A trajetória da consolidação do mercado de trabalho nacional e suas inflexões não apontam para uma cristalização ou fortalecimento de nichos ocupacionais, pelo contrário (aspecto que iremos expandir posteriormente). Finalmente, do ponto de vista empírico, os autores também não parecem oferecer vantagens, mesmo no contexto norte-americano. Com todas essas limitações, parece-nos prudente guardar dessa abordagem apenas sua desconfiança com as abordagens tradicionalmente defendidas. Em nossa opinião, esta foi a maior contribuição dessa perspectiva para nossos presentes propósitos.

Por fim, nos resta a consideração de possíveis limites impostos à abordagem da análise de classes pelo contexto brasileiro. Tentaremos mobilizar tanto características relevantes apontadas na literatura sobre a estruturação de nosso mercado de trabalho como a maneira pela qual outros pesquisadores incorporaram essas características em suas propostas de operacionalização dessa dimensão de classe para o Brasil e, indiretamente, também para o contexto latino-americano. O principal ponto levantado enquanto estruturador das classes é o mercado de trabalho e como as pessoas nele se inserem. Essa simples afirmação não é trivial para os contextos brasileiro e latino-americano. Incapaz de expandir as relações salariais para um contingente significativo da população, o modelo de desenvolvimento do Brasil e de outros países do continente é marcado por significativas clivagens, sendo uma das principais o eixo da formalidade e informalidade (Portes e Hoffman, 2003; Portes e Haller,

2005; Cardoso, 2008). Sobreposto a essa situação, ainda há um intenso processo de desemprego recorrente para significativas parcelas da população, detentoras de características específicas, que são capazes de se posicionar no mercado de trabalho apenas de forma intermitente e provisória (Guimarães, 2002), ou então através de processos de intermediação do trabalho que impõem sérios limites à interpretação clássica do estabelecimento dos vínculos no mercado de trabalho (Guimarães, 2008).

Feita a exposição sobre as possibilidades e limites da análise de classes e do trabalho com uma de suas notórias vertentes, podemos resumir as intenções da avaliação empírica que se segue. São conhecidos os paradoxos do nosso mercado de trabalho, que encontra grande parte de seu contingente ocupando posições precárias, informais e desprotegidas. Nesse contexto, não é trivial nos questionarmos sobre a plausibilidade de propostas que pretendem interpretar uma situação dessas como “estruturada”, passível de ser compreendida e agrupada sob grandes rótulos. As características próprias ao nosso contexto reforçam a inquietação surgida na literatura sociológica e impõem uma desconfiança sobre a relevância do conceito de classe. O principal eixo analítico que guia a construção da tipologia que iremos avaliar se refere ao mercado de trabalho e aos tipos de vínculos nele estabelecidos. A tipologia também se esforça para sistematizar aquelas situações que oferecem outros tipos de vínculo igualmente fortes, ou setoriais (no caso da agricultura) ou de associação híbrida ao mercado (como os trabalhadores por conta própria). Como a tipologia ocupacional que iremos avaliar – o esquema de classes EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979) – foi criada para um contexto socioeconômico e produtivo muito distinto do brasileiro, podemos questionar se as características do mercado de trabalho no Brasil impõem desafios empíricos a essa proposta ou não. Portanto, a pergunta que guia o exercício empírico a seguir é: qual a ressonância empírica dos princípios analíticos elencados como relevantes para a operacionalização do esquema de classes EGP para o caso brasileiro?

De forma mais direta, podemos perguntar se os agrupamentos ocupacionais tradicionalmente feitos pelos sociólogos dedicados ao estudo da desigualdade “medem” o que eles mesmos argumentam medir. Podemos ser mais precisos: os princípios analíticos elencados pela literatura internacional, especialmente aquelas propostas na tipologia ocupacional adotada pelo esquema EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979), são suficientes na operacionalização do conceito de classe para a realidade brasileira? Quais são, empiricamente, as associações entre as categorias ocupacionais mobilizadas na tipologia EGP e as características do mercado de trabalho brasileiro? Nossa principal desconfiança recai na relevância analítica colocada sobre a estruturação do mercado de trabalho e os diferentes tipos de contrato que regem os vínculos presentes nele. Ao invés de tentar preestabelecer quais são os critérios que deveriam ser elencados para construção de uma tipologia, o que já foi feito, tentaremos fazer um exercício empírico que mobilize resultados que podem informar nosso julgamento, para respondermos a essas inquietações.

### 1.3 Dados e estratégia analítica

Os exercícios de validação empírica de constructo são práticas comuns em áreas relacionadas às ciências sociais, como a epidemiologia social ou a psicologia social, mas são um exercício menos comum na sociologia empiricamente orientada. Isso pode levar a, no mínimo, duas consequências pouco desejadas: ambiguidade conceitual e falta de clareza. Quando um conceito é operacionalizado *ex ante* e utilizado diretamente em análises como variável explicativa, as evidências de sua validade são tratadas a partir de sua significância estatística em um determinado modelo multivariado. Entretanto, não há nenhum tipo de garantia de que o que se diz medir seja o que se está realmente medindo na situação avaliada (Evans e Mills, 1998). Essa não é uma falta de cuidado da sociologia brasileira, mas uma prática comum também em outros países. Recentemente esse espaço de contribuição foi ocupado por alguns sociólogos europeus e norte-americanos, que passaram a se dedicar à avaliação dos conceitos caros à área, como classe social, de especial interesse para o presente projeto (Evans e Mills, 2000). Exercícios semelhantes são raros no Brasil, na operacionalização de conceitos sociológicos em geral, e também naqueles caros à pesquisa sobre desigualdades. Assim, é oportuno que uma contribuição seja feita para explorar empiricamente alguns princípios analiticamente levantados.

Felizmente há dados disponíveis para o exercício de validação que propomos com o acesso aos microdados do survey realizado no âmbito do Instituto do Milênio – Pesquisa das Dimensões Sociais das Desigualdades. Esse *survey*, produzido em 2008, tem amostra probabilística, representativa para todo o Brasil, onde foram realizadas entrevistas em 8.048 domicílios. Foram levantados dados sobre emprego, saúde, justiça distributiva, experiência discriminatória, comportamento político, entre outros. Um dos módulos continha um conjunto de questões que caracteriza a inserção ocupacional dos indivíduos, de onde extraímos as variáveis necessárias para a realização de nosso exercício empírico. Para construção da variável de classe, temos a informação da ocupação e das outras variáveis necessárias para sua operacionalização de acordo com critérios internacionais. O acesso a essa base de dados nos coloca em uma posição privilegiada. Por um lado, podemos operacionalizar a variável EGP da forma mais rigorosa possível, seguindo as orientações internacionais disponíveis. Isso se deve ao fato de termos, na mesma base de dados, informações sobre a ocupação da pessoa e outras características não levantadas nas pesquisas do IBGE. Particularmente importante na construção dessa tipologia é a dimensão da autoridade, operacionalizada através da pergunta se o indivíduo exerce tarefas de supervisão e quantas pessoas supervisiona. Essa variável, aliada à informação da ocupação e da posição na ocupação, permite operacionalizar a variável EGP seguindo rigorosamente todos os passos da literatura internacional (Ganzeboom e Treiman, 1996).<sup>5</sup>

5. Seguimos os códigos feitos por Harry Ganzeboom e disponíveis na página: <http://www.harryganzeboom.nl/isco88/>.



No entanto, a rigor, não temos variáveis que avaliam o constructo de classe diretamente. Para reproduzir os estudos mencionados anteriormente, teríamos que ter acesso a variáveis que refletissem as condições de promoção no emprego, sua estabilidade, e, principalmente, questões que tratassem mais diretamente a assimetria informacional intrínseca às ocupações, de modo que pudéssemos avaliar mais diretamente indicadores do tipo de contrato que rege o vínculo dos indivíduos com o mercado de trabalho, se de serviço (*service*) ou trabalho (*labour*). Acreditamos ter disponível, em nossa base de dados, outros critérios relevantes de caracterização ocupacional, apresentados abaixo. A indisponibilidade de variáveis que teriam o propósito de avaliar diretamente os princípios analíticos levantados na literatura é amenizada pela presença das variáveis de caracterização ocupacional, extremamente relevantes no contexto do mercado de trabalho brasileiro, como mostraremos adiante. Além disso, a técnica estatística por nós utilizada, detalhada na seção seguinte, é centrada em pessoas e não em variáveis, o que nos permite contornar os limites das variáveis disponíveis. Em análises centradas em variáveis (*variable oriented approaches*), a ênfase está na identificação das relações entre variáveis, e se assume que essas relações se mantêm entre todas as pessoas da amostra avaliada, e, no limite, para a população, já que as técnicas têm componentes inferenciais. Análises fatoriais exploratórias são um exemplo de técnica centrada em variáveis. Em uma análise centrada em pessoas (*person oriented approaches*), a ênfase é nos indivíduos, ou seja, de um ponto de vista operacional, isso quer dizer estudar os padrões de respostas dos indivíduos e sua relevância para o problema sob consideração. A técnica por nós utilizada se insere nesse quadro, com a intenção de procurar grupos de indivíduos que exibem padrões similares de características que podem ser agrupados em algum perfil latente de características (Collins e Lanza, 2010, p. 8).

Assim, tiramos proveito desse recurso metodológico para fazer uma avaliação substantiva da ressonância empírica dos princípios analíticos elencados, mobilizando as outras variáveis de caracterização ocupacional presentes na base, como *número de horas trabalhadas*, *posição na ocupação* e as outras variáveis elencadas na tabela 1; através de uma modelagem em dois passos, podemos avaliar se indivíduos que compartilham certas características pertencem a uma mesma classe latente (CL). Em seguida, podemos avaliar como essas CLs se relacionam com a variável de classe que temos disponível. Dessa forma, podemos analisar o problema a partir de como ele emerge dos dados e do perfil de distribuição da amostra que temos disponível, em um exercício semelhante ao que outros pesquisadores fizeram no contexto internacional (Birkelund, Goodman e Rose, 1996; Evans e Mills, 1998; 1999; 2000).



**TABELA 1**  
**Variáveis utilizadas na análise de CLs**

Variável	Número de observações	(%)
Número de horas trabalhadas		
Menos de 8 horas	1.173	22,37
Oito horas	2.503	47,73
Mais de 8 horas	1.568	29,90
Posição na ocupação		
Empregado no setor público	647	12,34
Empregado no setor privado com carteira assinada	1.881	35,86
Empregado no setor privado sem carteira assinada	613	11,70
Conta própria	1.988	37,90
Empregador	116	2,20
Contribuição para Previdência		
Não contribui	4.458	85,02
Contribui	786	14,98
Filiação sindical		
Não é filiado	3.911	74,59
É filiado	1.333	25,41
Licença médica e férias		
Sem nenhum dos direitos	2.562	48,86
Com direito a férias, licença ou ambas	2.682	51,14
Forma de pagamento		
Outras formas de pagamento	2.098	40,02
Pagamento mensal	3.146	59,98
Salário bruto em número de salários mínimos <sup>1</sup>		
Zero a 3 salários mínimos (SMs)	4.154	79,22
Mais de 3 SMs	1.090	20,78
Setor de atividade da ocupação <sup>2</sup>		
Atividades agrárias e agropecuárias	424	8,08
Indústria (transformação, construção, moderna)	917	17,48
Comércio	827	15,77
Outras atividades	309	5,89
Serviços	664	12,67
Administração pública	2.104	40,12

Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

Nota: <sup>1</sup> Valores de 2008.

<sup>2</sup> Usada como *dummies* na análise de CLs.

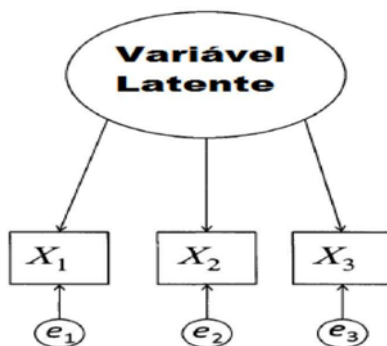
Nosso principal método de análise é a estimação de um modelo de CLs (*latent class analysis*).<sup>6</sup> A ideia básica dessa técnica é a de que há uma distribuição latente (não observada) de alguma dimensão que pode ser representada através da associação de uma série de variáveis categóricas, tomadas como indicadoras de uma tipologia não diretamente mensurada. Dado o pertencimento a uma categoria latente, as variáveis observadas são independentes entre si. O objetivo é explicar a associação entre um conjunto de variáveis categóricas observadas em termos de uma estrutura latente hipotetizada (no nosso caso, dimensões relevantes do mercado de trabalho brasileiro e a capacidade da tipologia EGP em captá-la). O objetivo é conseguir uma representação de um conjunto X de variáveis (no nosso caso, quinze) através de um número de dimensões menor, logo, mais simples (McCutcheon, 1987; Hagenaars e McCutcheon, 2002; Collins e Lanza, 2010).

O termo latente significa que uma variável, não medida diretamente, é proposta. Ela é medida indiretamente por duas ou mais variáveis observadas, logo, sujeitas a mensuração. A análise prossegue da seguinte forma. Modelos são especificados assumindo que um número mínimo de CLs permeia as variáveis observadas. Em cada passo, o modelo adiciona um parâmetro até chegar ao número máximo de CLs possíveis, que se igualaria ao número de variáveis possivelmente incluídas no modelo. Os sucessos dos ajustes podem ser avaliados de duas formas: pelos ajustes da modelagem, ou seja, critérios de escolha do modelo final que são um balanço entre indicadores estatísticos (qui-quadrado, *likelihood ratio* e as estatísticas bayesianas Bayesian Information Criterion e Akaike Information Criterion); ou por meio de um balanço analítico entre parcimônia e relevância substantiva daquele resultado. Ao contrário de outros métodos multivariados, que recaem sobre testes de hipóteses convencionais, essa é uma técnica exploratória, que permite certo grau de subjetividade do pesquisador em sua tomada de decisão pelo modelo final. O outro critério de avaliação são os resultados da associação dos indicadores observados com as CLs observadas (McCutcheon, 1987; Hagenaars e McCutcheon, 2002; Collins e Lanza, 2010). A figura 1 ilustra a intuição da técnica.

---

6. É apenas uma coincidência estarmos discutindo uma teoria nomeada *análise de classes* e avaliar um conceito diretamente vinculado dessa perspectiva com uma técnica chamada *análise de classe latente*. Como esperamos deixar claro, essa é uma técnica para entender padrões de variação entre quaisquer conjuntos de indicadores categóricos.

FIGURA 1  
Modelo de análise de CLs



Fonte: Collins e Lanza (2010, p. 5).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Esses modelos são adequados para nossos propósitos, pois eles não fazem suposições sobre a distribuição das variáveis, que é desenvolvida especialmente para a análise de variáveis categóricas. Essa estratégia permite identificar princípios organizadores subjacentes a um conjunto complexo de indicadores, de forma que é possível avaliar se há algum princípio organizador que identifica grupos homogêneos entre si. Os resultados do modelo permitem, sinteticamente, a análise de um conjunto extenso de dados e suas associações, que não seriam passíveis de serem analisadas separadamente através de tabelas bivariadas, por exemplo. Em nosso caso, teremos oportunidade de identificar se há algum tipo de característica ocupacional que emerge entre indivíduos que compartilham inserções semelhantes no mercado de trabalho. Poderemos saber, por exemplo, se a fronteira entre formalidade e informalidade é captada pelos indicadores que utilizamos ou não. Além disso, saberemos com qual setor de atividade econômica esta fronteira é mais relevante, ou qual perfil pode existir como marcador dessas fronteiras.

O que desejamos saber é se há um padrão de respostas que emerge como mais frequente do que outros. Como trabalhamos com indicadores categóricos, teríamos que fazer uma tabulação de todas as variáveis de nosso interesse em uma tabela de contingência (Collins e Lanza, 2010, p. 27). A ideia básica da técnica é captar associações entre um conjunto de variáveis, tidas como indicadores de uma tipologia não observada, que podem ser resumidas por um número menor de categorias latentes obtidas através de um procedimento estatístico. Dado o pertencimento a uma categoria latente, supõe-se que as variáveis usadas na avaliação são independentes entre si. Leitores interessados em detalhes técnicos devem consultar o artigo *A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica* (Carvalhoes, 2016).

### 1.4 Resultados

Procedemos da seguinte forma para ajustar nossos modelos. Especificamos vários modelos com todas as variáveis apresentadas, acrescentando um parâmetro de variável latente por vez. A lógica subjacente a nossa estratégia é tirar proveito do padrão de variação presente a cada passo do modelo; cada etapa do ajuste serve de base comparativa para o passo seguinte. Procedendo dessa maneira, podemos compreender o que acontece quando ajustamos um parâmetro adicional aos dados, e dessa forma poderemos ter uma ideia de se o padrão de associação que emerge se sustenta à medida que prossegue a análise.

Os critérios selecionados para avaliação dos modelos (tabela 2) são as estatísticas típicas de análises de modelos deste tipo, como a likelihood-ratio statistic  $G^2$ , e as estatísticas BIC e AIC. Esse tipo de estatística é preferível na análise do ajuste dos modelos, que é muito afetado por um problema de células vazias (*sparseness*). Com o uso do número de variáveis descritas, vários dos perfis possíveis de serem identificados na amostra não o são, e estatísticas que dependem da distribuição das células na tabela, como a estatística  $G^2$ , devem preferencialmente ser evitadas (Collins e Lanza, 2010, p. 85).

Na escolha final do ajuste dos modelos, os critérios estatísticos são contrabalançados por critérios substantivos. O padrão de associação identificado também é sujeito às reflexões teóricas que orientam a construção do modelo e dos dados que o alimentam. A junção de ambas as considerações, adicionada da procura de um resultado parcimonioso, guiou a seleção dos resultados escolhidos para a apresentação a seguir.

TABELA 2  
Ajuste dos modelos de análise de CLs, com EGP

Número de análise de CLs	Log <i>likelihood</i>	Graus de liberdade	$G^2$	AIC	BIC	Entropia	Efeito de <i>design</i>
2	-55.198	337.864	27.921	28.031	28.403	0,93	1,46
3	-53.443	337.836	24.412	24.578	25.138	0,96	1,13
4	-51.980	337.808	21.485	21.707	22.456	0,95	1,16
5	-50.783	337.780	19.091	19.369	20.308	0,97	1,15
6	-49.685	337.752	16.895	17.229	18.357	0,97	1,12

Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

Ao analisar os resultados dos ajustes do modelo, ficamos entre soluções com quatro ou cinco CLs. Como previamente apontado, a escolha não se baseia somente nas estatísticas de ajuste dos modelos, porque estamos mais interessados em ver como os resultados emergem à medida que adicionamos parâmetros (cada CL). Assim, os critérios fundamentais para análise dos resultados foram um balanço

entre sua parcimônia, seu significado substantivo e critérios estatísticos. Não faria sentido tentar reproduzir uma solução que superasse cinco CLs, porque estaríamos nos aproximando de um número próximo ao número máximo de categorias da variável que motiva este estudo, ou seja, as onze classes postuladas pela tipologia EGP.

Embora esse resultado guie o limite de nossa interpretação, nosso interesse está em outro tipo de resultado fornecido pela modelagem. Na tabela 3, apresentamos probabilidades condicionais para cada item-resposta das variáveis selecionadas para o modelo. A interpretação dessa probabilidade é similar à que é feita usando *loadings* de uma análise fatorial, ou seja, esta interpretação guia o “significado” do agrupamento sugerido em cada especificação do modelo. No entanto, ao contrário da análise fatorial, temos de estar atentos ao padrão de variabilidade dessas probabilidades em diversas especificações do modelo (com 2, 3, 4, ... ,  $N$  CLs), uma vez que os padrões refletem probabilidades condicionais e são especificados de acordo com o número de CLs ajustado em cada passo da modelagem (Collins e Lanza, 2010, p. 50). A tabela 3 apresenta os principais parâmetros gerados pelos modelos. Cada linha representa o parâmetro de nosso interesse  $p$  (*rho*), com exceção da primeira linha de cada tabela, que informa o parâmetro *gamma*, o qual indica a prevalência (tamanho) daquela CL na amostra. Os erros-padrão foram omitidos por serem inferiores a 0,0, logo, irrelevantes na avaliação dos coeficientes reportados nas tabelas.

**TABELA 3**  
**Resultados dos modelos de CLs com EGP ajustado**

	2 CLs		3 CLs			4 CLs				5 CLs				
	CL1	CL2	CL1	CL2	CL3	CL1	CL2	CL3	CL4	CL1	CL2	CL3	CL4	CL5
Gamma	0,53	0,47	0,52	0,40	0,08	0,15	0,43	0,08	0,35	0,10	0,21	0,08	0,34	0,27
Menos de 8 horas	0,18	0,28	0,18	0,29	0,21	0,31	0,15	0,21	0,29	0,30	0,22	0,21	0,29	0,12
Oito horas	0,55	0,39	0,55	0,37	0,47	0,48	0,55	0,47	0,37	0,49	0,49	0,47	0,37	0,58
Mais de 8 horas	0,27	0,34	0,27	0,34	0,32	0,21	0,30	0,31	0,34	0,21	0,29	0,31	0,34	0,30
Empregado no setor público	0,23	0,00	0,24	0,00	0,00	0,84	0,00	0,00	0,00	0,95	0,12	0,00	0,00	0,00
Empregado no setor privado com carteira assinada	0,64	0,00	0,65	0,00	0,09	0,13	0,75	0,09	0,00	0,02	0,62	0,09	0,00	0,77
Empregado no setor privado sem carteira assinada	0,11	0,12	0,09	0,14	0,07	0,00	0,23	0,07	0,02	0,00	0,24	0,07	0,00	0,20
Conta própria	0,00	0,83	0,00	0,81	0,82	0,02	0,00	0,82	0,93	0,02	0,00	0,82	0,95	0,00
Empregador	0,01	0,05	0,01	0,05	0,02	0,01	0,01	0,02	0,05	0,00	0,02	0,02	0,05	0,02
Não contribui	0,77	0,94	0,77	0,94	0,91	0,62	0,84	0,91	0,94	0,60	0,83	0,91	0,94	0,83

(Continua)

(Continuação)

	2 CLs		3 CLs			4 CLs				5 CLs				
	CL1	CL2	CL1	CL2	CL3	CL1	CL2	CL3	CL4	CL1	CL2	CL3	CL4	CL5
Contribui	0,23	0,06	0,23	0,06	0,09	0,38	0,16	0,09	0,06	0,40	0,17	0,09	0,06	0,17
Não é filiado	0,62	0,91	0,61	0,94	0,69	0,49	0,70	0,68	0,93	0,49	0,72	0,68	0,93	0,66
É filiado	0,38	0,09	0,39	0,06	0,31	0,51	0,30	0,32	0,07	0,51	0,28	0,32	0,07	0,34
Sem nenhum dos direitos	0,10	0,96	0,09	0,96	0,91	0,10	0,20	0,91	0,95	0,07	0,24	0,91	0,95	0,18
Com direito a férias, licença, ambas	0,90	0,04	0,91	0,04	0,09	0,90	0,80	0,09	0,05	0,93	0,76	0,09	0,05	0,82
Outras formas de pagamento	0,15	0,72	0,15	0,70	0,74	0,01	0,24	0,74	0,73	0,00	0,18	0,74	0,73	0,26
Pagamento mensal	0,85	0,28	0,85	0,30	0,26	0,99	0,76	0,26	0,27	1,00	0,82	0,26	0,27	0,74
Zero a 3 SMs	0,74	0,86	0,73	0,86	0,86	0,49	0,83	0,86	0,85	0,42	0,85	0,86	0,85	0,79
Mais de 3 SMs	0,26	0,14	0,27	0,14	0,14	0,51	0,17	0,14	0,15	0,58	0,15	0,14	0,15	0,21
Todas as outras	0,98	0,85	0,99	1,00	0,00	0,99	0,99	0,00	1,00	0,99	1,00	0,00	1,00	0,99
Atividades agrárias e agropecuárias	0,02	0,15	0,01	0,00	1,00	0,01	0,01	1,00	0,00	0,01	0,00	1,00	0,00	0,01
Todas as outras	0,79	0,89	0,78	0,86	1,00	0,98	0,72	1,00	0,87	0,98	1,00	1,00	0,86	0,55
Indústria (de transformação, de construção etc.)	0,21	0,11	0,22	0,14	0,00	0,02	0,28	0,00	0,13	0,02	0,00	0,00	0,14	0,45
Todas as outras	0,87	0,79	0,87	0,76	1,00	1,00	0,82	1,00	0,74	1,00	1,00	1,00	0,74	0,70
Comércio	0,13	0,21	0,13	0,24	0,00	0,00	0,18	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00	0,26	0,30
Todas as outras	0,89	1,00	0,89	1,00	1,00	0,60	1,00	1,00	1,00	0,43	1,00	1,00	1,00	1,00
Outras atividades	0,11	0,00	0,11	0,00	0,00	0,40	0,00	0,00	0,00	0,57	0,00	0,00	0,00	0,00
Todas as outras	0,88	0,85	0,88	0,83	1,00	0,93	0,86	1,00	0,83	0,93	1,00	1,00	0,83	0,76
Serviços	0,12	0,15	0,12	0,17	0,00	0,07	0,14	0,00	0,17	0,07	0,00	0,00	0,17	0,24
Todas as outras	0,59	0,63	0,59	0,56	1,00	0,50	0,61	1,00	0,57	0,67	0,00	1,00	0,57	1,00
Administração pública	0,41	0,37	0,41	0,44	0,00	0,50	0,39	0,00	0,43	0,33	1,00	0,00	0,43	0,00

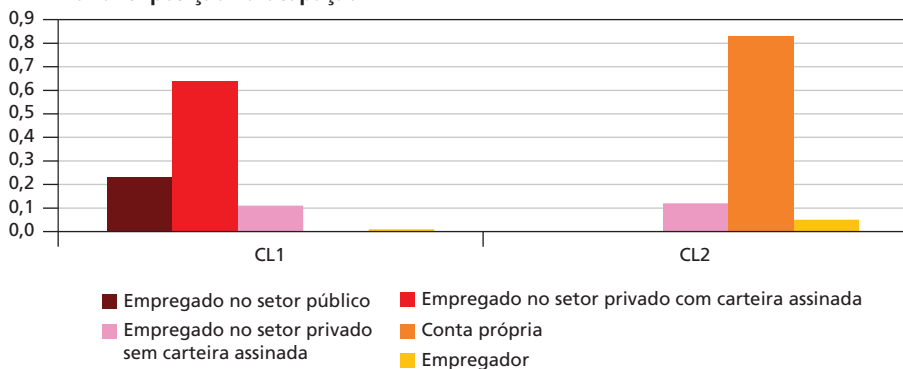
Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021.

Os resultados da modelagem estão apresentados nas tabelas anteriores, e os que mais se destacam, expostos nos gráficos de 1 a 4. De forma geral, podemos destacar que nem todos os indicadores elencados são interessantes em nosso exercício. Parâmetros  $p$  ( $rho$ ) inferiores a 0,5 são tidos como relativamente fracos no ajuste dos modelos. Se estivéssemos em um quadro que emulasse a análise fatorial, eliminaríamos esses indicadores da análise. No entanto, nossa opção não é essa, pois a força de associação das variáveis escolhidas com as CLs é um dos resultados que desejamos apresentar, dado o ineditismo da disponibilidade desses dados com essa qualidade. Assim, mantivemos esses indicadores na apresentação da tabela, a fim de que sua relevância para o tipo de

caracterização ocupacional que pretendem captar ficasse explícita. Além disso, como certas variáveis influenciam o “agrupamento” gerado pela análise – mesmo que não tendo um resultado significativo ao final –, elas cumprem um papel para o ajuste do modelo, por isso são mantidas no modelo. Quais são os principais resultados que surgem a partir do ajuste desses modelos? Iremos analisar os resultados a partir de duas até cinco CLs. Vamos nos limitar à variável mais significativa para discussão, que é a posição na ocupação, no sentido de poupar espaço. Ao nos determos na análise desta variável, conseguimos destacar o que emerge de mais significativo no padrão de associação das variáveis escolhidas.

### GRÁFICO 1

Resultado da análise de CLs com dois parâmetros ajustados – parâmetros  $\rho$  da variável posição na ocupação



Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

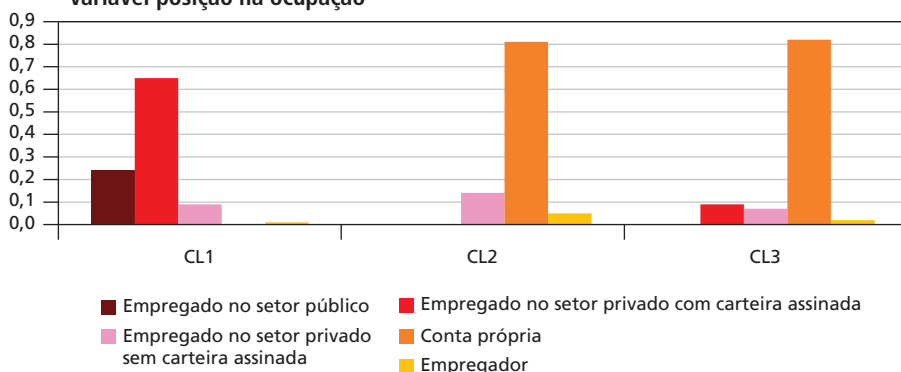
No primeiro passo, com duas CLs ajustadas, a principal fronteira que emerge é a da formalidade e, em seguida, a da informalidade, como aponta o gráfico 1. As variáveis observadas que se relacionam ao emprego com carteira assinada ou na administração pública se agrupam em uma CL, enquanto os sem carteira assinada e os conta própria se agrupam em outra. Ao ajustar-se o modelo com três CLs, o resultado se mantém. O parâmetro adicional acrescenta um grupo à análise, de perfil praticamente idêntico à CL que captava os “conta própria” no passo anterior. Com o auxílio da tabela 3, podemos perceber que a CL adicional ajustada se relaciona ao autoemprego rural, ou seja, ela estabelece uma fronteira setorial (rural e não rural) junto àqueles que estão envolvidos no autoemprego. No entanto, a principal fronteira identificada anteriormente se mantém, e a análise continua mostrando uma polarização entre o emprego e o autoemprego.

A seguir, adicionamos o quarto parâmetro, ajustamos um modelo com quatro CLs, representado no gráfico 3. Surge então uma divisão no grupo relacionado ao emprego, com a emergência de uma divisão setorial importante, que se relaciona

ao emprego público. No gráfico 4, são apresentados os resultados relativos ao ajuste de um modelo com cinco parâmetros. A nova LCA não apresenta resultados significativamente distintos dos alcançados previamente, há uma redundância entre as CLs dois (CL2) e cinco (CL5), como uma inspeção visual da importância das barras do gráfico 4 nos mostra, e o recurso à tabela 4 endossa. Sendo assim, iremos prosseguir nossa análise com um escrutínio do modelo mais simples, com quatro CLs ajustadas.

**GRÁFICO 2**

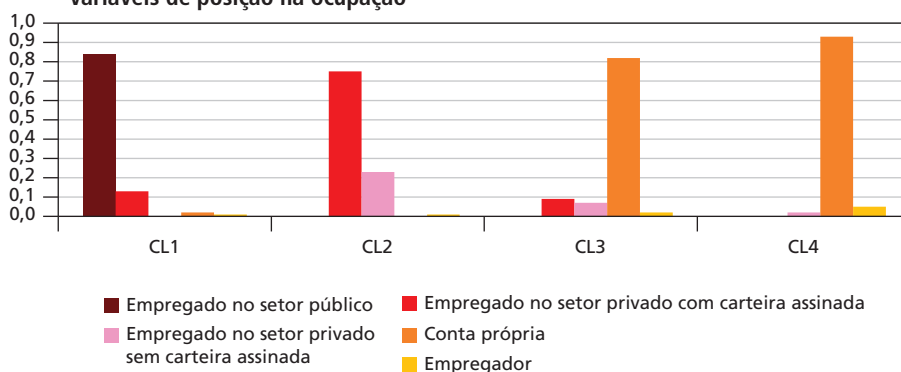
**Resultado da análise de CLs com três parâmetros ajustados – parâmetros *rho* da variável posição na ocupação**



Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

**GRÁFICO 3**

**Resultado da análise de CLs com quatro parâmetros ajustados – parâmetros *rho* das variáveis de posição na ocupação**

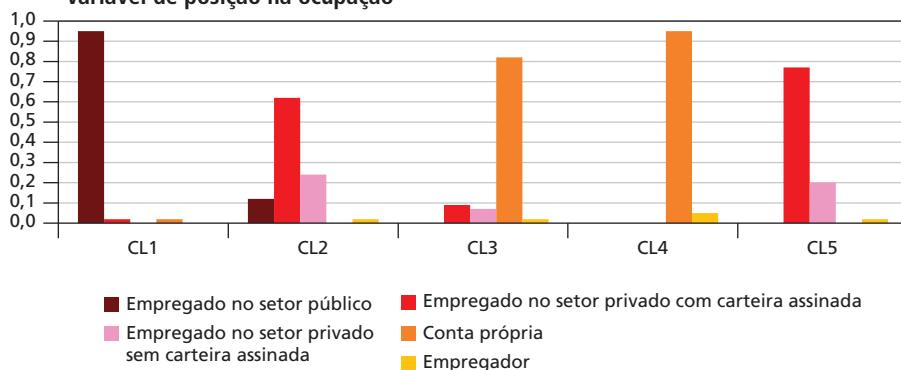


Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.



## GRÁFICO 4

Resultado da análise de CLs com cinco parâmetros ajustados – parâmetros *rho* da variável de posição na ocupação



Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração do autor.

Tendo identificado o número de parâmetros que melhor se ajusta aos nossos dados e escolhido um resultado para focar a análise, prosseguimos com uma caracterização dessas CLs, através da inspeção de sua associação com os outros indicadores utilizados na análise. Um primeiro resultado significativo que pode ser apontado é o de que as CLs captam clivagens previsíveis do mercado de trabalho brasileiro. A mais geral é a divisão entre emprego e autoemprego, e essa divisão, por sua vez, também pode ser separada em dois grupos distintos. Entre os empregados, aparece a divisão entre os empregados com carteira assinada e aqueles do setor público; e entre os conta própria, entre aqueles ligados a atividades rurais ou urbanas. Essa distinção representa a conhecida dualidade do mercado de trabalho brasileiro, dividido entre formalidade e informalidade.<sup>7</sup>

Podemos, com os resultados analisados até o momento, fazer um pequeno resumo das principais características que emergem das análises selecionadas. Com efeito, o principal resultado encontrado foi uma clara divisão entre os conta própria e os empregados, independentemente do número de CLs ajustadas. Dada essa grande divisão, cada grupo ainda é dividido em outros dois, que diferenciam o “mundo do emprego” e o “mundo dos conta própria”. Ao analisarmos as características de cada uma das quatro CLs, vimos que a CL1 é a mais formalizada, a partir dos indicadores disponíveis na análise, e é predominantemente formada por empregados com carteira assinada e da administração pública. A CL2 é relativamente parecida, mas tem um nível de formalização relativamente menor e é dominada por empregados com carteira assinada. A CL3 é a CL mais homogênea, sendo

7. Ao contrário dos gráficos anteriores, em que a soma da porcentagem das barras somava 100%, nos gráficos a seguir, as barras podem atingir esse valor sozinhas. Isso se deve ao fato de que as variáveis foram inseridas como *dummies* no modelo, de forma que o padrão de variação se tornasse mais claro para a análise.

predominantemente rural e composta por aqueles envolvidos com o autoemprego; assim como a CL4, que, no entanto, tem uma composição heterogênea do ponto de vista das atividades. Em conjunto, podemos afirmar, com segurança, que esses resultados são consistentes com o quadro de formação do mercado de trabalho brasileiro, fornecendo uma boa descrição dele.

Dada essa coerência, acreditamos que os resultados são confiáveis para empreender a avaliação que desejamos, que é uma tentativa de entender a pertinência da tipologia ocupacional EGP para o contexto brasileiro. Na tabela 6 e no gráfico 7, temos os resultados condensados. O primeiro ponto a se destacar é a congruência entre a tipologia ocupacional EGP e a captação dos conta própria e sua divisão setorial. As CLs que captam esse tipo de situação se associam às categorias esperadas na tipologia, principalmente para os conta própria rurais. Com uma precisão relativamente menor, mas satisfatória, o mesmo ocorre para a CL4. No entanto, é de se ressaltar que categorias não esperadas da tipologia também se fazem representar na CL, como é possível identificar para as categorias I, II e IIIa da tipologia EGP.

A heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro se faz representar nas associações entre a tipologia ocupacional e as CLs. Se começamos a análise seguindo crescentemente a organização dos algarismos romanos da categoria, as classes I, II e IIIa se agrupam com mais força na CL1, o que é relativamente previsível. No entanto, elas estão igualmente representadas na CL2 e na CL4. Como argumentamos anteriormente, a CL2 também se liga ao emprego, logo, seria natural haver um certo resíduo de associação entre tais categorias e essa CL. No entanto, a associação entre essas categorias e a CL4, que reflete fundamentalmente situações de autoemprego, não é esperada. Isso se dá, provavelmente, devido à relativa heterogeneidade das ocupações que compõem essas três categorias, e que não necessariamente se vinculam ao mercado de trabalho pelo emprego. Como no Brasil há formas de inserção que tentam flexibilizar os vínculos trabalhistas mesmo nas ocupações mais prestigiadas, elas acabam se associando à CL que capta a situação de autoemprego.

Uma situação parecida emerge com a categoria VIIa (*trabalhador manual não qualificado*). Ela se associa tanto à CL1 quanto à CL2. Como essa é uma categoria muito importante em termos de sua representatividade no mercado de trabalho brasileiro, ocupando 25% da amostra, parte dos ocupantes desta posição de classe acabam se fazendo representar na CL que representa uma situação mais formal, e estável, como é o caso da CL1. O tamanho dessa categoria mostra como a tipologia agrupa as diferentes inserções ocupacionais do mercado de trabalho brasileiro sob um mesmo rótulo, excessivamente grande. Essa representatividade da categoria acaba mascarando as outras inserções ocupacionais representativas de contratos de trabalho, que acabam tendo uma importância residual nas associações com as CLs.

Dados esses padrões de associação, é possível afirmar que a tipologia ocupacional funciona apenas parcialmente para os dados brasileiros. Apesar de ser sensível à presença do autoemprego, a tipologia não tem padrões claros de associação para as fronteiras que ela pretende captar, as divisões presentes no mercado de trabalho e reguladas por diferentes tipos de “contrato”, o de serviço e o de trabalho. Essa situação é apenas parcialmente captada no mercado de trabalho brasileiro, e toda a sua heterogeneidade fica resumida a poucas categorias muito heterogêneas, principalmente a de *trabalhador manual não qualificado e conta própria sem empregados*. Apesar de a análise ser sensível aos pontos destacados pela literatura como marcantes do mercado de trabalho brasileiro, principalmente as marcas da informalidade, essa característica se faz presente na análise sobretudo através dos conta própria – a tipologia é pouco sensível à massa de trabalhadores que recorre a vias mercantis como estratégia de trabalho.

TABELA 4

**Resultados dos modelos de análise de CLs com quatro parâmetros ajustados – parâmetros  $\rho$  da tipologia ocupacional EGP**

	CL1	CL2	CL3	CL4
I – Profissionais, alto nível	0,24	0,06	0,00	0,06
II – Profissionais, baixo nível	0,26	0,10	0,00	0,09
IIIa – Não manual de rotina	0,21	0,07	0,00	0,10
IIIb – Serviços e vendas	0,03	0,13	0,00	0,00
IVa – Conta própria com empregados	0,00	0,00	0,01	0,23
IVb – Conta própria sem empregados	0,00	0,00	0,01	0,47
V – Supervisores do trabalho manual	0,01	0,04	0,00	0,00
VI – Trabalhador manual qualificado	0,06	0,12	0,00	0,00
VIIa – Trabalhador manual não qualificado	0,19	0,48	0,01	0,03
VIIb – Trabalhadores agrários	0,00	0,01	0,17	0,00
IVc – Conta própria agrário	0,00	0,00	0,81	0,02

Fonte: Pesquisa das Dimensões Sociais da Desigualdade 2008. Disponível em: <http://www.cis.org.br>. Acesso em: 30 out. 2021. Elaboração dos autores.

### 1.5 Discussão e conclusão

Ao longo deste trabalho, apresentamos os contornos analíticos da estratégia de argumentação sociológica chamada análise de classes. Apresentamos essas abordagens e uma forma particular de operacionalizar os agregados ocupacionais, a tipologia EGP, amplamente utilizada na literatura internacional, mas não no Brasil. Adotamos um entendimento eclético do que é a análise de classes e, em vez de nos determos nos ruídos presentes nas diferentes propostas internacionais e nacionais, procuramos destacar o que há de comum entre elas. Nossa avaliação tem também uma orienta-

ção pragmática, já que tiramos proveito da disponibilidade de dados inéditos para a realização dos modelos apresentados ao longo do capítulo.

Perguntamo-nos se essa classificação ocupacional utilizada, feita tendo em vista pesquisas internacionais e focada em mercados de trabalho bastante distintos, se sustenta para o caso brasileiro. Inspirados pela literatura sociológica sobre estratificação social e mercados de trabalho, questionamos se o contexto brasileiro não inviabilizaria a utilização da tipologia. Acreditamos que os resultados apresentados mostram que as ressalvas feitas, inspiradas na literatura mobilizada, têm ressonância empírica. Cremos que o principal resultado que encontramos foi a explicitação da marca da informalidade no mercado de trabalho brasileiro e como ela se relaciona com a tipologia ocupacional utilizada. Por um lado, o esquema EGP tem um bom desempenho na captação de situações que se relacionam com o autoemprego, mas, por outro, não consegue captar claramente tendências representativas relativas ao emprego, o que, supostamente, a tipologia faria por definição.

Outro resultado que nos chama atenção, associado ao que mencionamos no parágrafo anterior, mas vinculado também a outras variáveis, se deve às variáveis relacionadas à administração pública. Se nos permitirmos uma extrapolação que não atribui esse resultado a erros de mensuração dessas variáveis, podemos apontar que isso se deve a uma heterogeneidade de contratação do setor público. De um lado, teríamos o regime de contratação de concursados, com alta estabilidade, salários e direitos. De outro, temos indivíduos que prestam serviços para o setor público, mas não são concursados. As duas situações implicam posições de classe distintas, como acreditamos ter se refletido nos resultados de nossa modelagem. O papel dessa dimensão em nossa modelagem, acreditamos, é um resultado não trivial alcançado em nossa análise. Essa não é uma dimensão que foi incorporada sistematicamente na literatura brasileira sobre análise de classes, o que nos parece grave, tanto pelas consequências empíricas quanto por considerações sociológicas mais gerais. Esse tipo de evidência aponta para o papel direto do Estado na estruturação de posições no mercado de trabalho e na geração da desigualdade. Certamente, essa é uma via de reflexão interessante e promissora, que toca em outros temas mais gerais, que não são o foco de nosso argumento no momento.

Tendo em vista os resultados alcançados e a literatura com a qual dialogamos, um resultado substantivo que surge a partir deste trabalho é o endosso às precauções feitas por outros pesquisadores na operacionalização de tipologias ocupacionais para o mercado de trabalho brasileiro. Os desafios que marcam a formação de nossa estrutura ocupacional têm de ser diretamente incorporados na operacionalização da tipologia, e propostas mais genéricas e menos específicas, como é o caso do EGP, têm limites claros para a análise de um contexto como o nosso. De todo modo, acreditamos ter demonstrado, de forma válida, a necessidade de avaliar essa

dimensão. Igualmente, pesquisadores de outras áreas interessados em incorporar tipologias ocupacionais em seus trabalhos empíricos encontram neste trabalho ressalvas que podem lhes ser úteis ao lidar com este tema, sociológico por excelência. Ao final de nossa reflexão, sugerimos que colegas também empiricamente orientados apresentem mais claramente seus parâmetros de operacionalização e se preocupem – como tentamos fazer neste capítulo – com os critérios de validade interna dos conceitos de que se utilizam.

## REFERÊNCIAS

- BIRKELUND, G. E.; GOODMAN, L. A.; ROSE, D. The latent structure of job characteristics of men and women. **American Journal of Sociology**, v. 102, n. 1, p. 80-113, 1996.
- BREEN, R. Foundations of a neo-Weberian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005. p. 31-50.
- BREEN, R.; HALPIN, B. (Ed.). **Subsidising jobs**: an evaluation of the employment incentive scheme. Dublin: ESRI, 1989.
- BREEN, R.; ROTTMAN, D. B. (Ed.). **Class stratification**: a comparative perspective. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1995.
- CARDOSO, A. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. **Dados**, v. 51, n. 3, p. 569-616, 2008.
- CHAN, T. W. *et al.* Social status in Norway. **European Sociological Review**, v. 27, n. 4, p. 451-468, 2011.
- CHAN, T. W.; GOLDTHORPE, J. H. Class and status: the conceptual distinction and its empirical relevance. **American Sociological Review**, v. 72, n. 4, p. 512-532, 2007.
- COLLINS, L. M.; LANZA, S. T. (Ed.). **Latent class and latent transition analysis**: with applications in the social, behavioral and health sciences. Hoboken: Wiley, 2010.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **The constant flux**: a study of class mobility in industrial societies. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTOCARERO, L. Intergenerational class mobility in three Western European societies: England, France and Sweden. **The British Journal of Sociology**, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979.

EVANS, G.; MILLS, C. Identifying class structure: a latent class analysis of the criterion-related and construct validity of the Goldthorpe class schema. **European Sociological Review**, v. 14, n. 1, p. 87-106, 1998.

EVANS, G.; MILLS, C. Are there classes in post-communist societies? A new approach to identifying class structure. **Sociology**, v. 33, n. 1, p. 23-46, 1999.

EVANS, G.; MILLS, C. In search of the wage-labour/service contract: new evidence on the validity of the Goldthorpe class schema. **British Journal of Sociology**, v. 51, n. 4, p. 641-661, 2000.

GANZEBOOM, H. B. G.; TREIMAN, D. J. Internationally comparable measures of occupational status for the 1988 International Standard Classification of Occupations. **Social Science Research**, v. 25, n. 3, p. 201-239, 1996.

GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **On sociology**: numbers, narratives, and the integration of research and theory. Nova York: Oxford University Press, 2000.

GOLDTHORPE, J. H. Occupational sociology, yes: class analysis, no: comment on Grusky and Weeden's "research agenda". **Acta Sociologica**, v. 45, n. 3, p. 211-217, 2002.

GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **On sociology**: illustration and retrospect. 2. ed. Stanford: Stanford University Press, 2007a. v. 2.

GOLDTHORPE, J. H. Social class and the differentiation of employment contracts. *In*: GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **On sociology**: illustration and retrospect. 2. ed. Stanford: Stanford University Press, 2007b. v. 2, p. 101-124.

GOLDTHORPE, J. H.; MARSHALL, G. The promising future of class analysis: a response to recent critiques. *In*: MARSHALL, G. O. (Ed.). **Repositioning class**: social inequality in industrial societies. Londres: Sage Publications, 1997. p. 381-400.

GOLDTHORPE, J. H.; MCKNIGHT, A. The economic basis of social class. *In*: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS, G. S. (Ed.). **Mobility and inequality**: frontiers of research in sociology and economics. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 109-136.

GRUSKY, D. B.; GALESCU, G. Foundations of a neo-Durkheimian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005. p. 51-81.

GRUSKY, D. B.; SØRENSEN, J. Can class analysis be salvaged? **American Journal of Sociology**, v. 103, n. 5, p. 1187-1234, 1998.

GRUSKY, D. B.; WEEDEN, K. A. Does the sociological approach to studying social mobility have a future? *In*: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS,

G. S. (Ed.). **Mobility and inequality**: frontiers of research in sociology and economics. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 85-108.

GRUSKY, D. B.; WEEDEN, K. A. Are there social classes? A framework for testing sociology's favorite concept. *In*: LAREAU, A.; CONLEY, D. (Ed.). **Social class**: how does it work? Nova York: Russell Sage Foundation, 2008. p. 65-90.

GUIMARÃES, N. A. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 103-121, 2002.

GUIMARÃES, N. A. Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 275-311, 2008.

HAGENAARS, J. A.; McCUTCHEON, A. L. (Ed.). **Applied latent class analysis**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2002.

MANZA, J.; BROOKS, C. Does class analysis have anything to contribute to the study of politics? – comments. **Theory and Society**, v. 25, n. 5, p. 717-724, 1996.

McCUTCHEON, A. L. (Ed.). **Latent class analysis**. Newbury Park: Sage Publications, 1987.

PAKULSKI, J.; WATERS, M. The reshaping and dissolution of social class in advanced society. **Theory and Society**, v. 25, n. 5, p. 667-691, 1996.

PORTES, A. (Ed.). **Economic sociology**: a systematic inquiry. Princeton: Princeton University Press, 2010.

PORTES, A.; HALLER, W. The informal economy. *In*: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (Ed). **The handbook of economic sociology**. 2. ed. Princeton; Oxford: Princeton University Press; Nova York: Russel Sage Foundation, 2005. p. 403-425.

PORTES, A.; HOFFMAN. Latin American class structures: their composition and change during the Neoliberal Era. **Latin American Research Review**, v. 38, n. 1, p. 41-82, 2003.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SANTOS, J. A. F. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005.

SCALON, M. C. R. da C. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. 1997. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

SILVA, N. de V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. de V. (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003a. p. 37-54.

SILVA, N. de V. Os rendimentos pessoais. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. de V. (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003b. p. 431-456.

SØRENSEN, A. B. The structural basis of social inequality. **American Journal of Sociology**, v. 101, n. 5, p. 1333-1365, 1996.

TORCHE, F. Una clasificación de clases para la sociedad chilena. **Revista de Sociología**, v. 20, p. 15-43, 2006.

WEEDEN, K. A.; GRUSKY, D. B. The three worlds of inequality. **American Journal of Sociology**, v. 117, n. 6, p. 1723-1785, 2012.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Class counts**: comparative studies in class analysis. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005a.

WRIGHT, E. O. Foundations of a neo-Marxist class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Nova York: Cambridge University Press, 2005b. p. 4-30.







## PARTE II

Aplicações de tipologias de classe





## FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES DE UMA TIPOLOGIA DE CLASSES PARA O BRASIL<sup>1</sup>

José Alcides Figueiredo Santos<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A noção de classe na teoria sociológica relaciona-se particularmente com o entendimento dos sistemas de desigualdade econômica. No sentido mais geral, classe social diz respeito à existência de grandes agrupamentos de pessoas que estão em uma posição comum em termos de recursos e oportunidades econômicas. Distinguem-se três grandes conjuntos de modelos causais de classe, entendidos como esquemas explicativos cujos efeitos podem ser testáveis pelo uso de levantamentos de dados (Grusky e Weeden, 2005, p. 26-27). Existem os modelos baseados no emprego ou na estrutura do emprego. A noção de emprego focaliza a atividade empreendida e sua relação com as demais atividades dentro da organização social do trabalho de modo a caracterizar a existência de estrutura do emprego. Um emprego corresponde a um conjunto de direitos e obrigações, enfeixados em papéis ou posições, que conectam em transações de trabalho um agente aos outros membros da mesma organização. As transações de trabalho envolvem transferências de informações e/ou de resultados em que o esforço de ao menos uma parte acrescenta valor ao elemento transferido (Tilly e Tilly, 1998, p. 25 e 73). Os empregos possuem características específicas (requisitos de treinamento, mensurabilidade de resultados, dependência, autonomia etc.) e determinada localização, em termos técnicos e sociais, em uma estrutura interdependente de empregos cujas propriedades emergentes são relativamente autônomas das pessoas que ocupam essas posições (Granovetter, 1981; Sørensen e Kalleberg, 1981). Os modelos de emprego assumem um formato univariável ao diferenciar as classes, por exemplo, em termos apenas de relações de autoridade, de acordo com o critério unidimensional de “participação ou exclusão do exercício de autoridade dentro de qualquer associação imperativamente

---

1. Essa tipologia de classes, com formulação, desenho e operacionalização do autor, foi ajustada às especificidades da estrutura social do país e tem sido aplicada em vários estudos sobre desigualdades de renda, saúde e mobilidade social (Figueiredo Santos, 2005a). A parte geral e de fundamentação teórico-conceitual e de mensuração da tipologia de classes se baseia amplamente em um trabalho que teve difusão mais limitada e, em menor grau, em um artigo publicado em revista internacional (Figueiredo Santos, 2010; 2013). A parte de elaboração dos dados e de análise empírica foi feita especialmente para este trabalho.

2. Professor titular (aposentado) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); professor convidado do Centro de Pesquisas Sociais da UFJF; e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. E-mail: josealcidesf@yahoo.com.br.

coordenada” (Dahrendorf, 1959<sup>3</sup> *apud* Wright, 1979, p. 13). Uma opção multivariável se expressa nos estudos de Erik Wright que consideram, na categorização de classe, a propriedade de ativos de capital, o controle de ativos de qualificação e o exercício de autoridade na organização social do trabalho.<sup>4</sup>

Os modelos baseados em ocupação podem definir a existência de grandes agregados ou então de microclasses ocupacionais. A unidade ocupacional envolve similaridades de tarefas técnicas, competências e obrigações e, em termos estritos, desconsidera a natureza da relação de emprego em que a ocupação está inserida. Esses modelos podem diferenciar os grupos de modo categórico, bidimensional ou unidimensional. Na ótica de grandes classes, a espinha dorsal, ou estrutura do sistema de recompensas, é representada como uma hierarquia de amplos grupos ocupacionais (Parkin, 1975, p. 19). A abordagem categórica de microclasses direciona-se para a identificação de fronteiras ou jurisdições sociais ao nível desagregado no sítio da produção (Grusky e Galescu, 2005, p. 67). A solução unidimensional enfatiza a construção de um indicador unitário que capte “a graduação social e econômica da estrutura ocupacional” (Hauser e Waren, 1997, p. 183). Cria-se um índice que pondera as características socioeconômicas associadas às ocupações – em geral, educação e renda. Devido às inconsistências geradas por índices compostos de *status* ocupacional, estes foram considerados como “cientificamente obsoletos” por destacados pesquisadores na área de estratificação social (*op. cit.*, p. 251). Entretanto, o *status ocupacional* (ISEI), desenvolvido por Ganzeboom, De Graaf e Treiman (1992), em particular, continua sendo bastante usado, especialmente em estudos comparativos internacionais. Uma alternativa bidimensional pode ser identificada na obra de Pierre Bourdieu que trata as ocupações como expressões da composição e do montante dos capitais econômicos e culturais controlados. Por fim, existem os modelos de insumo (*input*) ou resultado (*output*), que desconsideram a existência de uma estrutura ocupacional ou de emprego e focalizam diretamente a formação de classes educacionais (*input*) ou a aquisição de um montante de renda ou riqueza (*output*).

As noções de classe predominantes na sociologia contemporânea podem ser entendidas, comparadas e eventualmente combinadas, conforme proposta de Erik Wright, com base no fato de ressaltarem diferentes tipos de mecanismos ou conexões causais de manutenção da desigualdade na sociedade. A abordagem de *status* socioeconômico pensa classe a partir do modo como um vetor individual de dotações, capacidades e experiências herdadas e adquiridas impacta a trajetória de vida e na realização socioeconômica das pessoas. Na tradição weberiana o conceito de classe está centrado no modo como formas de fechamento social, ou reserva de

3. Dahrendorf, R. *Class and class conflict in industrial society*. Stanford: Stanford University Press, 1959.

4. Erik Wright articula as três variáveis, no âmbito da noção unificadora de relações de propriedade, entendidas como assimetrias de direitos e poderes sobre ativos produtivos.



oportunidades, oferecem vantagens de acesso, oportunidades e recompensas, implicando particularmente a existência de características inscritas em posições ocupadas, fronteiras, barreiras, isolamento da competição externa e prerrogativas excludentes. Classe social na tradição marxista diria respeito aos modos como grupos e indivíduos exercem o controle da atividade de trabalho dos atores (dominação) e se beneficiam dos resultados do trabalho coordenado (exploração). Nesse sentido, envolvem interdependências assimétricas entre as categorias na organização social do trabalho e na apropriação dos fluxos de valor acrescentado pela atividade coletiva de trabalho (Wright, 2008; 2009).

Existe uma interconexão entre processos materiais e culturais de reprodução de classe na realidade concreta. Entretanto, analiticamente, essas dimensões devem ser tratadas separadamente (Crompton, 2008, p. 112-113). A criação de uma espécie de “conceito ampliado” de classe social, com fusão nas relações de propriedade das dimensões culturais, simbólicas, de redes sociais, misturaria mecanismos sociais que operam de diferentes maneiras e com diferentes implicações. Uma abordagem desse tipo gera um híbrido conceitual que poderia estimular a descrição densa, integral, das novas complexidades, porém em prejuízo da explicação das “múltiplas determinações” que operam nas sociedades contemporâneas. Além disso, as medidas múltiplas de distinções sociais baseadas em padrões de consumo, no estilo de Bourdieu, tendem a ser instáveis e custosas, comprometendo a sua adequação para comparações temporais. Os esquemas baseados no emprego têm se mostrado relativamente robustos, particularmente no que diz respeito à investigação empírica de relevantes resultados sociais. Embora os contornos e o conteúdo da estrutura do emprego tenham mudado e estejam mudando, as recompensas diferenciadas e desiguais das posições relativas dentro dela têm permanecido comparativamente estáveis (Crompton, 2010, p. 14 e 22).

O trabalho almeja identificar uma estrutura social de divisões na distribuição de recursos decorrentes das relações de propriedade e emprego que demarcam capacidades estruturadas para ação e geram chances de vida características (Scott, 2002, p. 27). Acolhe-se a ideia fundamental da análise de classe de que essa divisão social gera consequências sistemáticas e relevantes sobre a vida dos indivíduos e a dinâmica das instituições. Os efeitos das relações de classe no âmbito da vida dos indivíduos são sintetizados por proposições específicas as quais consideram que aquilo que a pessoa tem determina o que ela obtém e condiciona o que ela necessita fazer para conseguir o que obtém (Wright, 2005). Dado que o capitalismo representa não apenas um sistema social de produção, mas também um sistema de distribuição, uma análise de classe mais ampla não deve perder de vista a desigualdade que “se espalha do mundo do trabalho, rendimentos de emprego e lucros de mercado para afetar o meio de vida de todos – aqueles fora deste mundo, nas suas margens, assim como dentro dele” (Westergaard, 1995, p. 32).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO, DELINEAMENTO E MENSURAÇÃO DO ESQUEMA DE CLASSES

Classe social representa um tipo específico de divisão social baseada em relações de propriedade e divisão social do trabalho. Uma lógica estrutural na noção de classe concebe a existência de circunstâncias predeterminadas cujos ordenamentos combinam e estruturam de modo característico recursos, condições da atividade e recompensas adquiridas que envolvem o que a pessoa tem (ativos), o que faz com o que tem (atividade) e o que obtém (bem-estar), de acordo com Grusky e Kanbur (2006) e Wright (2005). As pessoas em diferentes posições de classe parecem viver em diferentes mundos econômicos, não somente em termos de bem-estar material, mas também no que diz respeito a um amplo conjunto de riscos e oportunidades econômicas que elas encontram (Goldthorpe e McKnight, 2006, p. 129).

As abordagens de classe baseadas no controle de ativos especificam os tipos de recursos e as relações sociais correspondentes que constituiriam as divisões de classe. Nesse sentido, as classes são representadas como princípios de divisão, categorias ou posições no mundo social que afetam o poder social e as chances de vida dos seus ocupantes. A desigualdade de classe é socialmente padronizada, possuindo, portanto, forte componente conectado às dimensões institucionais e relacionais da estrutura social. O trabalho expõe a noção teórica de classe baseada na propriedade e no comando sobre ativos produtores de valor; o esquema de classe aplicado ao Brasil; e os argumentos que justificam as categorias delineadas.<sup>5</sup>

As classes emergem como divisões constituídas pela desigualdade de direitos e poderes sobre recursos produtores de valor que geram vantagens e desvantagens entre categorias baseadas em desempenho, exclusão, controle de atividade e apropriação de valor gerado. Essa solução interpretativa se beneficia das contribuições contemporâneas de Erik Wright e Charles Tilly (Tilly, 1998; 2005; Wright, 1997; 2005; 2008). A noção de classe social mostra mais consistência, sem perda de maleabilidade, ao basear-se no controle de ativos ou recursos produtores de valor, os quais são recursos cujo emprego na atividade de trabalho permite aumentar o valor transferível de bens e serviços.<sup>6</sup>

A teoria de Erik Wright fornece a orientação geral para o desenho das demarcações de classe na estrutura social do Brasil. A noção de classe é concebida e mensurada em termos de relações de propriedade, ou seja, direitos e poderes exercidos ou solapados

---

5. Note que este trabalho não pretende apresentar todos os detalhes das soluções operacionais adotadas para mensurar as categorias de classe. Além disso, não se reproduzem aqui as sintaxes criadas para processar a tipologia e suas versões em um programa estatístico para bases de dados oficiais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6. Os recursos geram benefícios para os controladores e os receptores ao serem capazes de produzir valor adicional em combinação com outros recursos e/ou trabalho coordenado. O trabalho corresponde ao esforço humano que acrescenta valor a bens e serviços, o que pode ser, ao menos a princípio, transferível para outros (Tilly e Tilly, 1998, p. 22-23; Tilly, 2005, p. 234).

sobre ativos valiosos e geradores de valor. Entretanto, a tipologia de classes construída para o Brasil procura refletir as especificidades da estrutura social do país e, nesse sentido, diferencia-se da solução preconizada para os países desenvolvidos, em particular na representação da base social da nação. Além disso, em termos de estratégia de composição do mapa de classes, ao partir das dimensões de propriedade, qualificação escassa e relação com autoridade, o esquema original de Erik Wright estabelece para cada dimensão, por opção metodológica, uma mensuração em três níveis (“tricotomiza” cada dicotomia teórica em situação dominante, contraditória e subordinada) e, além disso, entre os assalariados cruza as dimensões de autoridade e qualificação escassa (Figueiredo Santos, 1998). A estratégia adotada no esquema de classe para o Brasil, além de evitar artificialidade combinatória, valoriza a construção de agrupamentos conceitualmente unívocos, ou ancorados em critério dominante, que não sejam ambíguos ou combinem dimensões conceituais díspares, porém sem comprometer a capacidade de representar a diversidade de como os processos de destituição de ativos valiosos podem operar na base da estrutura social de um país como o Brasil.

A abordagem de classe social baseada na noção de desigualdade de direitos e poderes sobre ativos produtores de valor mostra-se adequada para lidar com a heterogeneidade da estrutura socioeconômica de países como o Brasil. Ela oferece solução unificadora capaz de pensar a diversidade de circunstâncias e relações que afetam o poder social e as chances de vida das pessoas: i) as fontes de privilégios e suas variações; ii) as situações intermediárias e ambíguas; iii) a classe trabalhadora típica; e iv) os processos de destituição e suas diferenciações (Figueiredo Santos, 2005a; 2010). Além disso, propicia ganhos de consistência e validade ao processo de transição do domínio conceitual para o plano da mensuração empírica. Especificar e mensurar o controle de ativos se torna um procedimento mais confiável do que captar diferenças nas formas de regulação da relação de emprego ou de contratação de trabalho, como proposto no esquema de classe de John Goldthorpe (2000).

A construção de uma categorização de classe social, para manter a coerência teórica e o potencial analítico, não deve ser contaminada pelo uso de critérios distintos de classe social. Nesse sentido, o conceito de classe social deve ser mantido analiticamente diferenciado de fatores como educação e renda, de modo a relacionar, no processo de análise, a classe com o nível educacional (*input* para o trabalho) e com a renda (*output* do trabalho), assim como relacionar esses três fatores com outros resultados, a exemplo da distribuição da saúde (Rose e Harrison, 2010, p. 7). O nível educacional e a renda estão associados à atividade de trabalho, porém de diferentes maneiras, e são analiticamente distintos de emprego, ocupação ou classe social. Renda, bens acumulados e educação podem ser incorporados à análise tanto como variáveis com efeitos independentes diferenciados, que captam distinções dentro das categorias de classe ou não devidamente mensuradas por essas categorias, quanto como elos antecedentes, intervenientes e/ou coadjuvantes na cadeia causal dos efeitos de classe



social na população. Toda a tipologia deve ser criada a partir da desagregação interna e do aprofundamento da diferenciação da *posição na ocupação* (termo usado pelo IBGE) ou do *status* do emprego de empregado, conta própria e empregador, que expressam, ainda num plano genérico, as demarcações de classe na estrutura do emprego. Embora dimensões relevantes de classe não possam ser adequadamente captadas ao nível do emprego individual, reportado em levantamentos domiciliares, as relações e as condições de emprego são, para a maioria das pessoas, fatores fundamentais para a estruturação das desigualdades de poder social e de oportunidades de vida. Dado o caráter limitante da informação puramente ocupacional, surge daí a necessidade de adotar critérios adicionais para captar a presença de diferentes tipos de ativos. Ademais, mesmo quando o pesquisador depender fortemente de dados relativos aos grupos ocupacionais, ainda assim poderá procurar nas informações ocupacionais os indícios de controle de ativos, assim como as características das situações de trabalho e de mercado, em vez de apenas as distinções funcionais e técnicas.

### 2.1 Topo social de posições de classe privilegiadas

A classificação de classe na sociedade capitalista contemporânea elaborada por Erik Wright considera a propriedade de ativos de capital, o controle de ativos de qualificação e a relação com o exercício de autoridade dentro da organização do trabalho. O esquema incorpora os critérios de divisão de classe entre proprietários e não proprietários, bem como no interior das categorias de proprietários (contratar ou não trabalho) e de empregados (exercer ou não autoridade e possuir ou não qualificações escassas) (Wright, 1997). As relações de propriedade capitalista, devido a sua importância na estruturação do sistema econômico, ficam claramente demarcadas quando se trata de definir as posições de classe mais privilegiadas. Na classificação original os *capitalistas* são mensurados basicamente pelo *status* do emprego (empregador) e pelo número de empregados no empreendimento. Dados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Anual até 2015 permitem categorizar como capitalistas os empregadores com onze empregados ou mais. Para a realização de análises mais elaboradas, essa diferenciação pode ser exequível basicamente em amostras grandes, já que envolve no país uma proporção bem pequena de casos (em torno de 0,5%).<sup>7</sup> A PNAD Contínua, ademais, estabeleceu a faixa de 51 ou mais empregados como recorte superior, o que permitiria

7. A depender do tamanho da amostra e do desenho da investigação, colocam-se três alternativas. Em uma primeira opção, os empregadores podem ser divididos entre: aqueles que empregam seis ou mais empregados – maior; e os que possuem cinco ou menos empregados – menor (Figueiredo Santos, 2011b). Em uma segunda alternativa, caberia combinar a categoria de capitalista com a de especialista autônomo, sob o argumento de que os dois grupos, além de comandarem o próprio empreendimento, concentram em suas mãos as maiores vantagens materiais e de saúde no Brasil (Figueiredo Santos, 2011c). Em uma terceira alternativa, a especificação da categoria geral de “empregador”, como opção substituta, tem o benefício de compartilhar uma parte do componente causal específico dessa classe, ou seja, a parte genérica do mecanismo gerador de efeitos, em um contexto no qual as vantagens do pequeno empregador no Brasil aproximam a categoria do topo social privilegiado (tabela 1; Figueiredo Santos, 2015a; 2015b). Essa ampliação da dimensão de propriedade revelou, em estudo de mobilidade social, desvantagem de origem de classe ainda maior para quem vem da base em ter acesso no destino ao topo social (Figueiredo Santos, 2019b).

redefinir ou experimentar critério diverso de mensuração de capitalista. Na tabela 1 estão todas as categorias e seu agrupamento por afinidade de classe.

**TABELA 1**  
**Distribuição das categorias de classe e renda mensal habitual do trabalho principal – Brasil (2014 e 2019)<sup>1</sup>**

Posições de classe	Conjunto (%)	2014 (%)	Conjunto (%)	2019 (%)	Renda (R\$) <sup>2</sup>
Capitalista e fazendeiro		0,58		0,52	10.861
Especialista autônomo		1,20		1,52	5.102
Gerente	Posições privilegiadas (12,0)	2,62	Posições privilegiadas (12,9)	2,50	5.920
Empregado especialista		4,90		4,73	5.686
Pequeno empregador		2,72		3,60	4.756
Autônomo com ativos	Ativos de menor valor (9,1) <sup>3</sup>	6,57	Ativos de menor valor (11,3) <sup>3</sup>	8,01	1.865
Autônomo agrícola		2,48		3,34	1.128
Empregado qualificado		6,87		6,64	2.707
Supervisor	Trabalhador “não destituído” (41,4)	1,14	Trabalhador “não destituído” (36,4)	0,45	2.890
Trabalhador típico		33,39		29,75	1.725
Trabalhador elementar		8,17		7,88	1.086
Autônomo precário		8,51		9,08	1.183
Empregado doméstico		6,15		5,76	921
Agrícola precário	Destituídos de ativos (37,5)	1,50	Destituídos de ativos (39,4) <sup>4</sup>	–	–
Trabalhador de subsistência		4,18		4,92	–
Trabalhador excedente		9,02		11,74	–
<b>Total</b>		<b>100,00</b>		<b>100,00</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da PNAD Anual 2014 e PNAD Contínua 2019 (quinta visita).  
Elaboração do autor.

Notas: <sup>1</sup> A PNAD Contínua usa a nova Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), do IBGE, não equivalente à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Domiciliar da PNAD Tradicional. Os códigos ocupacionais da COD (V4010) indicados para diferenciar todos os empregados e, por equivalência, os autônomos especialistas e qualificados foram publicados no anexo do artigo mais recente sobre desigualdade de saúde (Figueiredo Santos, 2020b). Na PNAD Contínua a diferenciação entre capitalista/pequeno empregador pode ser feita com a variável V4016. A diferenciação entre autônomo com ativos/autônomo precário pode ser feita com as variáveis V4020 e V4022. Não existem variáveis na PNAD Contínua que permitem diferenciar o agrícola precário. A COD subestima fortemente a categoria de supervisor. Para efeito de comparação com a PNAD Tradicional do período de 2002 a 2015 ou anterior, seria necessário avaliar a estratégia para medir a classe de forma consistente entre duas classificações (Mitnik e Cumberworth, 2021).

<sup>2</sup> Em R\$ corrente de 2019.

<sup>3</sup> Não estão computados os não remunerados incorporados ao empreendimento.

<sup>4</sup> A PNAD Contínua não permite diferenciar o agrícola precário.

O controle de ativos de capital comporta diferenciações em termos de escala e modalidade de divisão do trabalho. O *pequeno empregador* típico representaria um detentor de ativos de capital que trabalha lado a lado com os empregados, fazendo muitas vezes o mesmo trabalho, mas beneficiando-se da apropriação do trabalho excedente. Pode-se caracterizar a categoria de pequeno empregador como um tipo de “localização contraditória” que combinaria simultaneamente características da

classe capitalista e da pequena burguesia (Wright, 1989). A categorização adotada envolve indistintamente a propriedade de atividades agrícolas e não agrícolas. Com base nos dados disponíveis no Brasil, na PNAD Anual, considera-se que o segmento não agrícola ocupa de um a dez empregados, enquanto o segmento agrícola ocupa de um a dez empregados permanentes.

A delimitação da *classe média* na estrutura social implica refletir sobre os tipos de ativos, desigualmente distribuídos, que importam para o estabelecimento e a manutenção de vantagens e desvantagens entre esse grupo e os demais. As localizações privilegiadas de classe média, que se constituem no interior de trabalho assalariado ou no âmbito da atividade autônoma, diferenciam-se particularmente pelo exercício de autoridade ou pelo controle de conhecimento perito. O gerente tipicamente está inserido numa posição de autoridade na estrutura hierárquica de comando, em função delegada pelo controlador, e se envolve em processos de tomada de decisões no interesse da organização. O exercício de autoridade envolve diferenciação de classe entre os empregados devido ao papel da dominação dentro das relações de propriedade capitalistas e à capacidade de apropriação por parte das funções gerenciais de uma porção do excedente social obtido pela organização. O especialista tem posição estratégica na operação dos sistemas peritos que organizam e medeiam a relação dos atores e das organizações com grandes áreas dos ambientes materiais e sociais construídos em que vivemos (Giddens, 1991, p. 35-36). A noção de qualificação combina os componentes de complexidade substantiva e autonomia associada aos empregos. Os ativos de qualificação, nesse sentido, envolvem os processos de tradução de capacidade ou potencial em atividade de trabalho autônoma e complexa no âmbito e sob a mediação da estrutura e da estruturação dos empregos (Figueiredo Santos, 2002, p. 215-216).<sup>8</sup> A dimensão de qualificação/perícia gera diferenciações de classe ao conferir rendas de qualificação no âmbito do mercado de trabalho e rendas de lealdade à organização originárias do excedente social (Wright, 1997, p. 20-23). Rendas dizem respeito aos retornos obtidos de um ativo, como a qualificação, que derivam da limitação ou da restrição social das oportunidades de aquisição e emprego do recurso. Essas duas categorias de empregados ocupam localizações contraditórias dentro das relações de classe. Os gerentes exercem de forma delegada alguns dos poderes do capital, como o de contratar e despedir trabalhadores. Já o controle das condições de trabalho desempenhado particularmente pelos profissionais corresponde a certa redistribuição de diretos e poderes nas relações entre trabalho e capital (Wright, 2005, p. 16-17). Na visão de John Goldthorpe (2020), as relações contratuais mais privilegiadas dos empregos de classe média refletem os problemas de monitoramento do trabalho

---

8. A educação diz respeito à escolarização formal, à aquisição de conhecimentos, às disposições e às orientações na trajetória educacional. A noção de capital humano pretende expressar os atributos produtivos adquiridos pelos indivíduos. A posse de escolaridade e de capital humano, vista como uma espécie de estoque portátil de "bagagem humana", não pode ser igualada às condições sociais de seu uso ou sua aplicação.

e de especificidade de ativos humanos enfrentados pelas organizações empregadoras. Existem riscos contratuais quando o montante e a qualidade do trabalho não podem ser monitorados diretamente ou facilmente devido às assimetrias de informação entre o agente e o empregador. A especificidade de ativos se manifesta na presença de elevado montante de qualificações ou conhecimento específico do emprego em que a quebra do contrato implica risco de perda de valor para ambas as partes (Goldthorpe, 2000). Os empregos de classe média tendem a assumir a condição de carreiras e divergem dos demais nas formas de recrutamento para as funções, autonomia no trabalho, segurança no emprego e perspectivas de promoção, compensações indiretas, níveis e escalas salariais ascendentes. Na classe média, inclusive, profissionais e gerentes constituem duas esferas parcialmente separadas de carreiras (Westergaard, 1995, p. 18-19 e 155-160).

O conhecimento perito e as qualificações escassas representam uma faca de dois gumes na estruturação da desigualdade de classe. De um lado, o controle de credenciais e o conhecimento perito podem constituir privilégios através de processos excludentes de “reserva de oportunidades”. De outro lado, o controle de ativos de qualificação pode servir como uma barreira defensiva ao colocar limites no poder das organizações empregadoras de regular os empregos e os termos dos contratos de trabalho. O papel desse fator na desigualdade de classe depende da extensão e da força do componente de “reserva de oportunidades” e das implicações depreciadoras das barreiras constituídas para os que ficaram de fora do circuito excludente.

No esquema de classe operacionalizado para os dados da PNAD, o *empregado especialista*, além naturalmente do *status* de empregado, foi caracterizado de acordo com o grupo ocupacional. A categoria abarca notadamente as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional, que exigem escolaridade superior, ou os grupos semiprofissionais, assim como professores do ensino médio e profissionais com formação superior. Trabalha-se uma noção um tanto ampliada de especialista, de modo que a categoria abarca, além dos grupos já referidos, fiscal de tributação e arrecadação, perito judicial, escrivão e oficial da justiça. O *especialista autônomo* tem *status* de emprego de conta própria ou empregador, sendo considerado especialista de acordo com o grupo ocupacional, e desenvolve a sua atividade sem empregados ou com até cinco empregados, podendo possuir ou não estabelecimento fixo para o exercício da atividade profissional (loja, oficina, fábrica, escritório). A categoria de classe de *gerente*, além da posição de empregado, define-se de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo diretores de empresas, dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, operações e de áreas de apoio.

As circunstâncias de classe média podem não ser tão bem delimitáveis, por mostrarem-se mais heterogêneas, mutáveis e contraditórias, assim como sujeitas a maior especificidade nacional e variação histórica. O núcleo gerencial-profissional dos empregos de classe média, mesmo tendo importantes diferenciações internas, seria caracterizável de maneira menos problemática. Entretanto, existem diferenças entre os assalariados nas características incorporadas e relacionadas aos empregos, em termos de recursos, regras e capacidades, que tendem a suscitar dúvidas acerca da proximidade ou do distanciamento dessas posições do núcleo gerencial-profissional de classe média.

## 2.2 Controladores de ativos de menor valor

Na estrutura social são especificadas as posições de não empregadores detentores de menores ativos físicos de capital e de terra ou, dito de outro modo, os controladores de ativos de menor valor, ou generativos de menor valor econômico. Mantém-se relativamente claro o *status* econômico do segmento formado por empreendimentos autônomos, sem empregados, baseados na posse de ativos de capital e/ou de qualificações escassas, embora certas tendências venham distanciando esse grupo do padrão tradicional da pequena burguesia e da atividade autônoma baseada em “ofício”. O *autônomo com ativos* tem a posição na ocupação de conta própria com atividade de natureza não agrícola, e o empreendimento, ou o empreendedor, atende ao menos a uma das seguintes condições: possui estabelecimento com capital físico (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), atividade que emprega um veículo automotor (táxi, caminhão, *van* etc.) ou ocupação qualificada no emprego principal. A categoria de *autônomo agrícola* retrata a situação diferenciada da pequena produção agrícola, em que existe o controle da terra como ativo produtivo, porém sem a contratação de trabalho assalariado. O critério conceitual é a propriedade de ativos de terra e de estoques vivos que dependem da terra para serem produzidos, ou seja, o recorte não focaliza ou enfatiza a característica de segmentação da atividade econômica enquanto tal (ramo de atividade), embora exista certa superposição das dimensões particularmente na forma de mensuração. A categoria possui *status* de emprego de conta própria e atividade em empreendimento que compreende agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura.

## 2.3 Classe trabalhadora sem destituídos

Os fatores diferenciadores vinculados ao exercício de autoridade e a posse de qualificações escassas podem gerar certa “área cinza” de situações ambíguas de classe em que se encontram os empregados qualificados e os supervisores. O empregado qualificado caracteriza-se por controlar qualificações relativamente menos escassas no mercado de trabalho, em comparação aos grupos profissionais,

e elas constituem um recurso mais limitado e problemático para a organização de processos de reserva de oportunidades. Definida conforme o grupo ocupacional, a categoria agrega técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores no ensino infantil e fundamental, professores de nível médio no ensino profissional, professores de educação física e professores de educação especial. Um leque bem diversificado de ocupações incorporaria o controle de qualificações relativamente escassas. Estão na categoria compradores, leiloeiros, corretores, fotógrafos, modelos, atletas, caixas de banco e operadores de câmbio, operadores polivalentes de instalações na petroquímica e mecânicos de manutenção aeronáutica e naval. O *supervisor* caracteriza-se por exercer autoridade limitada sobre a atividade dos subordinados e visa incrementar o esforço de trabalho no interesse da organização. A categoria inclui os empregados em todas as áreas de atividade econômica que são caracterizados pela ocupação de supervisor, chefe, mestre ou contramestre. Os supervisores são recrutados entre o coletivo de trabalhadores; o emprego não tem o *status* de carreira; e no geral seu trabalho se realiza no mesmo espaço dos demais trabalhadores com os quais interage. Na maioria das organizações, mantém-se fronteira entre os níveis gerenciais e profissionais e entre os graus intermediários de qualificação e as funções de primeira linha de supervisão. A situação problemática ou limitada desses estratos assalariados nos domínios de exercício de autoridade e posse de qualificações escassas justificaria a sua aproximação de uma configuração ampliada de classe trabalhadora. A COD usada pela PNAD Contínua subestima de tal modo essa categoria a ponto de comprometer a sua diferenciação (tabela 1).

O *trabalhador típico* representa a categoria majoritária e de grande densidade social. Nesse contexto, caracteriza-se por possuir o controle pessoal do ativo de capacidade de trabalho, ou seja, da própria força de trabalho, mas é constrangido a ceder ao empregador parte dos frutos do emprego produtivo dessa capacidade. De um lado, essa categoria mantém posição claramente subordinada na organização social do trabalho em relação à propriedade de capital, ao controle de credenciais e ao exercício de autoridade. De outro lado, a existência de uma situação de dependência do empregador em relação à *atividade* desenvolvida pelo empregado, visto que o tempo de trabalho contratado deve ser convertido em esforço de trabalho – variável em quantidade e em qualidade –, serve de base potencial para o exercício de certo poder no processo de trabalho. Nos empregos que envolvem mais interdependências e problemas endógenos de extração do esforço de trabalho, são mais factíveis para o trabalhador as possibilidades de intervenção, demarcando ou ampliando limites, nos processos de apreciação ou depreciação de valor do ativo de capacidade de trabalho.<sup>9</sup> Ao se apoiar na organização e na ação coletiva, o trabalhador pode expandir essa

---

9. O empregador contrata o tempo de trabalho, mas o contrato de trabalho permanece incompleto, pois o esforço de trabalho deve ser extraído por meio de mecanismos de incentivo e sanção a determinado custo. A quantidade e a qualidade do fluxo de trabalho dependem da concordância do trabalhador em aceitar a autoridade do empregador, ou seja, o esforço de trabalho é um fator endógeno à relação social de trabalho entre os agentes (Bowles e Gintis, 1990).

capacidade de atenuar ou alterar os poderes e os direitos exercidos pelos empregadores e pelos seus representantes na organização social do trabalho. As relações de emprego em que se encontra inserido o trabalhador típico preservam de modo mais característico as interdependências assimétricas presentes nos processos conjugados de controle da atividade do agente e de apropriação dos resultados do trabalho.

#### 2.4 Base social de posições destituídas de ativos

A estrutura social no Brasil caracteriza-se por possuir amplo conjunto de posições de classe destituídas. O desenvolvimento capitalista cria e reproduz processos de destituição tanto dentro como fora do âmbito do trabalho assalariado. Parte dessa dinâmica manifesta-se igualmente mediante forte tendência de exclusão ou desconexão do sistema social de produção. Nesse segmento, esta parte do estudo realiza mapeamento e caracterização dessas posições de classe destituídas. Interessa-se por uma abordagem de classe social e, por isso, focaliza a questão da divisão social do trabalho, em relação a qual se configura estrutura articulada de posições sociais. Não se trata de análise tradicional da pobreza, que olha apenas para o “espaço da renda” e a sua distribuição entre unidades consideradas em isolamento umas das outras. Desse modo, este estudo sintoniza-se com um movimento convergente entre sociólogos e economistas para superar esse modelo tradicional, através da focalização dos determinantes de resultados fora do controle dos indivíduos, em vez dos resultados em si, como a base para definir e medir a destituição e a desigualdade (Grusky e Kanbur, 2006). Assim, o enfoque sociológico de classe social está atento para o tecido de relações sociais e os vínculos das pessoas com o sistema social de produção e distribuição.

A promoção de uma “extensão teórica” do princípio de exclusão do controle de ativos ou dos recursos econômicos valiosos fundamenta e unifica a noção de *posições de classe destituídas* e, ao mesmo tempo, serve para especificar os processos que geram destituição (Figueiredo Santos, 2010). Charles Tilly (1998) teorizou a desigualdade entre as categoriais sociais emergentes dos processos de exclusão ou de *reserva de oportunidades*, de alcance total ou parcial, que determinam a distribuição assimétrica dos benefícios gerados pelo controle de recursos. Nesse contexto os benefícios de uma categoria estão associados ao controle dos recursos, ao comprometimento ou ao enfraquecimento da capacidade dos membros de outra categoria de usar o recurso, bem como ao investimento de parte dos ganhos para manter a fronteira entre os grupos (Tilly, 1998). John Roemer demonstrou a proposição geral de que a distribuição desigual dos ativos no sistema econômico faz com que os agentes que não possuem certo montante de ativos estejam “livres para perder”. As classes definidas estritamente em termos de relações de propriedade de ativos produtivos formam categorias que estão envolvidas em relações de desigualdade de resultados (Roemer, 1988). Os mecanismos de exclusão, restrição e depreciação



de ativos, nas suas várias manifestações, como ativos de capital, terra, qualificação, emprego e força de trabalho, contribuem para compor um grande, diversificado e heterogêneo agregado de posições de classe destituídas na base da estrutura social. O critério de classe refere-se à destituição, à restrição ou à depreciação relativas à posse, ao uso e ao valor de ativos produtivos. Essa condição pode estar associada em maior ou menor grau a certo nível de pobreza de renda no sentido absoluto ou relativo. Na medida em que a distribuição dos recursos envolve padrões institucionalizados e os riscos de ser pobre são socialmente estruturados, os membros mais vulneráveis dos estratos sociais em maior desvantagem tendem a ser mais afetados pelos processos de empobrecimento (Goldthorpe, 2010, p. 735).

Instalam-se processos de destituição socioeconômica quando se intensifica a exclusão, a insuficiência e a depreciação dos ativos produtores de valor. *O trabalhador elementar* aplica a sua capacidade de trabalho a tarefas simples, socialmente demandadas, mas desvalorizadas, e encontra-se submetido a uma elevada assimetria de poderes e direitos incorporada na relação de emprego. O trabalho assalariado de produção de valores de uso para o consumo direto de um domicílio, realizado pelo *emprego doméstico*, além de ser de natureza não coletiva, isolada e dispersa, em que os poderes e os direitos no trabalho são muito assimétricos, sofre de depreciação estrutural e intrínseca associada ao fato de ser um emprego terminal (*dead-end*) em que existe quase nenhuma chance de progressão nessa modalidade de ocupação. O *autônomo precário* é praticamente destituído de ativos de capital ou de qualificação escassa e vê-se compelido a usar a capacidade de trabalho para reproduzir a sua atividade nos interstícios do mercado de produtos e serviços. A dificuldade de acumular ativos, a grande concorrência entre iguais, a demanda insuficiente ou incerta, as inseguranças quanto à operação cotidiana da atividade conjugam-se para depreciar o retorno associado à aplicação do esforço de trabalho na atividade. O *agrícola precário* é destituído devido ao montante insuficiente de ativos de terra que possui, ou em função da incerteza que cerca o seu controle, ou em face das limitadas possibilidades de aplicação rentável do que tem no mercado. Esse produtor agrícola detém terra pouca ou insuficiente, ou, na condição de posseiro, não tem o domínio legal sobre a sua posse, ou vê-se compelido a vender a totalidade (ou maior parte) da sua produção principal para o consumidor direto em mercados meramente locais. Aproxima-se do prognóstico teórico de destituição econômica de um modo próprio à atividade agrícola. Indicadores relativos aos três critérios estão disponíveis na PNAD Anual até 2015, porém não existem variáveis na PNAD Contínua que permitam diferenciar o autônomo agrícola precário. A classificação retrata a condição de extrema exclusão do *trabalhador de subsistência*. Não comanda um empreendimento agrícola na condição de proprietário, posseiro, parceiro, arrendatário ou cessionário, nem está vinculado a um empreendimento como membro não remunerado da família. Desenvolve apenas uma atividade



marginal de subsistência material direta e, por isso, está em uma condição altamente desconectada do sistema econômico que existe no meio rural. Encontra-se envolvido em situações de trabalho ou atividades como pescar num rio, coletar frutos, plantar horta, cultivar na beira de estrada etc.<sup>10</sup> O *trabalhador excedente*, por fim, é integrado pelo desempregado no sentido lato. O emprego pode ser pensado como ativo ou recurso básico para a obtenção de meios de vida acima do nível de destituição ou de dependência de transferências do Estado (Westergaard, 1995, p. 31). O trabalhador excedente é formado de pessoas sem trabalho que tiveram alguma iniciativa de procurar trabalho – num período menos restrito – ou que estavam engajadas apenas na construção para o próprio uso. Essa posição social “negativa”, de exclusão do emprego, existe em função de um processo de estruturação e reprodução econômica e social no qual se forma um “trabalho excedente” que não encontra aplicação.

Parte fundamental da especificidade da estrutura social brasileira, uma caracterização sintética, revela a composição de três grandes agrupamentos de posições destituídas. Existem os destituídos na esfera do mercado de trabalho, ou que dele são excluídos, embora busquem vender a sua capacidade de trabalho. Estão aí os trabalhadores elementares, os empregados domésticos e os trabalhadores excedentes. Embora demandada e socialmente útil, a capacidade de trabalho elementar que possuem é depreciada. Entretanto, em relação ao grave problema existente do lado da demanda de trabalho, trabalhadores que acumulam certas habilidades comportamentais e cognitivas tornam-se simplesmente dispensáveis pelo padrão preponderante de desenvolvimento capitalista. Uns se tornam superexplorados, e outros sofrem por não encontrar empregador que possa proporcionar lucro da compra da sua força de trabalho.

No mercado de produtos e serviços urbanos, constituem-se os trabalhadores autônomos precários. São autônomos, porém desprovidos de ativos ou recursos de algum valor, cuja reprodução depende dos fluxos de renda da economia dominante que se dirigem aos espaços intersticiais do mercado de produtos e serviços. Estão computados nesse segmento os trabalhadores subordinados que são explorados por detentores de ativos através de formas e relações encobertas de arregimentação e remuneração de trabalho que visam descaracterizar o vínculo assalariado.

---

10. O trabalhador na produção para o próprio consumo corresponde a um *status* de emprego diferenciado existente apenas na atividade agrícola. Não se trata de um conta própria agrícola que trabalha “explorando o seu próprio empreendimento”, porém sem obter renda em dinheiro ou em produtos, nem de um membro não remunerado da família no empreendimento. Entende-se que *a pessoa não tem o seu próprio empreendimento* na condição de proprietário, posseiro, parceiro, arrendatário nem cessionário (quem trabalha em terra cedida por um familiar, por exemplo), pois nesse caso seria classificado como conta própria. Equivale à situação extremamente precária da “pessoa que *trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana*, somente na produção de bens, do ramo que compreende as atividades de agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, *para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar*” (BGE, s.d., grifo nosso).

Por fim, a modernização conservadora da agricultura brasileira, ao seguir trajetória fortemente excludente, manteve e criou grande massa de destituídos no campo (Figueiredo Santos, 2002, p. 131-133). Estes estão representados aqui nas categorias de produtor agrícola precário e trabalhador de subsistência. A herança do passado latifundiário, incorporada à estrutura agrária do Brasil de hoje, e o enorme poder seletivo atual dos complexos agroindustriais se somam para gerar destituição e pauperismo no meio rural brasileiro.

### 3 DESIGUALDADE SOCIAL À LUZ DA TIPOLOGIA DE CLASSES NO BRASIL

A tipologia de classes em questão tem sido usada de forma sistemática em um conjunto diversificado de estudos que tratam dos efeitos independentes, mediadores e moderadores ou interativos de classe notadamente com educação, gênero e raça em renda, saúde e mobilidade social (Figueiredo Santos, 2002; 2005b; 2008; 2009, 2011a; 2011b; 2011c; 2015b; 2018; 2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2021, 2022). Pretende-se nesta parte empírica do trabalho recolocar questões relativas à desigualdade de renda, mobilidade social e saúde no Brasil atual. São utilizadas quatro versões da tipologia que traduzem possibilidades ou potenciais de adaptação a características e limitações de bases de dados oficiais de importância especial.<sup>11</sup> Recorre-se inicialmente a um tratamento descritivo em tabulações cruzadas e a seguir à aplicação de modelos estatísticos.

#### 3.1 Composição e associação de classe com fatores e resultados relevantes

No empreendimento descritivo são apresentadas na tabela 2, em primeiro momento, informações bivariadas sobre a composição de classe por fatores demográficos ou atributos de *status*, assim como a distribuição de classe associada às hierarquias urbanas e ao território. Os dados expressam a interseção de tipos distintos de desigualdades que são socialmente organizadas e que geram consequências nas duas direções no âmbito da operação desses fatores na vida social.

---

11. São versões adaptadas da PNAD Tradicional de 2002 a 2015 (tabelas de 1 a 4), da PNAD Contínua (tabela 1), dos dados de origem social do suplemento de mobilidade social da PNAD 2014 (tabela 5) e da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013 e 2019 (tabelas 6 e 7).

**TABELA 2**  
**Distribuição de classe por idade, gênero, cor, dimensão urbana e macrorregião –**  
**Brasil (2014)**  
 (Em %)

Classe	Tercil idade (média)			Dimensão urbana			Região		
	23	37	54	Homem	Branco	RM <sup>1</sup>	Média	Menor	+ desenvolvida
Capitalista	8,6	32,5	58,9	76,6	81,3	37,1	29,0	33,9	85,3
Especialista autônomo	15,4	40,1	44,5	57,5	78,0	45,4	31,9	22,7	85,9
Gerente	24,1	44,0	31,9	59,3	67,3	44,0	28,5	27,5	78,6
Empregado especialista	32,2	38,5	29,3	44,0	69,4	48,9	28,7	22,4	77,9
Pequeno empregador	10,8	37,1	52,1	72,7	64,8	27,2	28,7	44,1	75,8
Empregado qualificado	31,9	40,4	27,7	43,6	54,1	37,5	28,5	34,0	70,9
Supervisor	22,4	40,9	36,7	74,1	50,2	40,7	31,1	28,2	76,8
Autônomo com ativos	15,7	35,3	49,0	66,3	51,5	34,8	27,6	37,6	66,3
Autônomo agrícola	11,6	25,8	62,6	85,7	47,6	3,4	8,4	88,2	51,3
Trabalhador típico	43,1	33,4	23,5	60,1	46,6	35,1	29,1	35,8	72,3
Trabalhador elementar	35,5	34,2	30,3	75,3	31,2	19,3	20,2	60,5	59,0
Autônomo precário	19,2	33,6	47,2	61,9	38,0	32,1	29,6	38,3	60,9
Empregado doméstico	18,2	37,7	44,1	8,0	35,6	34,7	25,6	39,7	69,7
Agrícola precário	14,1	28,6	57,3	81,9	27,9	2,3	7,2	90,5	23,4
Trabalhador de subsistência	21,2	18,3	60,5	43,3	32,6	3,0	7,7	89,3	33,7
Trabalhador excedente	63,1	23,4	13,5	43,3	38,6	35,7	28,5	35,8	60,2
<b>Total</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>33,3</b>	<b>55,9</b>	<b>45,9</b>	<b>32,0</b>	<b>26,3</b>	<b>41,7</b>	<b>66,5</b>

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Nota: <sup>1</sup> Região metropolitana.

A idade informa certos condicionamentos na alocação ou no acesso aos empregos, e sua manifestação remete aos processos de “acúmulo” de recursos ou oportunidades no ciclo ou curso de vida. A variável foi diferenciada em tercis ou três grupos de igual tamanho entre os que têm posição de classe assinalada. No grupo mais novo, 90% dos casos estão entre 16 e 30 anos, com idade média de 23 anos. O grupo intermediário fica no mesmo critério entre 31 e 43, com média de 37 anos.

O grupo mais velho abarca de 45 a 70, com média de 46 anos. Nas posições mais privilegiadas, predominam os grupos de idade mais elevada ou intermediária, com ênfase nos detentores de ativos de capital. Todos os autônomos, com ou sem ativos de capital e terra, estão mais concentrados na idade mais avançada. Esse padrão é ainda mais forte em todos os estratos agrícolas. Estes parecem representar em grande maioria, em certo sentido, os sobreviventes ou os continuadores de formas progressas ou tradicionais de produção ou reprodução de meios de vida. Os empregados qualificados e supervisores, assalariados com certas vantagens, têm idade intermediária, enquanto o trabalhador típico tem idade mais jovem. O perfil do trabalhador excedente é bastante mais jovem. No emprego doméstico o grupo mais jovem é claramente minoritário, e o mais velho, predominante. Um grupo parece focalizar caminho diverso, e o outro parece ver no emprego doméstico uma opção mais factível. Desse modo, existe padronização socioeconômica que informa as relações entre idade e emprego.

As interseções entre as categorias de classe e de *status* de gênero e raça recebem uma primeira atenção a ser aprofundada logo a seguir. Na forma binária são apresentadas somente as percentagens do grupo mais privilegiado, já que o valor inverso corresponde ao grupo omitido. Olhando-se o *total* na parte inferior da tabela, vê-se que o homem é maioria, e o branco é minoria entre as posições. O valor estampado serve de referência para situar o grau de desproporção do grupo nas categorias de classe. Do capitalista ao supervisor, o homem prevalece em cinco categorias, e a mulher em duas. As posições masculinas são de comando de ativos de capital e de exercício de autoridade. Já a mulher supera o homem em ativos de qualificação. Todas as atividades autônomas, com ou sem ativos de capital e terra, são claramente masculinas. No agrupamento destituído, a mulher é maioria no empregado doméstico, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente. Na dimensão de cor ou raça, do capitalista ao supervisor, o branco é maioria. Essa maioria se torna mais ampla à medida que as vantagens são maiores. O branco é maioria também no autônomo com ativos. Somente no autônomo agrícola e no trabalhador típico, ocorrem inserções equivalentes à geral. Em todas as posições destituídas, o grupo não branco é maioria em um patamar que chega mesmo a suplantar o seu nível de participação total na população ocupada.

A dimensão urbana diferencia região metropolitana (RM), municípios de porte médio ou grande fora de RM e demais municípios. A operacionalização da variável se baseia no código de área censitária da PNAD Tracional (V4727). Os municípios menores concentram a maioria dos empregos, seguidos pelas RMs. Entre os melhores tipos de empregos, de capitalista a supervisor, seis deles estão desproporcionalmente distribuídos nas RMs. A distribuição desses empregos mais vantajosos nos municípios maiores ou médios mantém ou supera a sua participação geral. Os municípios menores mantêm ou superam a sua participação

proporcional somente nas categorias de pequeno empregador e de trabalhador elementar (36% agrícola) e nos estratos agrícolas. Apresenta-se, por fim, a distribuição das posições entre as regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste), aspecto que vai ser mais explorado adiante. O total revela que estão nelas 66,5% das posições de classe. De 86% a 71% dos melhores empregos estão nessas regiões, sempre acima da participação geral. Ultrapassam ou se aproximam do patamar geral o trabalhador típico, o autônomo com ativos e o empregado doméstico. Esse último caso representa um subproduto da presença de empregos com maior renda nas regiões mais desenvolvidas. Cabe aos locais menos desenvolvidos (Nordeste e Norte) o destaque proporcional ou absoluto nos demais empregos notoriamente em desvantagens.

A questão regional envolve e reflete o processo de desenvolvimento desigual da economia capitalista no território. Uma característica da desigualdade brasileira é o grande peso das diferenças entre as macrorregiões brasileiras que compõem certa polaridade e separação entre Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste (Souza, 2013). Educação representa um recurso importante que dá acesso ou está associado a diferentes tipos de empregos desigualmente recompensados. A evolução da estrutura do emprego e a expansão educacional se fazem de forma desigual no território, criando importantes desequilíbrios e assimetrias nas combinações entre os dois fatores.

TABELA 3

**Distribuição de classe por macrorregião e composição educacional por classe em cada macrorregião**

(Em %)

Classe por região e educação	Sudeste	Nordeste	Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Sudeste)				Nordeste e Norte (Nordeste)			
			Fund.I	Fund.C	Med.C	Sup.C	Fund.I	Fund.C	Med.C	Sup.C
Capitalista	0,8	0,3	7,1	9,5	33,0	50,4	10,0	11,1	39,6	39,3
Especialista autônomo	1,6	0,5	0,9	0,7	9,0	89,4	4,6	3,4	13,4	78,7
Gerente	3,1	1,7	5,2	5,9	37,5	51,4	7,7	5,8	48,6	37,9
Empregado especialista	5,7	3,2	0,2	0,9	21,3	77,6	0,2	1,1	21,6	77,1
Pequeno empregador	3,1	2,0	21,2	15,9	40,9	22,0	31,4	14,4	39,2	15,0
Empregado qualificado	7,3	6,0	2,9	5,6	50,8	40,7	4,5	5,0	51,9	38,5
Supervisor	1,3	0,8	16,7	12,5	49,5	21,3	20,1	11,5	52,1	16,3
Autônomo com ativos	6,6	6,6	28,6	18,7	39,9	12,7	42,7	17,4	35,0	4,9
Autônomo agrícola	1,9	3,6	68,9	13,0	15,3	2,8	81,5	9,7	8,1	0,7

(Continua)

(Continuação)

Classe por região e educação	Sudeste	Nordeste	Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Sudeste)				Nordeste e Norte (Nordeste)			
			Fund.I	Fund.C	Med.C	Sup.C	Fund.I	Fund.C	Med.C	Sup.C
Trabalhador típico	36,3	27,6	21,6	21,9	49,5	6,9	26,4	19,3	49,5	4,9
Trabalhador elementar	7,3	10,0	55,3	23,3	20,1	1,3	67,3	16,7	15,6	0,4
Autônomo precário	7,8	9,9	45,6	21,2	29,4	3,8	54,7	18,2	25,2	1,9
Empregado doméstico	6,5	5,6	55,3	22,3	21,1	1,3	54,6	23,2	21,5	0,7
Agrícola precário	0,5	3,4	69,1	13,1	15,4	2,5	81,7	10,4	7,6	0,3
Trabalhador de subsistência	2,1	8,3	80,4	9,6	8,3	1,7	82,3	10,0	7,3	0,4
Trabalhador excedente	8,2	10,7	24,7	27,0	39,6	8,7	30,6	23,7	41,2	4,6
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>27,7</b>	<b>18,1</b>	<b>37,9</b>	<b>16,3</b>	<b>42,4</b>	<b>16,1</b>	<b>32,7</b>	<b>8,8</b>

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: Fund.I – fundamental incompleto; Fund.C – fundamental completo ou médio incompleto; Med.C – médio completo ou superior incompleto; e Sup.C – superior completo.

A tabela 3 retrata a distribuição de classe interna e a característica de cada macrorregião. A distribuição de classe dentro da região complementa a informação já vista sobre a distribuição entre as regiões. Existe um contraste marcante quando são comparados o topo social e a base da estrutura de classe. De um lado, as posições privilegiadas de classe têm peso maior na região mais desenvolvida (14,3%). De outro lado, na base social prevalece o trabalhador típico (36,3%), a ponto de suplantar todo o conjunto de posições destituídas (32,4%). A situação inversa predomina na região menos desenvolvida. Assim, existe um topo social menor (7,7%) e uma ampla base destituída (47,9%).

Nos dois conjuntos regionais, estão os cruzamentos de classe por nível educacional dentro das regiões. No *total* está a distribuição educacional ao nível geral em cada macrorregião.

No plano geral o principal contraste regional diz respeito aos polos educacionais. No fundamental completo é de 27,7% *versus* 42,4% para a região menos desenvolvida. No superior completo é de 16,3% para 8,8%. Entres as posições privilegiadas, o superior completo é mais comum na região mais desenvolvida. Entretanto, há equilíbrio no empregado especialista devido à exigência para acesso ao tipo de emprego. Entre as posições destituídas, os níveis educacionais inferiores são mais comuns na região menos desenvolvida. Entretanto, eles se assemelham no emprego doméstico, entre os quatro níveis, e no trabalhador excedente ou desempregado, em que o nível modal é médio completo. Merece destaque, por

fm, devido ao peso demográfico, a composição educacional do trabalhador típico, bastante semelhante entre as regiões.

TABELA 4

**Distribuição de classe por dicotomia rico/pobre e composição interna de gênero/cor**  
(Em %)

Classe por posição em renda e sexo/cor	30% +	30% + rico				70% + pobre			
		Mas.B	Fem.B	Mas. NB	Fem. NB	Mas.B	Fem.B	Mas.NB	Fem.NB
Capitalista	96,3	61,4	19,5	15,7	15,7	39,5	21,0	28,3	11,2
Especialista autônomo	87,5	44,4	34,2	14,8	6,6	27,6	39,3	21,0	12,1
Gerente	74,6	43,6	28,0	19,3	9,2	21,9	31,3	27,0	19,8
Empregado especialista	77,2	33,4	38,4	12,8	15,5	20,1	39,0	14,2	26,7
Pequeno empregador	77,8	49,1	18,7	25,4	6,8	31,8	20,2	35,4	12,7
Empregado qualificado	51,9	28,8	31,9	18,7	20,6	16,4	29,5	21,9	32,1
Supervisor	62,0	41,1	13,2	38,6	7,1	25,7	17,3	40,3	16,7
Autônomo com ativos	43,7	45,4	16,9	28,7	9,0	23,7	18,2	36,4	21,7
Autônomo agrícola	25,7	64,7	5,8	26,8	2,7	34,3	5,8	49,8	10,1
Trabalhador típico	21,8	41,4	15,3	35,0	8,3	22,2	21,4	33,4	23,0
Trabalhador elementar	5,9	37,5	11,1	40,6	10,8	21,3	8,7	54,1	15,9
Autônomo precário	22,5	36,6	12,7	40,7	10,0	18,4	15,8	38,7	27,0
Empregado doméstico	7,0	9,3	42,2	9,3	39,2	2,6	31,5	4,5	61,4
Agrícola precário	9,7	42,8	2,8	46,2	8,1	21,3	5,0	60,0	13,7
Trabalhador de subsistência	3,6	39,0	31,8	17,4	11,8	11,6	21,5	20,1	46,7
Trabalhador excedente	3,8	28,9	29,3	19,4	22,4	7,8	24,1	12,9	55,2
<b>Total</b>	<b>30,0</b>	<b>39,9</b>	<b>22,5</b>	<b>26,3</b>	<b>11,3</b>	<b>19,3</b>	<b>20,1</b>	<b>33,0</b>	<b>27,6</b>

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: Masc. – homem; Fem. – mulher; B – branco; e NB – não branco (agrega pardo e preto).

As discrepâncias de renda que existem entre os empregos correspondem à face da desigualdade material mais marcante e próxima da vida da maioria das pessoas. As categorias de *status*, notadamente gênero e cor, geram consequências mais amplas e incisivas à medida que se associam às desigualdades posicionais de recursos e poder existentes na sociedade (Tilly, 1998; Ridgeway, 2014). O desenho da tabela 4 expressa, de certa forma, os cruzamentos ou as associações entre empregos ou posições de classe, ordenamentos da renda e categorias de *status*. Nos décimos de renda de todas as fontes, foi feito o recorte entre os 30% mais ricos e os 70% mais pobres. Foi usado um critério que não fosse artificial para os privilegiados e os destituídos e que permitisse fazer comparações informativas. No Brasil a distribuição da renda é fortemente assimétrica, de modo que a renda

média fica muito acima da mediana, que possui um valor baixo. O limiar do percentil escolhido está próximo da renda média geral. Isso significa que estar entre os 30% mais ricos corresponde, então, a obter aproximadamente uma renda acima da média geral. Embora os valores absolutos sejam diferentes, o mesmo limiar relativo se aproxima das rendas médias das respectivas categorias de classe. Dessa maneira, foi usada naturalmente a renda média geral para definir a proporção dos 30% mais ricos encontrada em cada categoria de classe.

Existe um claro ordenamento de classe no critério, como esperado. Nas posições privilegiadas o grupo rico abarca minimamente 75% dos casos, com destaque para capitalista e especialista autônomo. Empregado qualificado e superior vem a seguir, secundados por controladores de pequenos ativos. O trabalhador típico se aproxima somente do autônomo agrícola. Entre os destituídos, o autônomo precário está em melhor situação, porém muito distante do autônomo com ativos. Uma defasagem semelhante se forma entre autônomo agrícola e agrícola precário. Entre os que recebem renda monetária do trabalho, a pior situação é a do trabalhador elementar.

No grupo rico e pobre, foi calculada a distribuição interna da categoria combinada de *status* (gênero e cor) por classe e em geral (total). O homem branco é maioria nos 30% mais ricos; e o homem não branco, nos 70% mais pobres. Na mesma comparação, o homem não branco vem em segundo lugar entre os mais ricos; e a mulher não branca, entre os mais pobres.

Nas posições privilegiadas o grupo branco, particularmente homem, predomina entre os mais ricos. Entre os privilegiados mais pobres, predomina a mulher branca, com a exceção de capitalista (homem branco) e pequeno empregador (homem não branco). No empregado qualificado predomina a mulher branca em ambos os grupos. No supervisor predomina o homem branco entre os mais ricos e o homem não branco entre os mais pobres. Pequenos ativos é um agrupamento bastante masculino. O grupo mais rico é fortemente branco, e o mais pobre é claramente não branco.

O trabalhador típico mais rico é fortemente branco, secundado pelo homem não branco, com a mulher branca mais distanciada e a mulher não branca bastante minoritária. No trabalhador típico mais pobre, predomina o homem não branco. Como há equilíbrio entre os demais grupos, isso faz com que no conjunto predomine o não branco.

No agrupamento destituído mais rico, ou seja, com renda acima da média, o não branco predomina no trabalhador elementar, no autônomo precário e no agrícola precário, provavelmente por serem categorias mais presentes na região Nordeste/Norte, embora o homem branco prevaleça no trabalhador de subsistência. No empregado doméstico há equilíbrio entre mulher branca e não branca. No agrupamento destituído mais pobre, domina o não branco, o que confirma



duplamente (emprego e renda) um padrão de cor ou raça. O homem não branco predomina em trabalhador elementar, autônomo precário e agrícola precário, confirmando um padrão de gênero. Ademais, a mulher não branca predomina em empregado doméstico, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente.

### 3.2 Efeitos de origem de classe no destino social no Brasil

Mobilidade social mensura o grau de associação que existe entre a condição socioeconômica dos pais e dos filhos. A associação total ou o efeito total captam a influência de todos os fatores que estão associados direta ou indiretamente à origem de classe. Nesse sentido, são usados três indicadores de realização socioeconômica no destino social. Na tabela 5 estima-se o efeito total da origem de classe em resultados relevantes ao destino social. Para isso, utilizaram-se regressão logística para probabilidade e regressão padrão (OLS) para o percentil da renda, ajustadas ao desenho amostral complexo da PNAD. Em todos os modelos, são utilizados controles por gênero, cor, coorte, tipo de família por inserção econômica dos pais, área urbana/rural, Unidade da Federação (UF) onde o filho morava aos 15 anos e se é a mesma de hoje (migrante ou não). Para manter a comparabilidade, as estimativas foram feitas para as pessoas de 27 a 66 anos de idade. A data inicial corresponde à idade em que alguém estaria apto a ter concluído curso superior. O limite superior na idade visa limitar um viés de seletividade condicional à origem de classe associado à idade, ao emprego/aposentadoria ou à morte. Como a maioria dos controles potenciais pode estar associada à origem social, os controles justificáveis seriam aqueles determinados antes de se entrar no mercado de trabalho (Hällsten, 2013, p. 667-668). Por fim, os resultados são calculados para as três coortes anteriores a dez anos, com indivíduos nascidos entre 1948 e 1977, e para a coorte mais recente, com os nascidos entre 1978 e 1987, cuja idade mínima considerada é de 27 anos.

Foi estimada em um primeiro momento a probabilidade de o filho estar em uma posição no topo social privilegiado formado pelas posições de empregador, especialista e gerente. Seria esperado que as coortes mais antigas tivessem probabilidade maior devido ao fato de estarem em fase mais avançada na trajetória de emprego. Percebe-se claramente que existe forte contraste entre origens privilegiadas e origens destituídas. No primeiro grupo destaca-se a origem em especialista e empregador não agrícola nas coortes anteriores. Na corte mais recente, o empregador agrícola avança bastante e fica secundado pelo especialista. Como regra geral o efeito de origem aumenta ou se mantém, ou seja, a coorte mais recente está em situação melhor ou equivalente mesmo estando em fase mais inicial na trajetória. A alteração mais marcante ficou por conta do empregador agrícola. Nas origens destituídas a pior trajetória está associada ao emprego doméstico. Na passagem para a coorte mais recente, a situação piora para quatro origens e melhora para duas nesse bloco. No mais, destacam-se o aumento do efeito em supervisor e a

diminuição em pequenos ativos. As discrepâncias de origem aumentam um pouco devido às inclinações divergentes entre origem privilegiada e destituída.

TABELA 5

**Efeito total da origem de classe na probabilidade de destino ao topo social, no ensino superior completo e na projeção de percentil da renda nas coortes de nascimento**

Origem de classe	Topo social		Superior completo		Percentil da renda	
	1948-1977	1978-1987	1948-1977	1978-1987	1948-1977	1978-1987
Empregador agrícola	0,274	0,488	0,242	0,488	54,95	71,63
Empregador não agrícola	0,343	0,360	0,334	0,341	66,03	64,86
Gerente	0,292	0,317	0,344	0,398	61,53	61,11
Especialista	0,429	0,412	0,525	0,580	70,61	71,34
Empregado qualificado	0,210	0,201	0,266	0,306	60,07	57,91
Supervisor	0,189	0,230	0,202	0,296	54,43	58,53
Autônomo com ativos	0,196	0,163	0,188	0,196	54,86	52,53
Autônomo agrícola	0,104	0,090	0,098	0,112	45,62	43,20
Trabalhador típico	0,121	0,119	0,126	0,146	50,39	49,19
Trabalhador elementar	0,087	0,060	0,093	0,079	44,91	42,53
Trabalhador elementar agrícola	0,071	0,093	0,049	0,055	40,67	40,60
Autônomo precário	0,101	0,086	0,102	0,094	47,19	45,33
Empregado doméstico	0,056	0,045	0,066	0,035	43,31	40,35
Trabalhador de subsistência	0,076	0,086	0,059	0,066	40,97	40,76
Trabalhador excedente	0,092	0,082	0,095	0,103	45,12	43,73

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: A probabilidade está representada em proporção que varia de 0 a 1.

Posteriormente, estima-se o efeito total de origem na probabilidade de o filho ter curso superior completo. Deve ser levado em conta que a educação superior esteve em expansão e que a coorte mais recente se beneficiou mais desse processo. Contudo, como esse indicador fica relativamente estável no curso de vida, não sofre de viés associado à fase dessa trajetória; constata-se o mesmo contraste entre os polos de origem de classe. Na origem privilegiada destaca-se incontestavelmente a situação do especialista, e todas essas origens avançam na passagem para a coorte mais recente. O empregado especialista mantém-se à frente, mas o avanço do empregador agrícola é surpreendente. Junto com os dados de acesso ao topo social, o resultado educacional sinaliza uma mudança marcante na condição e no processo de transmissão intergeracional dessa categoria. Na origem destituída destacam-se negativamente as origens em trabalhador elementar agrícola, trabalhador de subsistência e empregado doméstico. Nesse agrupamento três origens têm uma trajetória negativa, e três são positivas na passagem para a coorte mais recente. Realça-se o

resultado bastante negativo da origem em empregado doméstico em um contexto de expansão educacional. Por fim, as origens em empregado qualificado (técnico) e supervisor se saem bem melhor do que em pequenos ativos, na mudança de coorte, aumentando a discrepância na aquisição educacional dos filhos. A evolução do trabalhador típico é mais discreta. Isso quer dizer que, dessa categoria para baixo, o benefício da expansão educacional foi modesto, quando não ínfimo ou descartável, na coorte mais recente.

Foi estimado o efeito total da origem na renda ordenada em percentis em relação a todos os membros da amostra com informações válidas. O efeito da origem é expresso “em pontos percentuais usando apenas as informações ordinais sobre a variável dependente, portanto, não inclui informações sobre a dispersão dos rendimentos dos filhos” (Torche, 2018, p. 273). As alterações nas e entre as categorias são comparadas em termos líquidos, aproximando-se da noção de persistência relativa, pois, na conversão em ordenamento, são descontadas as diferenças na dispersão (desigualdade) da renda. A escala fica mais contraída em relação às distâncias reais de renda entre as categorias. Devido à etapa na trajetória e à associação idade/renda, seria esperado que a coorte mais recente estivesse em percentis abaixo no ordenamento da renda.

Nas origens privilegiadas, três entre as quatro categorias avançaram ou mantiveram a posição no ordenamento. A origem de especialista, de maior peso, responde pela posição mais elevada nos dois contextos. Também nesse critério o destaque de avanço coube ao empregador agrícola. Entre as origens destituídas, nenhuma delas está em posição melhor na coorte mais recente. Predomina a posição inferior e, somente em dois casos, a posição equivalente. Os estratos agrícolas obtêm a pior posição, com a companhia negativa do empregado doméstico na coorte mais recente. No quadro geral a hierarquia do efeito de origem persiste com certo reforço nos desníveis típicos mesmo ao serem descontadas as dispersões da renda dentro e entre as categorias.

### 3.3 Classe social e desigualdade de saúde no Brasil

Os estudos empreendidos sobre a realidade brasileira revelaram que há um importante ganho analítico e empírico no uso da noção sociológica de classe social para abordar a desigualdade de saúde quando esta é confrontada com os indicadores mais convencionais de posição socioeconômica, tais como renda e educação (Figueiredo Santos, 2011a; 2019a; 2020b). Foram realizadas as estimativas dos efeitos de classe social na autoavaliação do estado de saúde da pessoa por meio dos dados da PNS 2013 e 2019. A variável *dependente autoavaliação* representa a medida de estado de saúde mais acessível, abrangente e informativa em estudos populacionais. Possui a vantagem de captar a saúde média dos grupos; ao contrário das medidas mais dirigidas, retrata bem a saúde em diferentes estágios da vida e está associada

a múltiplos fatores de risco à saúde, além de ser um previsor de mortalidade (Figueiredo Santos, 2011a; 2019a; 2020b).

A tipologia de classes original teve de ser totalmente reconstruída ao nível operacional, mantidos os fundamentos conceituais e os critérios orientadores, pois a PNS adotou a nova COD do IBGE, ajustada à Classificação Internacional Padrão de Ocupações (CIUO-08), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), porém não equivalente à CBO-Domiciliar da PNAD Anual. Além disso, devido às lacunas de indicadores importantes relativos às categorias de empregadores (número de empregados) e autônomos (informações do empreendimento), foram adotados critérios substitutos baseados em diferenciações internas de décimos de renda para diferenciar as categorias de capitalistas *versus* pequenos empregadores; autônomos com ativos *versus* autônomos precários; autônomos agrícolas *versus* agrícolas precários. Em razão de a variável de interesse do estudo ser a saúde, a renda seria um indicador substituto adequado para diferenciar o montante de ativos controlados por categorias de empregadores e autônomos, já que ela está associada à natureza e ao porte da atividade econômica, sendo um resultado (*output*) cujo padrão médio decorre da condição, do recurso e da atividade típica do empreendimento.

TABELA 6

**Classe social e probabilidade predita de autoavaliação do estado de saúde como bom, regular e ruim**

Classe	Bom	Regular	Ruim
Capitalista	0,904	0,089	0,008*
Especialista autônomo	0,865	0,120	0,014
Gerente	0,838	0,160	0,002
Empregado especialista	0,861	0,126	0,013
Pequeno empregador	0,839	0,146	0,014
Empregado qualificado	0,830	0,152	0,018
Supervisor	0,860	0,112	0,028*
Autônomo com ativos	0,791	0,192	0,017
Autônomo agrícola	0,700	0,272	0,028
Trabalhador típico	0,753	0,227	0,020
Trabalhador elementar	0,687	0,278	0,034
Autônomo precário	0,670	0,282	0,048
Empregado doméstico	0,687	0,282	0,031
Agrícola precário	0,665	0,284	0,051
Trabalhador excedente	0,674	0,282	0,044

Fonte: PNS 2019.

Elaboração do autor.

Obs.: 1. Significância: \*  $p > 0,05$ .

2. A probabilidade está representada em proporção que varia de 0 a 1.

As estimativas da tabela 6 foram realizadas com um modelo logístico ordenado generalizado mediante o procedimento *gologit2*, criado pelo sociólogo Richard Williams para o ambiente do programa Stata. Nesse modelo os resultados são semelhantes a uma série de regressões logísticas binárias que contrastam uma categoria com as demais (Williams, 2006). Na variável dependente ordinal, *bom* agrega *muito bom* e *bom*; *ruim* combina *ruim* e *muito ruim*; e *regular* fica como no original da questão. Todos os resultados estão expressos como probabilidades preditas na média dos casos calculadas com o comando de pós-estimação *margins* do Stata. Foram estimados efeitos com os controles de idade, gênero, cor, região, área urbana/rural, capital/interior e informante.

Devido à distribuição das respostas, o contraste mais amplo em todas as posições de classe se faz entre estado de saúde *bom* e *regular*. Entretanto, como expressão de morbidade mais forte, o estado *ruim* revela-se também diferenciador. As posições privilegiadas ostentam o estado *bom* mais elevado e os menores *regular* e *ruim*. O destaque fica por conta do capitalista, seguido pelos especialistas, de maior importância demográfica no topo social. O inverso ocorre com todas as posições destituídas. Os destaques negativos estão com o autônomo precário e o agrícola precário, ou seja, não assalariados. Entre o capitalista e o agrícola precário, existe uma distância de 23,9 pontos percentuais (p.p.) no estado de saúde bom. Como o modelo controla por área urbana ou rural, além da localização territorial, visando estimar efeito mais puro do emprego, a desigualdade seria ainda maior se fosse levado em conta o contexto ou o ambiente residencial. A distribuição de 3,1% a 4,8% na saúde *ruim* na base destituída afeta elevado contingente populacional da estrutura social (tabela 1). Além disso, entre os destituídos, o estado de saúde *ruim* pode estar subestimado ao precipitar uma aposentadoria e sair da população economicamente ativa.

Pequeno empregador e empregado qualificado e supervisor ficam em situações mais próximas do topo social e separados dos demais abaixo. O estado de saúde do trabalhador típico está em condição melhor do que o do trabalhador elementar e o do empregado doméstico – os dois grupos em melhor situação no agrupamento destituído.

Estudo anterior enfatizou que classe social e território se combinam para acentuar dramaticamente as discrepâncias de saúde no Brasil (Figueiredo Santos, 2018). No estudo em questão, a tipologia de classes foi agregada em cinco grandes agrupamentos, pois as estimativas foram feitas por UFs. Nas estimativas da tabela 7, utiliza-se a classificação de classes mais ampla, e o estado de saúde é mensurado de forma binária para distinguir *não bom* (regular e ruim) *versus bom* (bom e muito bom), que é a forma mais comum de mensuração nos estudos de desigualdade de saúde (Figueiredo Santos, 2020b). O estado de saúde *não bom* não equivale à

soma de *regular* e *ruim* da tabela 6, embora haja correspondência, pois as estimativas não foram feitas com o mesmo tipo de modelo e com os mesmos contrastes. As probabilidades foram estimadas por regressão logística com interações entre classe e território, para os anos de 2013 e 2019, usando os já mencionados controles equivalentes. O resultado *geral* para o conjunto do país foi colocado como referência para situar as variações regionais dos efeitos em função das diferenças de contextos e das interações. Recorre-se ao divisor binário entre regiões mais desenvolvidas (Sudeste, Sul e Centro-Oeste) e menos desenvolvidas (Nordeste e Norte).

Vão ser destacadas nos comentários da tabela 7 as alterações no período considerado e o sentido de conjunto dos resultados. No topo social, que vai do capitalista ao pequeno empregador, diminuiu-se a incidência de estado de saúde não bom para os detentores de ativos de capital, ao passo que ambos os especialistas e o gerente tiveram aumento do quadro negativo. No grande agrupamento destituído, ocorreram reduções de 1 p.p. em três categorias e de 2 p.p. em duas. Destaca-se que as alterações menores podem ser interpretadas como estabilidade. No restante da estrutura social, ocorreu aumento da saúde não boa em duas categorias, redução em duas e estabilidade em uma. No contraste entre topo e base destituída, ocorreu certa melhora na desigualdade relativa associada a uma piora no âmbito do topo social e uma redução/estabilidade na base destituída. As duas categorias em melhor situação de saúde na base destituída, ainda assim, mantêm excesso de 21,7 p.p. em saúde não boa em relação ao capitalista, mesmo com o controle estatístico de residência e território. Em linha geral manteve-se no período o padrão existente de hierarquização de classe social da distribuição da saúde.

TABELA 7

**Classe social e probabilidade predita de autoavaliação do estado de saúde como não bom (regular e ruim), geral e por GR (2013 e 2019)**

Posição de classe	Brasil		Sudeste, Sul e Centro-Oeste		Nordeste e Norte	
	2019	2013	2019	2013	2019	2013
Capitalista	0,096	0,109	0,078	0,077	0,155	0,234
Especialista autônomo	0,135	0,092	0,110	0,068	0,201	0,166
Gerente	0,162	0,142	0,133	0,109	0,227	0,223
Empregado especialista	0,139	0,125	0,128	0,103	0,156	0,167
Pequeno empregador	0,160	0,186	0,126	0,149	0,250	0,276
Empregado qualificado	0,170	0,173	0,137	0,128	0,244	0,268
Supervisor	0,139	0,201	0,094	0,182	0,319	0,224
Autônomo com ativos	0,209	0,219	0,177	0,190	0,287	0,276
Autônomo agrícola	0,301	0,274	0,270	0,247	0,345	0,345
Trabalhador típico	0,247	0,235	0,219	0,198	0,304	0,315
Trabalhador elementar	0,313	0,298	0,291	0,262	0,364	0,375

(Continua)

(Continuação)

Posição de classe	Brasil		Sudeste, Sul e Centro-Oeste		Nordeste e Norte	
	2019	2013	2019	2013	2019	2013
Autônomo precário	0,331	0,322	0,292	0,293	0,411	0,397
Empregado doméstico	0,313	0,322	0,286	0,286	0,370	0,395
Agrícola precário	0,334	0,357	0,353	0,371	0,391	0,425
Trabalhador excedente	0,326	0,306	0,308	0,269	0,375	0,384
Total	0,256	0,235	0,224	0,207	0,323	0,327

Fonte: PNS 2013 e 2019.

Elaboração do autor.

Obs.: 1. GR – Grande Região.

2. A probabilidade está representada em proporção que varia de 0 a 1.

Houve alterações nos cruzamentos de classe e GR entre 2013 e 2019. A situação de saúde piorou no agregado da GR mais desenvolvida e para a maioria das posições dentro dela. Na GR menos desenvolvida, a situação não se alterou no agregado e registrou leve melhora em nove posições, sendo três privilegiadas (capitalista, empregado especialista e pequeno empregador) e cinco da base social (trabalhador típico e quatro posições destituídas). Nessa perspectiva, essas tendências fizeram com que as desigualdades territoriais entre importantes categorias de classe diminuíssem um pouco.

As evidências obtidas permitem reafirmar que as divisões e as alocações territoriais acentuam as vantagens de saúde das posições privilegiadas, por estarem mais concentradas no Sudeste, e reforçam as desvantagens dos destituídos, mais disseminados no Nordeste. Assim, esses padrões têm implicações mais amplas, já que são fortes e envolvem as duas regiões com maior concentração populacional.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A classificação de classes sociais apresenta-se como um instrumento relevante e útil para monitorar mudanças na estrutura social, elucidar os condicionamentos que afetam o estado social do país e avaliar o impacto das políticas sociais e econômicas nos diferentes grupos sociais. A noção e a mensuração de classe social estão associadas com as características típicas da sociedade capitalista e, portanto, refletem os processos sistêmicos, institucionais, organizacionais, ao nível micro da ação, que estabelecem e reproduzem a desigualdade nessa sociedade. A classificação de classe baseada na estrutura do emprego caracteriza o que alguém tem (recursos) e o que essa pessoa faz ou pode fazer (a prática social e as relações com os outros) para obter bem-estar socioeconômico. A categorização social assim estabelecida fornece delimitação mais real, socialmente identificável e abrangente dos limites e das oportunidades que se colocam diante das pessoas. Classe social, além disso, pretende delimitar teoricamente os determinantes de resultados em vez de priorizar apenas o retrato descritivo dos resultados distributivos em si. À medida que as categorias

empíricas de classe mobilizadas para a análise da realidade concreta mantêm-se alinhadas às noções teóricas de mecanismos geradores de efeitos, obtêm-se assim pontos de partida explicativos dos padrões e das mudanças constatados.

## REFERÊNCIAS

- BOWLES, S.; GINTIS, H. Contested exchange: new microfoundations for the political economy of capitalism. **Politics & Society**, v. 18, n. 2, p. 165-222, 1990.
- CROMPTON, R. (Ed.). **Class and stratification**. 3. ed. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 2008.
- CROMPTON, R. Class and employment. **Work, Employment and Society**, v. 24, n. 1, p. 9-26, 2010.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright. **Dados**, v. 41, n. 2, 1998.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005a.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. **Dados**, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005b.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 37-60, 2009.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Comprehending the class structure specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, v. 41, n. 3, p. 24-44, 2010.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e desigualdade de saúde no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 27-55, 2011a.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 5-40, 2011b.
- FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Class divisions and health chances in Brazil. **International Journal of Health Services**, v. 41, n. 4, p. 691-709, 2011c.



FIGUEIREDO SANTOS, J. A. III – Primeira sessão: esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. *In*: ROSENBERG, F. J. (Ed.). **Classes sociais, território e saúde**: questões metodológicas e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. (Cadernos do Itaboraí, n. 1). v. 1, p. 39-59. Disponível em: <https://forumitaborai.fiocruz.br/node/896>. Acesso em: 2 ago. 2022.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social e deslocamentos de renda no Brasil. **Dados**, v. 58, n. 1, p. 79-100, 2015a.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de *status* social. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015b.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Classe social, território e desigualdade de saúde no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 27, n. 2, p. 556-572, 2018.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Divisões de gênero, posição socioeconômica e desigualdade de saúde no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, p. 161-187, 2019a. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/243766>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe e destino ao topo social no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 16, p. 82-104, 2019b. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/492>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe e chances de vida no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 1, p. 249-290, 2020a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36517/rbs.51.1.a02>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Desigualdades e interações de classe social na saúde no Brasil. **Dados**, v. 63, n. 1, p. 1-46, 2020b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582020203>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe, gênero e transmissão das desigualdades no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107, p. 1-28, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/3610711/2021>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Desigualdade racial na transmissão intergeracional da herança de classe social. **Sociologias**, v. 24, n. 59, p. 328-360, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/15174522-112756>.

GANZEBOOM, H. B. G.; DE GRAAF, P. M.; TREIMAN, D. J. A standard international socio-economic index of occupational status. **Social Science Research**, v. 21, n. 1, p. 1-56, 1992.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOLDTHORPE, J. H. Social class and the differentiation of employment contracts. *In*: GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **On sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory**. Nova York: Oxford University Press, 2000. p. 206-229.

GOLDTHORPE, J. H. Analyzing social inequality: a critique of two recent contributions from economics and epidemiology. **European Sociological Review**, v. 26, n. 6, p. 731-744, 2010.

GOLDTHORPE, J. H.; MCKNIGHT, A. The economic basis of social class. *In*: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS, G. S. (Ed.). **Mobility and inequality: frontiers of research in sociology and economics**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 109-136.

GRANOVETTER, M. Toward a sociological theory of income differences. *In*: BERG, I. (Ed.). **Sociological perspectives on labor markets**. Nova York: Academic Press, 1981. p. 11-47.

GRUSKY, D. B.; GALESCU, G. Foundations of a neo-Durkheimian class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2005. p. 51-81.

GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. Introduction: the conceptual foundations of poverty and inequality measurement. *In*: GRUSKY, D. B.; KANBUR, R. (Ed.). **Poverty and inequality**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 1-29.

GRUSKY, D.; WEEDEN, K. Are there social classes? An empirical test of the sociologist's favorite concept. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE THE MANY DIMENSIONS OF POVERTY, 2005, Brasília, Distrito Federal. **Anais...** Brasília: UNDP/ONU, 2005.

HÄLLSTEN, M. The class-origin wage gap: heterogeneity in education and variations across market segments. **The British Journal of Sociology**, v. 64, n. 4, p. 662-690, 2013.

HAUSER, R. M.; WARREN, J. R. Socioeconomic indexes of occupational status: a review, update, and critique. **Sociological Methodology**, v. 27, p. 177-298, 1997.

MITNIK, P. A.; CUMBERWORTH, E. Measuring social class with changing occupational classifications: reliability, competing measurement strategies, and the 1970-1980 U.S. Classification Divide. **Sociological Methods & Research**, v. 50, n. 1, p. 265-309, 2021.

PARKIN, F. (Ed.). **Class inequality and political order: social stratification in capitalist and communist societies**. Nova York: Praeger, 1975.

RIDGEWAY, C. L. Why status matters for inequality. **American Sociological Review**, v. 79, n. 1, p. 1-16, 2014.

ROEMER, J. E. (Ed.). **Free to lose**: an introduction to Marxist economic philosophy. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1988.

ROSE, D.; HARRISON, E. (Ed.). **Social class in Europe**: an introduction to the European socio-economic classification. Londres: Routledge, 2010.

SCOTT, J. Social class and stratification in late modernity. **Acta Sociologica**, v. 45, n. 1, p. 23-35, 2002.

SØRENSEN, A. B.; KALLEBERG, A. L. An outline of a theory of the matching of persons to jobs. *In*: BERG, I. (Ed.). **Sociological perspectives on labor markets**. Nova York: Academic Press, 1981. p. 49-74.

SOUZA, P. H. G. F. de. **Os efeitos das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal no Brasil, nos Estados Unidos e no México**. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2013. (Texto para Discussão, n. 1897).

TILLY, C. (Ed.). **Durable inequality**. Berkeley: University of California Press, 1998.

TILLY, C. Historical perspectives on inequality. *In*: ROMERO, M.; MARGOLIS, E. (Ed.). **The Blackwell Companion to social inequalities**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2005. p. 15-30.

TILLY, C.; TILLY, C. (Ed.). **Work under capitalism**. Boulder: Westview Press, 1998.

TORCHE, F. Intergenerational mobility at the top of the educational distribution. **Sociology of Education**, v. 91, n. 4, p. 266-289, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038040718801812>.

WESTERGAARD, J. (Ed.). **Who gets what?** The hardening of class inequality in the late twentieth century. Cambridge, Reino Unido: Polity Press, 1995.

WILLIAMS, R. Generalized ordered logit/partial proportional odds models for ordinal dependent variables. **The Stata Journal**, v. 6, n. 1, p. 58-82, 2006.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Class structure and income determination**. Nova York: Academic Press, 1979.

WRIGHT, E. O. Rethinking, once again, the concept of class structure. *In*: WRIGHT, E. O. *et al.* (Ed.). **The debate on classes**. Londres: Verso Books, 1989. p. 269-348.

WRIGHT, E. O. (Ed.). **Class counts**: comparative studies in class analysis. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, E. O. Foundations of a neo-Marxist class analysis. *In*: WRIGHT, E. O. (Ed.). **Approaches to class analysis**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2005. p. 4-30.

WRIGHT, E. O. Logics of class analysis. *In*: LAREAU, A.; CONLEY, D. (Ed.). **Social class: how does it work?** Nova York: Russell Sage Foundation, 2008. p. 329-349.

WRIGHT, E. O. Understanding class: towards an integrated analytical approach. **New Left Review**, v. 60, p. 101-116, 2009.



## CLASSE DE ORIGEM E RESULTADOS EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE CONSIDERANDO O CARÁTER POSICIONAL DA ESCOLARIDADE<sup>1</sup>

André Ricardo Salata<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A escolaridade alcançada pelos indivíduos se constitui num elemento fundamental a fim de explicar as variações encontradas em termos de *status* ocupacional, rendimentos e outros resultados obtidos no mercado de trabalho (Menezes-Filho, Fernandes e Picchetti, 2007; Hasenbalg, 2003). Indivíduos que acumularam mais anos de estudo concluídos, chegando aos níveis mais elevados de escolaridade, tendem a alcançar ocupações de mais prestígio, retorno financeiro e estabilidade (Blau e Duncan, 1967; Becker, 1964). Ao mesmo tempo, sabemos que as oportunidades para atingir os melhores resultados educacionais não se distribuem aleatoriamente entre a população, e que fatores como raça, gênero, localização geográfica e, principalmente, classe de origem, exercem forte influência sobre as chances de se chegar aos níveis mais altos de educação (Ribeiro, 2011; Silva, 2003). Por essa razão, a escolaridade é um elemento central no processo que leva à reprodução das desigualdades na sociedade contemporânea (Hout e DiPrete, 2006). Neste capítulo, nos ocupamos da influência da classe de origem sobre os resultados educacionais, mensurando a primeira a partir da ocupação dos pais.<sup>3</sup>

Um dos fenômenos mais marcantes ocorridos na sociedade brasileira ao longo das últimas décadas é a formidável – porém tardia e ainda muito deficiente em termos de qualidade (OECD, 2019; Sasaki *et al.*, 2018) – expansão educacional, com a crescente elevação do nível de instrução da população (Schwartzman e Brock, 2005; Castro, 1994). Por exemplo, para a coorte de indivíduos nascidos entre 1941 e 1954, a média era de 4,7 anos de escolaridade concluídos quando chegavam à

---

1. A elaboração desta pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a partir de uma bolsa de produtividade em pesquisa (PQ2) e também do Edital Universal 2021.

2. Professor no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). *E-mail*: andre.salata@pucrs.br.

3. Uma versão mais enxuta da discussão e dos resultados aqui apresentados foi publicada anteriormente no volume 22 de *Civitas – Revista de Ciências Sociais* (Salata, 2022).

vida adulta.<sup>4</sup> Já para a coorte nascida entre 1955 e 1968, essa média chegava a 6,5 anos. E, finalmente, para a coorte nascida entre 1973 e 1986, a média de anos de estudo completos atingia 9,4.<sup>5</sup> Ou, ainda mais significativo, o percentual de pessoas que ao menos chegou ao ensino médio (ou equivalente) salta de 18,3% para 31% e 61,7% ao longo das três coortes mencionadas.

Diante do cenário de significativa expansão educacional ocorrido em muitos países ao longo do século XX, um dos grandes debates dentro do campo da sociologia da estratificação social tem se dado em torno da possibilidade de tal expansão vir acompanhada do arrefecimento do peso da origem social sobre a distribuição de oportunidades educacionais. Nesse sentido, a pergunta que se coloca é: a expansão do sistema de ensino tem sido capaz de reduzir a influência da origem social sobre as oportunidades educacionais?<sup>6</sup>

Não encontramos ainda, na bibliografia internacional, um consenso a respeito da resposta à essa questão. Por um lado, há um volume considerável de trabalhos rejeitando a hipótese da redução das desigualdades educacionais em uma miríade de países, incluindo nações industriais avançadas (Shavit e Blossfeld, 1993), de industrialização mais recente (Torche, 2005; Park, 2004) e países que faziam parte do bloco socialista (Szelényi, 1998). Por outro lado, nos últimos anos, têm se acumulado evidências de que em um número considerável de países – alguns dos quais, até poucos anos atrás, considerados meras exceções à regra – a expansão do sistema de ensino foi acompanhada da redução das desigualdades de oportunidades educacionais (Breen *et al.*, 2010; Breen *et al.*, 2009).

Tornando o debate ainda mais instigante, recentemente tem havido uma importante discussão sobre a maneira mais adequada de mensurarmos a educação alcançada pelos indivíduos, se de modo absoluto ou relativo (Shavit e Park, 2016). Tal questão se coloca a partir do argumento, endossado por inúmeros pesquisadores, de que a educação seria um bem posicional, ou seja, que o valor da escolaridade alcançada por qualquer indivíduo seria relativo à distribuição da educação entre a população (Bills, 2016). Desse modo, conforme os estratos mais baixos alcançam determinado nível de ensino, este perderia seu valor, tornando menos provável que a expansão do sistema de ensino provoque redução da desigualdade de oportunidades educacionais.

---

4. Cifras calculadas a partir da Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

5. Os critérios estabelecidos para a definição das três coortes utilizadas neste capítulo estão detalhados na seção metodológica do texto.

6. Conforme será mais bem detalhado ao longo das próximas seções, as oportunidades educacionais se referem à probabilidade de os indivíduos efetuarem determinadas transições no âmbito do sistema de ensino, como completar a oitava série do ensino fundamental, concluir o ensino médio ou ingressar no ensino superior.

A despeito da relevância desse debate, até o momento, um número ainda limitado de estudos procurou utilizar medidas relativas de educação para a análise das desigualdades de oportunidades educacionais. Entre os que o fizeram, com algumas exceções (Triventi *et al.*, 2016), os resultados apontam que, ao considerar o caráter posicional da escolaridade, os resultados tendem a ser menos otimistas em relação à redução das desigualdades de oportunidades educacionais em contextos de expansão do sistema de ensino. Isto é, as desigualdades educacionais apresentam maior tendência de estabilidade – em vez de redução – quando adotamos medidas de escolaridade que consideram as propriedades posicionais da educação (Fujihara e Ishida, 2016; Rotman, Shavit e Shalev, 2016; Bukodi e Goldthorpe, 2016).

Há diversos estudos já desenvolvidos sobre o tema das desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil, mas nenhum que faça uso de medidas relativas de escolaridade. Em geral, seus resultados têm mostrado que, no caso do Brasil, a expansão educacional foi acompanhada de redução das desigualdades de acesso aos níveis mais baixos de ensino, mas não aos níveis mais altos, o que segue um padrão já conhecido em outros países (Brito, 2017; Ribeiro, 2009; Silva, 2003).<sup>7</sup> Diante de tais resultados, poderíamos concluir que, apesar das barreiras ainda persistentes para o ingresso nos níveis mais elevados de ensino, a crescente escolarização da população tem contribuído para reduzir a desigualdade de resultados educacionais (DRE), enfraquecendo a relação entre classe de origem e escolaridade alcançada.

Não obstante, evidências recentes têm demonstrado que, conforme determinados níveis de educação se democratizam, ampliando o acesso de alunos provenientes de classes mais próximas da base da estrutura social, eles tendem a perder seu valor enquanto investimentos visando retornos no mercado de trabalho (Salata e Cheung, 2022; Goldthorpe, 2014; Brown, 2013; Devine e Li, 2013). Consequentemente, a redução da DRE que observamos em estudos anteriores – que utilizam somente medidas absolutas de escolaridade – poderia ser contestada caso utilizássemos medidas relativas de educação que reflitam a perda de valor ocasionada pela expansão do acesso. Esse é o objetivo principal deste capítulo: verificar se houve redução das desigualdades de resultados educacionais mesmo quando adotamos medidas de escolaridade que considerem o caráter posicional da educação.<sup>8</sup> Para tanto, construímos três medidas de educação relativa, que serão utilizadas como variáveis dependentes em modelos estatísticos que visam mensurar os efeitos da classe de origem sobre a escolaridade alcançada para três coortes de

---

7. Trabalhos que utilizam dados mais recentes, para coortes mais jovens, no entanto, trazem evidências de que também as barreiras de acesso ao ensino superior se enfraqueceram nas primeiras décadas do século XXI (Salata, 2018a; Picanço, 2015; Mont’alvão Neto, 2014).

8. Enquanto a desigualdade de oportunidades educacionais (DOE) se refere à relação entre origem social dos indivíduos e suas chances de completar determinadas transições dentro do sistema de ensino, as desigualdades de resultados educacionais (DRE) dizem respeito à associação entre a origem social e a escolaridade máxima alcançada pelos indivíduos. Nas próximas seções, nos aprofundamos sobre esta importante diferenciação.



indivíduos. Os resultados serão comparados com aqueles de modelos que utilizam medidas tradicionais – absolutas – de escolaridade.

O capítulo está dividido em seis seções, sendo esta introdução a primeira delas. Na seção 2, nós fazemos uma breve revisão do debate sobre DRE. Na seção 3, procuramos argumentar, com base na literatura sobre o tema, em prol da relevância e adequação de se tomar a educação enquanto um bem posicional, mensurando-a de modo relativo. Na seção 4, discorremos sobre a fonte de dados, estratégia metodológica e técnicas aplicadas, além de formalizarmos nossas hipóteses. A seção 5 traz os resultados obtidos e sua descrição. Finalmente, na seção 6, nós discutimos os resultados alcançados e suas implicações para o debate sobre este tema no Brasil.

## 2 DESIGUALDADE DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

A classe de origem dos indivíduos condiciona suas chances de vida, e o faz principalmente por meio da educação, aumentando ou diminuindo suas oportunidades de atingir os níveis mais elevados de ensino e/ou instituições, cursos e redes de maior prestígio. Isso ocorre tanto em função dos efeitos da origem social sobre o desempenho escolar – que Boudon (1981) denominou como “efeitos primários” – quanto em decorrência de sua influência sobre as decisões tomadas ao longo da trajetória educacional, a despeito de seu desempenho – o que foi denominado por Boudon como “efeitos secundários”.

Estudantes provenientes de classes superiores tendem a ser criados em um ambiente mais favorável ao aprendizado escolar. Eles geralmente, desde muito cedo, recebem maior quantidade de estímulos, que são importantes no desenvolvimento de habilidades cognitivas e não cognitivas necessárias ao bom desempenho escolar (Heckman, 2013); seus pais têm melhores condições para oferecer suporte e apoio em relação às tarefas escolares (Lareau, 2011); eles crescem rodeados de modelos de papéis sociais para os quais a educação constitui um elemento central em suas trajetórias, elevando assim suas aspirações e expectativas educacionais (Wilson, 2012); e desde a mais tenra idade são socializados em uma cultura de classe mais próxima das expectativas das escolas em relação ao comportamento dos estudantes (Bourdieu e Passeron, 1975). Isso tudo, claro, sem considerar a possibilidade mais grave de os estudantes com origem em classes mais baixas passarem por situações de desnutrição infantil que possam comprometer seu desenvolvimento físico e intelectual.

Para além do rendimento escolar, a classe de origem também afeta as escolhas feitas pelos estudantes ao longo de sua trajetória, e o quanto cedo entram no mercado de trabalho e/ou deixam de estudar. Para estudantes com origem em classes superiores, os custos relativos de continuar estudando – em vez de entrar no mercado de trabalho – são mais baixos, assim como os riscos envolvidos (Breen e Goldthorpe, 1997). Ainda, dado o mecanismo de aversão à mobilidade

descendente, suas aspirações educacionais e as de seus pais tendem a ser mais elevadas que as dos estudantes com origem em classes inferiores (Goldthorpe, 1996). Portanto, mesmo entre estudantes com desempenho similar, a chance de dar continuidade aos estudos é maior para aqueles com origem em classes mais altas (Jackson, 2013).

Diante de constatações como essas, uma das grandes questões a inquietar os pesquisadores sobre este tema é se a notável expansão dos sistemas de ensino, ocorrida em inúmeros países ao longo do último século, seria suficiente para reduzir aquela relação entre origem social e resultados educacionais.

Muito influente em meados do século XX, a teoria liberal do industrialismo adotava uma postura bastante positiva a esse respeito. A expansão do sistema de ensino atenderia à crescente demanda técnica da sociedade, e reduziria os custos de acesso à educação e permanência para os estudantes dos estratos inferiores. Consequentemente, as barreiras sociais à escolarização seriam reduzidas, e o sistema escolar selecionaria os estudantes com base em critérios universalistas como talento e esforço (Treiman, 1970). Infelizmente, no entanto, estudos empíricos realizados posteriormente evidenciaram uma realidade bem mais complexa e menos digna de tamanho otimismo.

Por meio de uma análise comparativa de treze países (Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Suécia, Grã-Bretanha, Itália, Suíça, Taiwan, Japão, Checoslováquia, Hungria, Polônia e Israel), os resultados da obra organizada por Shavit e Blossfeld (1993) indicavam a tendência de uma *desigualdade persistente* apesar da expressiva expansão do sistema de ensino das nações examinadas. Com exceção de Suécia e Holanda, em todos os demais países analisados, a relação entre a origem dos estudantes e as chances de realizar determinadas transições educacionais permanecia estatisticamente inalterada ao longo das gerações. Tal resultado foi corroborado por inúmeros outros estudos conduzidos posteriormente em diferentes países, incluindo nações de industrialização mais recente (Torche, 2005; Park, 2004) ou que faziam parte do bloco socialista (Szelenyi, 1998). As explicações aventadas para o padrão de persistência encontrado por estes estudos costumam girar em torno da ideia de que, a não ser que se adotem políticas específicas para a redução das desigualdades, os estudantes com origem em classes mais altas irão manter sua vantagem sobre os demais, pois, por possuírem maior volume de recursos culturais, simbólicos e materiais, teriam mais chances de aproveitar as oportunidades abertas pela expansão educacional (Breen e Goldthorpe, 1997; Raftery e Hout, 1993).

Ao mesmo tempo, outras análises conduzidas no período já questionavam a tese das *desigualdades persistentes*, levantando a suspeita de que Suécia e Holanda não seriam casos tão excepcionais (Vallet, 2004; Rijken, 1999). Ao realizar uma análise comparativa com dados de oito países (Alemanha, França, Itália, Irlanda, Grã-Bretanha, Suécia, Polônia e Holanda), Breen *et al.* (2009) chegam a resultados

que vão de encontro àqueles obtidos por Shavit e Blossfeld (1993), já que indicam uma tendência generalizada de enfraquecimento da associação entre origem social e escolaridade alcançada entre as coortes analisadas.<sup>9</sup> A disparidade de resultados entre os dois estudos, argumentam, seria fruto principalmente do tamanho pequeno das amostras utilizadas na obra organizada por Shavit e Blossfeld (1993), insuficientes para perceber estatisticamente as mudanças em curso. E o padrão de redução das desigualdades educacionais é atribuído por Breen *et al.* (2009), entre outros fatores, à redução dos custos diretos e indiretos da educação, à melhoria do padrão de vida e redução do tamanho das famílias entre as classes mais baixas, à diminuição das desigualdades e às políticas sociais adotadas, com maior ou menor vigor, nos países estudados ao longo do período considerado.

É interessante notar que o debate mais substantivo em torno deste assunto se mistura também com questões de cunho técnico, sendo muitas vezes difícil separar estas duas dimensões. Os primeiros estudos sobre o tema utilizavam modelos de regressão linear (OLS),<sup>10</sup> tendo os anos completos de escolaridade como variável dependente (Fatherman e Hauser, 1978). Mare (1980; 1981), entretanto, demonstrou que os coeficientes relativos ao efeito da origem social sobre a escolaridade alcançada variavam não somente em função do nível de associação entre as variáveis, mas também em função da variância da distribuição dos anos de estudo. Dado que ao longo do tempo, com o aumento da escolaridade média da população, aquela variância se alterava, a comparação dos coeficientes em dois ou mais momentos não seria um bom parâmetro para testar a estabilidade do efeito de origem social sobre a escolaridade alcançada. Como alternativa, Mare propunha a utilização de modelos *logit* sequenciais, em que fossem considerados os efeitos da origem social sobre as chances condicionais de realizar determinadas transições educacionais (por exemplo, completar a quarta série, completar a oitava série, ingressar no ensino médio etc.). Dessa forma, seria possível analisar a evolução daquela associação sem a interferência das mudanças na distribuição da escolaridade.

Ainda que o modelo de Mare tenha se tornado o *modus operandi* dominante dentro desta área de estudos ao longo das últimas décadas, algumas relevantes críticas já foram dirigidas a ele. A crítica mais contundente foi aquela elaborada por Cameron e Heckman (1998), que demonstraram haver uma tendência, na comparação de modelos *logit* ao longo do tempo – ou de coortes –, de os coeficientes irem se reduzindo por mero artifício estatístico. Tal constatação levantava dúvidas, também, sobre um dos principais resultados encontrados por grande

---

9. Ver também Breen *et al.* (2010).

10. *Ordinary least squares.*

parcela dos trabalhos que utilizavam os modelos *logit* sequenciais, de que o efeito da origem social apresentava tendência de redução ao longo da trajetória escolar.<sup>11</sup>

Além disso, é importante lembrar que o próprio Mare (1993) já reconhecia que seu modelo de análise tratava de um fenômeno distinto daquele capturado pelos modelos lineares – que continuavam então válidos para seus propósitos (Graaf e Ganzeboom, 1993). Podemos dizer que enquanto os modelos lineares tomam como objeto a DRE, os modelos *logit* sequenciais permitem analisar a desigualdade de oportunidades educacionais (DOE).<sup>12</sup> O primeiro fenômeno diz respeito à relação entre origem social – ou outra característica adscrita – e a escolaridade máxima alcançada pelos indivíduos. Já o segundo se refere à associação entre a origem social e suas chances de completar determinadas transições dentro do sistema de ensino, dado o sucesso em completar a transição anterior. Ainda que estejam relacionados, são fenômenos diferentes. Neste capítulo, estaremos interessados na DRE.

Mais recentemente, e diante das críticas apontadas aos modelos *logit* sequenciais, as técnicas utilizadas a fim de estudar este fenômeno vêm se diversificando. Um exemplo importante é o trabalho de Breen *et al.* (2009), que faz uso de modelos *logit* ordinais, tendo o nível de escolaridade alcançado como variável dependente. Desse modo, contornam-se alguns dos problemas apontados no modelo proposto por Mare. Além disso, os modelos *logit* ordinais permitem tratar a educação não como variável intervalar, mas sim como categórica, distribuída em níveis, respeitando assim o seu caráter institucional. E finalmente, como veremos de modo mais detalhado na seção metodológica, se trata de uma técnica mais parcimoniosa do que outras alternativas, como os modelos *logit* multinomiais. Ao fazer uso desta técnica, portanto, que também utilizaremos aqui, é que Breen *et al.* (2009; 2010) chegaram aos resultados que desafiavam a perspectiva das *desigualdades persistentes*.

## 2.1 Desigualdade de resultados educacionais no Brasil

Até a década de 1930, quando foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, no governo de Getúlio Vargas, o sistema de ensino no Brasil era muito reduzido e incipiente. A partir de então, sucessivas reformas institucionais possibilitaram uma rápida expansão. No que diz respeito à expansão dos ensinos fundamental e médio, foram de grande importância: a reforma de 1942 – que confirmou que o ensino primário deveria ser compulsório para todas as crianças; a reforma de 1961 – que deu mais autonomia aos órgãos estaduais e municipais, além de garantir que recursos governamentais também poderiam ser utilizados para financiar instituições privadas; e a reforma de 1971 – que tornava o ensino obrigatório dos

---

11. Para uma explanação mais detalhada acerca dessa crítica e, também, uma defesa da plausibilidade dos modelos *logit* sequenciais frente a ela, ver Lucas (2001).

12. Sobre esse ponto, ver Ribeiro (2011).

7 aos 14 anos de idade, expandido a escolaridade compulsória de quatro para oito anos; além das eleições de 1982 – quando muitos governadores de oposição foram eleitos, na primeira eleição direta desde o início do regime militar; e da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em 1996 – que garantia o benefício de recursos federais para o ensino fundamental.

Com efeito, impulsionado pelo desenvolvimento econômico, urbanização e a crescente atuação do Estado por meio das reformas mencionadas – com destaque para a reforma de 1971 –, o sistema de ensino brasileiro apresentou uma significativa expansão, em suas diversas etapas, no decorrer do século XX (Ribeiro, 2011). A partir da década de 1980, no transcorrer do processo de redemocratização do país, o aumento do volume de investimentos em educação por parte do Estado acaba por elevar ainda mais o número de vagas em escolas públicas do nível primário (ensino fundamental) e secundário (ensino médio), de modo que próximo ao fim do século XX o país praticamente universalizava a frequência escolar entre crianças e jovens de 7 a 14 anos de idade.

O número de matriculados no ensino fundamental mais do que duplicou nas três últimas décadas do século XX no Brasil. Na educação infantil, as matrículas cresceram mais de treze vezes. No ensino médio, o número de matrículas passou de pouco mais de 1 milhão em 1970 para quase 7 milhões no fim da década de 1990. E no nível superior as matrículas cresceram quase cinco vezes naquele período (Silva, 2003). Como resultado, o percentual de pessoas (de 25 anos ou mais de idade) com menos de quatro anos de estudo caiu de 75% para 42% entre 1960 e 1991, e a taxa de analfabetismo entre as pessoas com 15 ou mais anos de idade despencou de 34% em 1970 para 13% em 1999 (Hasenbalg, 2000; 2001). Ainda que não fosse suficiente para colocar o nível educacional brasileiro no mesmo patamar de países desenvolvidos, ou mesmo de outros países latino-americanos, a expansão educacional ocorrida no Brasil ao longo da segunda metade do século XX foi notável.

A crescente demanda por qualificação, fruto das mudanças estruturais pelas quais o país passava no período, foi um dos principais fatores responsáveis pelo expressivo crescimento também do ensino superior no país entre as décadas de 1950 e 1970. Se até meados da década de 1960 a expansão do ensino superior era paralela à expansão da educação secundária, a partir desse momento, a segunda passa a ocorrer de modo mais acelerado que a primeira, especialmente após a reforma de 1971. Na década de 1980, então, essa distância se torna ainda maior, visto que enquanto os níveis fundamental e médio de educação continuavam a se expandir, o ensino superior ficou estagnado.

Tal diferença, que se deu a partir do fim da década de 1960, entre o ritmo de expansão dos níveis fundamental e médio, e a expansão do ensino superior, acabou criando uma competição ainda mais acirrada para o acesso a este último nível de ensino,

favorecendo os estudantes provenientes das classes superiores. Foi somente em meados da década seguinte, de 1990, que a rede de ensino superior voltou a se expandir. A esse último ciclo de expansão do ensino superior somou-se mais recentemente a implementação de uma série de políticas públicas voltadas também à democratização do acesso. Entre estas políticas, destacam-se o sistema de cotas, o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Diante desse contexto de rápida e expressiva expansão do sistema de ensino, não surpreende que muitos pesquisadores tenham conduzido estudos a fim de testar a hipótese da permanência das desigualdades de oportunidades educacionais no país.<sup>13</sup> A despeito das diferenças metodológicas, os resultados têm convergido em três pontos. Primeiro, que apesar da enorme expansão educacional ocorrida no Brasil, a tendência geral encontrada é de estabilidade temporal nos coeficientes da origem social – mensurada de diferentes formas – sobre as chances de se completar as transições educacionais (Silva e Souza, 1986). Segundo, de que houve redução dos efeitos das variáveis de origem nas chances de completar as primeiras transições, como concluir a primeira ou a quarta séries do ensino básico (Silva, 2003). E terceiro, que para as transições mais elevadas – como completar a oitava série do ensino fundamental, ou ingressar na universidade, por exemplo – os efeitos de origem social parecem ter aumentado (Ribeiro, 2009). Os resultados, portanto, têm sugerido uma tendência geral de estabilidade, combinada com o deslocamento da seletividade escolar em direção às transições posteriores, o que vai na direção esperada pela teoria da desigualdade maximamente mantida (Raftery e Hout, 1993).<sup>14</sup>

Todos os estudos citados no parágrafo anterior seguem a metodologia proposta por Mare, e utilizam os modelos *logit* sequenciais. Dessa forma, o fenômeno tratado por eles é o da desigualdade de oportunidades educacionais (DOE). Isto é, se ocupam dos efeitos da origem social sobre as chances de os indivíduos realizarem cada uma das transições educacionais. Mas pouco dizem sobre o resultado deste processo, ou seja, sobre a força da relação entre a origem social e a escolaridade alcançada pelos indivíduos ao fim de todas as transições realizadas. Este último fenômeno, como dissemos anteriormente, é conhecido como DRE. Dentro da bibliografia sobre estratificação social no Brasil, com exceção de Ribeiro (2011), pouca atenção tem sido dada à DRE. E, no entanto, devemos lembrar que, apesar da relevância de se compreender o processo que leva às desigualdades educacionais, é a escolaridade alcançada ao final dele que condicionará as chances de vida dos indivíduos. Por essa razão, neste capítulo focaremos na DRE.

---

13. Há uma miríade de estudos sobre o tema no Brasil – ver, por exemplo, Silva e Souza (1986) e Silva e Hasenbalg (2002) –, mas aqui trataremos apenas dos resultados alcançados pelos principais trabalhos que investigaram as tendências temporais dos efeitos da origem social sobre as oportunidades educacionais.

14. O postulado básico dessa teoria é que qualquer expansão educacional irá trazer benefícios proporcionalmente maiores ao grupo mais preparado para aproveitá-la, mantendo inalteradas as chances relativas de acesso das diferentes classes. Apenas quando o acesso das classes em vantagem atingir um ponto de saturação – supostamente próximo de 100% – é que as demais classes terão condições de reduzir suas desvantagens relativas naquela transição.

### 3 EDUCAÇÃO COMO BEM POSICIONAL

O enorme volume da bibliografia sobre desigualdades educacionais reflete o conhecido fato de que a educação faz diferença na vida dos indivíduos. Enquanto consumo, a educação em si mesma é capaz de fornecer mais capacidade de reflexão, pensamento crítico, sentimento de autorrealização e assim por diante. Nesse sentido, quanto mais educação acumulada pelo indivíduo, sempre melhor. Mas a educação também é utilizada enquanto investimento, a fim de se obter, por exemplo, maiores retornos no mercado de trabalho, como uma ocupação de melhor prestígio, maior rendimento, estabilidade no emprego etc. E enquanto investimento, o valor da educação alcançada por um indivíduo em particular depende de quanta educação os demais indivíduos possuem. Nesse sentido, a educação seria um bem posicional (Bills, 2016; Hirsch, 1978), pois o que está em jogo não é quanta educação o indivíduo possui, mas sim quanta educação ele possui em relação aos demais. Com efeito, o que importa é a sua posição na distribuição de educação entre uma dada população em determinado momento.

De certa forma, em maior ou menor grau, as principais abordagens sobre o tema reconhecem as propriedades posicionais da educação. Mesmo a perspectiva do capital humano (Becker, 1964), que toma a educação como um atributo por si mesmo, capaz de aumentar a produtividade dos indivíduos, reconhece que sua distribuição entre a população é responsável – em combinação com variações no lado da demanda – por flutuações nos retornos à escolaridade no mercado de trabalho (Goldin e Katz, 2009). Contudo, é em abordagens como as da teoria credencialista, da sinalização e das filas de trabalho, que o caráter posicional da educação ganha centralidade (Collins, 1979; Thurow, 1975; Spence, 1973). Isso porque, para estas, no mercado de trabalho, a educação não possui um valor intrínseco ou absoluto, servindo na verdade como mecanismo de exclusão, seleção e ranqueamento na disputa por vagas abertas no mercado de trabalho.

Assim sendo, nessa disputa, ganham aqueles cujo nível educacional garante, quando comparado com os demais indivíduos, maior vantagem posicional. Melhor dizendo, não é o nível de educação em si que confere tal vantagem, mas sim a sua posição em uma fila imaginária onde os mais escolarizados estão à frente, e os menos escolarizados atrás. Por essa razão, conforme a famosa analogia feita por Hirsch (1978), se todos ficarem na ponta dos pés, ninguém consegue ver melhor. Ou, como Boudon (1981) colocava de modo mais concreto, a mera expansão educacional não seria suficiente para reduzir a desigualdade de oportunidades. Afinal, do ponto de vista da distribuição de oportunidades, se todos elevarem seu nível educacional, sem trocarem suas posições relativas, a tendência seria de manutenção.

A despeito de a posicionalidade da educação ser debatida e reconhecida há muitas décadas, com exceção de poucos estudos (Boylan, 1993; Sorensen, 1979), foi somente muito recentemente que medidas relativas de escolaridade começaram a ser aplicadas



com mais frequência no âmbito da pesquisa sobre estratificação social (Shavit e Park, 2016). Em geral, o que estes estudos mais recentes mostram é que, ao utilizar medidas de escolaridade que consideram o caráter posicional da educação, os resultados tendem a ser menos otimistas em relação à possibilidade de a expansão educacional reduzir a DRE em diversos países, como Inglaterra, Japão e Israel (Bukodi e Goldthorpe, 2016; Fujihara e Ishida, 2016; Rotman, Shavit e Shalev, 2016).

Os resultados evidenciam, portanto, que por mais que a expansão educacional permita que mais jovens com origem em estratos inferiores cheguem a determinados níveis de ensino, estes últimos acabam perdendo seu valor relativo/posicional – justamente em função daquela expansão. Em outras palavras, conforme certo nível de escolaridade se expande, elevando assim a possibilidade de entrada de jovens oriundos de famílias socialmente menos favorecidas, ele perde seu valor posicional, passando a gerar menos retornos do que fazia anteriormente àquele processo de expansão. Adicionalmente, é possível imaginar que as famílias mais abastadas, que possuem maior proximidade com o mundo escolar e acadêmico, tenham melhores possibilidades de perceber esse processo, adotando assim estratégias para que seus filhos busquem níveis educacionais ainda mais distintos.<sup>15</sup> Como resultado, por mais que, do ponto de vista absoluto, as desigualdades de resultados educacionais possam se reduzir, do ponto de vista relativo, elas tenderiam a apresentar maior inércia.

De certa forma, em muitos países, esse é um processo conhecido da população, de modo que os estudantes e suas famílias estão conscientes da necessidade de acumular cada vez mais escolaridade a fim de manterem sua posição social (Mok, 2016). E isso tem se mostrado especialmente verdadeiro no caso de países com sistema de ensino universalista e pouco vocacional, como o Brasil (Stasio, Bol e Werfhorst, 2016).

Conforme ilustrado pelo gráfico 1, nas últimas décadas, houve significativa elevação da escolaridade entre a população brasileira. A título de exemplo, entre 1985 e 2015, o percentual de pessoas com um a quatro anos de estudo completos caiu de 46% para 17%, enquanto o percentual com nove a onze anos de estudo subiu de 10% para 34%. Ao mesmo tempo, como explicitado no gráfico 2, muitas daquelas faixas educacionais que se expandiram não permitem mais aos indivíduos chegarem a ocupações do mesmo nível de *status* que permitiam no passado. Por exemplo, a média do ISEI<sup>16</sup> para quem tinha de nove a onze anos de estudo era de 47 pontos em 1985, caindo para 36 em 2015. Para aqueles com doze a quatorze anos de estudo, a queda foi de 55 para 48 pontos no período. Portanto,

---

15. É importante mencionar que essa corrida em direção aos níveis de ensino mais distintos também envolve uma dimensão horizontal/qualitativa (Lucas, 2001) que, infelizmente, por limitações dos dados, não poderá ser explorada neste trabalho.

16. O *standard international socio-economic index of occupational status* (ISEI) é uma das medidas mais conhecidas dentro da bibliografia sobre estratificação social. Ela foi desenvolvida para estimar os atributos das ocupações que convertem educação em renda, estando fortemente correlacionada à renda e escolaridade médias das ocupações (Ganzeboom, Graaf e Treiman, 1992). Valores mais altos indicam ocupações de maior *status* e melhores retornos no mercado de trabalho.

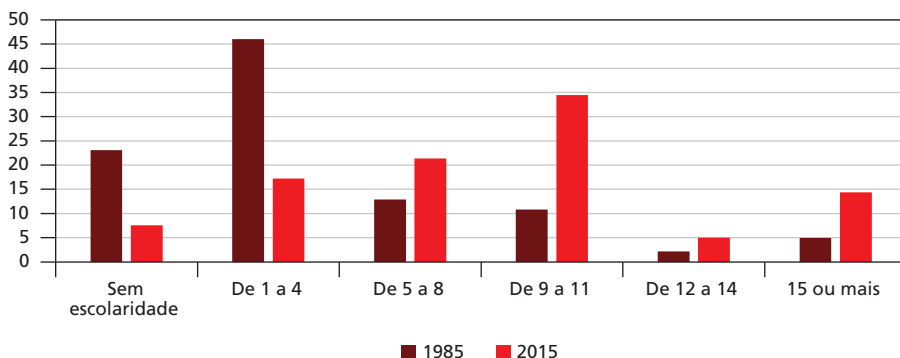


como pode ser observado no gráfico 2, em 2015, seria necessário alcançar níveis de escolaridade mais altos que em 1985 para subir na escala sócio-ocupacional.

Em vista disso, é pertinente adotarmos medidas de escolaridade que levem em consideração o caráter posicional da educação, a fim de testar a hipótese de que a expansão do sistema de ensino vem sendo acompanhada da redução de desigualdades de resultados educacionais no Brasil.

### GRÁFICO 1

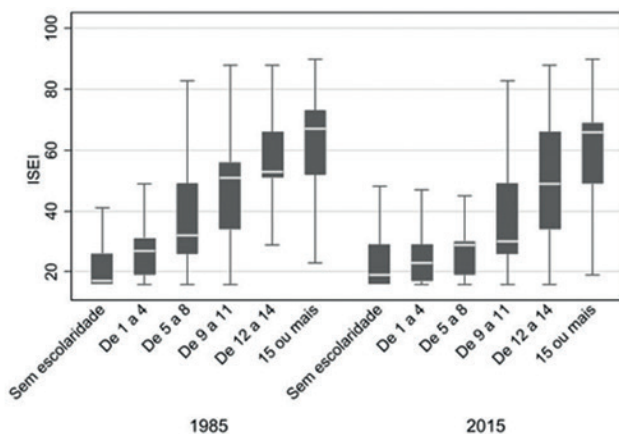
**Faixas de anos de estudo completos, para pessoas entre 25 e 64 anos de idade – Brasil (1985 e 2015)**  
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

### GRÁFICO 2

**Boxplot para o ISEI<sup>1</sup> da ocupação do entrevistado, por faixas de anos de estudo completos, para pessoas entre 25 e 64 anos de idade – Brasil (1985 e 2015)**



Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: <sup>1</sup> Ganzeboom, Graaf e Treiman (1992).

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

#### 4 HIPÓTESES, DADOS E MÉTODOS

Tendo em vista a discussão apresentada nas últimas seções, buscaremos testar as hipóteses descritas a seguir.

- 1) Diante da expansão do sistema de ensino verificada ao longo das últimas décadas no Brasil, houve significativo enfraquecimento da relação entre a classe de origem e o nível *absoluto* de escolaridade alcançado.
- 2) Diante da expansão do sistema de ensino verificada ao longo das últimas décadas no Brasil, *não* houve significativo enfraquecimento da relação entre a classe de origem e o nível *relativo* de escolaridade alcançado.

Em outras palavras, testaremos se mesmo quando consideramos o caráter posicional da educação, verificamos redução das desigualdades de resultados educacionais. Nossa hipótese é que não, por duas razões já mencionadas: i) o valor relativo de um determinado nível educacional se reduz automaticamente diante de sua expansão; e ii) em vista disso, as famílias e os estudantes de classes mais abastadas procurarão níveis de escolaridade cada vez mais altos.

Para testá-las, faremos uso dos microdados da PNAD/IBGE para os anos de 1982, 1996 e 2014 – que trazem informações sobre mobilidade social. Apenas o chefe da família e seu parceiro responderam às perguntas sobre origem social em 1982 e 1996, assim como uma subamostra de indivíduos com 16 anos ou mais em 2014.<sup>17</sup> Por essa razão, selecionamos para nossa análise apenas indivíduos que eram chefes de família ou seus parceiros. Também removemos dados sobre áreas rurais das regiões Norte, que estavam disponíveis somente para 2014.

Para cada um dos três períodos, selecionamos indivíduos com idade entre 28 e 41 anos. Assim temos uma coorte de nascimentos totalmente diferente de 1982 a 1996 e, também, de 1996 a 2014. As faixas etárias foram definidas limitando o intervalo a treze anos para evitar sobreposições entre as três coortes de nascimento aqui representadas, com uma boa margem em relação à idade de 24 anos – quando se espera que os graduados concluam o nível superior no Brasil. Conforme resumido na tabela 1, as coortes de nascimento são compostas por indivíduos nascidos entre 1941 e 1986, que tinham de 28 a 41 anos em 1982, 1996 ou 2014.

---

17. Em 1996 e 2014, foi perguntada a ocupação do pai quando o entrevistado tinha quinze anos. Já em 1982, perguntou-se qual era a ocupação do pai quando o entrevistado conseguiu o primeiro emprego.

TABELA 1  
Coortes de nascimento

Coorte	Ano de nascimento		15 anos de idade		De 28 a 41 anos de idade
	De	Até	De	Até	Dados coletados em
Primeira	1941	1954	1956	1969	1982
Segunda	1955	1968	1970	1983	1996
Terceira	1973	1986	1988	2001	2014

Elaboração do autor.

A primeira coorte, portanto, já nasceu – em sua grande maioria – após a reforma de 1942, e completou 15 anos de idade antes da importante reforma de 1971. Já a segunda coorte nasce um pouco antes ou pouco depois da reforma de 1961, e durante sua trajetória escolar passa pela reforma de 1971. A terceira coorte, por sua vez, nasce toda após a reforma de 1971, e alguns anos antes ou depois das eleições de 1982. Além disso, chega aos 15 anos de idade quase toda durante a década de 1990, quando o ensino superior no país volta a se expandir. Por estas razões, esperaríamos redução da associação entre a origem social e o nível absoluto de escolaridade alcançada ao longo das sucessivas coortes.

A análise foi realizada por meio de modelos estatísticos multivariados, tendo a origem de classe como principal variável independente, e a escolaridade alcançada como variável dependente. Para a mensuração desta última, alternamos medidas absolutas e relativas de educação – cuja construção é explicada na próxima seção. A tabela 2 traz a lista e descrição das variáveis envolvidas.

Utilizamos tanto modelos lineares por mínimos quadrados quanto modelos *logit* ordinais. Os primeiros são aplicados para três variáveis dependentes, sendo uma a escolaridade absoluta (em anos de estudo completos), e duas variáveis de educação relativa intervalares. No entanto, diante das limitações estatísticas de tais modelos para este tipo de estudo (seção 2), consideramos adequado testar as hipóteses também por meio de modelos *logit* ordinais. Neste caso, rodamos dois modelos. O primeiro tem os níveis de escolaridade absolutos como variável dependente, enquanto o segundo utiliza níveis de escolaridade relativos.<sup>18</sup> Assim, ao todo cinco modelos foram rodados, dois para medidas absolutas de educação, e três para medidas relativas. Todos os modelos e as estatísticas deles derivadas foram rodados utilizando o *software* Stata/BE v.17.

18. Em relação aos modelos lineares, os modelos *logit* ordinais têm a vantagem de seus coeficientes não sofrerem influência das mudanças na distribuição da escolaridade entre a população. E em relação aos modelos *logit* sequenciais propostos por Mare (1980; 1981) – comentados na seção 2 –, não sofrem de muitas das limitações apontadas por Cameron e Heckman (1998), já que tratam os estratos educacionais em seu nível de mensuração original. A principal limitação, no entanto, é sua parcimônia em atribuir um único coeficiente para todas as categorias das variáveis dependentes – o que o distingue dos modelos *logit* multinomiais.

Nossa principal variável independente é a classe de origem. Para tanto, utilizamos como *proxy* o esquema de classes desenvolvido por Silva (1992) a fim de classificar a ocupação do pai dos entrevistados quando estes eram mais jovens. Originalmente, este esquema contava com dezoito categorias, mas aqui utilizamos sua versão agregada em nove grupos (Scalon, 1999), conforme descrito na tabela 2. Para agrupar as ocupações em grandes categorias, Silva adotou como critério a homogeneidade das posições de mercado e trabalho, levando em consideração também a distinção entre contexto rural e urbano, setor manual e não manual, e a separação entre setores econômicos.

Em todos os modelos utilizamos controles como idade, sexo, cor ou raça, local e região de moradia. Desse modo, conseguimos garantir algum isolamento dos efeitos de classe sobre a educação alcançada. Além disso, incluímos também um conjunto de *dummies* indicadoras do ano de coleta da entrevista (1982, 1996 ou 2014). De outro modo, essa mesma variável poderia também ser lida como indicadora da coorte de nascimento (primeira, segunda ou terceira). Assim, esta variável indicará os efeitos do pertencimento a cada uma das coortes sobre a escolaridade alcançada.

**TABELA 2**  
**Lista de variáveis**

Nome	Tipo de modelo	Tipo	Descrição	Categorias
Variáveis dependentes				
Escolaridade absoluta I	Linear (OLS)	Intervalar	Anos de estudo	-
Escolaridade relativa I	Linear (OLS)	Intervalar	Posição relativa na fila educacional	-
Escolaridade relativa II	Linear (OLS)	Intervalar	Retornos à educação no mercado de trabalho	-
Escolaridade absoluta II	<i>Logit</i> ordinal	Ordinal	Nível absoluto de escolaridade	1) baixo; 2) médio-baixo; 3) médio-alto; e 4) alto.
Escolaridade relativa III	<i>Logit</i> ordinal	Ordinal	Nível relativo de escolaridade	1) baixo; 2) médio-baixo; 3) médio-alto; e 4) alto.
Variáveis independentes				
Classe de origem	Ambos	Nominal ( <i>dummies</i> )	Categoria sócio-ocupacional criada a partir das informações do pai dos entrevistados	1) profissionais; 2) administradores e gerentes; 3) proprietários empregadores; 4) não manual de rotina; 5) trabalhador por conta própria; 6) trabalhadores manuais qualificados; 7) trabalhadores manuais não qualificados (referência); 8) empregadores rurais; e 9) empregados rurais.
Idade	Ambos	Intervalar	Idade em anos	-
Sexo	Ambos	Nominal ( <i>dummy</i> )	Sexo do entrevistado	0) homens (referência); 1) mulheres;

(Continua)

(Continuação)

Nome	Tipo de modelo	Tipo	Descrição	Categorias
Cor ou raça	Ambos	Nominal ( <i>dummy</i> )	Raça autodeclarada	0) brancos (referência); e 1) negros.
Local	Ambos	Nominal ( <i>dummies</i> )	Tipo de local de moradia	0) rural (referência); 1) urbano; e 2) urbano-metropolitano.
Região	Ambos	Nominal ( <i>dummies</i> )	Região de moradia	1) Norte (referência); 2) Nordeste; 3) Sudeste; 4) Sul; e 5) Centro-Oeste.
Ano	Ambos	Nominal ( <i>dummies</i> )	Indicadora do ano de coleta dos dados	1) 1982 (referência); 2) 1996; e 3) 2014.
Interação ano*classe de origem	Ambos	Nominal ( <i>dummies</i> )	Termo interativo de ano de classe e origem	-
Interação ano*local	Ambos	Nominal ( <i>dummies</i> )	Termo interativo de ano e local de moradia	-
Interação ano*região	Ambos	Nominal ( <i>dummies</i> )	Termo interativo de ano e região de moradia	-

Elaboração do autor.

Finalmente, os modelos contam com alguns termos interativos. O primeiro deles, e de maior interesse nesta análise, é a interação entre o ano e a classe de origem. Através dos coeficientes gerados por esta interação, somos capazes de verificar se os efeitos de classe sobre a escolaridade alcançada vêm perdendo força ou não ao longo das coortes. Portanto, quase toda nossa análise dos resultados terá como foco esta variável. A fim de permitir que os efeitos do local e da região de moradia também variassem através dos anos, inserimos os dois últimos termos interativos descritos na tabela 2.

#### 4.1 Medidas relativas de escolaridade

A medida intervalar de escolaridade absoluta (escolaridade absoluta I) consiste nos anos de escolaridade concluídos pelo entrevistado, variando de zero até dezessete. É uma medida absoluta no sentido de que o valor de determinado número de anos de estudo é sempre o mesmo, em qualquer dos períodos, não importando possíveis mudanças na distribuição da educação entre a população. Por exemplo, onze anos de estudo contam sempre como onze unidades, em 1982, 1996 ou 2014.

De modo oposto, para as medidas relativas de escolaridade, o valor de uma mesma quantidade nominal varia através dos anos. A primeira medida intervalar de escolaridade relativa (escolaridade relativa I) faz esses valores variarem de acordo com a posição relativa que certo nível de educação permite o indivíduo ocupar em uma fila imaginária, onde os mais escolarizados estão à frente, e os com menor escolaridade, atrás. Mais especificamente, para o cálculo desta variável, adotou-se

o seguinte procedimento: para cada valor, atribuímos a frequência percentual acumulada pelo valor imediatamente anterior, sendo esta operação repetida para cada um dos anos (1982, 1996 e 2014). Com efeito, essa medida pode ser entendida como o percentual da população economicamente ativa (PEA) que, num dado momento, apresentava um nível de escolaridade inferior ao valor considerado. Essa é uma medida idêntica àquela utilizada por Salata (2019), e segue uma lógica similar à adotada por Bol (2015), Ortiz e Rodriguez-Menés (2015) e Triventi *et al.* (2016).

Uma crítica que poderíamos dirigir a essa primeira medida relativa é o fato de não considerar possíveis mudanças no lado da demanda. Como só considera a distribuição da oferta de trabalhadores mais ou menos escolarizados, ela na prática ignora que alterações no lado da demanda também condicionam o valor dos níveis educacionais. A fim de contornar essa limitação, nossa segunda medida relativa de escolaridade (escolaridade relativa II) faz os valores de escolaridade variarem de acordo com os retornos que eles trazem no mercado de trabalho em um dado período. Para sua construção, primeiro, rodamos modelos lineares multivariados (OLS) tendo o *status* ocupacional (ISEI) como variável dependente, e nove níveis de escolaridade<sup>19</sup> como principal variável independente, além de alguns controles (idade, sexo, cor, local e região de moradia). Os coeficientes relativos aos níveis de escolaridade – ou seja, os retornos esperados, em termos de *status* ocupacional – foram então identificados e imputados como valores de uma nova variável, que aqui definimos como escolaridade relativa II.<sup>20</sup> Esse procedimento foi repetido, separadamente, para cada um dos períodos. Medidas similares foram utilizadas, por exemplo, por Fujihara e Ishida (2016) e Rotman, Shavit e Shalev (2016).<sup>21</sup>

---

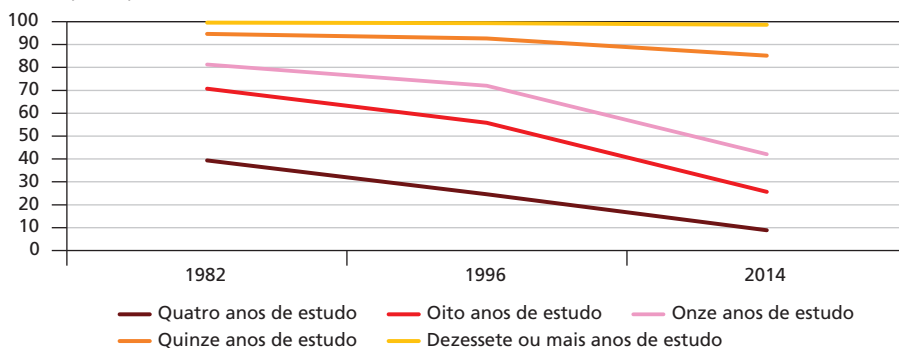
19. A variável foi inserida a partir de um conjunto de *dummies*: 1) séries iniciais do ensino fundamental (incompleto) [categoria de referência]; 2) séries iniciais do ensino fundamental (completo); 3) séries finais do ensino fundamental (incompleto); 4) séries finais do ensino fundamental (completo); 5) ensino médio (incompleto); 6) ensino médio (completo); 7) ensino superior (incompleto); 8) ensino superior (completo); e 9) mestrado ou doutorado.

20. Os coeficientes das regressões de ISEI, utilizados para extrair os valores imputados a esta variável, podem ser visualizados na tabela A.1 do anexo A.

21. Para o cálculo de ambas as medidas de escolaridade relativa, foi selecionada a PEA entre 20 e 50 anos de idade.

## GRÁFICO 3

**Escolaridade relativa I: scores relativos de escolaridade, por valores absolutos – Brasil (Em %)**

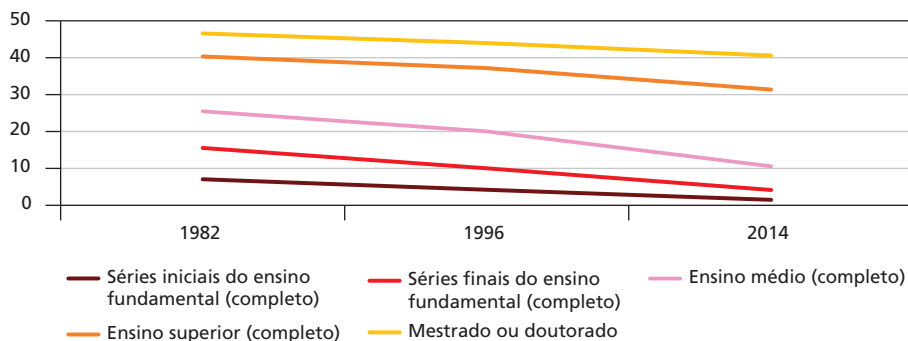


Fonte: PNAD/IBGE.

O resultado de cada uma das medidas relativas pode ser verificado por meio dos gráficos 3 e 4, respectivamente. Conforme poderíamos esperar, para ambas as medidas, constatamos queda no valor relativo da escolaridade. Por exemplo, segundo a nossa medida de escolaridade relativa I (gráfico 3), um indivíduo com onze anos completos de educação tinha uma pontuação de 78 em 1982, mas experimentou uma queda para quarenta em 2014. Isso significa que 78% das pessoas tinham um nível educacional inferior ao dele em 1982, mas apenas 40% em 2014. Em outras palavras, sua posição na fila imaginária caiu rapidamente em 38 pontos no período considerado. Conclusão semelhante pode ser tirada a partir da medida de escolaridade relativa II (gráfico 4). Em 1982, ter ensino médio completo trazia um retorno médio de 25 pontos no ISEI; já em 2014 esse retorno esperado era de dez pontos.

## GRÁFICO 4

**Escolaridade relativa II: scores relativos de escolaridade, por valores absolutos – Brasil (ISEI)**



Fonte: PNAD/IBGE.

Para os modelos *logit* ordinais, utilizamos duas medidas nominais de escolaridade, uma absoluta (escolaridade absoluta II) e outra relativa (escolaridade relativa III). Ambas possuem quatro categorias ordinais: baixo, médio-baixo, médio-alto e alto. A diferença entre elas é que o agrupamento dos níveis de escolaridade dentro destas quatro grandes categorias é o mesmo em todos os anos para a escolaridade absoluta, mas varia de acordo com sua distribuição entre a população na medida relativa. A tabela 3 auxilia na compreensão da construção destas variáveis.

**TABELA 3**  
**Medidas absoluta e relativa dos níveis de escolaridade – Brasil**

	1982		1996		2014		
	Escolaridade absoluta II	%	Escolaridade relativa III	%	Escolaridade relativa III	%	Escolaridade relativa III
Sem escolaridade	Baixo	18,6	Baixo	10,9	Baixo	4,1	Baixo
Séries iniciais do ensino fundamental (incompleto)	Baixo	20,8	Médio-baixo	13,6	Baixo	4,8	Baixo
Séries iniciais do ensino fundamental (completo)	Baixo	22,6	Médio-alto	16,0	Médio-baixo	5,4	Baixo
Séries finais do ensino fundamental (incompleto)	Médio-baixo	8,8	Médio-alto	15,2	Médio-baixo	11,3	Baixo
Séries finais do ensino fundamental (completo)	Médio-baixo	7,1	Médio-alto	10,9	Médio-alto	10,1	Médio-baixo
Ensino médio (incompleto)	Médio-alto	3,5	Médio-alto	5,4	Médio-alto	6,5	Médio-baixo
Ensino médio (completo)	Médio-alto	10,0	Alto	16,9	Médio-alto	35,0	Médio-alto
Ensino superior (incompleto)	Alto	3,4	Alto	3,6	Alto	8,0	Médio-alto
Ensino superior (completo)	Alto	5,3	Alto	7,1	Alto	14,1	Alto
Mestrado ou doutorado	Alto	0,1	Alto	0,3	Alto	0,7	Alto
<b>Total</b>	-	<b>100</b>	-	<b>100</b>	-	<b>100</b>	-

Fonte: PNAD/IBGE.

A classificação absoluta dos níveis de escolaridade é exatamente a mesma para os três anos. A categoria “baixo” vai até as séries iniciais do ensino fundamental (completo); a categoria “médio-baixo,” até as séries finais do ensino fundamental (completo); a categoria “médio-alto,” até o ensino médio (completo); e a categoria “alto” é reservada para aqueles que ao menos adentram o ensino superior. Para a medida relativa, a composição dessas categorias



muda de acordo com a distribuição dos níveis de escolaridade entre a população. Por exemplo, em 1982, ter ensino médio completo bastava para entrar na categoria “alto” – afinal, somente 18% da PEA o fazia. Em 2014, era necessário ter ensino superior completo para chegar à categoria “alto” – o que já era realizado por quase 15% da PEA. Ou seja, conforme o nível educacional da população aumenta, é necessário chegar a faixas de escolaridade mais altas para subir alguns degraus em direção ao topo. Na bibliografia internacional, a mesma lógica de construção de uma variável relativa para níveis de escolaridade foi utilizada em Bukodi e Goldthorpe (2016).<sup>22</sup>

## 5 RESULTADOS

Separamos a apresentação dos resultados em duas subseções consecutivas. A primeira (5.1) é dedicada aos modelos lineares, enquanto a segunda (5.2) tem como foco os resultados extraídos dos modelos *logit* ordinais. A análise se restringirá aos coeficientes relativos à classe de origem e sua variação no tempo. Os demais parâmetros e estatísticas de ajuste dos modelos podem ser encontrados nas tabelas A.2 e A.3 no anexo A.

### 5.1 Modelos lineares

Como pode ser verificado na tabela A.2, os efeitos da classe de origem sobre a escolaridade alcançada, seja ela absoluta seja relativa, vão na direção esperada. A tendência é que, conforme nos dirigimos às classes menos privilegiadas, a desvantagem em relação à categoria de referência (filhos de profissionais) vá aumentando.<sup>23</sup> Por exemplo, para a primeira coorte,<sup>24</sup> ser filho de trabalhador manual não qualificado faz a expectativa de anos de estudos completos cair 5,6 unidades. Ou, ainda, para a primeira coorte, ser filho de trabalhadores rurais tem o efeito de reduzir em 49 pontos a escolaridade relativa I, e em 24 pontos a escolaridade relativa II. De pronto, é evidente a forte relação entre origem de classe e escolaridade alcançada, conforme já amplamente conhecido.

Nosso interesse, contudo, está em saber se essa associação vem perdendo força ou não, dado o cenário de expansão educacional. Para isso, e conforme já comentado na seção metodológica, os modelos trazem termos interativos entre a classe de origem e o ano de coleta da pesquisa. É por meio da análise dessas interações que poderemos responder às questões aqui colocadas.

22. Apesar de essa medida não se utilizar dos retornos no mercado de trabalho para ser construída, uma característica relevante dela é o fato de suas categorias apresentarem mais estabilidade que os níveis absolutos de escolaridade no que diz respeito aos retornos obtidos em termos de *status* ocupacional. Ou seja, ao contrário do nível absoluto de escolaridade, as categorias relativas não sofrem tanto com a inflação de credenciais – como vemos no gráfico A.1 no anexo A.

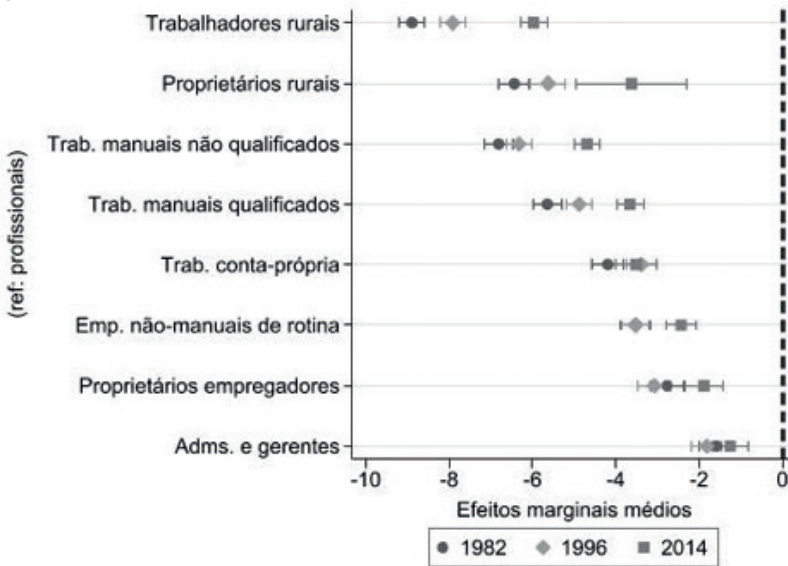
23. Escolhemos os filhos de profissionais como categoria de referência em função de apresentarem, na média, os melhores resultados educacionais em relação a todas as outras categorias.

24. Identificada a partir do ano de coleta dos dados: 1982.

A fim de facilitar a interpretação desses parâmetros, calculamos os efeitos marginais médios da classe de origem sobre a escolaridade alcançada, para cada ano da pesquisa.<sup>25</sup> Os efeitos marginais médios representam a taxa de mudança em uma variável em relação à outra. Em outras palavras, o efeito marginal é a mudança esperada na variável dependente – no caso, escolaridade – pela mudança de uma unidade na variável independente – no caso, a classe de origem (Powers e Xie, 2008). Como temos aqui modelos lineares, os resultados seriam idênticos à soma dos coeficientes da classe de origem com os respectivos termos interativos – ambos presentes na tabela A.2. Os gráficos 5, 6 e 7 expressam esses efeitos para cada uma das três medidas de escolaridade.

### GRÁFICO 5

Efeitos marginais médios da classe de origem sobre a escolaridade absoluta (I), por ano – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Começando pelo gráfico 5, temos os efeitos da classe de origem sobre os anos de estudo completos (escolaridade absoluta I). Quanto mais para a esquerda estão os pontos, maior a desvantagem em relação à categoria de referência (filhos de profissionais), e quanto mais próximos da linha pontilhada, menor a desvantagem. Os traços verticais

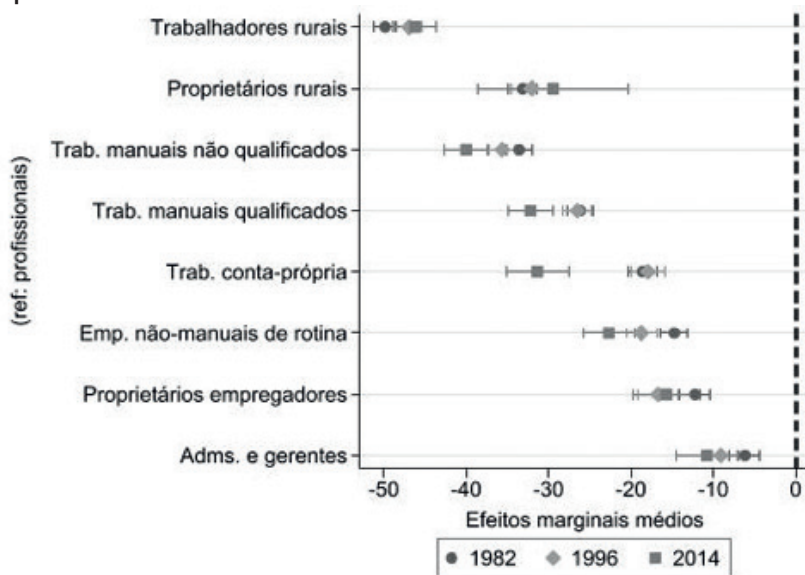
25. Vale lembrar que cada ano representa, na verdade, uma coorte de nascimento inteiramente distinta. Por essa razão, em alguns momentos, nos referiremos à primeira, segunda ou terceira coortes em vez de ao ano de coleta dos dados.

simétricos em torno dos pontos representam os intervalos de confiança de 95%.<sup>26</sup> A tendência que observamos é de redução das desvantagens para os filhos de trabalhadores manuais urbanos, empregadores e trabalhadores rurais. Em todas essas categorias, e também para os filhos de empregados não manuais de rotina, a distância para os filhos de profissionais era significativamente menor na terceira do que na primeira coorte.

Por exemplo, em 1982, ser filho de trabalhador rural reduzia a média esperada de anos de estudos completos em 8,8 unidades – quando comparado com os filhos de profissionais. Já em 2014, essa redução era de 5,9. Para filhos de trabalhadores manuais não qualificados, o efeito era de -6,8 em 1982, caindo para -4,6 em 2014. E para os filhos de trabalhadores manuais qualificados, a desvantagem caiu de -5,6 para -3,6 no mesmo período. Logo, em termos de escolaridade absoluta, o que verificamos de um modo geral é a redução, ao longo das coortes, nas desvantagens sofridas por indivíduos nascidos nas classes de trabalhadores manuais urbanos e de empregadores e empregados rurais.

#### GRÁFICO 6

Efeitos marginais médios da classe de origem sobre a escolaridade relativa (I), por ano – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

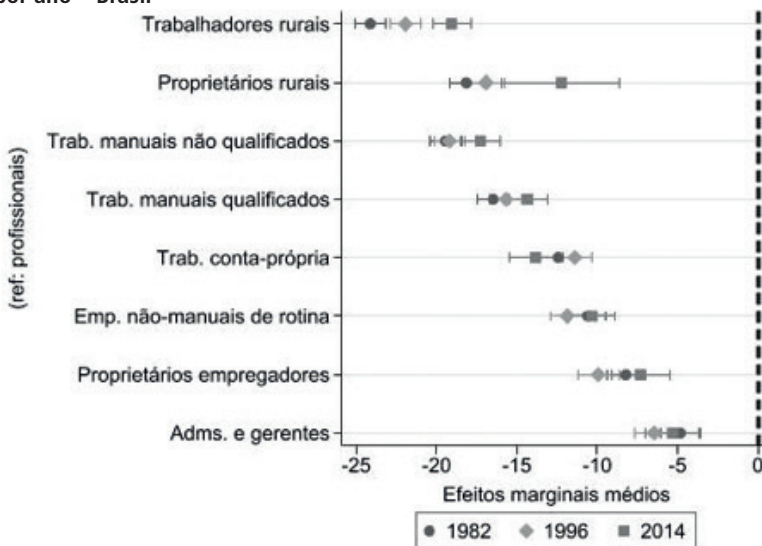
26. Calculado a partir do método delta (StataCorp, 2021; Oehlert, 1992).

O quadro se torna muito menos otimista, porém, quando olhamos para o gráfico 6, que traz os efeitos marginais médios sobre a primeira medida de escolaridade relativa. Como podemos ver, não apenas deixamos de verificar a redução dos efeitos observada anteriormente, como em alguns casos o que constatamos é o aumento das desvantagens para algumas categorias. Vejamos, por exemplo, o caso dos filhos dos trabalhadores manuais qualificados. Para a primeira coorte, se esperaria que ficasse 26 pontos atrás dos filhos de profissionais; já para a terceira coorte, essa distância esperada subia para 32 pontos. Algo semelhante ocorre para os filhos de trabalhadores manuais não qualificados, filhos de trabalhadores conta própria e filhos de empregados não manuais de rotina.

Tais resultados mostram, portanto, que se tomarmos a escolaridade pela posição relativa numa fila imaginária onde os mais educados estão à frente, não percebemos qualquer redução significativa dos efeitos de classe de origem sobre a escolaridade alcançada. Mas, como vimos, uma das limitações dessa medida (escolaridade relativa I) é que ela não considera possíveis mudanças no lado da demanda. Por essa razão, rodamos o mesmo modelo para outra medida posicional de escolaridade (escolaridade relativa II), construída a partir dos retornos ocupacionais esperados no mercado de trabalho. Os resultados, em termos de efeitos marginais médios, estão expressos no gráfico 7.

### GRÁFICO 7

Efeitos marginais médios da classe de origem sobre a escolaridade relativa (II), por ano – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

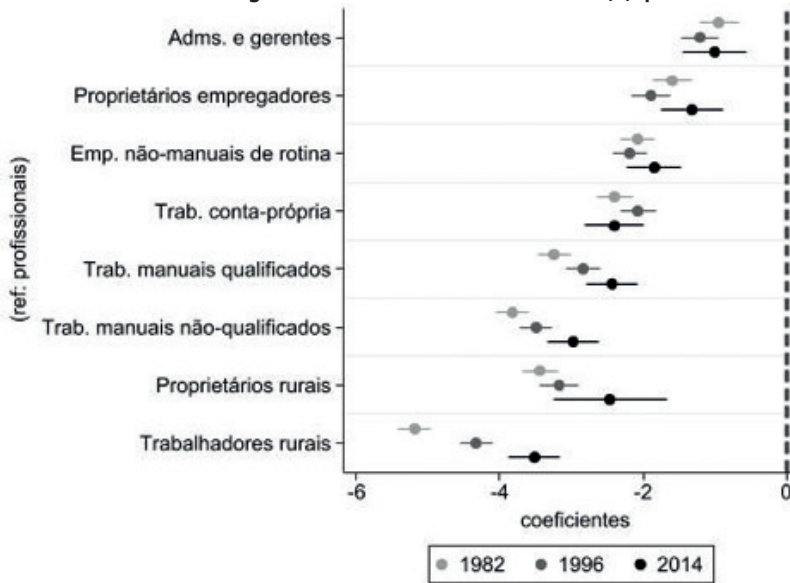
Podemos dizer que os resultados aqui estão longe de serem otimistas como os daqueles para escolaridade absoluta, mas são um pouco mais positivos do que os encontrados a partir da primeira medida de escolaridade relativa. No geral, o que observamos é uma tendência de manutenção das desigualdades. Há, no entanto, duas exceções, que são os filhos de proprietários e de trabalhadores rurais. Para estes, podemos afirmar que houve sim redução das desvantagens em relação aos filhos de profissionais. No caso dos filhos de trabalhadores rurais, por exemplo, o retorno esperado de sua escolaridade alcançada (em termos de ISEI) era 24 pontos menor do que para os filhos de profissionais na primeira coorte; já na terceira coorte, essa desvantagem caía para 19 pontos. Ainda assim, com exceção dessas duas categorias rurais, o quadro geral é de estabilidade das desigualdades.

### 5.2 Modelos *logit* ordinais

Conforme comentado, os coeficientes dos modelos lineares – como os analisados na seção precedente – sofrem influência da variação na distribuição das variáveis dependentes. Por essa razão, procuramos complementar a análise por meio de modelos *logit* ordinais. A lógica da exploração dos dados segue a mesma da seção anterior. Apresentaremos primeiro os resultados para os níveis absolutos de escolaridade (escolaridade absoluta II), e posteriormente para os modelos de níveis relativos de escolaridade (escolaridade relativa III). Em vez de trabalharmos com os efeitos marginais médios, no entanto, apresentaremos os resultados diretamente a partir dos coeficientes dos modelos. Isso será feito pela seguinte razão: como as variáveis dependentes aqui utilizadas possuem quatro categorias, teríamos que gerar quatro medidas de efeitos marginais médios para cada modelo; ou seja, do ponto de vista da interpretação dos dados, é mais parcimonioso utilizar diretamente os coeficientes. Posteriormente, faremos também algumas simulações com probabilidades previstas, a fim de facilitar a compreensão dos resultados.

## GRÁFICO 8

Efeitos da classe de origem sobre a escolaridade absoluta (II), por ano – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em um modelo *logit* ordinal, os coeficientes indicam o efeito de uma variável independente sobre a chance de se estar em uma categoria maior (em vez de menor ou igual), mantendo constantes todas as demais variáveis (Long e Freese, 2006). Na tabela A.3, portanto, vemos que ser filho de trabalhadores manuais não qualificados em 1982 reduzia em 97% as chances de se chegar em uma categoria de escolaridade absoluta mais alta (em vez de menor ou igual) quando comparado com os filhos de profissionais. Ou, ser filho de trabalhadores manuais qualificados em 1982 reduzia em 90% as chances de se chegar em uma categoria de escolaridade relativa mais alta (em vez de menor ou igual) quando comparado com os filhos de profissionais.<sup>27</sup> Os resultados, portanto, vão na direção esperada, dada a grande desvantagem dos filhos de trabalhadores. Resta saber se houve tendência de redução dessas desvantagens ao longo das últimas décadas.

No gráfico 8, então, temos os coeficientes, calculados para cada um dos anos,<sup>28</sup> sobre o nível absoluto de escolaridade.<sup>29</sup> Quanto mais para a esquerda estão os

27. Para calcular os efeitos percentuais mencionados, é necessário aplicar a seguinte fórmula ao coeficiente:  $(1 - \exp(b)) * 100$ .

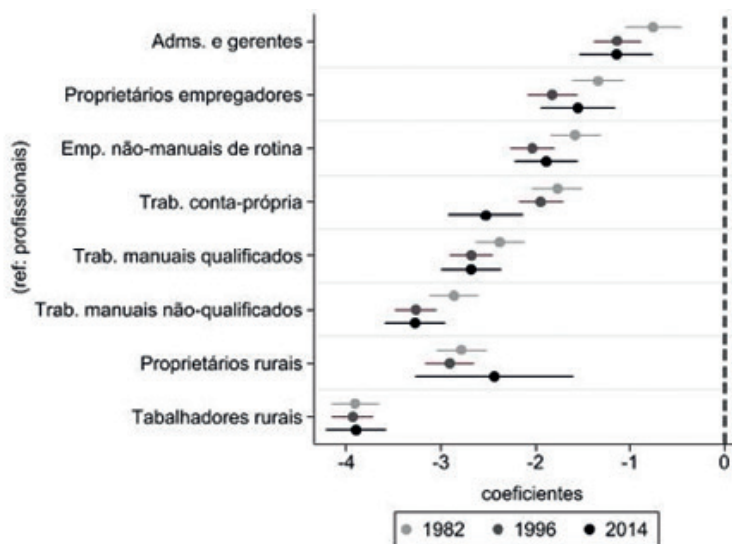
28. Para se chegar aos valores relativos a 1996 e 2014, basta somar, na tabela A.3, o coeficiente da categoria examinada com o coeficiente do termo interativo para o ano de interesse.

29. Novamente, os traços em torno dos pontos representam o intervalo de confiança de 95%, calculado a partir do método delta.

pontos, maiores as desvantagens em relação aos filhos de profissionais (categoria de referência). E o que constatamos é uma redução daquelas desvantagens para os filhos de trabalhadores manuais qualificados, trabalhadores manuais não qualificados e trabalhadores rurais. Quer dizer, em termos do nível absoluto de escolaridade alcançada, houve redução significativa das desigualdades entre a primeira e a terceira coortes estudadas, o que se expressa graficamente pelo fato de os pontos se dirigirem mais à direita para as coortes mais recentes. Mesmo que as distâncias permaneçam grandes, o que o modelo de níveis de escolaridade absoluta mostra é uma tendência de aproximação desses pontos em relação à reta pontilhada – que representa a posição dos filhos de profissionais, a categoria mais privilegiada.

### GRÁFICO 9

Efeitos da classe de origem sobre a escolaridade relativa (III), por ano – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

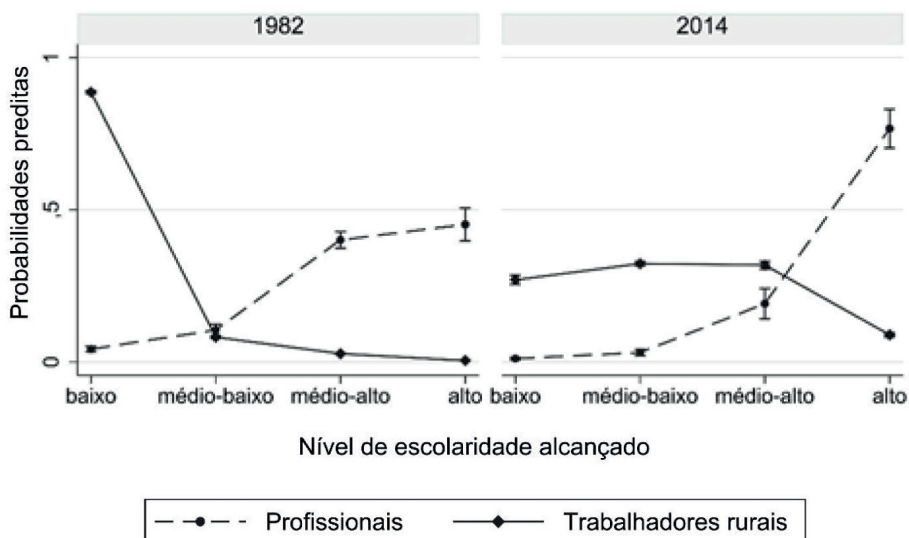
Bastante diferente é o quadro que se mostra quando os níveis de escolaridade são relativos (gráfico 9). Nesse caso não observamos qualquer tendência de redução das desvantagens dos filhos de trabalhadores. Na verdade, a única mudança estatisticamente significativa vai no sentido oposto, de aumento das desvantagens dos filhos de trabalhadores conta própria. Para a primeira coorte, suas chances de chegar em uma categoria de escolaridade relativa mais alta (em vez de menor ou igual) eram 82% menores que as dos filhos de profissionais. Para a terceira coorte, eram 91% menores. Em geral, no entanto, e assim como verificamos nos modelos

lineares, a tendência observada é de manutenção das desigualdades quando consideramos o caráter posicional da educação.

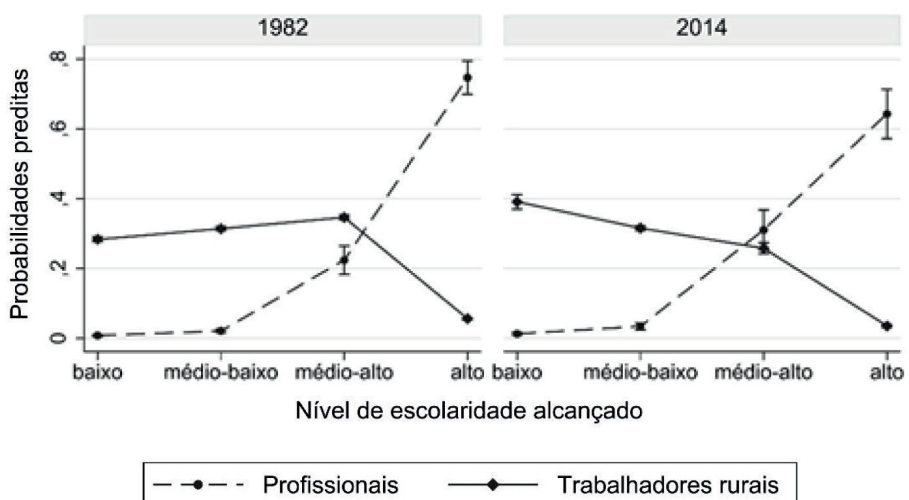
### GRÁFICO 10

Probabilidades previstas para níveis absolutos e relativos de escolaridade, por origem de classe – Brasil

10A – Escolaridade absoluta



10B – Escolaridade relativa



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).



A fim de tornar a interpretação dos resultados dos modelos *logit* ordinais mais palatável, no gráfico 10, trazemos algumas probabilidades preditas.<sup>30</sup> Primeiro, selecionamos as duas categorias extremas da hierarquia de classes utilizada, os filhos de profissionais – que gozam das maiores vantagens educacionais – e os filhos de trabalhadores rurais – que apresentam a maior distância em relação aos primeiros. E então calculamos as probabilidades preditas de eles alcançarem cada um dos níveis educacionais para a primeira e a terceira coortes – ou seja, em 1982 e em 2014. Os cálculos foram realizados tanto para os níveis absolutos de escolaridade (na parte superior do gráfico), quanto para os níveis relativos (na parte inferior). As demais variáveis inseridas no modelo foram mantidas constantes em suas respectivas médias.<sup>31</sup>

A diferença entre o que é observado nos modelos de escolaridade absoluta e relativa é marcante. Começando pelos primeiros, na parte superior do gráfico 10, vemos a gigantesca mudança na distribuição dos níveis de escolaridade alcançados pelos filhos de trabalhadores rurais. Na primeira coorte, a probabilidade de um filho de trabalhador rural ter alcançado apenas o nível absoluto mais baixo de escolaridade era de 88%. Já na terceira coorte, essa probabilidade caía para 26%. Em compensação, subiam as probabilidades de se chegar nos demais níveis absolutos de escolaridade. Conseqüentemente, como pode ser visualizado no gráfico, a distribuição dos níveis absolutos de escolaridade para os filhos de trabalhadores rurais era, na terceira coorte, muito mais próxima daquela dos filhos de profissionais do que na primeira coorte.

Todavia, quando analisamos as probabilidades calculadas a partir dos modelos de escolaridade relativa, aquela enorme mudança da primeira para a terceira coortes simplesmente desaparece. Na verdade, o que se destaca na comparação dos dois gráficos da parte inferior do gráfico 10 é a similaridade. O movimento que mais chama atenção é o aumento da probabilidade de os filhos de trabalhadores rurais não passarem do nível mais baixo de escolaridade (de 28% para 39%), junto com a redução na sua probabilidade de chegar ao nível médio-alto (de 34% para 25%). Em outras palavras, o que constatamos é um quadro de leve aumento das desvantagens. Novamente, portanto, os resultados são muito menos animadores quando adotamos uma medida relativa de escolaridade, que melhor captura o caráter posicional da educação.

30. Para o cálculo das probabilidades preditas em modelos *logit* ordinais, consultar Powers e Xie (2008).

31. Tanto os efeitos marginais quanto as probabilidades preditas utilizados na análise aqui apresentada foram elaborados a partir do comando *margins* do software Stata/BE v.17. Para mais detalhes técnicos, consultar StataCorp (2021).

### 5.3 Associação total entre classe de origem e escolaridade alcançada

Até o momento, analisamos o efeito de cada classe de origem – em relação à classe mais privilegiada – sobre a escolaridade alcançada. Desse modo, para cada modelo, tínhamos oito coeficientes por coorte. Com o intuito de simplificar a interpretação do conjunto dos resultados apresentados, e a comparação entre os modelos de escolaridade absoluta e relativa, utilizamos nesta seção uma medida sintética da associação entre origem de classe e escolaridade alcançada. Esta medida, formulada por Triventi *et al.* (2016), nada mais é do que a média dos efeitos parciais representados nos gráficos de 5 a 9. Como temos oito coeficientes de classe de origem para cada modelo em cada coorte, ela é o resultado da soma desses dividida por oito. Seu resultado, portanto, representa, para cada coorte, em cada um dos modelos, a desvantagem média das oito categorias de classe de origem para a categoria de referência (filhos de profissionais).

No gráfico 11, temos a representação dessa medida para os dois modelos de escolaridade absoluta, no topo, e também para os três modelos de escolaridade relativa, na segunda e terceira linhas do gráfico.<sup>32</sup> Como vemos, os resultados de ambos os modelos de escolaridade absoluta indicam redução da associação total entre classe de origem e escolaridade alcançada – dada a tendência ascendente das retas nos dois gráficos superiores. Esta redução se dá entre todas as coortes, mas se mostra maior da segunda para a terceira; o que faz sentido, dado que a terceira coorte é aquela que mais se beneficia das reformas educacionais de meados do século XX.

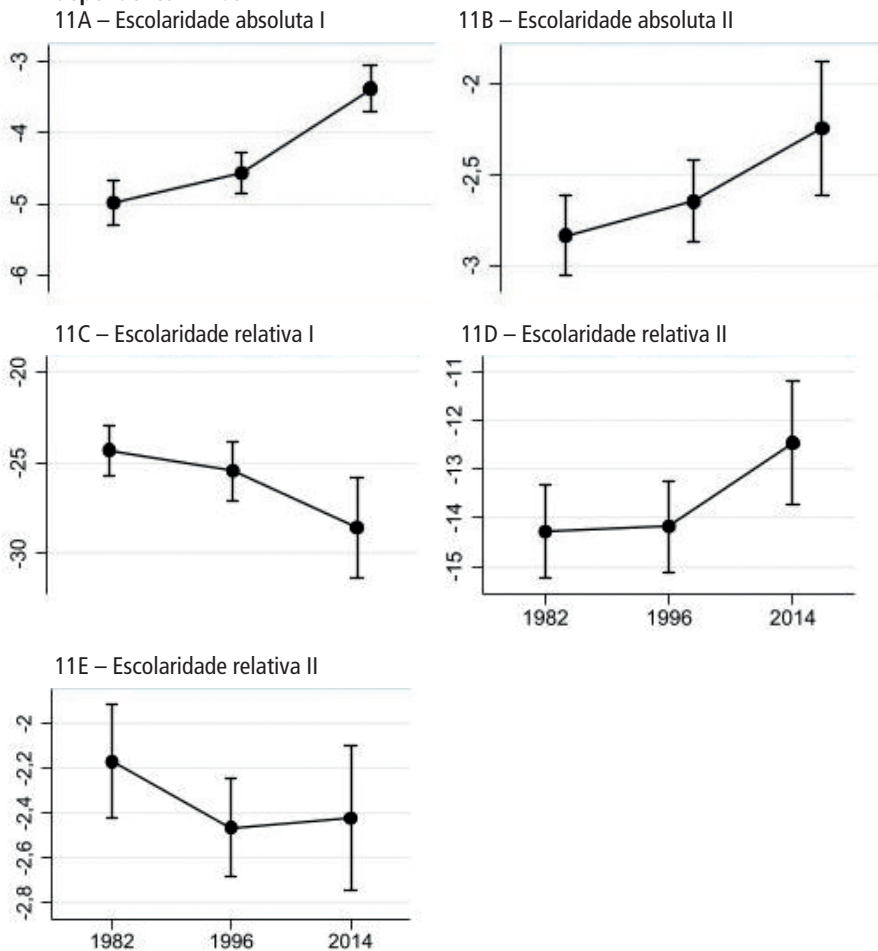
Os resultados, como esperado, são bastante diferentes para os três modelos que consideram o caráter posicional da educação. Mas mesmo entre estes há distinções relevantes. Os resultados do modelo da escolaridade relativa I vão na direção oposta dos anteriores, já que indicam uma tendência de aumento dos efeitos da classe de origem – ver o sentido descendente da reta. O modelo da escolaridade relativa III é um pouco mais conservador, e apesar de sugerir uma tendência de elevação das desigualdades entre a primeira e a segunda coortes, do ponto de vista estatístico não podemos afirmar que houve aumento nem redução dos efeitos de classe, já que a variação se encontra visivelmente dentro dos intervalos de confiança. Por fim, os resultados do modelo da escolaridade relativa II poderiam sugerir uma diminuição da associação entre classe de origem e escolaridade alcançada entre a segunda e a terceira coortes. No entanto, esta variação também está dentro do intervalo de confiança. E, além disso, como verificamos a partir do gráfico 7, esse movimento entre a segunda e a terceira coortes reflete quase que exclusivamente a redução das desvantagens dos filhos de trabalhadores rurais. Assim, diferentemente do que ocorre para os modelos de escolaridade absoluta, ela não traduz uma tendência mais generalizada de redução das desvantagens de classe.

---

32. Os intervalos de confiança de 95%, calculados a partir do método delta, também estão representados graficamente.

## GRÁFICO 11

Associação total entre classe de origem e escolaridade alcançada, por variável dependente – Brasil



Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Ilustrações cujos leiautes e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Portanto, ao considerar a posicionalidade da educação, chegamos a resultados menos otimistas sobre a possibilidade de a expansão educacional reduzir as desvantagens provocadas pela classe de origem em relação à escolaridade alcançada pelos indivíduos. Nesse sentido, os resultados corroboram nossas duas hipóteses, e vão na mesma direção da maior parte dos estudos recentemente desenvolvidos sobre o tema (Bukodi e Goldthorpe, 2016; Fujihara e Ishida, 2016; Rotman, Shavit e Shalev, 2016).

## 6 CONCLUSÕES

Imagine um brasileiro que no ano de 1985 chegasse à vida adulta, tendo completado o que hoje seria o ensino fundamental. Naquela época, entre a população de 25 a 65 anos de idade, somente 17% estariam à sua frente com um nível educacional mais alto, e seu *status* ocupacional (ISEI) esperado seria 16% maior que o *status* ocupacional médio à época. Agora imagine um outro brasileiro que chegasse à vida adulta com o mesmo nível educacional trinta anos depois, em 2015. Mais da metade (53%) da população teria um nível educacional maior do que o seu, que agora lhe garantiria um *status* ocupacional esperado 7% menor que o *status* ocupacional médio. Tratar essas duas situações da mesma forma é o que têm feito os estudos que utilizam níveis absolutos de escolaridade para analisar a evolução das desigualdades de resultados e/ou oportunidades educacionais. Ao utilizar medidas relativas, então, procuramos levar em consideração esse processo de depreciação do valor da escolaridade em função de sua disseminação.

A expansão escolar é muitas vezes pensada como uma espécie de saída indolor à redução das desigualdades, ainda que análises recentes coloquem sérias dúvidas a esse respeito (Medeiros, Barbosa e Carvalhaes, 2020). Mais especificamente no que tange às desigualdades de oportunidades, há décadas encontramos estudos empíricos, desenvolvidos em inúmeros países, indicando que a expansão do sistema de ensino não necessariamente as reduziria. Ainda assim, o debate persiste, já que análises mais recentes têm questionado a tese das *desigualdades persistentes*. E uma das novidades dentro desse debate, no âmbito internacional, tem sido a incorporação da ideia de que a educação é um bem posicional, mediante o uso de medidas relativas de escolaridade.

Ao seguir essa tendência, adotando medidas relativas de escolaridade, não encontramos evidências de que a expansão educacional ocorrida ao longo das últimas décadas no Brasil, desde meados do século XX, venha sendo acompanhada de clara redução dos efeitos da origem de classe sobre a escolaridade alcançada. Como vimos, em geral, os efeitos da origem social permanecem tão fortes para a coorte nascida entre 1973 e 1986 quanto o eram para a coorte nascida entre 1941 e 1954. Entre a coorte mais recente, dos que completavam de 28 a 41 anos de idade em 2014, ser filho de um trabalhador manual não qualificado ainda reduzia em quarenta pontos a sua posição na fila educacional (escolaridade relativa I), em 21 pontos de ISEI o seu *status* ocupacional esperado, dada a escolaridade alcançada (escolaridade relativa II), e em 58 pontos percentuais a probabilidade de alcançar o nível relativo mais alto de educação (escolaridade relativa III), quando comparado com os filhos de profissionais. Ou seja, nascer em uma família de classe trabalhadora continuava a representar uma grande desvantagem em termos dos resultados educacionais esperados. Por sua vez, ter como origem uma família de classe média alta, em que os pais são, por exemplo, profissionais liberais e/ou ocupam cargos de

gerência, ainda aumentava substantivamente as chances de se alcançarem os níveis de escolaridade mais distintos e que garantem os melhores retornos. E, segundo os resultados que encontramos, essas vantagens e desvantagens atreladas à classe de origem não apresentam qualquer tendência mais geral e clara de redução, a despeito da enorme expansão do sistema de ensino brasileiro ao longo das últimas décadas.

No conjunto, o que nossos resultados mostram é que por mais que a expansão educacional possa ter tornado as chances de acesso a determinados níveis de ensino menos desiguais – ver os resultados dos modelos de escolaridade absoluta –, ela também acaba enfraquecendo a estrutura de oportunidades atrelada àqueles níveis (Thompson e Simmons, 2013) – ver os resultados dos modelos de escolaridade relativa. É possível, então, que uma das principais consequências da expansão educacional seja não a redução da associação entre classe de origem e escolaridade alcançada, mas sim que os indivíduos precisem acumular cada vez mais anos de estudo, chegar a níveis de ensino cada vez mais altos, a fim de permanecerem na mesma posição social de seus pais, configurando uma verdadeira corrida posicional (Brown *et al.*, 2013; Collins, 1979).

Que a expansão educacional, por si só, não necessariamente reduz as desigualdades de oportunidades e/ou resultados educacionais é algo amplamente conhecido no debate internacional sobre o tema. E mesmo quando resultados mais otimistas são encontrados para determinados países, a queda do efeito da classe de origem sobre a escolaridade alcançada costuma ser atribuída a fatores exógenos, como políticas sociais voltadas aos estratos mais baixos da população, redução das desigualdades socioeconômicas, melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, políticas educacionais voltadas para a democratização do sistema de ensino, e assim por diante (Breen *et al.*, 2009). No caso do Brasil, por exemplo, diversos estudos vêm mostrando que nas primeiras décadas do século XX – período não coberto por esta análise – parece ter havido uma significativa redução das desigualdades de acesso ao ensino superior (Salata, 2018a; Picanço, 2015; Mont’alvão Neto, 2014); o que poderia ser atribuído a inúmeras medidas, ações e políticas públicas voltadas à democratização desse nível de ensino naquele período – mencionadas na subseção 2.1 –, além de também coincidir com um momento de redução das desigualdades econômicas entre as classes (Salata, 2018b).

Não parece haver, portanto, fuga para frente. Enfrentar a questão das desigualdades de oportunidades, que em grande medida passa pela associação entre classe de origem e educação, exige esforços concentrados nessa direção. Ou, como coloca Hirsch (1977), “*raising the level of the ladder as a whole no longer provides those on the lower rungs with the same life as those climbing higher on the ladder.*”<sup>33</sup>

33. “Elevar o nível da escada como um todo não fornece mais àqueles nos degraus inferiores a mesma vida daqueles que escalam mais alto na escada” (tradução nossa).

Vale frisar que a análise aqui empreendida, e os resultados dela derivados, estão obviamente longe de fornecerem respostas definitivas para questões tão prementes. Mas, sem dúvida, trazem novidades e contribuições relevantes para o debate sobre o tema, que poderão ser aproveitadas, endossadas ou contestadas em trabalhos futuros. E, por fim, é importante lembrar que, a despeito dos resultados apresentados, níveis mais elevados de educação podem sempre trazer uma série de benefícios aos indivíduos – como capacidade de reflexão, de questionamento, senso crítico etc. –, que vão além dos retornos no mercado de trabalho aqui tratados. Logo, quanto mais escolarizada a população, melhor.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, G. S. **Human capital**: a theoretical and empirical analysis with special reference to education. Cambridge: The National Bureau of Economic Research, 1964.
- BILLS, D. B. Congested credentials: the material and positional economies of schooling. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 43, p. 65-70, 2016.
- BLAU, P. M.; DUNCAN, O. D. **The American occupational structure**. Nova York: John Wiley & Sons, 1967.
- BOL, T. Has education become more positional? Educational expansion and labour market outcomes, 1985-2007. **Acta Sociologica**, v. 58, n. 2, p. 105-120, 2015.
- BOUDON, R. **A desigualdade das oportunidades**: a mobilidade social nas sociedades industriais. Brasília: UnB, 1981.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BOYLAN, R. D. The effect of the number of diplomas on their value. **Sociology of Education**, v. 66, n. 3, p. 206, 1993.
- BREEN, R.; GOLDTHORPE, J. H. Explaining educational differentials: towards a formal rational action theory. **Rationality and Society**, v. 9, n. 3, p. 275-305, 1997.
- BREEN, R. *et al.* Nonpersistent inequality in educational attainment: evidence from eight European countries. **American Journal of Sociology**, v. 114, n. 5, p. 1475-1521, 2009.
- BREEN, R. *et al.* Long-term trends in educational inequality in Europe: class inequalities and gender differences. **European Sociological Review**, v. 26, n. 1, p. 31-48, 2010.
- BRITO, M. M. Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, p. 224-263, 2017.

BROWN, P.; REAY, D.; VINCENT, C. Education and social mobility. **British Journal of Sociology of Education**, v. 34, n. 5-6, p. 637-643, 2013.

BUKODI, E.; GOLDTHORPE, J. H. Educational attainment – relative or absolute – as a mediator of intergenerational class mobility in Britain. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 43, p. 5-15, 2016.

CAMERON, S. V.; HECKMAN, J. J. Life cycle schooling and dynamic selection bias: models and evidence for five cohorts of American males. **Journal of Political Economy**, v. 106, n. 2, p. 262-333, 1998.

CASTRO, C. M. **Educação brasileira: consertos e remendos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COLLINS, R. **The credentialist society**. Nova York: Academic, 1979.

DEVINE, F.; LI, Y. The changing relationship between origins, education and destinations in the 1990s and 2000s. **British Journal of Sociology of Education**, v. 34, n. 5-6, p. 766-791, 2013.

FATHERMAN, D. L.; HAUSER, R. M. **Opportunity and change**. Nova York: Nova York Academic Press, 1978.

FUJIHARA, S.; ISHIDA, H. The absolute and relative values of education and the inequality of educational opportunity: trends in access to education in postwar Japan. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 43, p. 25-37, 2016.

GANZEBOOM, H. B.; GRAAF, P. M. de; TREIMAN, D. J. A standard international socio-economic index of occupational status. **Social Science Research**, v. 21, n. 1, p. 1-56, 1992.

GOLDIN, C. D.; KATZ, L. F. **The race between education and technology**. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 2009.

GOLDTHORPE, J. H. Class analysis and the reorientation of class theory: the case of persisting differentials in educational attainment. **British Journal of Sociology**, p. 481-505, 1996.

GOLDTHORPE, J. H. The role of education in intergenerational social mobility: problems from empirical research in sociology and some theoretical pointers from economics. **Rationality and Society**, v. 26, n. 3, p. 265-289, 2014.

GRAAF, P. M. de; GANZEBOOM, H. B. G. Family background and educational attainment in the Netherlands for the 1891-1960 birth cohorts. *In*: SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H.-P. (Org.). **Persistent inequality: changing educational attainment in thirteen countries**. Westview Press, 1993. p. 351-394.

HASENBALG, C. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. **Dados**, v. 43, n. 3, p. 423-445, 2000.

HASENBALG, C. Educação. *In*: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. v. 9, p. 115-117.

HASENBALG, C. A transição da escola para o trabalho. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 147-172.

HECKMAN, J. **Giving kids a fair chance**. Boston: MIT Press, 2013.

HIRSCH, F. To strike another balance. **New York Times**, 27 maio 1977.

HIRSCH, F. **Social limits to growth**. Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1978.

HOUT, M.; DIPRETE, T. A. What we have learned: RC28's contributions to knowledge about social stratification. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 24, n. 1, p. 1-20, 2006.

JACKSON, M. How is inequality of educational opportunity generated? The case for primary and secondary effects. *In*: JACKSON, M. (Ed.). **Determined to succeed? Performance versus choice in educational attainment**. Stanford: Stanford University Press, 2013. p. 1-33.

LAREAU, A. **Unequal childhoods**. University of California Press, 2011.

LONG, J. S.; FREESE, J. **Regression models for categorical dependent variables using stata**. 2. ed. Texas: StataPress, 2006.

LUCAS, S. R. Effectively maintained inequality: education transitions, track mobility, and social background effects. **American Journal of Sociology**, v. 106, n. 6, p. 42-90, 2001.

MARE, R. D. Social background and school continuation decisions. **Journal of the American Statistical Association**, v. 75, n. 370, p. 295-305, 1980.

MARE, R. D. Change and stability in educational stratification. **American Sociological Review**, v. 46, n. 1, p. 72-87, 1981.

MARE, R. D. Educational stratification on observed and unobserved components of family background. *In*: SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H.-P. (Org.). **Persistent inequality: changing educational attainment in thirteen countries**. Westview Press, 1993. p. 351-394.



MEDEIROS, M.; BARBOSA, R. J.; CARVALHAES, F. Educational expansion, inequality and poverty reduction in Brazil: a simulation study. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 66, p. 1-13, 2020.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Educação e queda recente da desigualdade no Brasil. *In*: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. p. 185-304.

MOK, K. H. Massification of higher education, graduate employment and social mobility in the Greater China region. **British Journal of Sociology of Education**, v. 37, n. 1, p. 51-71, 2016.

MONT'ALVÃO NETO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 127, p. 417-441, 2014.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **PISA 2018 Results**: what students know and can do. Paris: OECD Publishing, 2019. v. 1.

OEHLERT, G. W. A note on the delta method. **American Statistician**, v. 46, p. 27-29, 1992.

ORTIZ, L.; RODRIGUEZ-MENÉS, J. The positional value of education and its effect on general and technical fields of education: educational expansion and occupational returns to education in Spain. **European Sociological Review**, v. 32, n. 2, p. 216-237, 2015.

PARK, H. Educational expansion and inequality in Korea. **Research in Sociology of Education**, v. 14, p. 33-58, 2004.

PICANÇO, F. Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: somando desvantagens, multiplicando desigualdades? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, p. 145-181, 2015.

POWERS, D. A.; XIE, Y. **Statistical methods for categorical data analysis**. Reino Unido: Emerald, 2008.

RAFTERY, A. E.; HOUT, M. Maximally maintained inequality: expansion, reform, and opportunity in Irish education, 1921-1975. **Sociology of Education**, v. 66, n. 1, p. 41-62, 1993.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil: raça, classe e gênero. *In*: RIBEIRO, C. A. C. (Org.). **Desigualdade de oportunidades no Brasil**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

RIBEIRO, C. A. C. Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 41-87, 2011.

RIJKEN, S. **Educational expansion and status attainment**: a cross-national and over-time comparison. Amsterdam: Thesis Publishers, 1999.

ROTMAN, A.; SHAVIT, Y.; SHALEV, M. Absolute and positional perspectives on educational stratification in Israel. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 43, p. 17-24, 2016.

SALATA, A. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social**, v. 30, p. 219-253, 2018a.

SALATA, A. Distribuição de renda no Brasil entre 2002 e 2013: redução das desigualdades entre classes? **Latin American Research Review**, v. 53, n. 1, p. 76-95, 2018b.

SALATA, A. Schooling as a positional good: the Brazilian metropolitan regions in recent decades. **British Journal of Sociology of Education**, v. 40, p. 410-429, 2019.

SALATA, A. Desigualdade de resultados educacionais em meio à expansão do sistema de ensino: um estudo considerando o caráter posicional da escolaridade. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 22, p. 1-19, 2022.

SALATA, A.; CHEUNG, S. Y. Positional Education and Intergenerational Status Transmission in Brazil. **Research on Social Stratification and Mobility**, v. 77, 2022.

SASSAKI, A. H. *et al.* **Por que o Brasil vai mal no PISA?** Uma análise dos determinantes do desempenho no exame. Insper, jun. 2018. (Policy Paper, n. 31).

SCALON, C. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SHAVIT, Y.; PARK, H. Introduction to the special issue: education as a positional good. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 43, p. 1-3, 2016.

SHAVIT, Y.; BLOSSFELD, H. P. **Persistent inequality**: changing educational attainment in thirteen countries. Westview Press, 1993.

SILVA, N. V. **Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1992. Mimeografado.

SILVA, N. V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 105-147.

SILVA, N. V.; HASENBALG, C. Recursos familiares e transições educacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. 67-76, 2002.

SILVA, N. V.; SOUZA, A. M. Um modelo para análise da estratificação educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, p. 49-57, 1986.

SORENSEN, A. B. A model and a metric for the analysis of the intragenerational status attainment process. **American Journal of Sociology**, v. 85, n. 2, p. 361-384, 1979.

SPENCE, M. Job market signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 87, n. 3, p. 355, 1973.

STASIO, V. D.; BOL, T.; WERFHORST, H. G. V. D. What makes education positional? Institutions, overeducation and the competition for jobs. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 43, p. 53-63, 2016.

STATA CORP. **Stata Index**: release 17. Texas: Stata Press, 2021.

SZELÉNYI, S. **Equality by design**: the grand experiment in de-stratification in socialist Hungary. Stanford: Stanford University Press, 1999.

THOMPSON, R.; SIMMONS, R. Social mobility and post-compulsory education: revisiting Boudon's model of social opportunity. **British Journal of Sociology of Education**, v. 34, n. 5-6, p. 744-765, 2013.

THUROW, L. C. **Generating inequality**. Basic Books, 1975.

TORCHE, F. Privatization reform and inequality of educational opportunity: the case of Chile. **Sociology of Education**, v. 78, n. 4, p. 316-343, 2005.

TREIMAN, D. J. Industrialization and social stratification. In: LAUMANN, E. O. (Org.). **Social stratification**: research and theory for the 1970s. Indianapolis: Bobbs Merrill, 1970.

TRIVENTI, M. *et al.* Education as a positional good: Implications for social inequalities in educational attainment in Italy. **Research in Social Stratification and Mobility**, v. 43, p. 39-52, 2016.

VALLET, L. A. The dynamics of inequality of educational opportunity in France: change in the association between social background and education in thirteen five-year birth cohorts (1908-1972). **ISA Research Committee on Social Stratification and Mobility**, v. 7, 2004.

WILSON, W. J. **The truly disadvantaged**: the inner city, the underclass, and public policy. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

## ANEXO A

TABELA A.1

**Modelo linear multivariado (OLS): efeitos (b) do nível de escolaridade sobre o status ocupacional (ISEI) – Brasil**

Escolaridade (anos)	1982			1996			2014		
Séries iniciais do ensino fundamental (incompleto)	3,180***			1,890***			0,008		
Séries iniciais do ensino fundamental (completo)	7,044***			4,217***			1,443***		
Séries finais do ensino fundamental (incompleto)	10,799***			6,434***			2,402***		
Séries finais do ensino fundamental (completo)	15,555***			9,996***			4,128***		
Ensino médio (incompleto)	18,813***			13,715***			5,246***		
Ensino médio (completo)	25,472***			20,046***			10,570***		
Ensino superior (incompleto)	30,750***			27,399***			22,522***		
Ensino superior (completo)	40,370***			37,206***			31,365***		
Mestrado ou doutorado	46,594***			43,983***			40,597***		
n.	129.866			97.925			118.280		
R <sup>2</sup>	0,561			0,480			0,428		

Fonte: Pesquisa Domiciliar por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE).

Obs.: Significância: \*\*\*  $p < 0,01$ ; \*\*  $p < 0,1$ ; \*  $p < 0,5$ .

TABELA A.2

**OLS para escolaridade absoluta I, escolaridade relativa I e escolaridade relativa II – Brasil**

Variáveis independentes	Variáveis dependentes		
	Escolaridade absoluta I	Escolaridade relativa I	Escolaridade relativa II
Ocupação pai: administradores e gerentes	-1,583***	-6,147***	-4,851***
Ocupação pai: proprietários empregadores	-2,771***	-12,23***	-8,205***
Ocupação pai: não manual de rotina	-3,526***	-14,75***	-10,57***
Ocupação pai: trabalhadores conta própria	-4,185***	-18,6***	-12,43***
Ocupação pai: trabalhadores manuais qualificados	-5,649***	-26,16***	-16,47***
Ocupação pai: trabalhadores manuais não qualificados	-6,81***	-33,61***	-19,44***
Ocupação pai: empregadores rurais	-6,437***	-33,1***	-18,17***
Ocupação pai: empregados rurais	-8,889***	-49,82***	-24,13***
Ano de referência: 1996	,5471*	0,3066	-1,135
Ano de referência: 2014	1,241***	-2,036	-3,504***
Interação: administradores e gerentes#1996	-0,2322	-2,961*	-1,614
Interação: administradores e gerentes#2014	0,3296	-4,587*	-0,4747
Interação: proprietários empregadores#1996	-0,3038	-4,484**	-1,721
Interação: proprietários empregadores#2014	,8836**	-3,499	0,8783
Interação: não manual de rotina#1996	-0,003482	-3,964**	-1,306
Interação: não manual de rotina#2014	1,096***	-7,94***	0,2641

(Continua)

(Continuação)

Variáveis independentes	Variáveis dependentes		
	Escolaridade absoluta I	Escolaridade relativa I	Escolaridade relativa II
Interação: trabalhadores conta própria#1996	,8057**	0,7042	1,029
Interação: trabalhadores conta própria#2014	,6645*	-12,72***	-1,396
Interação: trabalhadores manuais qualificados#1996	,7729**	-0,3268	0,7845
Interação: trabalhadores manuais qualificados#2014	1,991***	-6,043***	2,149**
Interação: trabalhadores manuais não qualificados#1996	,4848*	-2,002	0,235
Interação: trabalhadores manuais não qualificados#2014	2,115***	-6,422***	2,168**
Interação: empregadores rurais#1996	,819**	1,036	1,243
Interação: empregadores rurais#2014	2,817***	3,669	5,932**
Interação: empregados rurais#1996	,971***	2,865**	2,2**
Interação: empregados rurais#2014	2,916***	3,605*	5,075***
Idade	-,0848***	-,5386***	-,1154***
Sexo: mulheres	,6393***	3,984***	1,603***
Cor ou raça: negros	-1,323***	-8,797***	-3,282***
Posição no domicílio: cônjuge	-,1717**	-1,301**	-,4349**
Local de moradia: urbano	1,775***	14,05***	3,842***
Local de moradia: urbano-metropolitano	2,249***	17,18***	5,077***
Interação: urbano#1996	,2371***	-0,4913	-0,1039
Interação: urbano#2014	0,2339	-3,716***	-,6792*
Interação: urbano-metropolitano#1996	0,0007784	-2,057***	-,7107***
Interação: urbano-metropolitano#2014	0,2328	-3,389***	-,6607*
Região: Nordeste	-,5602***	-6,425***	-,7266***
Região: Sudeste	-0,08314	-0,7895	-0,2375
Região: Sul	,2823**	2,586***	0,4509
Região: Centro-Oeste	,4663***	2,606***	1,328***
Interação: nordeste#1996	-0,02386	2,252*	0,2513
Interação: nordeste#2014	0,1493	4,611***	0,09223
Interação: sudeste#1996	0,1011	0,3915	0,1635
Interação: sudeste#2014	,343*	1,453	0,3323
Interação: sul#1996	-0,1979	-2,346**	-,7442*
Interação: sul#2014	0,06786	-0,8302	0,01868
Interação: centro-oeste#1996	-0,06014	0,04024	-0,4223
Interação: centro-oeste#2014	-0,01345	0,816	-0,2135
Constante	14,01***	90,69***	31,93***
N	89.151	89.151	89.135
R <sup>2</sup>	0,460	0,371	0,343

Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Significância: \*\*\*  $p < 0,01$ ; \*\*  $p < 0,1$ ; \*  $p < 0,5$ .

TABELA A.3

Modelos *logit* ordinais para escolaridade absoluta II e escolaridade relativa III – Brasil

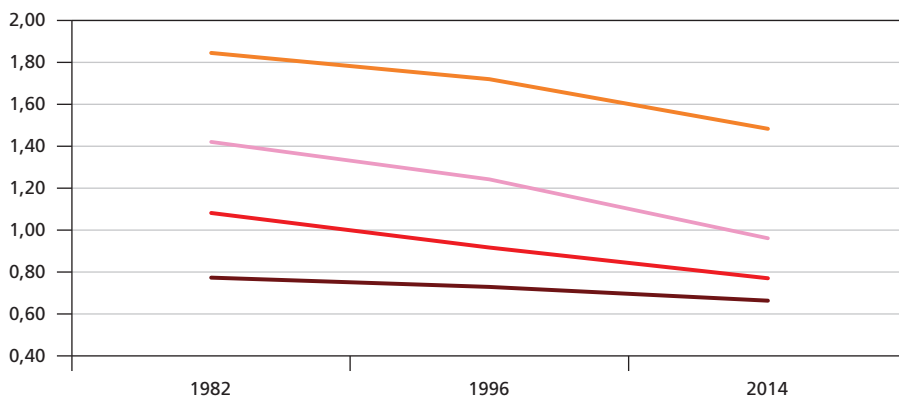
Variáveis independentes	Variáveis dependentes	
	Escolaridade absoluta II	Escolaridade relativa III
Ocupação pai: administradores e gerentes	-,9434***	-,7515***
Ocupação pai: proprietários empregadores	-1,589***	-1,334***
Ocupação pai: não manual de rotina	-2,075***	-1,579***
Ocupação pai: trabalhadores conta própria	-2,394***	-1,766***
Ocupação pai: trabalhadores manuais qualificados	-,324***	-,238***
Ocupação pai: trabalhadores manuais não qualificados	-3,824***	-2,859***
Ocupação pai: empregadores rurais	-3,438***	-2,783***
Ocupação pai: empregados rurais	-,519***	-3,908***
Ano de referência: 1996	1,264***	-,5013**
Ano de referência: 2014	1,944***	-,6369**
Interação: administradores e gerentes#1996	-,02587	-0,3811
Interação: administradores e gerentes#2014	-0,05661	-0,3884
Interação: proprietários empregadores#1996	-,03021	-,4863*
Interação: proprietários empregadores#2014	0,2714	-0,2154
Interação: não manual de rotina#1996	-,01141	-,4516*
Interação: não manual de rotina#2014	0,2326	-0,3048
Interação: trabalhadores conta própria#1996	0,323	-0,1755
Interação: trabalhadores conta própria#2014	-0,002489	-,7562**
Interação: trabalhadores manuais qualificados#1996	,4038*	-0,2943
Interação: trabalhadores manuais qualificados#2014	,8055***	-0,3009
Interação: trabalhadores manuais não qualificados#1996	,3292*	-,4074*
Interação: trabalhadores manuais não qualificados#2014	,8471***	-,4135*
Interação: empregadores rurais#1996	0,2655	-0,1205
Interação: empregadores rurais#2014	,9763*	0,3498
Interação: empregados rurais#1996	,8593***	-0,02603
Interação: empregados rurais#2014	1,672***	0,01183
Idade	-,05339***	-,04302***
Sexo: mulheres	,336***	,326***
Cor ou raça: negros	-,6537***	-,6951***
Posição no domicílio: cônjuge	-,09298**	-,07831*
Local de moradia: urbano	1,831***	1,002***
Local de moradia: urbano-metropolitano	2,09***	1,225***
Interação: urbano#1996	-,6561***	-,1177**
Interação: urbano#2014	-,8427***	0,08166
Interação: urbano-metropolitano#1996	-,7653***	-,1881***
Interação: urbano-metropolitano#2014	-,8385***	0,1402
Região: Nordeste	-,1758**	-,577***
Região: Sudeste	-0,07812	-0,0251

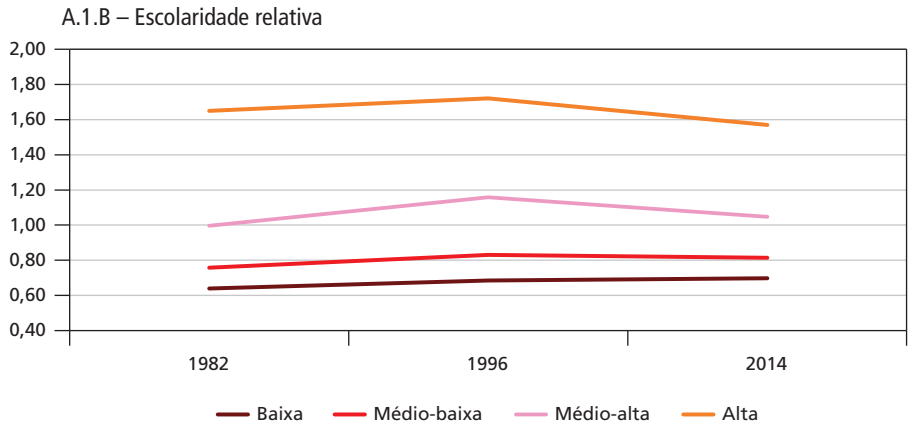
(Continua)

(Continuação)

Variáveis independentes	Variáveis dependentes	
	Escolaridade absoluta II	Escolaridade relativa III
Região: Sul	0,03953	,3076***
Região: Centro-Oeste	,4878***	,1439**
Interação: nordeste#1996	-0,08299	,2211***
Interação: nordeste#2014	0,03997	,3753***
Interação: sudeste#1996	-0,08543	0,0434
Interação: sudeste#2014	0,1224	0,1009
Interação: sul#1996	-,1846*	-,2533***
Interação: sul#2014	0,07694	-0,1924
Interação: centro-oeste#1996	-,3185***	0,02758
Interação: centro-oeste#2014	-,234*	0,05562
/cut1	-3,828***	-5,841***
/cut2	-2,457***	-4,519***
/cut3	-,5071**	-2,089***
N	89.135	89.135
Wald X <sup>2</sup>	22453,87***	19230,29***
GL	48	48

Fonte: PNAD/IBGE.

Obs.: Significância: \*\*\*  $p < 0,01$ ; \*\*  $p < 0,1$ ; \*  $p < 0,5$ .**GRÁFICO A.1****Razão da média de ISEI do nível de escolaridade sobre a média geral da população ocupada – Brasil****A.1.A – Escolaridade absoluta**



Fonte: PNAD/IBGE.





## INTERAÇÕES ENTRE ORIGEM DE CLASSE E RAÇA NA TRANSMISSÃO DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

José Alcides Figueiredo Santos<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

O estudo aborda as desigualdades de origem de classe dentro dos grupos raciais que se manifestam na transmissão intergeracional das desigualdades socioeconômicas no Brasil. As interações entre origem de classe e raça permitem observar os padrões diferenciados que emergem entre os grupos raciais nos efeitos da origem de classe. O capítulo aborda a associação total e direta entre origem de classe e renda dos filhos, as mudanças de padrões no curso do tempo, a associação direta em diferentes níveis educacionais, em estimativas condicionais aos grupos raciais, assim como a evolução temporal dos retornos da educação por raça, tanto em geral quanto por origem de classe.

Estudos já publicados investigaram a associação entre origem de classe e destino social, focalizando o acesso ao topo social e a renda dos filhos. Trabalho posterior analisou os padrões de associação por origem de classe, considerando as suas variações por gênero e níveis da distribuição da renda (Figueiredo Santos, 2019; 2020; 2021). Os estudos realizados mostram resultados convergentes nas questões fundamentais investigadas. Demonstram a persistência do efeito direto da origem social privilegiada. Confirmam a queda dos retornos da educação, porém mostram que esta tendência foi mais favorável ou menos desfavorável para a origem privilegiada. Contestam, no que diz respeito à sociedade brasileira, a hipótese do papel equalizador da educação superior nas desigualdades de origem.

Este trabalho compõe e completa uma investigação articulada dos “dois lados” dos efeitos interativos entre origem de classe e raça no destino social dos filhos, ou seja, a desigualdade racial condicional à origem de classe e a desigualdade de origem de classe condicional ao grupo racial. Em trabalho precedente foi abordado o efeito de raça condicional à origem de classe, e neste estudo está sendo focalizado o efeito da origem de classe condicional à raça (Figueiredo Santos, 2022). Os dois trabalhos compartilham as orientações substantivas e os métodos de análise,

---

1. Professor titular (aposentado) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); professor convidado do Centro de Pesquisas Sociais da UFJF; e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. *E-mail*: josealcidesf@yahoo.com.br.

para preservar o caráter articulado e complementar do conjunto, porém adotam ângulos distintos e se valem de estimativas diferenciadas, com a finalidade de agregar informação nova e não redundante ao problema em investigação. Estudo anterior sobre origem de classe e chances de vida, porém sem a desagregação por raça, serve de referência mais geral e comparativa (Figueiredo Santos, 2020).

A noção de classe social destaca a ideia geral de que o recurso ou ativo econômico que a pessoa controla determina o que ela obtém e condiciona o que ela deve fazer para conseguir o que obtém. As classes são definidas em termos de relações de propriedade e as desigualdades de resultados que se formam entre elas, segundo Roemer (1988), podem ser deduzidas da assimetria prévia na distribuição dos recursos econômicos. As divisões de classe social que emergem na sociedade capitalista, na abordagem neomarxista adotada, são constituídas por desigualdades de direitos e poderes sobre recursos produtivos ou geradores de valor que geram vantagens e desvantagens entre categorias. As divisões de classe dizem respeito aos modos como grupos e indivíduos exercem o controle da atividade de trabalho dos atores e beneficiam-se dos resultados do trabalho coordenado ou, então, obtém vantagens baseadas em reservas de oportunidades. As classes envolvem, na origem, interdependências assimétricas, ou controles excludentes, em que emergem disputas nos âmbitos das relações de produção, troca e distribuição (Wright, 1997; 2015; Tilly, 1998).

Destacado teórico e pesquisador nesse campo de estudos, Erik Wright formulou o argumento de que as tradições de abordagens de classe, notadamente a marxista, a weberiana e a convencional de estratificação social, podem ser combinadas em termos analíticos na medida em que cada uma delas, ainda que desconsidere ou subestime outras dimensões relevantes, identifica um processo chave que influencia ou condiciona a estrutura de classes na sociedade contemporânea (Wright, 2009). Neste sentido, a orientação neomarxista adotada neste estudo não implica desconsiderar a operação de processos focalizados ou destacados em abordagens diferentes.

As desigualdades de *status*, por sua vez, como as divisões de raça aqui tratadas, são baseadas em crenças culturais acerca da capacidade e do valor social dos membros de certas categorias em comparação com outras, sendo que estas distinções essenciais são usadas para organizar as relações com os outros e criar fronteiras entre as categorias sociais. As demarcações de *status* tornam-se mais efetivas e salientes na geração de desigualdades de oportunidades e recompensas entre os grupos na medida em que estão ligadas às hierarquias de poder e às assimetrias de recursos valiosos na sociedade (Ridgeway, 2014; Tilly, 1998). As divisões raciais, como categorizações de *status* social, têm sido tipicamente mobilizadas para fins de consolidação da desigualdade material e reprodução de vantagens (ou desvantagens) adicionais baseadas na diferença social (Ridgeway, 2019).

## 2 MOBILIDADE SOCIAL, INTERAÇÕES E QUESTÕES DE PESQUISA

Os estudos de mobilidade social mensuram o grau de associação que existe entre a condição socioeconômica dos pais e dos filhos. Classe social deve ser entendida como fator primário da mobilidade social no sentido de explicar por que existem desigualdades na relação intergeracional entre origem e destino social. Efeitos primários de hierarquia de classe, herança de classe e afinidade de *status* de classe explicariam, em grande parte, a formação das desigualdades nas chances relativas de mobilidade social. Os padrões absolutos de mobilidade, por sua vez, variam bastante entre países, sendo que grande parte desta variação decorre de diferenças e mudanças na forma das estruturas de classe. Além disso, existem fatores secundários relevantes que explicam variações no processo de mobilidade social ao modificar a operação dos fatores primários (Bukodi e Goldthorpe, 2021). Na trajetória da origem ao destino social as divisões de *status* social, como gênero e raça, representam importantes fatores, capazes em certo grau de modificar o efeito primário de classe.

A organização da investigação foi informada pelas interações entre origem de classe e divisões raciais. A existência de relações simétricas entre as variáveis envolvidas representa um conhecimento bem estabelecido sobre interações (Kam e Franzese Junior, 2007). Parafraseando a literatura sobre interações, isto significa que, quando o efeito de origem de classe é condicional à raça, o efeito de raça deve ser condicional à origem de classe. Uma hipótese sobre o sinal (positivo ou negativo) da relação entre a origem de classe, como variável condicional ( $Z$ ), e o efeito marginal de raça ( $X$ ), prediz que a relação entre raça, como fator condicional ( $Z$ ), e o efeito marginal de origem de classe ( $X$ ) têm o mesmo sinal. Por outro lado, ao considerar a implicação estatística subjacente às interações, pode-se dizer que qualquer relação observada entre a origem de classe e o efeito marginal de raça é sempre consistente com uma ampla variedade de maneiras pelas quais o efeito marginal da condição de classe varia com a raça e vice-versa (Berry, Golder e Milton, 2012).<sup>2</sup> As escolhas relativas à forma de abordagem e à modalidade de comparação nas interações possuem implicações que devem ser consideradas.

Na análise de mobilidade social, quando se destaca um fator atribuído ou de *status* social, como raça ou gênero, em regra geral as relações entre origem e destino são apresentadas em separado, por grupo. Este tem sido o modo padrão de tratar as diferenças de *status* em mobilidade social. Quando se aborda a desigualdade de origem de classe entre os pares de raça, a comparação está sendo feita dentro de cada grupo racial – o foco é a desigualdade de origem de classe condicional ao grupo

---

2. Efeitos marginais (ou parciais) representam uma forma de resumir o efeito da variável independente em termos das predições do modelo estatístico (Mize, 2019, p. 84). Esta variação potencial do efeito decorre do fato de que a representação do efeito marginal para  $X$  "não estabelece o sinal (positivo ou negativo) ou a magnitude do efeito marginal de  $Z$  para *qualquer* valor de  $X$ ". Isto quer dizer, então, que existem "maneiras bastante diferentes em que o efeito marginal de  $Z$  é condicional a  $X$ " (Berry, Golder e Milton, 2012, p. 656).

racial. Estão sendo observadas as diferenças de trajetórias da origem ao destino em cada grupo. Entretanto, como existem dois lados no efeito interativo, a melhor prática seria examinar ambos os lados que formam a interação (Berry, Golder e Milton, 2012; Mize, 2019).

Os estudos de mobilidade social organizam-se no espaço analítico composto por conexões diretas e indiretas entre origem social, mediação educacional e destino social. A associação total ou o efeito total capta a influência de todos os fatores que estão associados direta ou indiretamente à origem de classe – representa um indicador geral da transposição ou persistência do condicionamento de origem. O indicador serve também como uma base de comparação para situar o papel e a dimensão assumida pelos fatores mediadores ou intervenientes, notadamente a educação, na realização socioeconômica dos filhos. A associação direta (ou efeito direto) expressa o que ocorre com a associação entre origem e destino não mediada pela educação ou, colocado de outro modo, a associação socioeconômica intergeracional entre pessoas do mesmo nível educacional. A associação direta retrata o efeito líquido da origem não alterado no curso do processo de mediação educacional. De um lado, representa outro modo de aferir a força primordial da origem social que abre ou limita caminhos na trajetória dos filhos. De outro lado, presta-se a avaliar a tese do papel equalizador da educação, ou seja, a capacidade da educação adquirida, notadamente a educação superior, em autonomizar a trajetória dos filhos do condicionamento de origem. A noção do papel da educação como grande equalizador social supõe que a associação direta entre origem e destino, após controlar a realização educacional, esteja tendendo a zero no curso da sucessão das coortes (Bernardi e Ballarino, 2016).

Mobilidade social diz respeito à transmissão intergeracional das desigualdades socioeconômicas. O entendimento do regime de mobilidade social não pode ser conduzido somente ao nível agregado de todas as coortes. Os padrões de associação podem não ser os mesmos em diferentes coortes. Uma questão crítica diz respeito à caracterização do que ocorre com a associação entre origem e destino no curso dos processos de mudanças sociais.

As conexões que formam os padrões de mobilidade social, no que diz respeito ao papel da educação, são decompostas analiticamente na associação entre a origem e a realização educacional (O-E), seguida na cadeia causal pela associação entre a educação e o destino (E-D), que afere os retornos socioeconômicos da educação. O grau de desigualdade de oportunidade educacional (O-E) e o valor econômico da educação (E-D) definem o papel da educação na transmissão da herança socioeconômica (Hout, 2012). As desigualdades de origem na aquisição da educação vão ser tomadas como dadas, pois este trabalho não pretende estudar diretamente a denominada estratificação educacional, que tem sido bem investigada

no Brasil (Ribeiro e Carvalhaes, 2020). O valor econômico da educação representa um aspecto importante na definição do grau de reprodução da herança de classe no processo de mediação educacional. A redução dos retornos da educação pode comprometer parte da vantagem de origem obtida na realização educacional dos filhos. Estudos de mobilidade social indicam que a redução dos retornos da educação seria um dos principais fatores que tem favorecido um aumento de fluidez social no Brasil (Ribeiro e Carvalhaes, 2020). Nos contextos de origem de classe, os grupos raciais podem estar sendo afetados diferenciadamente por este processo. Este estudo pretende caracterizar como se comportam no tempo os retornos da educação condicionais à origem de classe e ao grupo racial. A capacidade de preservar ou não os retornos da educação pode depender mais da origem de classe e, neste processo, variar ou não em decorrência das interações entre origem, coorte, educação e raça.

A origem social no estudo foi conceituada e mensurada em termos de ativos econômicos controlados. As divisões de classe envolvem amplas desigualdades de riscos e oportunidades, notadamente de segurança, estabilidade e perspectivas econômicas, e não somente diferentes níveis de bem-estar material, que demarcam a vida em mundos econômicos bem distintos (Goldthorpe e McKnight, 2006). Na estrutura social contemporânea, os recursos, as capacidades e os ambientes de classe, nas dimensões de capital, conhecimento perito e autoridade, se qualificariam potencialmente, de diferentes modos e em diferentes graus, como fatores protetivos, impulsionadores e transponíveis nos processos de mobilidade social.

Os fatores secundários relevantes na mobilidade social, como as divisões de raça, qualificam-se pela capacidade de “criar variação no fenômeno através da modificação da operação dos fatores primários” (Bukodi e Goldthorpe, 2020, p. 12). As divisões de raça podem potencialmente afetar os fatores condutores e inibidores da mobilidade de diferentes formas. Em função da distribuição de classe na origem entre os grupos raciais, cujo impacto agregado é tanto maior quando mais desigual for esta distribuição original, os grupos raciais são afetados porque classe representa fator fundamental na trajetória em direção ao destino. Além disso, no plano da composição da origem, pode existir uma heterogeneidade interna associada à raça nas circunstâncias de classe. De modo mais específico ou direto, as divisões de raça podem influenciar a operação dos recursos, capacidades e ambientes de classe, no sentido de alterar o modo, a amplitude e o grau de conversão do que se dispõe em resultados. Por fim, ônus acrescidos devido às diferenças de *status* social podem incidir sobre fatores inibidores e constrangimentos à mobilidade social.

No tratamento das interações entre origem de classe e raça e suas consequências no processo de transmissão intergeracional das desigualdades, foram formuladas quatro questões de pesquisa orientadoras, conforme a seguir descritas.

- 1) A associação total e a associação direta entre origem de classe e recompensas de renda dos filhos, condicionais ao grupo racial, mostram-se ordenadas de modo marcante por origem de classe, porém de modo variável entre os grupos raciais?
- 2) Tem persistido ou se alterado na sucessão das coortes a associação total e a associação direta entre origem de classe e recompensas de renda dos filhos condicionais ao grupo racial?
- 3) O efeito da origem de classe na renda dos filhos, condicional ao grupo racial, é minimizado ao nível da educação superior completa e existem ponderáveis variações raciais nesta relação?
- 4) Os retornos econômicos da educação, condicionais ao grupo racial, têm aumentado ou diminuído no tempo? Estes processos têm variado nas interações com origem de classe?

### 3 MÉTODOS

A tipologia de classes empregada neste estudo foi construída em uma vertente neomarxista de controle de ativos, em que são especificados os tipos de recursos e as relações sociais correspondentes que constituiriam as divisões de classe. Além disso, a variável independente classe social, no âmbito desta orientação geral, foi delineada e mensurada de modo a captar e refletir as especificidades da estrutura social do país (Figueiredo Santos, 2005a; 2010; 2013). Utiliza-se aqui uma versão compacta desta classificação, que diferencia cinco grandes agrupamentos de classe. O topo social é formado pelas principais dimensões geradoras de vantagens de classe, isto é, a propriedade de ativos de capital, o controle de conhecimento perito e o exercício de autoridade na divisão social do trabalho. Envolve as categorias de empregadores, especialista autônomo, empregado especialista e gerente. Os empregados qualificados e os supervisores formam um segmento diferenciado no interior do trabalho assalariado, em aproximação parcial com o exercício de autoridade e a posse de qualificações escassas. São especificadas as posições de não empregadores detentores de ativos de menor valor, ou generativos de menor valor econômico. O agrupamento é composto pelas categorias de autônomo com ativos e de autônomo agrícola. Não foi possível diferenciar o autônomo agrícola precário na classe de origem, de modo que este se manteve no conjunto de controladores de pequenos ativos. O trabalhador típico representa a categoria majoritária submetida de forma estruturada aos processos conjugados de controle da atividade do agente e de apropriação dos resultados do trabalho. Por fim, diferencia-se um bloco de posições de classe destituídas de ativos por meio de processos que levam à exclusão, à insuficiência ou à depreciação de recursos geradores de valor. Compõe o agregado o trabalhador elementar, o autônomo precário, o empregado domés-

tico, o trabalhador de subsistência e o trabalhador excedente (desempregado). Na mensuração da classe de origem foi usado o critério de dominância, considerando o emprego mais elevado entre os pais. A variável raça ou cor foi usada de forma binária, diferenciando o branco e o conjunto pardo e preto. As categorias de indígena e amarelo foram excluídas da análise, visando focalizar o divisor racial fundamental no Brasil (Figueiredo Santos, 2005b). Uma desagregação do grupo pardo e preto, além disso, inviabilizaria as análises feitas por coortes, que usam de três a quatro interações simultâneas devido ao peso demográfico bem menor do subgrupo preto (9,2% na amostra analítica).

A investigação utiliza os dados do suplemento de mobilidade social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014, respondido pelo morador de 16 anos ou mais de idade selecionado aleatoriamente. A amostra analítica possui 30.328 casos com idade de 27 a 66 anos e informações válidas nas variáveis usadas nos modelos. A variável dependente do estudo é a renda de todas as fontes dos filhos. A desigualdade de recompensas por classe social de origem mostra-se maior com o uso de medidas de renda mais inclusivas (Hansen, 2001). Todos os modelos controlam por gênero, coorte, tipo de família por inserção econômica dos pais, área urbana/rural, Unidade da Federação (UF) onde o filho morava aos quinze anos e se era a mesma de hoje (migrante ou não). Como a maioria dos controles potenciais pode estar associada à origem social, os controles justificáveis seriam aqueles determinados antes de se entrar no mercado de trabalho (Hällsten, 2013, p. 667-668). As coortes são delimitadas pelo ano de nascimento e envolvem as consequências sociais de nascer em tempos diferentes (Glenn, 2007, p. 52). As quatro coortes usam intervalos de dez anos que diferenciam os indivíduos nascidos nos anos de 1948-1957, 1958-1967, 1968-1977 e 1978-1987. A educação distingue as principais transições educacionais: sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Na análise da associação intergeracional por níveis educacionais, estes foram agregados em três categorias (médio incompleto, fundamental ou menos; médio completo ou superior incompleto; superior completo), visando captar efeitos interativos mais precisos. Na análise dos retornos de renda da educação por origem de classe foi necessário usar uma variável binária, formada pela educação média completa ou mais *versus* nível inferior. A variável área diferencia se o filho morava em zona urbana ou rural quando tinha quinze anos. Os tipos de família distinguem, no mesmo critério, as circunstâncias em que ambos os pais trabalhavam, somente o pai, somente a mãe ou nenhum dos pais trabalhava. Embora o tipo de família possa ser um condicionamento relevante na trajetória social, como apontado por Ribeiro (2020), as diferenças raciais são pouco afetadas pelo controle da variável na forma aditiva.



Os efeitos foram estimados sob a forma de médias preditas e diferenças proporcionais na renda com um modelo linear generalizado (*generalized linear model*), usando uma distribuição *gamma* e uma função de ligação logarítmica (Hardin e Hilbe, 2018). As estatísticas *Akaike information criterion* (AIC) e *Bayesian information criterion* (BIC) confirmaram que este modelo oferece melhor ajuste. As diferenças proporcionais são baseadas em semielasticidade, que é um híbrido de efeitos marginais (ou parciais), e elasticidade, e mede a mudança no logaritmo do resultado (*Y*) associada à mudança de uma unidade em *X* (Cameron e Trivedi, 2009, p. 335). As estimativas de semielasticidade ou mudança proporcional foram realizadas pelo comando *margins* do Stata com a opção *eydx*, e depois transformadas em gráficos pelo *marginsplot*. Nas variáveis independentes categóricas, o efeito é computado como uma mudança discreta em relação à categoria de referência. As medidas baseadas em métrica logarítmica, ao contrário das medidas de diferenças absolutas, oferecem a vantagem de não serem influenciadas pelas diferenças de rendas médias associadas aos perfis heterogêneos de idade-ganhos das coortes (Torche, 2015). A conversão da métrica logarítmica em diferença percentual implica calcular o exponencial do valor aplicando a fórmula:  $[\exp(Y) - 1] * 100$ . As duas escalas divergem crescentemente na medida em que o resultado em logaritmo aumenta. No texto, os resultados vão ser citados na métrica logarítmica, visto que os valores dos gráficos estão nesta escala mais comprimida.

O comando de pós-estimação *margins*, criado para o ambiente do Stata, foi usado adicionalmente para testar as diferenças ou mudanças de efeitos no tempo e entre situações (Long e Freese, 2014). As diferenças entre coortes ou entre situações específicas nas diferenças raciais representam diferenças de segunda ordem. Um teste de diferenças de segunda ordem (*second differences*) avalia se as diferenças de primeira ordem são iguais (Mize, 2019, p. 87). Na avaliação das diferenças, foi levado em consideração que a significância estatística está associada, em cada situação específica, ao número de casos e à força do efeito, pois um efeito mais forte tende a demandar menos casos, além da variabilidade dos dados. Por outro lado, ao ser incorporada a opção subpopulação do comando *svy* do Stata para amostras complexas, como foi feito neste trabalho, são usadas informações da subpopulação (amostra analítica) no cálculo das estimativas, porém são agregados os demais casos no cálculo dos erros padrões, em respeito ao desenho amostral. Foram feitas, em situações mais complexas, interpretações abrangentes dos resultados, que consideram, conjuntamente, a força das diferenças, os *p-values* (p) e os intervalos de confiança (IC).<sup>3</sup>

As estimativas de rendas preditas na tabela 1, além do que revelam sobre as hierarquias de classe e raça, servem para situar os patamares (desiguais) de renda

3. Existe uma literatura crítica extensa sobre o uso de *p-values*, em particular, como critério supremo ou exclusivo de validação estatística das estimativas. Eles representariam a “ficção popular” da inferência estatística, “rasa, mas não completamente sem mérito”; a forma “mais popular e menos respeitável” de olhar para dados e modelos (Senn, 2018, p. 1853). “Interpretação correta e cuidadosa dos testes estatísticos exige o exame dos tamanhos das estimativas de efeito e limites de confiança, bem como valores *P* precisos” (Greenland *et al.*, 2016, p. 347).

subjacentes aos efeitos das origens de classe condicionais à raça. Em todos os gráficos vão ser estimadas discrepâncias proporcionais. Na análise dos resultados não se deve esquecer que elas envolvem naturalmente padrões absolutos de renda diferentes por origem de classe e raça.

#### 4 RESULTADOS E ANÁLISES DAS QUESTÕES DE PESQUISA

*Questão 1: A associação total e a associação direta entre origem de classe e recompensas de renda dos filhos, condicionais ao grupo racial, mostram-se ordenadas de modo marcante por origem de classe, porém de modo variável entre os grupos raciais?*

A tabela 1 apresenta as estimativas necessárias à análise da questão de pesquisa. As estimativas se baseiam em interações entre origem de classe, coorte e raça para o efeito total, mais os controles, com o acréscimo de uma quarta interação com a educação para o efeito direto. A renda predita total, ajustada por controles, como esperado, confirma a existência de um ordenamento marcante da renda dos filhos por origem de classe. Os efeitos de origem são maiores em termos absolutos e relativos na medida em que existem vantagens de origem social em ativos de capital, exercício de autoridade e ativos de qualificação escassa. Na origem de trabalhador típico e destituído os efeitos são claramente menores. O ordenamento de classe é muito semelhante em ambos os grupos raciais, exceto em relação aos controladores de pequenos ativos, pois no grupo pardo e preto a renda predita fica inferior à do trabalhador típico. Como não foi possível distinguir na origem os agricultores precários, que ficaram neste agrupamento, pode ser que no grupo pardo e preto existam, na origem social, mais situações deste tipo e, além disso, mais casos de posse de ativos de capital de menor valor, que estejam diferenciando internamente o grupo ocupacional na área não agrícola.

TABELA 1

**Renda predita de todas as fontes, em reais, por origem de classe e raça, efeito total e direto – Brasil**

Critério	Topo social	Qualificado/ supervisor	Pequenos ativos	Trabalhador	Destituído
<b>Efeito total branco (R\$)</b>	<b>4.583</b>	<b>3.227</b>	<b>2.063</b>	<b>1.995</b>	<b>1.647</b>
Efeito direto branco (R\$)	2.739	2.264	1.953	1.890	1.799
Efeito direto branco (%)	59,8	70,2	94,7	94,7	109,3
<b>Efeito total pardo e preto (R\$)</b>	<b>2.911</b>	<b>2.058</b>	<b>1.452</b>	<b>1.600</b>	<b>1.286</b>
Efeito direto pardo e preto (R\$)	2.279	1.834	1.700	1.717	1.579
Efeito direto pardo e preto (%)	78,3	89,1	117,1	107,3	122,8

Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração original e resultado gerado pelo autor.

Obs.: No cálculo percentual, os valores originais não foram arredondados.

A comparação racial revela que em todas as origens de classe a renda dos filhos do grupo branco é maior. O prêmio de origem de classe vantajosa é maior para o grupo branco, assim como ônus de origem desvantajosa é maior para o grupo pardo e preto. As diferenças a favor do grupo branco são maiores em termos absolutos e relativos quando há vantagens de origens a transmitir.

A renda predita direta, com o controle da educação, representa a renda esperada quando se remove do efeito total a aquisição educacional por origem de classe e a mudança da renda sob o efeito da educação. Em um modelo de regressão, quando se controla uma vantagem, a renda predita da categoria diminui, e quando se controla uma desvantagem, a renda predita cresce. Como a origem de classe afeta a realização educacional, isto significa que do efeito total estão sendo removidas as vantagens e desvantagens educacionais, associadas à origem, que afetam a renda dos filhos. O efeito direto ou líquido da origem de classe representa a parte do efeito total que independe da educação e de seus efeitos na renda. O efeito direto, então, além de não ter a mesma força, não tem o mesmo sentido e direção, pois a implicação do controle da educação depende da origem de classe. A interpretação do montante ou da força do efeito direto deve ser, portanto, condicional à origem de classe. Nas origens no topo social e em empregado qualificado, o montante do efeito direto mostra que a mediação educacional não absorve ou esgota grande parte do potencial de vantagens dado pela origem. Nas origens em trabalhador típico e destituído, o montante do efeito direto revela, de forma contrafactual, qual seria a renda esperada, dado o valor econômico da educação, se a origem não tolhesse ou rebaixasse a trajetória educacional dos filhos. A comparação entre os dois resultados opostos apresenta uma informação reveladora adicional. O resultado mostra ou ilustra de um modo simples que o processo global de mediação educacional, envolvendo tanto a distribuição da educação quanto o valor econômico da educação, no agregado das coortes, mesmo se ele fosse neutro nas suas conexões com a origem e o destino social, não seria suficiente para equiparar a renda dos filhos procedentes de origens de classe marcadamente desiguais. Ao remover a vantagem educacional da origem no topo social e a desvantagem educacional do trabalhador típico, assim como o valor econômico médio da educação para cada origem, no agregado das coortes, ainda assim a renda do filho de origem privilegiada seria 45% superior no grupo branco, e 33% a mais no grupo pardo e preto. Além disso, o privilégio de origem, sem depender do papel da educação, gera benefícios distintos a depender do grupo racial, como o registro demonstra.

O contraste entre efeito total e efeito direto tem uma importância teórica e empírica especial. Representa um primeiro teste, ao nível agregado, da capacidade ou não da educação de reduzir a força autônoma do condicionamento de origem. Na origem no topo social, no grupo pardo e preto, o efeito direto corresponde a 78,3% do efeito total, e em empregado qualificado, a 89,1%. No grupo branco o efeito é

claramente majoritário, respectivamente de 59,8% e 70,2%. Existe uma força da origem de classe que se impõe em ambos os grupos raciais. O fato de o efeito direto ser menos forte no grupo branco indica que nele a mediação educacional, embora não seja majoritária, é mais importante. A menor vantagem educacional do grupo pardo e preto nestas duas origens talvez explique o padrão encontrado. Tendo vantagem de origem, ainda assim ele pode contar menos com a mediação educacional, pois os filhos convertem menos a vantagem de origem em realização educacional. Este mesmo processo contribui simultaneamente para que a renda predita total seja menor. Este padrão está sendo observado ao nível agregado de todas as coortes. Mudanças temporais na sucessão das coortes vão ser tratadas mais adiante.

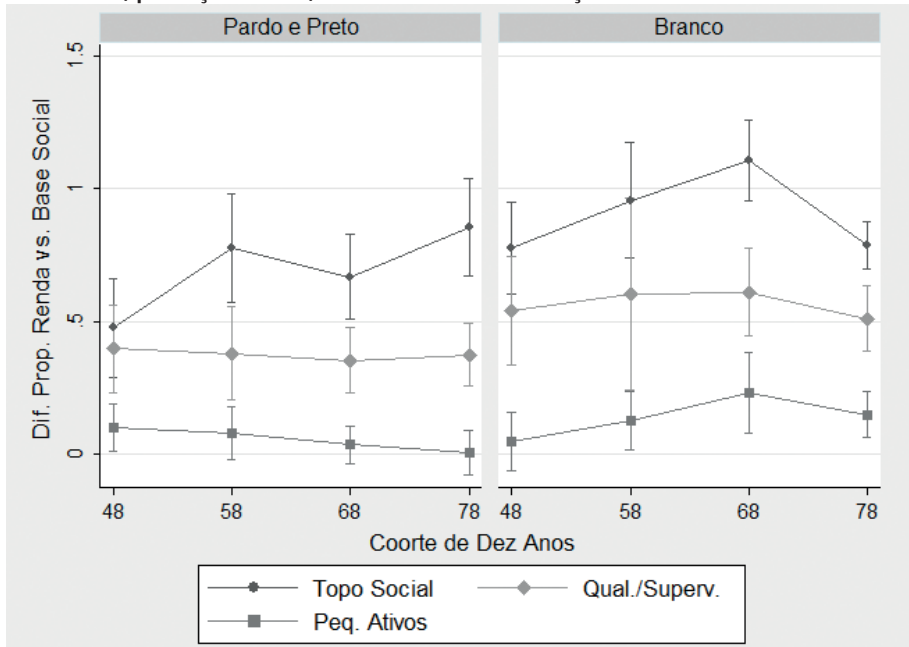
Nas demais origens de classe o efeito total é suplantado pelo efeito direto ou fica bem próximo dele. O resultado observado representa o desdobramento de um processo de “mediação negativa” ou “mediação às avessas” da educação, como foi chamado em trabalhos anteriores (Figueiredo Santos, 2019; 2020). O resultado observado reflete então, em particular, a desvantagem na aquisição da educação, vindo de origens abaixo do topo social e de empregado qualificado, além de alguma desvantagem adicional na conversão da educação em melhor renda para os filhos. Parece revelador o fato de esta “mediação negativa” ser mais acentuada no grupo pardo e preto. O grupo tem mais a perder da mediação educacional. Teria, então, simetricamente, mais a compensar em uma remoção desta desigualdade educacional. Entretanto, ao se compararem os valores absolutos da renda predita, vê-se que, ainda assim, eles ficam abaixo do grupo branco se fosse suprimida a discrepância educacional.

*Questão 2: Tem persistido ou se alterado, na sucessão das coortes, a associação total e a associação direta entre origem de classe e recompensas de renda dos filhos condicionais ao grupo racial?*

Nas estimativas de mudanças do efeito total (gráfico 1) foram introduzidas interações entre origem de classe, coorte e raça. No efeito de origem o contraste é feito com a base social formada pela agregação de trabalhador típico e destituído. A comparação é amplamente representativa por ser composta dos dois agrupamentos de maior peso demográfico, tanto na origem quanto no destino, além de abarcar trabalhadores em melhores circunstâncias na origem.

## GRÁFICO 1

Diferença proporcional de renda (efeito total) da origem de classe em relação à base social, por raça e coorte, com intervalo de confiança de 95%



Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No grupo branco, a vantagem da origem no topo social cresceu nas coortes intermediárias e revela uma equiparação entre a primeira e a última coorte. O grupo pardo e preto revela uma tendência ascendente, em parte, decorrente do patamar inferior em que se encontrava na primeira coorte. Para os dois grupos, então, não se coloca uma tendência de enfraquecimento do efeito total da origem.

Na comparação racial, a vantagem do grupo branco com origem no topo social atinge o seu ponto máximo na penúltima coorte, porém o grupo pardo e preto passa a ostentar na coorte mais recente uma pequena vantagem racial sem significância estatística. Não é certo, então, que ainda persista uma diferença entre ambos, partindo-se desta origem privilegiada. As diferenças raciais consideradas são diferenças de segunda ordem, ou seja, relativas às diferenças de primeira ordem entre a origem de classe assinalada (topo social) e a origem na categoria de referência no contraste (agregado de origem em trabalhador típico e destituído). Estão sendo observadas basicamente se existem diferenças raciais nas desigualdades de origem de classe social. Existem diferenças raciais de primeira ordem em todas as origens de classe, como mostrou a tabela 1.

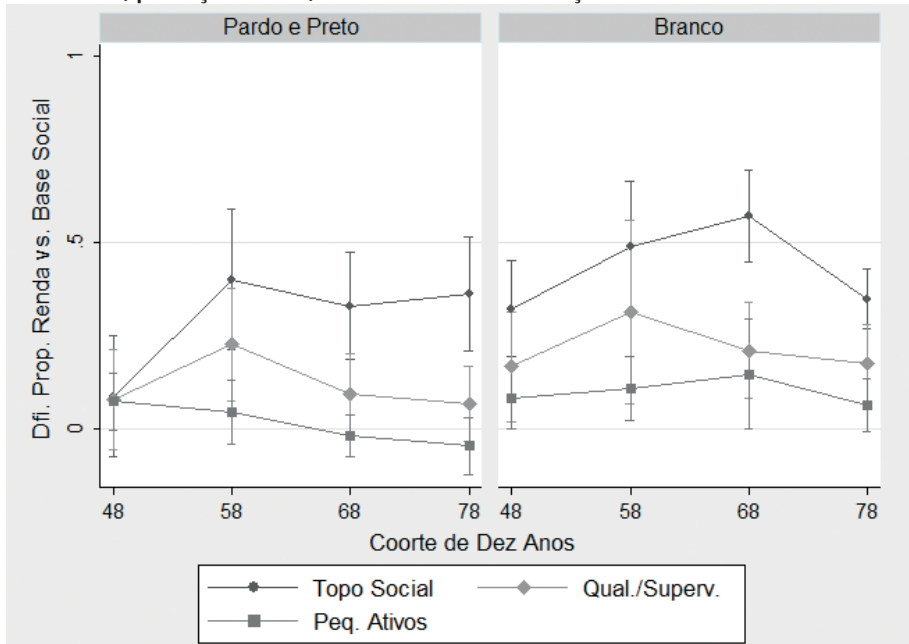
Na origem de empregado qualificado existe uma estabilidade na vantagem de origem de classe no curso do tempo, compartilhada pelos dois grupos raciais. Esta estabilidade teria beneficiado mais o grupo branco no curso do tempo. Na coorte mais recente a diferença a favor do grupo branco, de 0,137, não se mostra estatisticamente significativa ( $p = 0,113$ ), mas o intervalo de confiança se inclina expressivamente no sentido positivo.

Na origem de pequenos ativos o grupo branco mostra vantagens pontuais em três coortes, exceto na primeira, que persistem até a coorte mais recente. No grupo pardo e preto inexistem vantagens pontuais em três coortes, exceto na primeira, situação que se mantém inalterada no curso do tempo. Como consequência, a vantagem de origem de classe do grupo branco prevalece sobre o pardo e preto a partir da segunda coorte.

As discrepâncias de origem de classe condicionais à raça podem estar sendo influenciadas pelo controle da UF em que o filho morava. Estimativa especial à parte, sem o controle desta variável, mostra que na origem em empregado qualificado existe uma vantagem proporcional a favor do branco de 0,191, e na origem em pequenos ativos, de 0,196. Na origem no topo, a pequena vantagem do grupo pardo e preto continua sem significância estatística. Existe uma associação ou continuidade temporal entre a localização territorial passada e posterior ao ingresso na atividade de trabalho. Os dados mostram de fato que 86% dos filhos da amostra analítica moram na UF em que moravam aos 15 anos de idade. Existe um padrão histórico de distribuição geográfica desigual dos grupos raciais no Brasil, que contribui de forma significativa para a desigualdade racial, vinculada à geografia pregressa da escravidão, à migração europeia e à história reprodutiva da população (Hasenbalg, Silva e Lima, 1999). Região representa um importante fator interveniente na desigualdade racial no Brasil, devido em particular à concentração dos pardos, de enorme importância demográfica, nos estados menos desenvolvidos e nas regiões rurais, e a concentração dos brancos nas regiões mais desenvolvidas, com reflexos nas rendas médias dos grupos raciais. No Brasil grande parte da distância racial de renda se mostra intermediada pela condição de classe, educação e região geográfica (Figueiredo Santos, 2005b). Embora a estimativa do efeito independente e intrínseco de raça na trajetória social – como algo distinto da situação pregressa, anterior ao ingresso no mercado de trabalho – coloque a pertinência do controle como orientação geral, existe no Brasil uma conexão histórica entre raça e distribuição no território, que deve ser ponderada. O controle da UF faz com que a situação do grupo pardo e preto pareça melhor, assim como a do branco pareça pior, do que seriam considerando-se a desigualdade racial de base territorial.

## GRÁFICO 2

Diferença proporcional de renda (efeito direto) da origem de classe em relação à base social, por raça e coorte, com intervalo de confiança de 95%



Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Nas estimativas de mudanças do efeito direto, foram introduzidas interações entre origem de classe, coorte e raça. O gráfico 2 revela a discrepância racial no efeito direto da origem após controlar a realização educacional dos filhos. Como visto antes, a mediação educacional não tem o mesmo sentido e implicação nas diversas origens. Nas origens no topo social e em empregado qualificado, a educação representa um transmissor de vantagens de origem e este processo é mais forte no grupo branco. Por outro lado, no grupo pardo e preto se acentua a mediação educacional negativa típica das categorias de pequenos ativos, trabalhador e desituído, o que faz com que o efeito direto suplante o efeito total. Nas origens em que as estimativas removem a influência da desvantagem educacional, amplifica-se automaticamente o efeito direto de origem. Isto afeta mais o grupo pardo e preto, com maior desvantagem educacional.

No grupo branco, o efeito direto da origem no topo social pouco se altera entre a primeira e a última coorte. Nas coortes intermediárias, com ênfase na penúltima coorte, ele tinha ficado mais forte. Esta origem mantém a sua vantagem

praticamente intocada. No grupo pardo e preto, um fato marcante é a ausência de diferença de origem de classe no efeito direto na primeira coorte. Em função deste patamar inicial rebaixado, a alteração entre a primeira e a última coorte fica marcante e estatisticamente significativa. A diferença pequena no efeito total na primeira coorte seria, então, toda mediada pela educação. Esta situação se altera a partir da segunda coorte, quando o efeito direto fica menos distanciado do padrão do grupo branco. A vantagem do grupo branco atinge o seu ponto máximo na penúltima coorte. Entretanto, na mudança para a última coorte, ocorre queda marcante no grupo branco, o que faz com que a diferença entre o grupo branco e o pardo e preto se torne pequena e incerta.

Na origem de empregado qualificado no grupo branco, mantém-se, no curso do tempo, uma vantagem de origem, com flutuações para mais nas coortes intermediárias. No grupo pardo e preto, inexistem diferenças de origem estatisticamente significativas na primeira e última coorte. Isto significa que as diferenças apreciáveis registradas no efeito total são claramente mediadas pela educação. O efeito direto de origem do grupo branco se sobrepõe ao registrado no grupo pardo e preto na última coorte. Embora esta diferença (0,106) não se mostre estatisticamente significativa ( $p = 0,154$ ), o intervalo de confiança pende claramente na direção do valor positivo. Sem o controle da UF, a diferença aumenta (0,150) e praticamente adquire significância estatística ( $p = 0,054$ ).

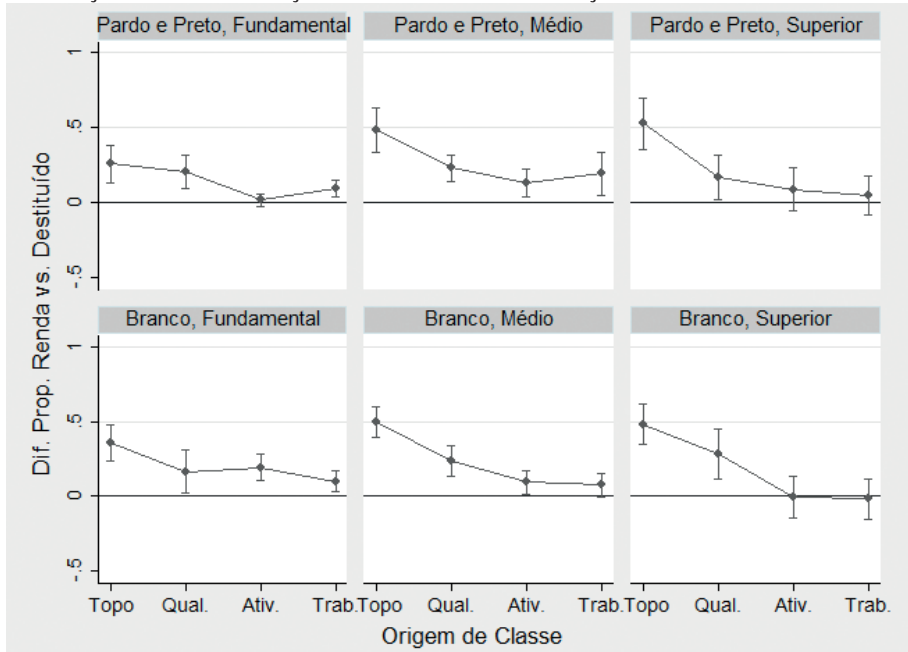
Na origem de pequenos ativos no grupo branco, as vantagens são reduzidas, e em três coortes ficam perto, para mais, do limite da significância estatística convencional. Os efeitos totais positivos em três das quatro coortes, mostrados no gráfico 1, revelam-se dependentes da mediação educacional. No grupo pardo e preto, a diferença no efeito direto desaparece a partir da segunda coorte, sendo que o próprio efeito total é também inconsistente. O processo constatado independe do papel da educação, que está sendo estatisticamente controlada. Somente o grupo branco, então, parece sustentar certa vantagem direta de origem.

*Questão 3: O efeito da origem de classe na renda dos filhos, condicional ao grupo racial, é minimizado ao nível da educação superior completa, e existem variações raciais ponderáveis nesta relação?*



## GRÁFICO 3

Diferença proporcional de renda da origem de classe em relação ao destituído, por raça e níveis de educação, com intervalo de confiança de 95%



Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O gráfico 3 mostra as discrepâncias de origem de classe condicionais ao nível educacional e ao grupo racial que emergem das interações entre estas variáveis. A posse de curso superior completo está associada a vantagens mais elevadas para quem tem origem no topo social, em relação à base destituída, para os dois grupos raciais. A vantagem desta origem é de 0,481 no grupo branco e de 0,528 no grupo pardo e preto. As diferenças de segunda ordem, nestas estimativas, representam as diferenças entre os grupos raciais e entre os níveis educacionais em relação às diferenças de primeira ordem de origem de classe. Ocorre, na origem no topo social com educação superior, uma pequena diferença a favor do grupo pardo e preto, que não é estatisticamente significativa, em um resultado que independe do controle ou não da UF. No grupo pardo e preto, a diferença entre superior completo *versus* fundamental nas diferenças de origem de classe é estatisticamente significativa. No grupo branco, esta mesma diferença, embora seja apreciável (0,127), não é significativa ( $p = 0,157$ ). Nos dois grupos raciais, a educação superior completa não representa uma força equalizadora do efeito da origem privilegiada.

A observação do que ocorre com o efeito da origem de classe no nível fundamental presta-se a aferir a ocorrência de vantagem compensatória. A noção de “vantagem compensatória” destaca a capacidade da origem privilegiada de afetar o destino quando a mediação educacional fracassa (Bernardi e Ballarino, 2016). As estimativas pontuais demonstram que a origem no topo social protege a renda de quem fracassa na aquisição educacional vindo desta origem. A vantagem de origem de classe neste nível educacional é de 0,354 no grupo branco e de 0,258 no grupo pardo e preto. Esta diferença de segunda ordem a favor do branco (0,096), no entanto, não adquire significância estatística ( $p = 0,271$ ). A força da vantagem compensatória no grupo branco, por outro lado, parece fazer com que as diferenças de segunda ordem entre níveis educacionais percam significância estatística. Assim como aconteceu no contraste com o superior completo, a diferença entre médio completo e fundamental (0,140) não atinge significância estatística convencional ( $p = 0,076$ ). O efeito da origem privilegiada parece equiparar o efeito da educação no grupo branco, ou seja, ocorreria o inverso da tese da equalização da educação sobre a origem. No grupo pardo e preto, as diferenças educacionais ficam basicamente aproximadas.

Na origem de empregado qualificado, a discrepância de origem de classe, em quem possui educação superior, é maior no grupo branco (0,287) e menor no grupo pardo e preto (0,165). As diferenças entre níveis educacionais favorecem o superior completo no grupo branco e o nível fundamental no grupo pardo e preto. Estas diferenças de segunda ordem ao nível de raça e educação, no entanto, não são estatisticamente significativas. Os efeitos de origem estão relativamente próximos ou indistintos entre os diferentes níveis educacionais em ambos os grupos raciais. A educação superior não se releva uma força equalizadora da desigualdade de origem.

Na origem de pequenos ativos, as diferenças de classe desaparecem em quem adquire superior completo nos dois grupos raciais. Por outro lado, as diferenças de classe são mais fortes no grupo branco com educação fundamental (0,193) e no grupo pardo e preto com educação média (0,130). A equalização da educação superior ocorre basicamente quando as diferenças de origem são menores.

Na origem de trabalhador típico, a educação superior remove também as diferenças mais modestas de origem de classe. Por outro lado, as diferenças de classe são mais fortes no grupo branco com educação fundamental (0,101) e no grupo pardo e preto com educação média (0,193). Como regra, o efeito de origem persiste em um contexto de equalização educacional abaixo do superior completo, ou seja, em níveis educacionais mais acessíveis a partir destas origens contrastadas. Isto significa que na grande maioria das situações – com enorme impacto populacional, mesmo quando as diferenças de origem de classe são menores – os níveis educacionais mais frequentemente atingidos são inefcazes em promover equalização.

O que foi observado ao nível do curso superior completo, no agregado das coortes, pode ter sido alterado na última coorte. Estimativa especial à parte para a coorte mais recente mostra que, no grupo branco, a vantagem da origem no topo social, em relação ao destituído, é maior no nível médio (0,513), seguido pelo superior completo (0,458) e o fundamental (0,358). As diferenças pontuais são pronunciadas e estatisticamente significativas, porém as diferenças de segunda ordem entre elas não são. Na coorte mais recente, a educação superior completa não anula nem reduz o efeito da origem. Quando se vem de origem privilegiada, mantém-se uma inegável vantagem compensatória de quem obtém uma realização educacional mais baixa.

No grupo pardo e preto, a vantagem da origem no topo social, em relação ao destituído, é maior no superior completo (0,594), seguido pelo médio completo (0,443) e o fundamental completo (0,298). Os efeitos pontuais são fortes e estatisticamente significativos. Entretanto, as diferenças de segunda ordem entre grupos raciais e níveis educacionais no mesmo grupo racial não são estatisticamente significativas. A diferença de efeitos entre educação superior e fundamental é mais alta (0,296) e fica menos distante da significância estatística convencional ( $p = 0,093$ ). No grupo pardo e preto também não existe suporte para a ideia de neutralização do condicionamento de origem, e existe evidência de vantagem compensatória.

*Questão 4: Os retornos econômicos da educação, condicionais ao grupo racial, têm aumentado ou diminuído no tempo, e estes processos têm variado nas interações com origem de classe?*

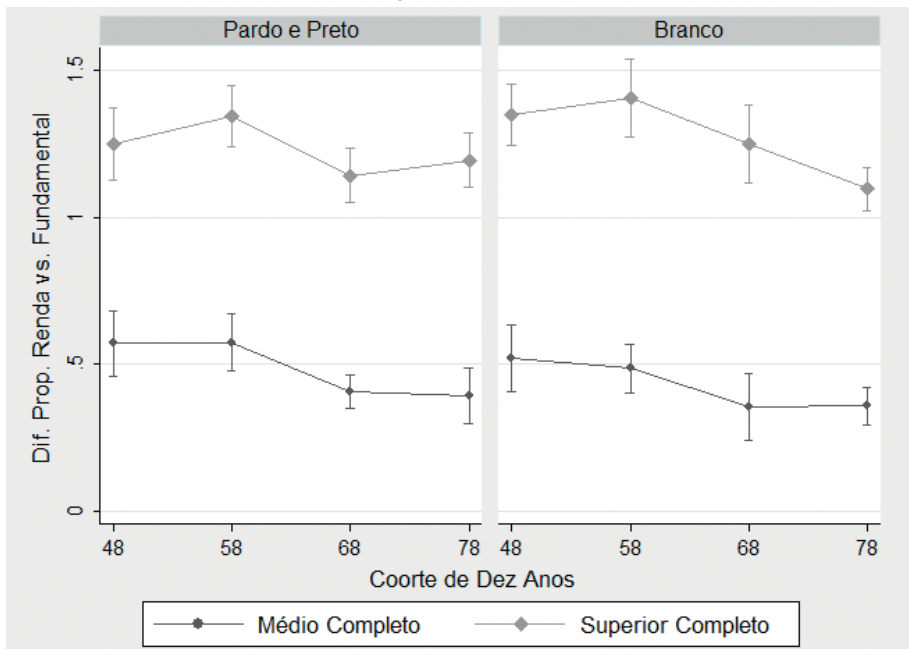
Os retornos econômicos da educação estão sendo estimados no gráfico 4 ao nível do superior completo e do médio completo, em relação ao fundamental completo. No modelo estatístico, foram introduzidas interações entre coorte, educação e raça. A origem de classe foi adicionada como controle para dissociar os retornos da educação do efeito de origem. Todas as estimativas pontuais são estatisticamente significativas.

Como mostra o desenho do gráfico, os contrastes nos retornos educacionais estão sendo feitos em separado para cada grupo racial, ou seja, representam discrepâncias entre os pares do grupo racial. O fato de os retornos da educação superior completa serem maiores em um grupo quer dizer que as discrepâncias entre níveis educacionais são maiores nele. Em geral, as rendas médias previstas são maiores no grupo branco nos diferentes níveis educacionais. Os retornos da educação por grupo social, no entanto, como sinaliza a expressão, dizem respeito mais ao fato de a recompensa ou prêmio de ter mais educação ser maior ou menor no grupo. Os retornos da educação representam importantes fatores *transmissores* das desigualdades socioeconômicas entre gerações.

A vantagem do nível educacional mais elevado é relativamente próxima entre o grupo branco e o grupo pardo e preto, mas varia de coorte para coorte, de modo que a diferença se alterna para mais ou menos a favor de um grupo. Em ambos os grupos, a vantagem na última coorte é menor do que na primeira coorte. A tendência temporal de queda vem desde a coorte de 1968-1977. A redução na vantagem da educação média tem significância estatística e patamar praticamente equivalente para os dois grupos. A queda da vantagem do superior completo (-0,255) na sucessão das coortes é mais forte e mostra significância estatística somente para o grupo branco.

**GRÁFICO 4**

**Diferença proporcional de renda em relação do fundamental completo, por raça e coorte, com intervalo de confiança de 95%**



Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

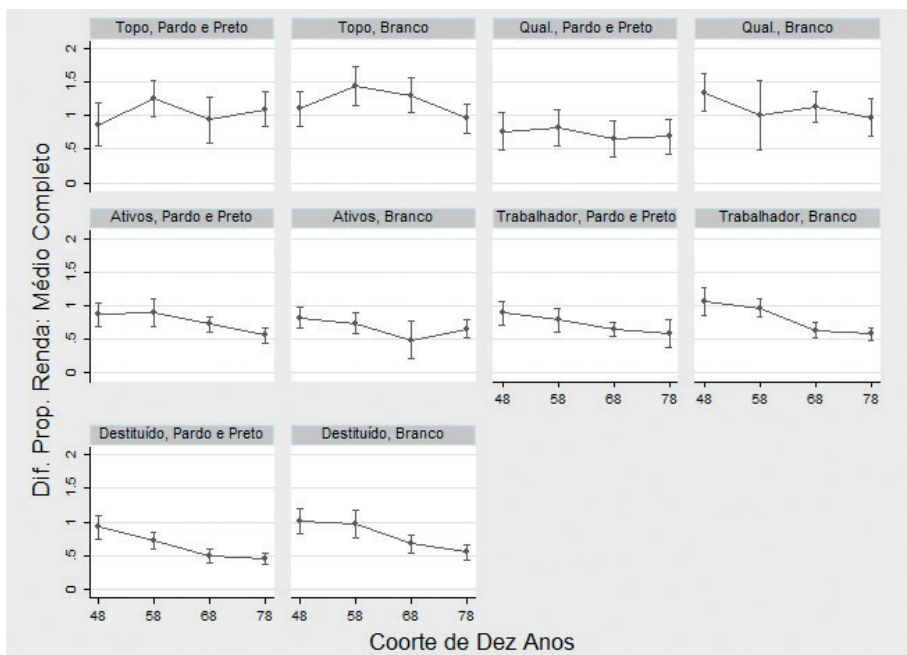
Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Os retornos da educação superior na coorte mais recente mostram uma diferença a favor do grupo pardo e preto, de nível relevante (0,098), que estaria perto de atingir significância estatística convencional ( $p = 0,089$ ). Na primeira coorte, a diferença estava em um nível similar (0,102), embora a favor do grupo branco e mais distante da significância estatística ( $p = 0,205$ ), provavelmente devido ao menor número de casos da primeira coorte. Isto significa que as flutuações nos

efeitos não mudaram muito o quadro do passado de aparente equivalência nos padrões de retornos dentro de cada grupo. Os resultados encontrados não são afetados quando se retiram os controles da UF e da origem de classe. Os retornos da educação superior completa continuam elevados para os dois grupos em comparação aos demais níveis.

### GRÁFICO 5

**Diferença proporcional de renda a favor do médio completo ou mais, versus nível inferior, por origem de classe, raça e coorte, com intervalo de confiança de 95%**



Fonte: Microdados da PNAD 2014.

Elaboração do autor.

Obs.: Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

As interações entre origem de classe e raça representam o interesse e a orientação central do estudo. Os padrões de retornos da educação, entre os grupos raciais, ao nível geral ou médio, podem encobrir ou ofuscar diferenças ou variações importantes que dependem da origem de classe. Foram introduzidas, como etapa analítica final, interações simultâneas de quatro níveis entre as variáveis de origem de classe, raça, educação e coorte. No gráfico 5, são estimados os retornos da educação

média completa ou mais em relação ao conjunto educacional inferior.<sup>4</sup> Com este recorte educacional todas as estimativas pontuais são estatisticamente significativas. Os problemas de significância e precisão das estimativas naturalmente afetam com mais força as estimativas de diferenças ou mudanças temporais e entre situações. Em casos específicos, a serem ponderados, pode-se priorizar uma interpretação mais abrangente, sem se ficar restrito ao critério convencional de significância estatística (*p-value*). As diferenças de retornos da educação condicionais à origem de classe representam diferenças de *primeira ordem* entre níveis educacionais e, por sua vez, as diferenças raciais calculadas depois são *diferenças de segunda ordem*, ou seja, *diferenças entre diferenças*.

Ao se analisar uma variável, existe a distinção a ser considerada entre uma medida de diferença (ou mudança) absoluta e de diferença relativa. Uma mudança absoluta ignora o nível a partir do qual a mudança ocorre, ao passo que uma mudança relativa mede a mudança como uma proporção ou porcentagem a partir do nível inicial. Nas medidas absolutas, a diferença ou mudança de renda é tratada como um valor ou impacto aferido do mesmo modo em todos os níveis de renda. O uso, nesta investigação, da variável dependente renda em uma escala logarítmica representa um “meio efetivo de mensurar mudança relativa em uma variável” (Pampel, 2000, p. 74).<sup>5</sup> A transformação logarítmica altera a posição relativa e o tamanho das distâncias – porém não o seu ordenamento – ao colocar todos os casos em uma escala similarmente significativa, como um foco em diferenças percentuais (*op. cit.*, p. 76). As diferenças ou mudanças relativas se tornam mais comparáveis entre grupos ou condições dadas, como as origens de classe, os grupos raciais e as coortes, já que não são afetadas pelo valor absoluto de partida ou de base no processo de comparação. Neste sentido, as diferenças ou mudanças relativas podem ser vistas como mais adequadas para a abordagem das causas ou origens de um fenômeno (Shaw *et al.*, 2007).

Na origem no topo social os retornos da educação são marcantes para ambos os grupos, mas parecem estar em queda dentro do branco (-0,146) e em elevação dentro do pardo e preto (+0,230). Não são estatisticamente significativas, no entanto, estas mudanças entre a primeira e a última coorte, assim como o consequente retorno menor dentro do grupo branco na última coorte (-0,140), em comparação ao pardo e preto. Tudo indica que a ausência de significância estatística das alterações temporais reflita uma situação de insuficiência de casos.

4. Esta solução binária foi escolhida em função particularmente do uso destas quatro interações. Esta escolha não seria a opção mais satisfatória para analisar a origem no topo social, porém ocorre justamente que nesta origem mais seletiva, ao ser feito o cruzamento com raça, curso superior completo e coorte, o problema de insuficiência de casos ficaria ainda mais crítico na primeira coorte.

5. As estimativas de diferenças proporcionais, como ponderado na parte de métodos, foram aplicadas em todo o estudo, visando evitar que a comparação temporal na análise de coortes fosse distorcida em função dos perfis heterogêneos de idade-ganhos das coortes (Torche, 2015).

Em uma interpretação abrangente, talvez seja apropriado acolher esta tendência interna ao grupo pardo e preto, cujo grau de incerteza é compreensível. A ausência de significância estatística da diferença racial na última coorte, em que não existe insuficiência de casos, significa que os retornos dentro de cada grupo e entre os grupos são equivalentes.<sup>6</sup>

Ao se usar um recorte educacional mais ajustado à origem no topo social, em que o nível educacional adquirido pelos filhos é tipicamente mais elevado, em estimativa especial à parte, constata-se na coorte mais recente que os retornos da educação superior completa (*versus* demais níveis abaixo) atingem 1,13 no grupo pardo e preto, e 0,77 no grupo branco. Ocorre uma diferença expressiva (-0,363 em *log*; -30,4% na conversão), estatisticamente significativa ( $p = 0,028$ ), de desvantagem do grupo branco nos retornos da educação quando ambos os grupos têm a mesma origem privilegiada.<sup>7</sup> De um lado, ocorreu na mudança para a coorte mais recente uma alteração de 0,94 a 1,13, porém sem significância estatística, das diferenças de retornos dentro do grupo pardo e preto. De outro lado, tendo a mesma origem de classe, ocorreu no grupo branco uma forte contração de 1,07 a 0,77 (-0,30;  $p = 0,024$ ) das discrepâncias entre os retornos educacionais na mesma mudança de coorte.<sup>8</sup> O resultado não é afetado pela ausência de controle estatístico da UF onde o filho morava antes de ingressar no mercado de trabalho, embora este fator esteja fortemente associado à moradia mais recente (-0,364;  $p = 0,024$ ). Por outro lado, as estimativas de diferenças absolutas em reais mostram que o grupo pardo e preto obtém um retorno da educação superior de R\$ 3.507, e o grupo branco, de R\$ 2.527, em relação ao nível educacional abaixo ( $p = 0,000$ ). Existe uma forte *diferença entre as diferenças* desfavorável ao grupo branco (- R\$ 980 ou -27,9%), porém que se mostra incerta no critério de significância estatística ( $p = 0,137$ ). Um padrão aproximado ocorre na estimativa sem o controle da UF (-633;  $p = 0,308$ ).

6. Na origem no topo social a alteração positiva do efeito no grupo pardo e preto foi ponderável (0,230). Entretanto, existem na amostra analítica somente 62 casos de pardos e pretos com origem no topo social e educação média ou superior na primeira coorte. Este problema não ocorre na última coorte, pois estes somam 260 casos, mas afeta naturalmente a significância estatística da estimativa da *mudança* do efeito entre estas coortes. Por esta razão foi possível, para a origem no topo, fazer uma estimativa especial com o recorte na educação superior completa para a última corte. Na origem de empregado qualificado a diferença entre os efeitos é mais forte (-0,374), e o intervalo de confiança tem elevada inclinação negativa (-0,777 a 0,029). A diferença está sendo considerada significativa, embora o *p-value* registre 0,069.

7. Como o conceito de mudança percentual requer a especificação de um grupo de referência, quando a variável é categórica a reversão da referência na codificação binária faz com que o coeficiente mude de sinal e a mudança percentual se transforme no seu recíproco (Hao e Naiman, 2007, p. 78). Uma vantagem do grupo pardo e preto de +0,363 em *log* equivale a uma diferença percentual de +43,7% em relação ao grupo branco, aplicando-se a fórmula de conversão.

8. Ao aplicar o mesmo critério usado no gráfico 4 na origem no topo social, o retorno de renda do superior completo *versus* fundamental completo (inclusive médio incompleto) cai de 1,54 para 1,20 no grupo branco, e aumenta de 1,31 para 1,48 para o pardo e preto na mudança para a coorte mais recente. A diferença de segunda ordem a favor do grupo pardo e preto é de 0,28, porém sem significância estatística ( $p = 0,128$ ), em função provavelmente do número insuficiente de casos na categoria fundamental completo nas coortes de 1968 e 1978 (64 e 46 casos no grupo branco; 83 e 68 no grupo pardo e preto).

As estimativas em diferenças proporcionais e absolutas foram baseadas no mesmo modelo, com as mesmas especificações, referido na parte de métodos, de modo que uma discrepância entre as estimativas decorre do processo de pós-estimação (comando *margins*) usado para calcular a diferença proporcional (*eydx*) e a diferença absoluta (*dydx*). O modelo linear generalizado com uma função de ligação logarítmica, usado nas estimativas, por sua vez, tem a vantagem de gerar valores preditos nos níveis reais antes da aplicação da função de ligação, ou seja, o modelo evita qualquer viés de transformação (Baum e Hurn, 2021). Isto significa que as discrepâncias encontradas nos resultados decorreriam puramente do fato de uma medida expressar uma mudança relativa, e a outra, uma mudança absoluta.

Embora a escala logarítmica seja usada para obter um melhor ajuste aos dados e as estimativas interpretadas em termos relativos, ao contrair mais fortemente os valores mais altos da distribuição, a escala diminui artificialmente a aparência da desigualdade. Além disso, a função linear de uma variável em logaritmo altera a distribuição do termo de erro, já que multiplicação na escala original vira adição na escala logarítmica (Hao e Naiman, 2007, p. 78-79). Entretanto, no caso em questão, são estimados retornos da educação superior completa para a origem no topo social, em que os valores são tipicamente mais altos para ambos os grupos raciais e, como foi visto, ambas as medidas proporcionais e em valores originais mostram de forma convergente uma forte discrepância de segunda ordem desfavorável ao grupo branco ou favorável ao grupo pardo e preto.

Os retornos da educação superior completa *versus* abaixo (diferença de primeira ordem) de ambos os grupos raciais são fortes e as estimativas são bastante precisas. As estimativas proporcionais e absolutas não diferem na dimensão e na direção do efeito, ou seja, as discrepâncias entre as estimativas dizem respeito basicamente a um problema de precisão e significância estatística. Parece revelador o fato de o problema com a significância estatística ocorrer somente na pós-estimação, ao recolocar os valores preditos na escala absoluta em reais e estimar a diferença e o erro padrão para esta escala, já que ambas as estimativas foram feitas com o mesmo modelo, com as mesmas especificações.<sup>9</sup> Existe uma ampla literatura crítica ao uso da significância estatística como critério maior ou exclusivo de validação estatística das estimativas. Significância estatística não equivale a uma medida da importância de um resultado – tomada isoladamente, oferece informação limitada sobre a própria hipótese nula e não substitui o entendimento contextual, lógico e quantitativo dos dados (Wasserstein e

9. Uma questão de fundo seria entender a implicação do uso de medidas absolutas, em particular para a estimativa de uma diferença de segunda ordem, ou seja, uma diferença entre diferenças, já que as estimativas de retornos dos dois grupos são expressivas, precisas e sem nenhum problema de significância estatística ( $p = 0,000$ ). Na medida em que o efeito seja forte e não exista insuficiência de casos, parece razoável supor que as rendas em valores absolutos apresentem maior variabilidade (em particular nos níveis maiores de renda), o que pode afetar o erro-padrão e a significância estatística. Este problema de variabilidade poderia se agravar por estar sendo feita uma estimativa de diferença entre diferenças com os respectivos níveis de variabilidade subjacentes às diferenças.



Lazar, 2016; Senn, 2018). A análise atenta à dimensão do efeito seria um contrapeso às incertezas e às limitações em contextualização do parâmetro de significância estatística (Betensky, 2019; Amrhein, Greenland e McShane, 2019).<sup>10</sup> Em termos substantivos e estatísticos, a evidência marcante é a *dimensão e direção* do efeito, que é *convergente* em ambas as estimativas e mostra que, na origem no topo social, os retornos da educação superior são favoráveis ao grupo pardo e preto na coorte mais recente.

As análises de diferenças associadas às demais origens de classe vão considerar somente o recorte educacional de educação média completa ou mais usado no gráfico 5. Na origem de empregado qualificado, ocorreu uma queda forte dos retornos da educação média completa ou mais no grupo branco (-0,374;  $p = 0,069$ ), que foi julgada significativa. No grupo pardo e preto, a alteração foi bem pequena e sem significância estatística. Na última coorte, o grupo branco mantém uma diferença apreciável de 0,282, porém sem atingir significância estatística convencional ( $p = 0,153$ ). A ausência de controle da UF afeta pouco os resultados.

Na origem de pequenos ativos, a situação se inverte, pois ocorreu queda forte no grupo pardo e preto (-0,310), com significância estatística, e alteração negativa ponderável (-0,169) no grupo branco, porém sem significância estatística convencional ( $p = 0,099$ ), que não pode ser atribuída à insuficiência de casos. Na coorte mais recente a vantagem do grupo branco, de nível relevante, não atinge significância estatística (0,097;  $p = 0,274$ ), o que independente da retirada de controle da UF (0,124;  $p = 0,197$ ).

Na origem de trabalhador típico, entre a primeira e a última coorte, ocorre queda forte dos retornos da educação média completa ou mais no grupo branco (-0,481) e redução marcante no grupo pardo e preto (-0,303), ambas com significância estatística. A retirada, no modelo, do controle da UF em que o filho morava aos 15 anos faz com que a redução temporal perca significância no grupo pardo e preto (-0,205;  $p = 0,196$ ). Isto sinaliza que o resultado original dependia da distribuição e do efeito territorial, cuja combinação seria desfavorável ao grupo pardo e preto. Na última coorte, a diferença racial entre os retornos praticamente desaparece, já que é ínfima e sem significância estatística com ou sem controle da UF. Na origem de destituído, a tendência descendente, entre estas coortes, foi forte no grupo branco (-0,472) e no pardo e preto (-0,468), sendo ambas igualmente significativas. O retorno da educação era bem maior para ambos os grupos na primeira coorte e a diferença entre eles era pequena. Na coorte mais recente, ocorre uma diferença de nível relevante a favor do grupo branco, porém incerta no critério de significância estatística (0,094;  $p = 0,167$ ), mesmo sem o controle da UF (0,098;  $p = 0,171$ ).

10. Statalist: The Stata Forum. Postagens de Clyde Schechter em: <https://www.statalist.org/forums/forum/general-stata-discussion/general/1606899>.

As estimativas de diferenças absolutas nos retornos da educação média completa ou mais, na coorte mais recente, são apresentadas aqui de modo sintético, tendo em vista as variações nos resultados em comparação às diferenças proporcionais. Na coorte mais recente, as estimativas de retornos da educação média ou mais mostram vantagens a favor do grupo branco nas origens de empregado qualificado (780;  $p = 0,007$ ), de pequenos ativos (364;  $p = 0,010$ ) e de posição destituída (228;  $p = 0,015$ ). Na origem de trabalhador típico, a vantagem do branco, além de menor, não tem significância estatística (83;  $p = 0,678$ ). Na origem no topo social, neste recorte inadequado ao nível educacional típico do grupo, a pequena diferença racial desfavorável ao grupo branco fica incerta (-67;  $p = 0,876$ ). Sem controle estatístico da UF de moradia antes de ingressar no mercado de trabalho, por sua vez, na coorte mais recente as estimativas de retornos da educação média ou mais mostram vantagens a favor do branco nas origens de empregado qualificado (946;  $p = 0,001$ ), de pequenos ativos (526;  $p = 0,001$ ) e de posição destituída (301;  $p = 0,003$ ). Na origem de trabalhador típico, a vantagem do branco aumenta sem atingir significância estatística (132;  $p = 0,556$ ). Na origem no topo social, a diferença racial fica favorável ao grupo branco, porém se mostra incerta neste recorte educacional (270;  $p = 0,507$ ). Ao confrontar as diferenças proporcionais e as absolutas, em uma ponderação conclusiva, os resultados sugerem a vigência, na coorte mais recente, de vantagens de retornos da educação para o grupo branco nas origens de empregado qualificado, de pequenos ativos e de destituído. A avaliação da questão enfatiza a convergência em direção e dimensão dos efeitos observados em ambos os critérios.

O fato de os retornos da educação serem maiores em um grupo diferenciado por origem de classe e raça tem uma dupla implicação. No plano interno, representa uma ampliação das discrepâncias baseadas em educação. Os níveis menores de educação valem menos e/ou os níveis maiores valem mais. No plano externo da competição entre os grupos, permitiria compensar uma desvantagem de origem e/ou de raça. Em circunstância diversa, permitiria garantir e mesmo impulsionar uma vantagem de origem e/ou de raça. Equiparações dos retornos da educação condicionais à origem de classe entre os grupos raciais seriam sugestivas de uma convergência ensejada ou estimulada pelas interações entre os fatores influentes.

Como os retornos são condicionais à educação adquirida, os benefícios dos retornos podem ser colhidos seja por um grupo proporcionalmente mais restrito entre quem tem desvantagens de origem, seja por um grupo proporcionalmente mais amplo entre os que têm vantagens de origem. Entretanto, na medida em que muitas pessoas vêm de origens desvantajosas, neste caso, o contingente populacional absoluto envolvido pode ser apreciável. No tocante aos desdobramentos esperados, na medida em que os retornos estiverem em queda entre as coortes ou em uma coorte, os efeitos dos processos podem ser maiores ou menores em função da dimensão absoluta e/ou relativa da queda em cada grupo.

## 5 CONCLUSÃO

No desenho da investigação de mobilidade social foram usados controles básicos de variáveis antecedentes à inserção econômica e que não seriam decorrentes da origem social. Os resultados observados no destino social expressam ou captam o amplo complexo de fatores, não controlados ou não observáveis, formado por nexos diretos e indiretos que estão associados ou decorrem da origem de classe. Os estudos de mobilidade social geralmente têm como escopo o estabelecimento de generalizações empíricas. A tarefa de descrição em seu sentido pleno ou forte envolve um ato inferencial, quando se vai do que se sabe para o que ainda não se sabe sobre a realidade existente, ou, então, não está claramente estabelecido (Gerring, 2012, p. 108).

A origem social é fator claramente antecedente na provável cadeia causal que se liga ao destino dos filhos. Tendo sido a origem conceituada e mensurada em termos de ativos econômicos controlados, os padrões de associação encontrados estariam, em maior ou menor medida, concatenados às características deste delineamento da origem. Os efeitos da origem social e os retornos educacionais, as interações entre os fatores e as variações por raça, no entanto, poderiam ser interpretados de diferentes maneiras em termos causais. Fazer interpretações causais *ad hoc* de regularidades empíricas, mesmo que firmemente estabelecidas, poderia padecer em maior ou menor grau de limitações comuns a este tipo de exercício. Desembaralhar em termos causais interpretações plausíveis ou alternativas exigiria testar mecanismos específicos subjacentes às relações e interações entre as variáveis (Fiel, 2020, p. 355).

A associação total entre origem de classe e recompensas de renda dos filhos, no agregado das coortes, mostra-se ordenada de modo marcante por origem de classe em ambos os grupos raciais. A principal discrepância racial neste padrão de classe diz respeito ao grau do efeito em decorrência das interações entre origem e raça. As vantagens de origem ensejam mais benefícios para o grupo branco e as desvantagens de origens geram mais ônus para o grupo pardo e preto. O efeito direto da origem no topo social e em empregado qualificado impõe a sua força autônoma no âmbito do efeito total. Nas demais origens de classe, em particular no grupo pardo e preto, a mediação educacional é desfavorável ou claramente negativa, fazendo com que a renda esperada no efeito direto fique próxima ou maior do que no efeito total. As desigualdades do processo de mediação educacional, envolvendo a distribuição educacional e o valor da educação, mesmo se fossem suprimidas, deixariam ainda assim uma destacada vantagem de renda da origem privilegiada.

A associação total entre origem no topo social e renda dos filhos mostra uma vantagem máxima a favor do grupo branco na penúltima coorte, porém, na

passagem para a coorte mais recente, se torna incerta a diferença racial no contraste entre origem no topo social *versus* na base social. A associação direta entre origem no topo social e renda dos filhos, após o controle da educação, não sofre retração no curso do tempo em ambos os grupos raciais. Entretanto, na coorte mais recente fica igualmente incerta a diferença racial na vantagem da origem privilegiada. Uma evolução favorável para ambos os grupos raciais ocorre a partir da origem em empregado qualificado. A vantagem desta origem parece persistir de forma mais favorável ao grupo branco no curso do tempo. Na origem em pequenos ativos, somente o grupo branco sustenta uma vantagem direta de origem. Na interpretação desta evolução peculiar, levantou-se a hipótese de os ativos do grupo pardo e preto não serem de valor equivalente ao grupo branco no âmbito da mesma origem de classe. O componente territorial da desigualdade racial revela-se importante ao afetar o sentido ou a dimensão de diferentes resultados.

A análise da associação intergeracional por níveis de escolaridade mostra que a educação superior completa não age como uma força equalizadora do efeito da origem privilegiada. A força do efeito de origem no topo social é maior ou mais potencializada nos níveis médio e superior de escolaridade. A origem no topo social provê, além disso, uma vantagem compensatória ao proteger a renda de quem fracassa na escola. Estes padrões ocorrem em ambos os grupos raciais. Na origem de empregado qualificado, a discrepância de origem de classe ao nível da educação superior atinge maior grau dentro do grupo branco e menor dentro do pardo e preto. A equalização da educação superior ocorre somente quando as diferenças de origem são menores, pois representam contrastes em grupos abaixo do empregado qualificado. Nestes grupos o processo equalizador envolve uma proporção bem menor que logra atingir este nível educacional. Por outro lado, nas origens em pequenos ativos e trabalhador típico, os níveis educacionais mais frequentemente atingidos, abaixo do superior completo, são ineficazes em promover equalização, mesmo quando as diferenças de origem de classe são menores.

Os retornos de renda da educação representam uma dimensão crítica na transmissão intergeracional das desigualdades. Os retornos da educação média caíram igualmente para os dois grupos raciais. Na educação superior, a queda foi mais forte e certa para o grupo branco. Na coorte mais nova, em que ocorre o desaguadouro do processo, ocorre uma aparente equivalência racial nos retornos da educação superior ou média em relação à educação fundamental. O quadro mais próximo no tempo, no entanto, não difere de modo marcante do que existia na primeira coorte. Não se pode dizer com um grau aceitável de incerteza que tenham existido, na primeira coorte, ou passaram a existir, na última coorte, diferenças entre os grupos nos patamares de retornos da educação de cada grupo racial, ao nível agregado da média dos casos.

A evolução entre as coortes dos retornos da educação por origem de classe e raça corresponde ao desdobramento analítico final. Os resultados mostram que na origem no topo social e em empregado qualificado a evolução temporal dos retornos proporcionais da educação ocorreu de forma mais favorável ou menos desfavorável do que para a origem em trabalhador típico e destituído. Este processo se deu de forma variável por grupo racial. No grupo pardo e preto, a evolução na origem no topo social foi ascendente e em empregado qualificado foi menos descendente. Nas origens de trabalhador típico e de destruídos de recursos, ocorrem reduções marcantes nos retornos econômicos da educação média completa ou mais em ambos os grupos raciais.

Na coorte mais recente, as diferenças de retornos da educação superior completa para a origem no topo social favorecem o grupo pardo e preto em termos relativos e em termos absolutos. A dimensão e a convergência entre os efeitos estimados nas duas medidas foram destacadas na avaliação estatística. Esta parcela beneficiada do grupo pardo e preto que tem vantagens para transmitir aos filhos, no entanto, representa uma proporção menor ou um grupo mais seletivo devido às desigualdades dadas na distribuição de origem de classe e educação por raça. O padrão emergente de distância racial do prêmio da educação superior, por outro lado, se mostrou mais associado a uma diminuição das discrepâncias de retornos educacionais dentro do grupo branco. Quem vem de uma origem privilegiada no grupo pardo e preto, na comparação entre os pares, passou a ter mais a ganhar quando atinge a escolaridade superior completa e/ou menos a obter, ou mais a perder, se ficar com educação inferior. O inverso teria ocorrido no grupo branco de origem privilegiada, na média dos casos, na medida em que a educação superior garante menos ganhos e/ou a educação inferior oferece mais o que reter, ou menos o que perder, em termos proporcionais. Na origem no topo social, os retornos proporcionais da educação superior *versus* abaixo ficaram menos desiguais no interior do grupo branco.

Entre os controladores de ativos de capital e de terra, na medida em que os recursos produtivos dos pardos e pretos seriam de valor menor, assim como os meios educacionais disponíveis, em particular nas circunstâncias passadas, o condicionamento de origem ensejou um desempenho mais negativo para o grupo pardo e preto. Na base da estrutura social de origem, composta por trabalhador típico e agrupamento destituído, um constrangimento acentuado teria se imposto a ambos os grupos raciais nas trajetórias de decréscimos de retornos da educação entre as coortes. A origem de trabalhador típico, de grande peso populacional, registra na coorte mais recente diferenças relativas e absolutas entre os grupos raciais mínimas e/ou claramente incertas na significância estatística.

Como regra, os retornos de renda da educação se mostraram mais favoráveis ou menos desfavoráveis às condições de vantagens de origem. Neste processo geral, diferenciado claramente conforme a origem de classe, os retornos da educação se revelam mais próximos ou menos divergentes entre os grupos raciais. Entretanto, os retornos educacionais traduzem processos e tendências condicionais ao nível educacional atingido ou, na estimativa final, condicionais às combinações interativas entre classe de origem e nível educacional. Representam medidas que desconsideram a distribuição das desigualdades passadas ou tomam como dadas as desigualdades previamente formadas (em educação), ou mesmo as desigualdades precedentes (em origem de classe). Nas condições desiguais herdadas e existentes, além disso, os retornos educacionais e a sua distribuição na população teriam que ser claramente favoráveis ao grupo em desvantagem para que o seu efeito cumulativo na renda média enfraquecesse a desigualdade racial agregada no curso do tempo.

As interações entre origem de classe e raça nos processos de mobilidade social no Brasil mostram evidências que devem ser consideradas em políticas públicas. Classe social e raça são fatores influentes distintos, que não podem ser desconsiderados ou reduzidos um ao outro. Distorções ou exclusões indesejáveis poderiam se associar a uma política pública com foco na desigualdade de oportunidades, como uma política de cotas, cujo desenho de elegíveis fosse reduzido a um fator e fosse indiferente ao outro. Além disso, os modos como classe e raça se combinam e interagem afetam a dimensão e mesmo a direção ou significado dos resultados. A desvantagem socioeconômica, combinada e modulada por raça, representa o grande norte de ação de uma política de ampla escala, inclusiva e transformadora no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- AMRHEIN, V.; GREENLAND, S.; MCSHANE, B. Scientists rise up against statistical significance. *Nature*, v. 567, n. 7748, p. 305-307, mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/d41586-019-00857-9>.
- BAUM, C. F.; HURN, S. **Environmental econometrics using Stata**. College Station: Stata Press, 2021.
- BERNARDI, F.; BALLARINO, G. Introduction: education as the great equalizer – a theoretical framework. *In*: BERNARDI, F.; BALLARINO, G. (Ed.). **Education, occupation and social origin: a comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 1-19.
- BERRY, W. D.; GOLDBER, M.; MILTON, D. Improving tests of theories positing interaction. *The Journal of Politics*, v. 74, n. 3, p. 653-671, 2012.

BETENSKY, R. A. The  $p$ -value requires context, not a threshold. **The American Statistician**, v. 73, n. S1, p. 115-117, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00031305.2018.1529624>.

BUKODI, E.; GOLDTHORPE, J. H. 'Primary' factors in intergenerational class mobility in Europe: results from the application of a topological model. **European Sociological Review**, v. 37, n. 1, p. 1-17, 2021.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Microeconometrics using Stata**. College Station: Stata Press, 2009.

FIEL, J. E. Great equalizer or great selector? Reconsidering education as a moderator of intergenerational transmissions. **Sociology of Education**, v. 93, n. 4, p. 353-371, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038040720927886>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 27-45, 2005a. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000200002>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil. **Dados**, v. 48, n. 1, p. 21-65, 2005b.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Comprehending the class structure specificity in Brazil. **South African Review of Sociology**, v. 41, n. 3, p. 24-44, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/21528586.2010.516119>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. III – Primeira sessão: esquema de classe para abordar a desigualdade de saúde no Brasil. *In*: ROSENBERG, F. J. (Ed.). **Classes sociais, território e saúde: questões metodológicas e políticas**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2013. (Cadernos do Itaboraí, n. 1). v. 1, p. 39-59. Disponível em: <https://forumitaborai.fiocruz.br/node/896>. Acesso em: 12 maio 2020.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe e destino ao topo social no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 16, p. 82-104, 2019. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/492>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe e chances de vida no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 1, p. 249-290, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36517/rcs.51.1.a02>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Origem de classe, gênero e transmissão das desigualdades no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107, p. 1-28, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/3610711/2021>.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. Desigualdade racial na transmissão intergeracional da herança de classe social. **Sociologias**, v. 24, n. 59, p. 328-360, 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/15174522-112756>.



GERRING, J. **Social science methodology: a criterial framework**. 2. ed. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2012.

GLENN, N. D. Age, period, and cohort effects. *In*: RITZER, G. (Ed.). **The Blackwell encyclopedia of sociology**. Malden: Blackwell Publishing, 2007. p. 52-56.

GREENLAND, S. *et al.* Statistical tests, *P* values, confidence intervals, and power: a guide to misinterpretations. **European Journal of Epidemiology**, v. 31, n. 4, p. 337-350, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10654-016-0149-3>.

GOLDTHORPE, J. H.; McKNIGHT, A. The economic basis of social class. *In*: MORGAN, S. L.; GRUSKY, D. B.; FIELDS, G. S. (Ed.). **Mobility and inequality: frontiers of research in sociology and economics**. Stanford: Stanford University Press, 2006. p. 109-136.

HÄLLSTEN, M. The class-origin wage gap: heterogeneity in education and variations across market segments. **The British Journal of Sociology**, v. 64, n. 4, p. 662-690, 2013.

HANSEN, M. N. Education and economic rewards: variations by social-class origin and income measures. **European Sociological Review**, v. 17, n. 3, p. 209-231, 2001.

HAO, L.; NAIMAN, D. Q. **Quantile regression**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.

HARDIN, J. W.; HILBE, J. M. **Generalized linear models and extensions**. 4. ed. College Station: Stata Press, 2018.

HASENBALG, C.; SILVA, N. do V.; LIMA, M. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

HOUT, M. Social and economic returns to college education in the United States. **Annual Review of Sociology**, v. 38, p. 379-400, 2012.

KAM, C. D.; FRANZESE JUNIOR, R. J. **Modeling and interpreting interactive hypotheses in regression analysis**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2007.

LONG, J. S.; FREESE, J. **Regression models for categorical dependent variables using Stata**. 3. ed. College Station: Stata Press, 2014.

MIZE, T. D. Best practices for estimating, interpreting, and presenting nonlinear interaction effects. **Sociological Science**, v. 6, p. 81-117, 2019.

PAMPEL, F. C. **Logistic regression: a primer**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

RIBEIRO, C. A. C. Mudanças nas famílias dos jovens e tendências da mobilidade social de brancos e negros no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, v. 39, v. 2, p. 257-279, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020002>.



RIBEIRO, C. A. C.; CARVALHAES, F. Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 92, p. 1-46, 2020.

RIDGEWAY, C. L. Why status matters for inequality. **American Sociological Review**, v. 79, n. 1, p. 1-16, 2014.

RIDGEWAY, C. L. **Status: why is it everywhere? Why does it matter?** Nova York: Russell Sage Foundation, 2019.

ROEMER, J. E. **Free to lose: an introduction to Marxist economic philosophy.** Cambridge, Estados Unidos: Harvard University Press, 1988.

SENN, S. *P-values*. In: CHOW, S.-C. (Ed.). **Encyclopedia of biopharmaceutical statistics**. 4. ed. Boca Raton: Chapman & Hall/CRC Press, 2018. v. 4, p. 1845-1854.

SHAW, M. *et al.* (Ed.). **The handbook of inequality and socioeconomic position: concepts and measures.** Bristol: Bristol University Press; Policy Press, 2007.

TILLY, C. **Durable inequality.** Berkeley: University of California Press, 1998.

TORCHE, F. Analyses of intergenerational mobility: an interdisciplinary review. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 657, n. 1, p. 37-62, 2015.

WASSERSTEIN, R. L.; LAZAR, N. A. The ASA Statement on *p*-Values: context, process, and purpose. **The American Statistician**, v. 70, n. 2, p. 129-133, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00031305.2016.1154108>.

WRIGHT, E. O. **Class counts: comparative studies in class analysis.** Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, E. O. Understanding class: towards an integrated analytical approach. **New Left Review**, v. 60, p. 101-116, 2009.

WRIGHT, E. O. (Org.). **Análise de classe: abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2015.

## DESINDUSTRIALIZAÇÃO E MUDANÇA NA ESTRUTURA DE CLASSES NO BRASIL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DAS PESQUISAS DOMICILIARES NO PERÍODO 2002-2015

Luís Carlos Garcia de Magalhães<sup>1</sup>  
João Cláudio Basso Pompeu<sup>2</sup>  
Luiz Rubens Câmara de Araújo<sup>3</sup>  
Ana Paula Vasconcelos Gonçalves<sup>4</sup>  
André Rego Viana<sup>5</sup>  
Carla Rodrigues Costa de Araújo<sup>6</sup>  
Kolai Zagbaj Joel Yannick<sup>7</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

A mudança da estrutura ocupacional e do emprego em razão da transformação produtiva global com o deslocamento espacial das cadeias de produção, do aumento da competição nos mercados internacionais, e do impacto das tecnologias de informações – difusão da robótica, da internet das coisas e da inteligência artificial –, tem alterado a configuração das estruturas de classe sociais de diferentes países (Antunes, 2018; Standing, 2014).

Nos países desenvolvidos, com alta renda *per capita*, esses processos acentuaram a tendência de redução da participação da indústria no produto interno bruto (PIB) associada à polarização do mercado de trabalho.<sup>8</sup> Essa polarização é expressa, de um lado, por parcela da população econômica ativa empregada em

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos de Instituições, do Estado e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Diest/Ipea). *E-mail*: luis.magalhaes@ipea.gov.br.

2. Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diest/Ipea. *E-mail*: joao.pompeu@ipea.gov.br.

3. Assistente de pesquisa I do Ipea. *E-mail*: luiz.araujo@ipea.gov.br.

4. Professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). *E-mail*: anapaulav@ufmg.com.br.

5. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest) do Ipea. *E-mail*: andre.viana@ipea.gov.br.

6. Assistente de pesquisa III do Ipea. *E-mail*: carla.araujo@ipea.gov.br.

7. Pesquisador do Ipea. *E-mail*: kolai.yannick@ipea.gov.br.

8. O mercado de trabalho abrange o conjunto de trabalhadores registrados, não registrados e por conta própria, conforme propõem as diretrizes metodológicas de ILO (2018).

atividades de serviços complexas,<sup>9</sup> que pagam altas remunerações e exigem elevada capacitação educacional e, em contraposição, por outra parcela da população economicamente ativa (PEA) que é empregada em atividades de serviços de baixa sofisticação produtiva, que não exigem maiores habilidades e/ou formação, com remuneração reduzida e, muitas vezes, sem proteção legal nas jurisdições nacionais (Akcomak, Kok e Rojas-Romagosa, 2013; Goos, Manning e Salomons, 2014).

As mudanças na estrutura ocupacional, com reflexos na oferta de empregos, nas remunerações e formas de contratação, têm alterado o mercado de trabalho nos países desenvolvidos, com impacto na estrutura de classes sociais – definidas em uma primeira aproximação como os indivíduos que apresentam a mesma classificação ocupacional<sup>10</sup> – desses países. Essas transformações, via de regra, têm sido acompanhadas da piora da mobilidade social (OECD, 2018) e, notadamente, nos Estados Unidos, da distribuição de renda e riqueza (Piketty, 2014; Saez e Zucman, 2020). Entretanto, esses efeitos negativos ocorrem em países que têm renda *per capita* elevada para padrões internacionais e, em sua maioria, particularmente os que fazem parte da União Europeia (UE), contam ainda com políticas e estruturas institucionais de proteção social que mitigam esses efeitos, mesmo depois das reformas econômicas de orientação neoliberal das últimas décadas (Streck, 2018).

No caso brasileiro, a estrutura de ocupação do mercado de trabalho tem sido afetada por dinâmicas tecnológicas, financeiras, fluxos de comércio internacional, ciclos econômicos e, ainda, pelo regime de política macroeconômica (Krein, 2013; Pochmann, 2014). Adicionalmente, chama atenção o fenômeno da intensidade da redução da participação do valor adicionado manufatureiro (VAM) no PIB e do emprego industrial no conjunto da estrutura ocupacional do país. Essa redução da participação da importância da indústria tem ocorrido com um nível de renda *per capita* relativamente baixo em comparação com o dos países desenvolvidos.

Desse modo, esse processo de desindustrialização tem sido caracterizado como “precoce”,<sup>11</sup> quando comparado com aquele ocorrido nos países desenvolvidos (Palma, 2005; 2014; Rodrik, 2016). Uma das consequências da desindustrialização “precoce”, no Brasil, é a transformação da estrutura de ocupação e, consequentemente, do mercado de trabalho, com redução de postos em atividades de maior valor agregado, típicas da indústria de transformação, e ainda, dentro desse setor,

---

9. Deve ser observado que a relação de trabalho com a expansão do setor de serviços nos países desenvolvidos alterou as diversas formas contratuais de emprego. Nessa perspectiva, se expandiram formas de relações de trabalho como terceirização, *part time*, trabalho por conta própria, entre outras. Para mais detalhes, ver o trabalho seminal de Mattoso (1994), que analisou essas novas tendências de contratação nos países desenvolvidos e suas possíveis repercussões no mercado de trabalho brasileiro. Para uma análise das tendências de contratação e organização do trabalho brasileiro no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, ver Leite (1994).

10. A discussão conceitual de classes sociais e sua operacionalização empírica é realizada na seção 3 deste capítulo.

11. A seção 2 deste capítulo apresenta uma discussão do conceito de desindustrialização, suas causas e uma tipologia desses processos, assim como a sua relevância para o caso brasileiro.

a redução relativa de ocupações naquelas indústrias de intensidade tecnológica alta e média (Morceiro, 2018; Morceiro e Guilhoto, 2019; Maia, 2018).

Esse processo não só muda a composição da oferta de emprego, alterando a situação do mercado de trabalho doméstico, mas também é um fator relevante para reconfigurar a estrutura de classes<sup>12</sup> da sociedade brasileira. A relação entre o processo de desindustrialização “precoce” e as mudanças da estrutura de classes sociais no Brasil ainda necessita de estudos que aprofundem a sua compreensão, em razão das suas múltiplas implicações, inclusive na formulação de políticas públicas pelo Estado.

Nessa perspectiva, o objetivo principal deste trabalho é realizar uma análise das evidências empíricas dos efeitos da desindustrialização sobre a mudança da estrutura de classes na sociedade brasileira, entre 2002 e 2015. Mais precisamente, procura-se analisar os efeitos da desindustrialização causados pelas mudanças na composição de classes que apresentam ocupações diretamente relacionadas com a indústria de transformação. Para isto, utiliza-se uma tipologia de classes baseada no trabalho de Santos (2002), conforme discutida por Pompeu *et al.* (2020), que foi construída a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), para o período de 2002 a 2015. Essa tipologia é baseada inicialmente na posição dos indivíduos na estrutura ocupacional do mercado de trabalho, seguindo a tradição teórica e metodológica dos estudos de Wright (1978; 1980; 1985; 1997; 2015).

A hipótese mais geral que orienta este trabalho é que o processo de desindustrialização “precoce” da economia brasileira é um fator relevante para explicar as mudanças não só na estrutura de ocupação diretamente vinculadas à indústria de transformação, mas também para se entender a evolução dos trabalhadores por conta própria (autoemprego), formalizados ou não; dos trabalhadores em ocupações precarizadas de baixos salários, mesmo quando formalizados; e dos pequenos empreendedores com reduzido capital, ligados ao comércio e à venda de serviços.

Em suma, o processo de desindustrialização “precoce” é um determinante relevante para entender as mudanças na estrutura de classes da sociedade brasileira nas duas décadas iniciais do século XXI, em virtude dos seus efeitos na estrutura ocupacional e do emprego doméstico. O trabalho procura apresentar evidências que permitam uma avaliação preliminar dessa hipótese.

O capítulo está organizado da seguinte forma. Após esta introdução, a segunda seção discute o conceito de desindustrialização e apresenta as evidências empíricas

---

12. Para a discussão das diferentes abordagens conceituais de classes sociais, ver Wright (2015). Uma resenha das principais abordagens pode ser encontrada em Pompeu *et al.* (2020), que apresenta uma proposta conceitual e empírica de classes sociais para o caso brasileiro.

obtidas pelos estudos especializados para o caso brasileiro. A terceira seção discute sinteticamente a concepção de classes sociais adotada no capítulo e suas possibilidades analíticas para estudar os impactos da industrialização na estrutura social brasileira. A quarta seção discute a metodologia usada para a construção da tipologia de classe aqui utilizada e a sua operacionalização a partir dos microdados da PNAD anual. A quinta seção apresenta as evidências empíricas da desindustrialização e seus impactos na mudança do número relativo dos indivíduos em idade economicamente ativa classificados nas classes sociais associadas a posições ocupacionais na indústria de transformação. Por último, uma breve seção de conclusão sintetiza os principais achados e, principalmente, aponta questões para novas pesquisas.<sup>13</sup>

## 2 DESINDUSTRIALIZAÇÃO: BREVE DISCUSSÃO CONCEITUAL E EVIDÊNCIAS PARA O CASO BRASILEIRO

Os fenômenos da queda da participação do emprego industrial, da redução dos salários reais, do aumento da desigualdade de renda e do crescimento do desemprego estrutural nos países desenvolvidos – mesmo que esses fenômenos tivessem peso desigual entre esses países – levaram ao reconhecimento de um processo subjacente de perda de importância econômica da indústria de transformação na estrutura econômica. Esse processo foi caracterizado como desindustrialização (Singh, 1977; Rowthorn e Wells, 1987; Rowthorn e Ramaswamy, 1997). Desse modo, a desindustrialização pode ser definida, *grosso modo*, como a perda contínua da participação do emprego e do valor adicionado da indústria de transformação na economia de um país (Tregenna, 2009; 2016).<sup>14</sup>

O desenvolvimento do conceito levou ao estabelecimento de uma tipologia básica de três tipos de desindustrialização: i) a positiva; ii) a negativa; e iii) a precoce. A primeira pode ser caracterizada como uma desindustrialização “natural”, em razão de o setor industrial atingir um limiar de trabalhadores empregados nos países desenvolvidos. Isso decorreria do aumento da produtividade setorial pela incorporação intensiva do progresso técnico. Ou seja, existe teto do crescimento do emprego na indústria de transformação associado ao crescimento da renda *per capita* (curva em U invertida). A partir de determinado nível de renda, observa-se a queda relativa, e mesmo absoluta, da participação do emprego industrial, e a continuidade, embora com taxas mais reduzidas, do crescimento da renda *per capita*. A contrapartida desse processo seria a elevação da participação do setor de serviços na economia em termos de emprego e participação no PIB. Por sua vez, a desindustrialização classificada

13. Vale lembrar que este trabalho é resultado de um esforço de pesquisa, em andamento, desenvolvido no âmbito da Diest/lpea, que procura estudar as dinâmicas recentes da economia brasileira e suas implicações para a mudança da estrutura social brasileira e, conseqüentemente, o surgimento de novas demandas de políticas públicas.

14. A caracterização inicial de desindustrialização enfatizava a perda de participação do emprego na indústria de transformação no total de postos de trabalho do país. Para uma discussão dos diversos conceitos de desindustrialização e sua evolução, ver Morceiro (2012) e Maia (2020).

como negativa inibe o crescimento econômico, com redução do PIB potencial, tendência de estagnação da produtividade e da renda *per capita* e, principalmente, perda da competitividade internacional da indústria, com redução das exportações de manufaturados, especialmente aqueles de mais intensidade tecnológica (Rowthorn e Ramaswamy, 1997).

Por sua vez, a desindustrialização “precoce” pode ser considerada uma variante da desindustrialização negativa, na qual a perda de participação absoluta e/ou relativa do emprego e do valor adicionado do setor industrial ocorre em países com níveis de renda *per capita* reduzidos em relação aos dos países desenvolvidos (Palma, 2005; Rodrik, 2016). O principal efeito desse tipo de desindustrialização é a redução do potencial de crescimento do país, que bloqueia a convergência da renda *per capita* com a dos países desenvolvidos. Isso porque a indústria de transformação pode ser considerada o principal motor de crescimento das economias no longo prazo (Kaldor, 1975; Verdoorn, 1980). É nesse setor que operam economias de escala dinâmicas e estáticas; e ainda a criação e difusão do progresso técnico, em virtude de a indústria apresentar fortes efeitos de encadeamentos de insumo-produto a jusante e a montante com outros setores da economia (Oreiro e Feijó, 2010).

Em síntese, o processo de desindustrialização pode ser considerado um fenômeno econômico que implica mudança da composição setorial e intrassetorial da estrutura produtiva de um país. Esse processo pode decorrer ainda da especialização da estrutura produtiva (especialização regressiva), inclusive na indústria de transformação, que se concentra em subsetores de baixa produtividade e reduzida densidade tecnológica (Bluestone e Harrison, 1982;<sup>15</sup> Rasiah, 2011<sup>16</sup> *apud* Maia, 2020, p. 553). Em particular, esses aspectos de mudança estrutural e especialização produtiva regressiva permitem definir ainda o processo de desindustrialização de natureza negativa como a incapacidade de o setor industrial apresentar um saldo da balança de comércio internacional superavitária, o que colocaria restrições ao desenvolvimento do país, pela incapacidade de financiar a importação, especialmente de bens de capital.<sup>17</sup>

Por fim, a desindustrialização pode ser abordada como uma mudança no sentido de redução da complexidade<sup>18</sup> da estrutura produtiva, com a concentração em atividades industriais e/ou de serviços de menor valor adicionado, pouca incorporação de tecnologia e baixa produtividade. Nessa perspectiva, a abordagem da

---

15. Bluestone, B.; Harrison, B. *The deindustrialization of America: plant closings, community abandonment, and the dismantling of basic industry*. Nova York: Basic Books Inc., 1982.

16. Rasiah, R. Is Malaysia facing negative deindustrialization? *Pacific Affairs*, v. 84, n. 4, p. 714-735, 2011.

17. O foco da análise dos efeitos da desindustrialização na balança de comércio de um país é o que a literatura denomina de abordagem de Cambridge (Maia, 2020). Para a revisão da literatura sobre os constrangimentos colocados ao crescimento econômicos pela balança de pagamentos em países em desenvolvimento, ver Blecker (2016).

18. Para uma discussão do conceito de complexidade econômica, ver Hidalgo e Hausmann (2009) e Gala (2017).

complexidade não é incompatível com a tradição da escola estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), na qual a industrialização é considerada determinante e central para superar o subdesenvolvimento, pois ocasionaria uma mudança na estrutura produtiva em economias periféricas. Isso possibilitaria a criação de empregos no setor industrial com maior produtividade do trabalho, em razão da inovação tecnológica incorporada nos bens de capital e da existência de economias de escala estáticas e dinâmicas nesse setor.

Sendo assim, o processo de industrialização absorveria o excesso de mão de obra da agricultura de subsistência e/ou do setor informal, e permitiria o relaxamento da restrição externa da economia subdesenvolvida.<sup>19</sup> Nessa perspectiva, o processo de desindustrialização caracterizado como precoce impediria a economia de atingir o ponto de absorção do excesso de mão de obra (ponto de Lewis) e, conseqüentemente, a superação da condição de subdesenvolvimento e a convergência da renda *per capita* aos níveis semelhantes aos dos países desenvolvidos.

Como todo fenômeno complexo, as causas da desindustrialização são multifatoriais.<sup>20</sup> Um primeiro fator seria a reclassificação do emprego de atividades de serviços nas empresas industriais, que foram terceirizadas devido à crescente especialização produtiva, para enfrentar a pressão de custos e a intensificação da concorrência internacional. Nesse caso, a desindustrialização, em especial dos países desenvolvidos, teria um componente de “ilusão estatística”, pois decorreria diretamente da reclassificação de ocupações industriais como de serviços.

Outra explicação para a desindustrialização seria a perda de participação dos produtos manufaturados na cesta de consumo das famílias, devido à queda do preço relativo desses bens. Isso decorreria do crescimento da produtividade da indústria de transformação, em especial, pela incorporação das inovações das tecnologias de informação (TIs). Desse modo, a mudança de preços relativos entre serviços e indústria reduz a participação dos produtos manufaturados e aumenta a de serviços. Isso em razão de os serviços apresentarem maior elasticidade-renda, o que induz a mudança da composição da cesta de consumo das famílias em favor dos serviços. O resultado é que a queda dos preços dos produtos industrializados é compensada pelo aumento do consumo de bens de serviços nas cestas das famílias e, conseqüentemente, impulsiona o processo de desindustrialização.

São ainda listadas, como fator explicativo da desindustrialização, as modificações da divisão internacional do trabalho determinadas pelo processo de

---

19. Vale observar que o processo de industrialização permitiria romper o modelo centro-periferia cepalino, segundo o qual os ganhos de produtividade seriam retidos pelos países desenvolvidos, assim como superar a restrição de balanço de pagamentos, na medida em que a participação dos produtos industriais se elevasse nas exportações. Ver, sobre esse ponto, Nassif (2021).

20. Para uma discussão sintética dos diversos fatores que explicariam os diferentes tipos de desindustrialização, com aplicação ao caso brasileiro, ver Maia (2018; 2020) e Torres e Cavalieri (2015).

globalização.<sup>21</sup> Esse processo criou cadeias globais de valor, com a realocação de plantas industriais em países de menor custo de mão de obra. A desindustrialização ocasionada pela mudança e redirecionamento dos fluxos de comércio (*trade-related de-industrialization*) – com a emergência dos países do Leste Asiático, em particular a China, no comércio internacional – não afetou somente os países desenvolvidos, mas teve efeito negativo sobre a indústria de transformação também dos países da América Latina e da África.

Outro fator importante para explicar a desindustrialização é a chamada *doença holandesa*.<sup>22</sup> Esse fator é associado à presença de recursos naturais abundantes (maldição dos recursos naturais), o que ocasiona uma tendência de valorização da moeda doméstica. Isso acarreta a perda de competitividade do setor industrial nos mercados internacional e doméstico, com impactos negativos no emprego e na produção industriais. O mecanismo de operação da maldição dos recursos naturais se dá por meio da valorização cambial que decorre da expansão das exportações de *commodities*. Esse crescimento possibilita a elevação da importação de bens industriais,<sup>23</sup> em razão dos superávits na balança de comércio, o que acarreta uma mudança na estrutura produtiva do país, pois ocorre a substituição progressiva de bens industriais produzidos domesticamente por bens importados. A caracterização da desindustrialização pela doença holandesa também é compatível com os casos de países cujo superávit de comércio exterior decorre das exportações de serviços especializados, como os ligados ao turismo e os financeiros.

A valorização cambial devido à doença holandesa também afeta a lucratividade intersetorial da economia, de forma a favorecer os setores produtores de *commodities* – extrativo mineral, de petróleo, agricultura –, em detrimento da indústria de transformação. Isso leva à realocação dos investimentos e dos fatores de produção (capital e trabalho) para os setores produtores de *commodities*, o que desacelera a acumulação e, portanto, tem efeito no crescimento da indústria de transformação. Consequentemente, contribui para a perda de participação da indústria e especialização da estrutura produtiva na manufatura de bens de menor intensidade tecnológica. Desse modo, a especialização regressiva afetaria negativamente a produtividade e o potencial de crescimento econômico do país.

---

21. Chesnais (1996) apresenta uma abordagem baseada na análise do processo de mundialização do capital segundo a qual a desindustrialização dos países centrais é vista como resultado do processo de deslocalização industrial das grandes companhias multinacionais, que buscariam zonas de baixos salários nos países envolvidos em acordos regionais (Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio – Nafta, UE ou Associação das Nações do Sudeste Asiático – Asean).

22. A referência clássica é a Holanda, com a descoberta de campos de gás no Mar Norte na década de 1970. Essa descoberta teve como efeito a valorização do florim, que afetou negativamente a indústria holandesa. Para uma discussão mais aprofundada, ver Bresser-Pereira (2008).

23. Corden e Neary (1982) desenvolveram um modelo econômico para explicar o caso da Holanda depois da descoberta de hidrocarbonetos no Mar do Norte.



Palma (2019) adiciona mais uma variante da doença holandesa: a mudança do regime de política econômica em decorrência da adoção das reformas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington.<sup>24</sup> Essas políticas, centradas na liberação do comércio exterior, privatização, disciplina fiscal e desregulamentação da conta de capital, entre outras medidas, afetaram negativamente a indústria dos países que as adotaram, em particular, aqueles do Cone Sul da América Latina (Chile, Argentina, Uruguai e Brasil). Consequentemente, as reformas neoliberais executadas foram diretamente responsáveis pela desindustrialização prematura vivida pelos países da região, pois erodiram os efeitos econômicos positivos da trajetória autossustentada do desenvolvimento industrial, o que reduziu o potencial de crescimento da renda *per capita* desses países.

Em suma, a desindustrialização causada pela doença holandesa pode ser entendida como um “excesso” de desindustrialização em relação à trajetória evolutiva da estrutura econômica, motivada pelos seguintes fatores: aumento de preço das *commodities* no mercado internacional; descobrimento de novos recursos naturais; expansão de atividades de exportação de serviços de turismo e finanças; e, por fim, mudanças do regime de política econômica. Portanto, a desindustrialização por doença holandesa se diferencia de outros determinantes da redução do emprego e do valor adicionado industrial. Em especial, na sua variante de mudança de regime de política econômica como indutor do processo de desindustrialização prematura. A esta variante da doença holandesa, ainda podem ser agregados os casos extremos dos países da Europa do Leste e da União Soviética, depois da queda do comunismo, que não só apresentaram regressão de suas estruturas industriais, como também perda da renda *per capita* (Palma, 2019).

Por último, outro fator listado para explicar a desindustrialização seria o processo de financeirização da economia. A financeirização<sup>25</sup> induziria a desindustrialização pelo menos por dois canais: i) a queda da taxa de investimento na indústria de transformação, devido à redução da atratividade dos investimentos em ativos fixos; e ii) a elevação da desigualdade de renda, que enfraquece o componente de consumo da demanda agregada. Portanto, a financeirização, em particular em países periféricos,<sup>26</sup> determina o enfraquecimento da relação entre a acumulação e o investimento em bens de capital (Bruno e Caffe, 2018), o que afeta negativamente o setor industrial (Oreiro *et al.*, 2021).

---

24. Para uma discussão abrangente das políticas econômicas preconizadas pelo Consenso de Washington e suas consequências, ver Serra e Stigler (2008).

25. Para uma discussão da definição conceitual da financeirização e de suas implicações econômicas, particularmente nos regimes de acumulação e de crescimento, ver Bruno (2022).

26. As evidências apontam que a financeirização, no caso do Brasil – quando se consideram diferentes métricas –, contribuiu para reduzir a taxa de acumulação da economia, com redução da formação de capital fixo e, consequentemente, da taxa de crescimento econômico (Bruno *et al.*, 2011; Bruno e Caffe, 2018). Portanto, a queda da taxa de acumulação da economia do país teve efeito negativo no investimento do setor industrial e, consequentemente, contribuiu para a desindustrialização.

O quadro 1 apresenta uma síntese dos fatores mais citados na literatura especializada como determinantes do processo de desindustrialização. Convém advertir que os tipos de desindustrialização e suas causas, descritos nesse quadro, devem ser entendidos mais como tipos “ideais” do que uma descrição concreta e histórica dos processos de desindustrialização. Nessa perspectiva, quando analisados casos específicos de países que se desindustrializaram, essa tipologia básica deve ser matizada, pois diferentes fatores podem atuar de forma conjunta.

**QUADRO 1**  
**Tipos, definições e causas da desindustrialização**

Tipos	Definição	Causas
Desindustrialização positiva (natural)	Perda da participação relativa, ou mesmo absoluta, do emprego industrial no total. Perda da participação do valor de transformação industrial (VTI) no PIB. Essas perdas acontecem com elevado nível de renda <i>per capita</i> . Não resulta em reprimarização do saldo de comércio exterior nem na redução significativa do potencial de crescimento.	“Ilusão estatística”, em razão do processo de terceirização de empregos industriais. Aumento de produtividade pela incorporação de progresso técnico, com redução dos preços relativos dos bens industriais e do emprego industrial. Elevação da participação dos serviços na cesta de consumo das famílias, em virtude da maior elasticidade-renda desses bens.
Desindustrialização negativa	Perda da participação relativa, ou mesmo absoluta, do emprego industrial no total. Perda da participação do VTI no PIB. Essas perdas acontecem com elevado nível de renda <i>per capita</i> . Reprimarização do saldo de comércio exterior, com impacto negativo no potencial de crescimento. Regressão da estrutura produtiva para indústrias e serviços de menor intensidade tecnológica, o que reduz o potencial de crescimento.	“Ilusão estatística”, em razão do processo de terceirização de empregos industriais. Globalização, com a realocação de plantas industriais para outros países com menor custo da mão de obra. Doença holandesa, em razão da descoberta de recursos naturais ou da criação de serviços de turismo e financeiros.
Desindustrialização “precoce”	Perda da participação relativa, ou mesmo absoluta, do emprego industrial no total. Perda da participação do VTI industrial no PIB. Essas perdas acontecem com médio-baixo nível de renda <i>per capita</i> . Reprimarização do saldo de comércio exterior, com impacto negativo no potencial de crescimento. Regressão da estrutura produtiva, principalmente para serviços de menor intensidade tecnológica, o que reduz o potencial de crescimento.	“Ilusão estatística”, em razão do processo de terceirização de empregos industriais. Globalização, com a realocação de plantas industriais para outros países com menor custo da mão de obra e produtividade. Doença holandesa, em razão da descoberta de recursos naturais ou da criação de serviços de turismo e financeiros. Mudança do regime de política econômica, com a adoção das recomendações das diretrizes do Consenso de Washington. Financeirização periférica.

Fontes: Maia (2020) e Torres e Cavalieri (2015).  
Elaboração dos autores.

No caso brasileiro, a desindustrialização por causa da financeirização dificilmente pode ser explicada sem se considerar o conjunto de medidas de políticas econômicas baseadas nas reformas preconizadas pelo Consenso de Washington – a exemplo da abertura da conta de capital, que impulsionou a financeirização da economia. Por sua vez, o conjunto dessas medidas liberalizantes também acentuou o efeito da doença holandesa pelos canais do câmbio e da taxa de juros.

A financeirização e as políticas econômicas de orientação neoliberal reforçaram-se mutuamente. Ou seja, houve uma associação de fatores – com efeitos diretos e indiretos – que são apresentados esquematicamente no quadro 1.

O processo de desindustrialização brasileiro tem levado à elaboração de diversos estudos com o objetivo de entender se esse processo efetivamente ocorreu ou não e, caso tenha ocorrido, quais setores da indústria de transformação doméstica teriam sido mais atingidos. É presente também na literatura especializada a discussão da periodização do processo de desindustrialização em nosso país. Embora existam pontos de debate, uma significativa parcela desses estudos defende que o processo de desindustrialização na economia brasileira efetivamente ocorreu (Oreiro e Feijó, 2010; Morceiro, 2018; 2019; 2021; Hiratuka e Sarti, 2017; Cano, 2012; Morceiro e Guilhoto, 2019; 2023; Maia, 2018; 2020).

Morceiro e Guilhoto (2019) apontam que o processo de desindustrialização no Brasil não é recente, podendo ser datado a partir de meados dos anos 1980, e que voltou a se acelerar a partir de 2009. O VAM dividido pelo PIB, a preços básicos e constantes de 2005, caiu de 22,9% para 13,3%, entre 1980 e 2015.<sup>27</sup> Essa queda corresponde a uma variação negativa de 42% no período considerado. Não há evidências de que a desindustrialização tenha se estabilizado; ao contrário, as indicações são de que esse processo se aprofundou nos anos mais recentes (Morceiro, 2021). Um aspecto importante, que deve ser apontado, é que esse processo não foi setorialmente homogêneo na indústria de transformação brasileira, pois afetou de forma diferenciada os subsetores da indústria. Mas vale destacar que atingiu subsetores de média e alta tecnologia, que normalmente oferecem postos de trabalho mais qualificados e com melhor remuneração (Morceiro e Guilhoto, 2023).

Morceiro (2019) retoma a análise da desindustrialização pelo enfoque do emprego, que é relevante pelo seu impacto na estratificação e na composição de classe da sociedade brasileira. As evidências apresentadas mostram uma queda da participação dos postos de trabalho na indústria de transformação no total das vagas formais e informais a partir dos anos 1980. A retração do emprego foi verificada inclusive em termos absolutos, entre 2014 e 2017, com efeito negativo na oferta de postos de trabalho com remuneração mais elevada e qualificada. Nessa perspectiva, a desindustrialização brasileira não só teria sido “precoce” em termos da renda *per capita*, quando analisada de forma agregada, mas também em relação à transição demográfica e à composição setorial das ocupações.

Em suma, as evidências da desindustrialização, no caso brasileiro, são confirmadas por várias métricas – participação no PIB, perda relativa do emprego

27. Morceiro (2012) defende que esse indicador apresenta vantagens para avaliar a desindustrialização, por captar a capacidade da manufatura de influenciar o crescimento do restante da economia. Para uma avaliação das limitações dos indicadores usuais de desindustrialização, ver Torres e Cavalieri (2015).

industrial e mudança na composição do comércio exterior –, embora esse processo não tenha ocorrido de forma homogênea em termos de subsetores da indústria de transformação doméstica e de forma contínua no tempo (Morceiro e Guilhoto, 2023). A desindustrialização brasileira se expressaria: i) na redução da participação agregada da indústria no PIB; ii) na perda de participação específica de determinados subsetores industriais no PIB, inclusive daqueles intensivos em tecnologia; iii) na queda de participação dos manufaturados no saldo da balança de comércio *vis-à-vis* o aumento das *commodities*; e, por fim, iv) na contração da participação relativa de empregos na indústria (Morceiro, 2018; Maia, 2018; 2020). Enfim, a desindustrialização combinaria diferentes tipos e causas, mas o resultado final impactaria negativamente o investimento em formação de capital fixo, a produtividade e o crescimento econômico do país.

Por fim, vale ressaltar que o aspecto relevante da desindustrialização, para os objetivos deste capítulo, é seu efeito na estrutura de ocupações do mercado de trabalho, que, portanto, apresenta impacto na mudança da estratificação de classes sociais. Nesse sentido, a desindustrialização é um fator determinante que não pode ser desconsiderado na análise da mudança da estrutura de ocupação e da composição do emprego intersetorial da economia e intrassetorial da indústria de transformação doméstica. A contrapartida da perda relativa do emprego industrial tem sido o aumento da participação da ocupação no setor de serviços, que, em média, apresenta menores remunerações e requerimentos de qualificação (Helper, Krueger e Wial, 2012).

Adicionalmente, não se pode esquecer que a desindustrialização altera também a composição de postos de trabalho de supervisores, gerentes e executivos da indústria – que compõem os extratos médios da sociedade –, assim como a dimensão e constituição interna da classe capitalista que controla a propriedade dos ativos industriais. Ou seja, o processo de desindustrialização tem vários efeitos econômicos que também se manifestam na esfera social, em particular, na alteração da estratificação social do país.

### **3 CLASSE SOCIAL, ESTRUTURA E POSIÇÃO DE CLASSE: ASPECTOS CONCEITUAIS, PROPOSTA ANALÍTICA E MÉTRICA PARA TIPOLOGIA DE CLASSES**

A questão da análise das classes sociais, seus fundamentos teóricos e métricas empíricas tem sido um dos eixos do desenvolvimento da sociologia como disciplina científica.<sup>28</sup> A análise de classe sociais recebeu uma contribuição importante com Wright (1978; 1980; 1985; 1997; 2015). Esse sociólogo renovou a base teórica e empírica desse tipo de análise nas ciências sociais. Seus trabalhos não só reatualizam

---

28. Para uma apresentação das diferentes abordagens de análise de classes na sociologia, ver Wright (2015). Para uma síntese dessas abordagens, com aplicações ao caso brasileiro, ver Pompeu *et al.* (2020).

o conceito de classe social do ponto de vista teórico, como também possibilitam a operacionalização desse conceito com desenvolvimentos metodológicos que permitem dar conteúdo empírico ao quadro conceitual da análise de classes sociais por ele desenvolvido.

Sendo assim, o quadro conceitual de análise de classes elaborado por Wright – classificado como neomarxista – é uma referência para um amplo campo de estudos, como os de desigualdade de renda e riqueza, de educação, de saúde, de gênero e de raça que utilizam uma clivagem de classes sociais. Igualmente possibilita rigor conceitual e aplicabilidade empírica para a análise das mudanças da estratificação social por diferentes dinâmicas econômicas que alteram a estrutura ocupacional e a oferta de postos de trabalho e, conseqüentemente, afetam as relações sociais de produção e a respectiva estrutura de classes.

Nessa perspectiva, a desindustrialização, que impacta a estrutura ocupacional e a composição do emprego no mercado de trabalho, deve ser considerada um fator relevante na reconfiguração da estrutura das classes sociais nos países capitalistas desenvolvidos, mas também em países de capitalismo periférico de renda média, como o Brasil, para os quais a evidência sugere um processo de desindustrialização precoce nas últimas décadas, conforme discutido na seção anterior.

A abordagem neomarxista proposta por Wright<sup>29</sup> conceitua classe social a partir das relações sociais de produção; mais precisamente, a classe é definida pelos vínculos com outras classes constituídas no âmbito das relações sociais de produção vigentes.<sup>30</sup> Por sua vez, as relações sociais de produção são entendidas como diferentes tipos de direito e de poder sobre a utilização dos recursos produtivos. O controle desses ativos gera capacidades desiguais de apropriação sobre os resultados econômicos do seu uso. Isso implica considerar que as relações sociais de produção entre os indivíduos configuram diferentes formas de dominação/subordinação, devido a sua posição dentro do sistema capitalista de produção (Wright, 2015, p. 24-25). Desse modo, o atributo relacional – constitutivo da classe social – apresenta também uma natureza estrutural, pois implica diferentes formas e graus de controle de recursos produtivos, direta ou indiretamente, empregados na produção, com a contrapartida de distintos graus de acesso à renda e, portanto, ao consumo.

Na formulação do seu quadro de análise de classes, Wright enfatiza o conceito de exploração, presente nas relações sociais de produção, em razão da distribuição e do comando diferenciado dos ativos produtivos entre os indivíduos na

---

29. Uma apresentação dos conceitos da abordagem neomarxista de Wright pode ser encontrada em Santos (2002, capítulo 2). É importante frisar que o quadro conceitual da análise de classes proposto por Wright não se manteve estático; evoluiu ao longo do desenvolvimento das pesquisas do autor.

30. Vale lembrar que as relações sociais entre indivíduos não se reduzem às relações sociais de produção. Um exemplo, nesse sentido, são as relações familiares.

sociedade capitalista. A exploração é baseada na privação material dos indivíduos em determinada situação de classe, assim como no bloqueio do acesso a um conjunto de recursos produtivos e, por fim, na capacidade de apropriação dos resultados econômicos decorrentes das relações sociais de produção. Por sua vez, a condição de exploração de um conjunto de indivíduos, em uma específica situação de classe, condiciona e limita as estratégias de vida e de mobilidade social.

Nesse sentido, a exploração implica dominação e vice-versa, o que significa que o atributo relacional – que delimita a classe social – não somente apresenta uma dimensão estrutural, mas também uma natureza política, que garante a reprodução das relações sociais de produção temporalmente. Portanto, as relações de classes podem ser consideradas como a “unidade das relações de apropriação e dominação” (Santos, 2002, p. 42). Por sua vez, as desigualdades materiais das relações de classe são condicionantes de outras desigualdades sociais, que decorrem, por exemplo, de raça e gênero; mesmo que esses outros determinantes das desigualdades guardem relativa autonomia e não possam ser reduzidos ao marcador de classes sociais baseado somente no comando de ativos produtivos. Desse modo, a exploração e a dominação podem ter múltiplas determinações além daquela causada pelo controle ou não de ativos produtivos (múltiplas formas de exploração).

Em suma, a estrutura de classes refere-se às relações sociais de produção que definem um conjunto de posições de classe a serem ocupadas pelos indivíduos. Ou seja, trata-se de um conjunto de posições que classifica os indivíduos nas relações sociais de produção. Por sua vez, a posição dos indivíduos na estrutura de classes determina condições objetivas, ao menos potencialmente, para que tenham interesses comuns que possibilitem organizar sua ação coletiva.<sup>31</sup> Portanto, o conceito de estrutura de classes permite a macroanálise<sup>32</sup> dos efeitos de determinados fatores sociais e econômicos – por exemplo, uma migração massiva ou a introdução de tecnologias poupadoras de trabalho – nas relações de classe situadas em determinado território e período do tempo.

A figura 1 apresenta a rede causal da análise de classe proposta por Wright. Esse esquema permite ao autor ressaltar a proximidade do quadro conceitual neomarxista com a abordagem neoweberiana de classe social (Goldthorpe, 1980; 2000; Erikson e Goldthorpe, 1992).<sup>33</sup> As diferentes formas de relação com os ativos econômicos –

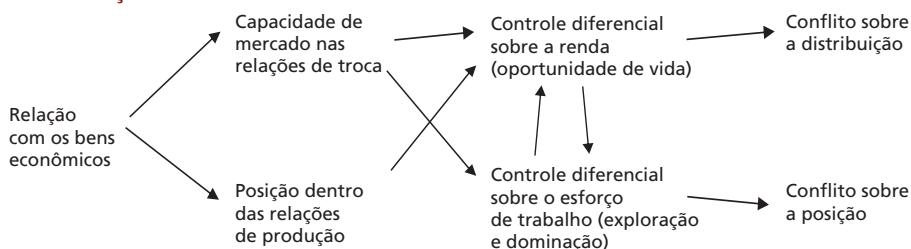
31. Nessa perspectiva, a estrutura de classes é um dispositivo social de distribuição de acesso aos recursos e, conseqüentemente, de organização da capacidade de ação coletiva dos indivíduos em determinadas localizações de classe (Santos, 2002, p. 55).

32. Conforme se discute mais adiante, é possível examinar as formas pelas quais a classe social incide sobre vários aspectos da vida dos indivíduos, conformando as suas experiências e sua identidade social. Esse recorte analítico da abordagem neomarxista é denominado como microanálise de classe (Wright, 2015, p. 35).

33. Para uma apresentação da abordagem neoweberiana de classe, ver Breen (2015). Pompeu *et al.* (2020) também discutem os fundamentos das análises de classe neoweberiana e neomarxista. Uma compilação das diferentes tipologias de classes sociais usadas em estudos de diferentes dimensões da desigualdade no Brasil pode ser encontrada no capítulo 2 deste livro, elaborado por Gonçalves, Souza e Leão.

“relações sociais de produção”, na abordagem neomarxista, ou “capacidades de mercado”, na análise neoweberiana – determinam as variabilidades de localização de classe dos indivíduos. As relações mediadas pelas situações no mercado referem-se aos diferenciais de renda de uma ocupação, às condições de emprego, ao grau de segurança econômica e à probabilidade de progresso econômico dessa ocupação. A situação de mercado é complementada pela situação de trabalho, que concerne à posição da ocupação dentro do sistema de autoridade e controle do processo de produção (Breen, 2015, p. 51). As situações de mercado e de trabalho propostas pela abordagem neoweberiana não seriam incompatíveis com os ativos de qualificação e organizacionais da análise neomarxista. Conseqüentemente, na análise neoweberiana, o conflito oriundo da localização do indivíduo em determinada classe ocorre na esfera da distribuição do excedente econômico, como ilustra o quadro 1. Entretanto, conforme defende Wright (2015, p. 41), esse antagonismo também está presente na análise neomarxista.

**FIGURA 1**  
**Relação de causalidade na análise de classe neomarxista**



Fonte: Wright (2015).

Apesar disso, a abordagem neomarxista, diferentemente da neoweberiana, adiciona a localização do indivíduo em relação aos ativos produtivos no processo de trabalho. Esse marcador de localização de classe vai condicionar a intensidade do esforço de trabalho na produção e, portanto, a dimensão do excedente econômico. Porém, somente parcela desse excedente retorna na forma de salário, em razão da exploração/dominação determinada pelas relações sociais de produção. Desse modo, o antagonismo das relações de classe está alicerçado não só no poder de barganha do indivíduo no mercado, conforme entende a abordagem neoweberiana, mas igualmente na posição do indivíduo na relação de produção. Essa dimensão da análise de classe neomarxista não se encontra na abordagem weberiana, o que leva Wright (2015, p. 41) a defender que a abordagem neoweberiana estaria “aninhada” na análise de classe neomarxista, pois essa abordagem considera a posição do indivíduo na esfera da troca e da produção para determinar sua localização de classe.

É importante registrar que o quadro conceitual de classe social desenvolvido por Wright admite situações de complexidades analíticas nas relações sociais de produção, assim como não defende a redutibilidade de todos os fenômenos sociais

às determinações da estrutura de classes. Um primeiro aspecto da complexidade das posições de classe, denominada *situações contraditórias de classe*, é o problema de classificação na estrutura de classes dos estratos médios (“classe média”) da sociedade. Um exemplo dessa situação contraditória é a posição dos gerentes nas relações sociais de produção, pois estes, ao mesmo tempo que são trabalhadores, têm delegação para demitir e contratar empregados, o que é um atributo típico dos proprietários de ativos produtivos. Outra situação contraditória de classe são os indivíduos que possuem ativos produtivos de qualificação, que garantem elevadas habilidades em virtude da educação ou, mesmo, do talento individual.<sup>34</sup> A posição de classe desses indivíduos amplia o seu poder de controle sobre seu processo de trabalho e remuneração. Por fim, a complexidade da situação de classe pode ocorrer no caso de o indivíduo ter mais de uma ocupação, por exemplo, ser assalariado e ter uma atividade remunerada como trabalhador autônomo. Todas essas variações de situação de classe criam dificuldades para a classificação dos indivíduos na estrutura de classes.

Outro aspecto da complexidade das situações de classe diz respeito ao que Wright vai denominar *situações mediadas dentro das relações de classe*. Nessas situações de classe, as relações sociais de produção, que localizam o indivíduo em relação aos direitos e poderes sobre os ativos produtivos, são mediadas por relações familiares ou de parentesco. Um exemplo dessas situações é a mulher assalariada que tem alta qualificação e é casada com um capitalista industrial. Outro exemplo são indivíduos estudantes, aposentados ou cônjuges que não estão diretamente localizados nas relações sociais de produção. Nessas situações de classe, os indivíduos não podem ser classificados segundo sua posição na estrutura de ocupações e de emprego, mas sim a partir de mediações dentro das relações de classe.

O quadro conceitual desenvolvido por Wright possibilita a elaboração de uma proposta metodológica que permite dar conteúdo empírico à análise das estruturas de classes nas sociedades capitalistas. O dispositivo metodológico proposto é a construção de uma tipologia de classe baseada no controle diferenciado dos ativos produtivos por parte dos indivíduos, situados em localizações específicas nas relações sociais de produção. Essa posição de classe é também demarcada pela capacidade de dominação/subordinação nessas relações, o que o autor denominou inicialmente como *controle de ativos organizacionais*. São considerados, ainda, os ativos de qualificação como marcadores de localização de classes. Nessa perspectiva,

---

34. É importante notar que a capacidade de maior controle sobre o processo de trabalho e remuneração em decorrência da educação não pode ser reduzido a um atributo individual, como na teoria de capital humano de extração neoclássica, mas seria um atributo que guarda relação com a posição do indivíduo na estrutura de classes. É essa posição que vai condicionar, em maior ou menor medida, o acesso à educação e, portanto, a posse de ativo de qualificação e/ou credencial. Trata-se de um acesso que depende da localização do indivíduo na estrutura de classes e, posteriormente, da validação da qualificação pela relação social de produção vigente. Ou seja, trata-se de um atributo que apresenta um componente estrutural associado à localização de classe do indivíduo.



a tipologia de classes é o dispositivo metodológico que gera um mapa empírico para a análise concreta da estrutura de classes em uma sociedade.

Santos (2002, p. 50) ressalta que a localização de classe, que classifica os indivíduos na tipologia, não se reduz necessariamente a uma classe social na perspectiva macroestrutural. A localização de classe, antes de mais nada, determina um conjunto de mecanismos sociais que colocam as possibilidades e os limites das trajetórias de vida do indivíduo. Trata, principalmente, da sua posição nas relações sociais de produção e, portanto, situa o indivíduo na escala do controle dos ativos produtivos que estruturam a sua interação e ação social. Nessa perspectiva, a tipologia de classes registra as relações e as localizações de classe em um mapa empírico que permite a análise de classe em diferentes clivagens, de que são exemplos desigualdades de renda, educação, saúde, gênero, raça, trajetórias de mobilidade social, participação política e voto no sistema partidário. A tipologia mais simples da proposta de análise de classes de Wright é apresentada no esquema do quadro 1.

FIGURA 2

**Tipologia básica da análise de classes neomarxista**



Fonte: Wright (1997).

A tipologia básica da análise de classes neomarxista é formada por três marcadores de localização de classe: i) controle de ativos produtivos; ii) ativos de qualificação; e iii) posição de dominação/subordinação nas relações sociais de produção. Esses três marcadores estabelecem seis localizações nas relações de classe. As duas primeiras localizações são delimitadas pelo controle de ativos produtivos que requerem a contratação de trabalhadores ou que não necessitam da sua contratação. As outras quatro posições são definidas pela ausência de controle de ativos produtivos, mas que apresentam um marcador relacionado à qualificação e outro relacionado ao exercício de autoridade (dominação/subordinação) na relação social de produção, como mostra a figura 1. A graduação desses dois últimos marcadores permite a classificação dos indivíduos nas posições intermediárias no mapa de classe.

Uma proposta de tipologia ampliada das localizações de classe é também apresentada por Wright, conforme a figura 2. Nessa tipologia ampliada,

os marcadores de posição de classes continuam sendo o controle de ativos produtivos, qualificações escassas e a relação com a autoridade na estrutura organizacional da contratação de trabalho, mas esses marcadores agora ampliam o peso da escala de gradação para a classificação das localizações de classe. Isso possibilita ampliar para doze posições a classificação dos indivíduos na tipologia, conforme a gradação de incidência dos marcadores de localização de classe no indivíduo.

**FIGURA 3**  
**Tipologia ampliada da análise de classe neomarxista**

Relação com meios de produção

		Proprietários		Empregados				
Número de empregados	Muitos	Capitalistas	Gerentes especializados	Gerentes qualificados	Gerentes não qualificados	Gerentes		
	Poucos	Pequenos empregadores	Supervisores especializados	Supervisores qualificados	Supervisores não qualificados	Supervisores		
	Nenhum	Pequena burguesia	Especialistas	Trabalhadores qualificados	Trabalhadores não qualificados	Não gerência		
			Especialistas	Qualificados	Não qualificados			

Relação com qualificações escassas

Fonte: Wright (1997).

São propostas três posições de classe para os indivíduos que possuem ativos produtivos. As duas primeiras localizações decorrem da gradação do número de trabalhadores contratados. A terceira posição de classe não é delimitada pela contratação de trabalhadores. Nesse caso, a posse de ativos produtivos garante a capacidade do indivíduo de trabalhar para si mesmo (autoemprego). As outras nove localizações de classes não proprietárias de ativos produtivos vão depender da gradação dos marcadores de posse de ativos de qualificação e, ainda, do grau de exercício da autoridade que o indivíduo exerce na organização em que trabalha.

O marcador de qualificação funciona como um potencializador da escassez da força de trabalho, o que aumenta o poder de barganha do indivíduo no mercado de trabalho e no mercado de trabalho interno da organização. Por sua vez, as localizações de classe determinadas pelo marcador de autoridade envolvem: i) capacidade de decisão sobre as políticas da organização, particularmente de alocação de recursos, e autoridade sobre os trabalhadores; e ii) autoridade sobre os trabalhadores, mas não quanto à tomada de decisões no que concerne às políticas da organização (Santos, 2002, p. 53). A primeira localização de classe seria típica de gerentes, e a segunda, de supervisores, na tipologia ampliada proposta por Wright.

É importante ter em mente que as tipologias propostas por Wright não podem ser consideradas como dispositivos de mensuração empírica fechados e fixos. Ao contrário, as tipologias derivadas da análise de classe neomarxista podem

ser modificadas conforme: i) os objetivos do estudo de estrutura e de localização de classe; ii) a gradação das relações dos indivíduos com o ativo de qualificação e posição de autoridade; iii) a qualidade, extensão e completude da base de informações empíricas dos indivíduos sobre sua localização de classe; e, por fim, iv) a classificação dos indivíduos no mapa de classes pode ser feita por um processo iterativo de avaliação sistemática que melhore a consistência da localização de classe e avalie as situações *outliers*.

A análise de classe neomarxista – que em muitos pontos vale também para a weberiana – tem sido submetida a uma crítica sistemática, que aponta seus problemas e limitações.<sup>35</sup> Para os objetivos deste texto, uma crítica pertinente é o problema da operacionalização empírica da tipologia de classe neomarxista a partir das informações de ocupação dos indivíduos coletadas em pesquisas domiciliares. Ou seja, o mapa de classe obtido com esse tipo de informação seria, basicamente, um agregado de empregos que não pode ser considerado como medida empírica da estrutura de classes, pois as posições ocupacionais não captam adequadamente as diferentes dimensões da desigualdade nem das relações de classe (Crompton, 1994<sup>36</sup> *apud* Santos, 2002, p. 64).

Apesar disso, as estruturas de ocupação e de empregos possuem atributos de localização de classe em razão das características técnicas e sociais de cada ocupação, que independem dos indivíduos que ocupam essas posições. Portanto, as estruturas ocupacional e de emprego permitem caracterizar o que o indivíduo controla de ativos e seu grau de subordinação dentro das organizações. Isso determina práticas e relações sociais que estabelecem e reproduzem as diferentes formas de desigualdade, inclusive de renda, vigentes nas sociedades capitalistas (Santos e Ribeiro, 2016, p. 89); isso possibilita, mesmo com limitações, a construção empírica de tipologias que fornecem informações sobre a estrutura de classes de determinada sociedade.

Em suma, o mapa de classes, baseada no quadro conceitual neomarxista de Wright, obtido a partir das informações de ocupação e emprego das PNADs, é particularmente adequado aos objetivos deste capítulo, pois permite avaliar o efeito da desindustrialização na estrutura de ocupação dos indivíduos diretamente empregados na indústria de transformação brasileira, que não controlam ativos produtivos, assim como os impactos nos indivíduos que controlam ativos produtivos nesse setor econômico. Desse modo, o mapa de classe, construído a partir das informações das pesquisas domiciliares, permite avaliar, mesmo com limitações e qualificações, os efeitos da desindustrialização na estrutura de classes da indústria de transformação brasileira nas duas primeiras décadas do século XXI. Essas transformações da estratificação social brasileira, dados os efeitos de dinâmicas econômicas, como aquela

35. Uma sistematização e apresentação dessas críticas pode ser encontrada em Santos (2002, p. 59-66).

36. Crompton, R. *Class and stratification: an introduction to current debates*. Cambridge: Policy, 1994.

determinada pelo processo de desindustrialização, necessitam de uma investigação sistemática, inclusive pela sua importância para as políticas públicas.

#### **4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS PARA CONSTRUÇÃO DO MAPA DE CLASSES NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASILEIRA E PARA A ANÁLISE DOS EFEITOS DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

O impacto do processo de desindustrialização no mapa de classe da indústria de transformação foi analisado por meio da adaptação da tipologia elaborada por Santos (2002; 2015), baseada no quadro conceitual da análise de classe proposto por Wright. Trata-se de uma tipologia que classifica as localizações de classe dos indivíduos a partir das suas relações sociais de produção determinadas pelo: i) controle e propriedade dos ativos produtivos; ii) grau de qualificação; e ii) nível de autoridade na organização. Para operacionalizar empiricamente o mapa de classes, as relações de produção são identificadas pela situação de emprego do indivíduo e sua localização na estrutura de ocupações.

A tipologia original<sup>37</sup> classificou as informações da estrutura de ocupação em quinze categorias de localizações de classe. Cada posição no mapa de classe foi definida pela ocupação ou conjunto de ocupações descritas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Essa classificação de ocupações é também utilizada pela PNAD Anual<sup>38</sup> para definir: i) situação de ocupação do indivíduo na semana de referência da pesquisa; e ii) qual sua localização na estrutura de ocupações catalogadas pela CBO. Desse modo, a operacionalização empírica da classificação dos indivíduos nas localizações do mapa de classe é feita pela informação da situação de ocupação e de sua localização na estrutura de ocupações. Isso permite distribuir cada indivíduo no mapa de classe. As informações sobre a situação de ocupação e sua localização foram extraídas dos microdados da PNAD Anual para o período de 2002 a 2015.

Para os objetivos deste trabalho, foi realizado um recorte de quatro categorias da tipologia original (capítulo 3 deste livro). Essas quatro localizações de classe são constituídas por ocupações diretamente ligadas à indústria de transformação, a saber: i) *capitalistas industriais*, extraído da posição de classe *capitalistas e fazendeiros* na tipologia original; ii) *gerentes* com ocupação na indústria de transformação, extraído da posição de *gerentes* na tipologia original; iii) *trabalhadores especializados*,

37. A construção das localizações de classe a partir da estrutura da ocupação da PNAD Anual é apresentada no capítulo 3, de Araújo *et al.*, neste livro. Essa tipologia de quinze classes é denominada "original" neste capítulo.

38. A PNAD Anual teve sua coleta iniciada no segundo trimestre de 1967 pelo IBGE. Essa pesquisa domiciliar por amostragem tem como objetivo coletar informações sobre a evolução da sociedade brasileira quanto a mercado de trabalho, renda, educação, demografia, habitação, entre outros temas socioeconômicos de relevância para políticas públicas. A PNAD Anual foi substituída pela PNAD Contínua em 2016, que, por razões de alterações metodológicas, não permite a comparabilidade estrita das informações coletadas pelas duas pesquisas domiciliares. Para uma discussão sobre o uso da PNAD Anual para a obtenção de mapa de classe, ver Santos (2002, capítulo 3), que apresenta também as limitações, como a sub-representação dos proprietários de ativos produtivos, por causa da transição das formas jurídicas da propriedade individual dos ativos produtivos para diferentes formas complexas de propriedade acionária.

*qualificados e supervisores* na indústria de transformação, extraído da posição de classe *trabalhadores especializados, qualificados e supervisores* na tipologia original; e, por fim, iv) *trabalhadores*, formada pela soma de trabalhadores típicos e elementares na indústria de transformação, extraídos da posição de classe *trabalhadores típicos e elementares* na tipologia original.

Sendo assim, foram extraídos da base de dados do mapa de classe os indivíduos com ocupação declarada na indústria de transformação e classificados nas quatro localizações de classes selecionadas entre as quinze da tipologia original. O quadro 1 apresenta, para essas posições de classes selecionadas, a correspondência dessas classes em relação às classes da tipologia original, e quais ocupações compõem as classes na tipologia original. É importante ter em mente que os efeitos da desindustrialização na estrutura de classes são analisados pelas mudanças na composição intraclasses das quatro categorias selecionadas do mapa de classe original. No entanto, essas mudanças na composição intraclasses afetam toda a estrutura de classes, pois alteram as relações sociais de produção.

## QUADRO 2

### Classes selecionadas da tipologia original e ocupações correspondentes

Classes selecionadas na indústria de transformação	Classes da tipologia original	Descrição da ocupação <sup>1</sup>
Capitalistas	Capitalistas e fazendeiros	Empregadores com mais de quinze empregados.
Gerentes	Gerentes	Posição na ocupação de gerente de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo os diretores de empresas ocupados.
Trabalhadores especializados Trabalhadores qualificados Supervisores	Trabalhadores especializados Trabalhadores qualificados Supervisores	Posição na ocupação de empregado: supervisor, chefe, mestre ou contramestre, de acordo com o grupo ocupacional. Posição na ocupação de empregado, especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo-se as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores dos ensinos médio e profissional com formação superior. Posição na ocupação de empregado, empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores de nível médio ou com formação superior no ensino infantil, fundamental e profissional, professores em educação física e educação especial.
Trabalhadores	Trabalhadores típicos Trabalhadores elementares	Posição na ocupação de empregado, trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semirrotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semirrotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas. Posição na ocupação de empregado, trabalhador com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros, exclusive os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem.

Fonte: Microdados do PNAD Anual (2002-2015).

Elaboração: Araújo *et al.* (capítulo 3 deste livro).

Nota: <sup>1</sup> Segundo a CBO.

As quatro posições de classe que constam do quadro 1 podem ser consideradas representativas da estrutura de classes da indústria de transformação, pois são típicas da estrutura ocupacional desse setor de atividade. Ademais, esse setor não se caracteriza pela presença significativa de trabalhadores informais, em razão do tamanho médio relativamente elevado das empresas industriais no Brasil, o que as sujeita a fiscalização mais rigorosa das normas trabalhistas (Morceiro, 2012, p. 95-96), assim como existe a tradição da atuação sindical para garantir os direitos trabalhistas.<sup>39</sup>

Dessa forma, a partir das informações do número absoluto dos indivíduos classificados nas quatro localizações de classe da indústria de transformação e as localizações de classe da tipologia original, foram obtidas as seguintes informações.

- 1) Participação percentual dos indivíduos nas quatro posições de classes selecionadas da indústria de transformação, em relação ao total de indivíduos localizados dessas mesmas classes na tipologia geral. Esses indicadores percentuais permitem avaliar as alterações da composição interna das quatro posições selecionadas da tipologia original descritas no quadro 1.
- 2) Percentual de participação complementar das quatro classes selecionadas com ocupação na indústria de transformação nas mesmas posições de classe na tipologia original. Portanto, esses percentuais computam os indivíduos em outros setores da economia, mas com a mesma posição de classe na tipologia original. Esses indicadores complementam a avaliação das mudanças internas das quatro posições selecionadas da tipologia original.
- 3) Por fim, foi calculada a participação das quatro posições de classe selecionadas do mapa em relação ao total de indivíduos localizados em todas as outras classes da tipologia de quinze posições (capítulo 3 deste livro). Essas informações permitem avaliar os efeitos das mudanças das participações das quatro posições de classe selecionadas na estrutura de classes, a partir da mudança da composição intraclasse da tipologia original.

Na sequência, foi estimado um modelo de regressão simples para cada percentual de participação das quatro localizações de classe diretamente ligadas à indústria de transformação, conforme descrito no item 1. Esses percentuais foram considerados variáveis dependentes e regredidos contra a variável independente VAM, a preços constantes de 2018.<sup>40</sup> O modelo de regressão simples estimado foi:

$$Y_{it} = \alpha + \beta_j X_{t-j} + \epsilon_{it} \quad (1)$$

39. Mas vale advertir que uma parcela de indivíduos com a ocupação na indústria de transformação podem estar classificados na localização de classe de *especialistas autoempregados ou autônomos*, o que seria o componente de *ilusão estatística* do processo de desindustrialização.

40. Agradecemos ao dr. Paulo Morceiro, pesquisador do tema de desindustrialização, pela cessão da base de dados do VAM utilizado nas regressões.

No modelo, temos que:

- $Y_{it}$  corresponde aos percentuais dos indivíduos das classe selecionadas da indústria de transformação em relação ao total de indivíduos na mesma posição de classe da tipologia original, em que o subscrito  $i = 1, 2, 3, 4$  indica as posições de classe selecionadas da tipologia original; e o subscrito  $t = 2002, 2003, \dots, 2015$  indica os anos considerados da variável  $Y$ , lembrando que, em 2010, não foi realizada a PNAD, em razão do Censo Demográfico;
- $X_t$  corresponde à participação do VAM no PIB a preços constantes de 2018, em que o subscrito  $t = 2002, 2003, \dots, 2015$  indica os anos considerados da variável independente VAM/PIB; e o subscrito  $j$  indica as defasagens temporais da variável VAM/PIB consideradas para estimar o modelo de regressão simples (1). Essa variável é definida como o valor bruto da produção menos o consumo intermediário a preços constantes de 2018, e pode ser entendida como um “indicador sintético” das causas da desindustrialização; e
- $\epsilon_{it}$  corresponde à variável aleatória do modelo de regressão, com  $\epsilon_{it} \sim N(0, \sigma^2)$  e independentemente distribuído.

O modelo de regressão simples (1) foi estimado com diferentes defasagens, para testar qual o modelo estimado com melhor aderência aos dados. O modelo foi estimado para cada localização de classe selecionada da indústria de transformação. A justificativa para o uso da variável VAM/PIB com defasagens é que o efeito da desindustrialização – captado por esse indicador – pode ter retardo temporal na estrutura de ocupação. Isso por duas razões: a primeira é que os fatores que explicam a desindustrialização precoce, listados no quadro 1, podem apresentar impactos distribuídos ao longo do tempo na estrutura de ocupação. A segunda é que as localizações de classe estão baseadas na estrutura ocupacional e no emprego. Portanto, os efeitos da desindustrialização podem ser diferenciados, em razão dos graus de qualificação exigidos na estrutura de ocupação, que, por exemplo, podem afetar menos intensamente as ocupações mais qualificadas, pois aí o custo do treinamento dos trabalhadores para as empresas é maior.

As estimações das equações de regressão do modelo (1) devem ser vistas com cuidado, por utilizarem uma amostra pequena. Isso limita o uso de procedimentos estatísticos mais robustos para avaliar, por exemplo, as relações de causalidade entre as mudanças da composição das localizações de classe da indústria e o indicador “sintético” de desindustrialização, mensurado pelo VAM/PIB a preços constantes. No entanto, a simplicidade do método estatístico utilizado não é irrelevante para dar indicações dos efeitos da desindustrialização na estrutura de classes brasileira no período considerado, inclusive porque os fatores primários que estão afetando

a variável dependente  $Y_{it}$  também afetam a variável independente  $X_{it}$  (VAM/PIB). Nesse caso, a tendência comum entre as variáveis do modelo estimado de regressão simples é justificada do ponto de vista econômico, mesmo que a evolução do VAM possa ser considerado um indicador mais “estrutural” do processo de desindustrialização.<sup>41</sup>

Por fim, outra questão importante é que as informações utilizadas pela PNAD Anual estão organizadas em grandes setores de atividade econômica. Como se sabe, há uma ampla e antiga discussão na literatura sobre a adequação da utilização de três macrossetores para a classificação das atividades econômicas: agricultura, indústria e serviços. Isto em razão da grande amplitude de atividades que caracteriza o setor de serviços (Gershuny, 1977; Clark, 1983; Offe, 1984; 1994; Walker, 1985; Kon, 2003).

O setor econômico de serviços é considerado um setor de atividade heterogêneo, que abrange profissões com distintas qualificações, constituindo-se de empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, trabalhadores de baixa escolaridade, autoempregados com renda extremamente baixa e com alta variabilidade; mas também incorpora diretores de empresas, organizados como empresas unipessoais, e especialistas autoempregados, que auferem rendimentos no topo da distribuição de renda. Da mesma forma, o setor de serviços engloba atividades econômicas tão diversas como servidores públicos, serviços sociais e pessoais em geral, pequenas empresas comerciais, grandes empresas de consultoria, escritórios de advocacia e clínicas médicas, conseqüentemente com rendimentos também muito diferenciados. Isto gera dificuldades analíticas muitas vezes incontornáveis em relação aos objetivos da pesquisa.

Também é preciso levar em consideração que o setor de serviços tem se expandido por causa da terceirização de várias atividades industriais, que contratam empresas para realizar determinadas atividades nas plantas fabris, visando reduzir os custos da produção. Uma das conseqüências é a redução da quantidade de postos de trabalho industriais, o que pode distorcer as evidências sobre a desindustrialização (a chamada “ilusão estatística” da desindustrialização, discutida na seção 2 deste capítulo).

Neste trabalho, optou-se pela classificação de quatro setores econômicos – agricultura, serviços, indústria de transformação e outros –,<sup>42</sup> inclusive por ser compatível com a organização das informações da PNAD. Os macrossetores ficaram com a seguinte composição:

41. Morceiro (2018, p. 17) defende que esse indicador é mais apropriado para avaliar a desindustrialização, por captar o efeito indutor da indústria de transformação no crescimento da economia.

42. Esses grupos foram formados a partir da classificação das respostas da coluna V4809 – grupamentos de atividade principal do empreendimento do trabalho principal da semana de referência para pessoas de 15 anos ou mais de idade, disponível na PNAD Anual.



- *agricultura*, constituído apenas por atividades agrícolas;
- *indústria*, formado apenas por indústria de transformação, não se considerando a indústria extrativa;
- *serviços*, constituído por comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e
- *outros*, formado por outras atividades industriais, construção, administração pública, outras atividades e atividades mal definidas.

A justificativa principal para manter uma classificação em quatro macrossetores, mesmo com os problemas apontados em relação ao setor de serviços, mas que também estão presentes na classificação do setor *outros*, é que a organização por macrossetores foi utilizada somente para uma comparação mais geral da evolução da população ocupada no setor da indústria de transformação em relação aos outros macrossetores da economia brasileira. Por sua vez, como o objetivo deste trabalho é avaliar os efeitos da desindustrialização, conforme definido na seção 2 deste capítulo, não se considerou a indústria extrativa, pois essa atividade econômica não apresenta os efeitos de encadeamento e externalidades na produtividade, entre outros impactos positivos, que são típicos da indústria de transformação.

## **5 DESINDUSTRIALIZAÇÃO E MUDANÇAS NA ESTRUTURA DE CLASSES: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA O CASO BRASILEIRO, DE 2002 A 2015**

Esta seção apresenta e discute os resultados empíricos do capítulo obtidos por dois tipos de informações. O primeiro tipo (gráfico 1) permite uma descrição geral, mesmo que sintética, da evolução da participação da população brasileira ocupada segundo os setores econômicos, entre 2002 e 2015. Desse modo, essa informação inicial fornece um enquadramento amplo para a análise do segundo tipo de informações (gráficos de 2 a 9), que procura avaliar o impacto da desindustrialização precoce no caso brasileiro. Essa avaliação é feita por meio da análise da evolução da composição relativa da ocupação na indústria de transformação a partir do recorte de quatro localizações de classes: i) *capitalistas industriais*; ii) *gerentes na indústria*; iii) *trabalhadores qualificados, especializados e supervisores*; e iv) *trabalhadores típicos elementares* (denominados de *trabalhadores*). Esse recorte de classes foi elaborado a partir de tipologia discutida no capítulo 3 deste livro, que adaptou, com alterações, o mapa de classes sociais desenvolvido por Santos (2002; 2015).

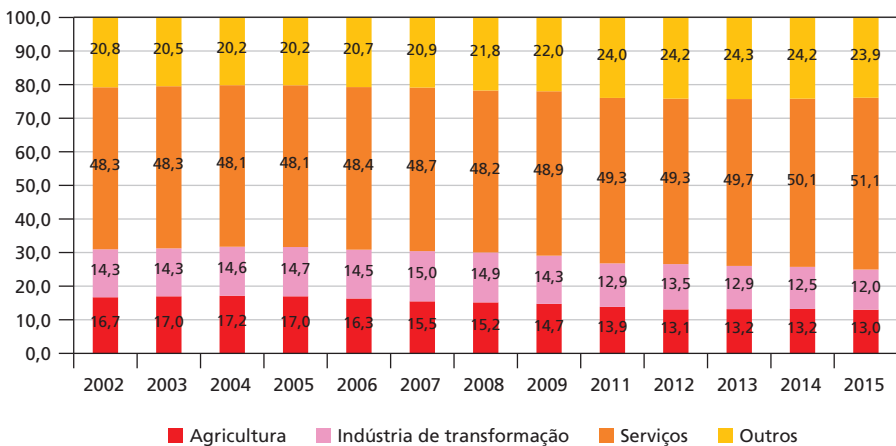
O gráfico 1 mostra a população ocupada segundo o agrupamento de atividades principal no período 2002-2015. Nota-se que a percentagem da população ocupada nos setores *indústria de transformação e agricultura* apresenta uma tendência de queda contínua no período em análise, o que sugere que a redução desses setores

não se deveu somente ao ciclo econômico. Um aspecto interessante é que a agricultura emprega relativamente um quantitativo de trabalhadores superior ao da indústria de transformação em quase todos os anos, pelos dados da PNAD Anual. Evidentemente, pelo fato de os dados serem estimados, essa informação deve ser tomada com o devido cuidado, mas a realização do próximo Censo Demográfico permitirá avaliar com mais consistência essa evidência.

### GRÁFICO 1

**Distribuição de pessoas com 15 anos ou mais de idade, por ano de referência, segundo grupamentos de atividade principal do empreendimento e do trabalho principal da semana de referência (2002-2015)**

(Em %)



Fonte: Microdados da PNAD Anual (2002-2015).  
Elaboração dos autores.

Por sua vez, chama atenção a expansão do setor de *serviços* quando a economia brasileira reduz seu ritmo de crescimento, assim como a expansão da ocupação no setor *outros*. Deve ser lembrado que esse setor reflete, entre outros fatores, o crescimento da ocupação no setor público, especialmente em nível municipal, que oferta a maioria dos serviços públicos básicos de atendimento à população. De qualquer forma, esses dois setores que apresentaram tendência de crescimento, entre 2002 e 2015, são muito heterogêneos, pois abrigam uma proporção grande de trabalhadores por conta própria precários e profissionais especialistas autônomos.<sup>43</sup>

43. Deve ser ressaltado que a cobertura – em termos da população ocupada da PNAD Anual que foi classificada nas localizações de classe da tipologia original – deixa de fora uma proporção grande da população brasileira em idade ativa, em torno de quase 40%, na média do período analisado. Uma explicação possível desses não classificados (ou “sem classes”) na tipologia original é que são aposentados ainda em idade ativa, estudantes que não exercem atividade laboral, ou ainda jovens que nem estudam ou nem trabalham. De qualquer forma, o contingente expressivo de “não classificados” indica a necessidade de aprofundar, em estudos posteriores, a análise da sua composição.

Apresentado no gráfico 2, o segundo conjunto de evidências empíricas analisa o impacto do processo de desindustrialização na estrutura de classes brasileira, particularmente nas localizações de classe diretamente ligadas à indústria de transformação, selecionadas da tipologia original de classes (capítulo 3 deste livro), apresentadas e descritas no quadro 2.

O gráfico 2 apresenta o percentual de indivíduos classificados segundo a categoria *capitalistas industriais* em relação ao total de indivíduos categorizados como *capitalistas e fazendeiros* (linha azul claro) de todos os setores econômicos. É também mostrado o percentual de indivíduos classificados como *capitalistas e fazendeiros*, exceto aqueles da indústria de transformação, em relação ao total de *capitalistas e fazendeiros* (linha azul escuro). Por fim, o total de indivíduos que perfazem a categoria de *capitalistas e fazendeiros*, em relação ao total dos que se declararam ocupados e foram classificados em uma das quinze classes da tipologia original (linha cinza). Deve ser observado que, nesse último percentual, não se incluem no numerador os indivíduos desocupados, aposentados e em atividades de autossustentabilidade, entre outros.

## GRÁFICO 2

### Evolução estimada de pessoas, no ano de referência, classificadas na categoria capitalista industrial – Brasil<sup>1</sup> (2002-2015)

(Em %)



Fonte: Microdados da PNAD Anual (2002-2015).

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Comparações em relação ao total do Brasil.

A evolução do percentual da classe *capitalistas industriais* apresenta uma queda, que pode ser considerada expressiva, entre 2002 e 2015. Esse percentual se reduz em torno de 11 pontos percentuais (p.p.) no período considerado, com uma contração mais acentuada nos anos de semiestagnação ou crescimento negativo do PIB, como observado em 2011 e 2015, respectivamente. Como contrapartida da queda do

percentual dos *capitalistas industriais*, se expande a classe de *capitalistas e fazendeiros* com atividades em outros setores econômicos que não na indústria de transformação.

As evidências apontam a tendência de redução da participação dos *capitalistas industriais* dentro da localização de classe *capitalistas e fazendeiros* total da tipologia original, o que é compatível com os efeitos de um processo de desindustrialização precoce. Isto é apoiado também pela indicação de que se expandiu o percentual de *capitalistas e fazendeiros* com atividades em outros setores da economia, o que explicaria a participação relativamente constante dessa posição de classe na tipologia original.

Em síntese, o contingente de *capitalistas industriais* brasileiros se reduziu entre 2002 e 2015, mas não o dos *capitalistas e fazendeiros* em geral.<sup>44</sup> Essa estabilidade do contingente de *capitalistas e fazendeiros* em geral decorreu no crescimento dessa localização de classe em outros setores da economia. Tudo indica que a desindustrialização teve um efeito importante na mudança da composição interna na posição de classe *capitalistas e fazendeiros* em geral. Pode-se especular ainda que o processo de desindustrialização afetou negativamente os capitalistas industriais, especialmente aqueles proprietários das empresas pequenas e médias, organizadas em formas societárias de propriedade mais simples, que seriam majoritários na amostra da PNAD Anual.<sup>45</sup>

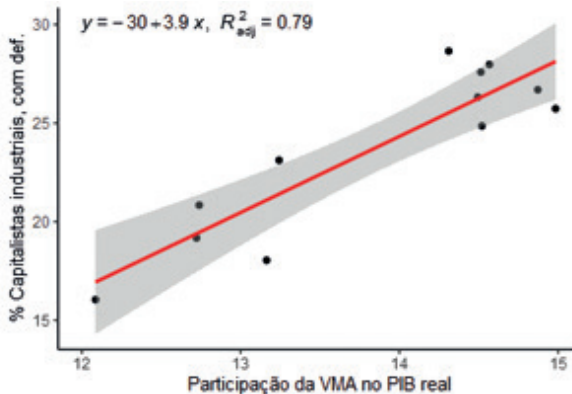
O gráfico 3 mostra os resultados do modelo de regressão simples do percentual da localização de classe *capitalista industrial* na tipologia original, contra a variável VAM/PIB a preços constantes. O modelo com melhor ajuste foi aquele com a variável independente com uma defasagem. O coeficiente estimado do VAM/PIB é estatisticamente significativo, e mostra a associação positiva entre essa variável e o percentual de capitalistas industriais. Ou seja, o crescimento da participação do VAM no PIB impacta positivamente o crescimento da participação dos capitalistas industriais na localização de classe *capitalistas e fazendeiros*. Por sua vez, a redução do indicador VAM/PIB estaria associada com a contração da participação relativa da localização de classe *capitalistas industriais*.

---

44. Com todas as ressalvas possíveis, pelas evidências de que a PNAD Anual subestima a renda percebida por capitalistas e fazendeiros, as evidências levantadas pela pesquisa mostram que a renda dos indivíduos localizados na classe de *capitalistas industriais* teve uma queda em termos reais, entre 2011 e 2014.

45. A variável V9532 do questionário da PNAD Anual refere-se ao rendimento mensal em dinheiro que recebia normalmente o indivíduo, no mês de referência, no trabalho principal da semana de referência. O manual de preenchimento do questionário explica que esse rendimento engloba retirada bruta da atividade exercida. É possível interpretar que essa retirada bruta, no caso de indivíduos classificados na posição de capitalistas e fazendeiros, acontece como um recebimento de natureza de *pro labore*, que é usual de proprietários de empresas organizadas em formas jurídicas mais simples, a exemplo das sociedades empresariais limitada unipessoal ou da sociedade empresária limitada. Portanto, formas mais complexas de organização jurídica, como sociedades anônimas, podem estar sub-representadas na amostra da PNAD Anual. Essa é uma limitação usual das tipologias de classe de extração neomarxista ou neoweberiana, quanto à captação de rendas da propriedade de ativos organizados em formas jurídicas mais sofisticadas do que a propriedade individual ou em sociedades empresariais mais simples.

## GRÁFICO 3

**Modelo de regressão simples: participação percentual de capitalistas industriais contra VAM/PIB<sup>1</sup>**

Fontes: PNAD Anual (2002-2014); e VAM/PIB a preços constantes de 2018 calculado por Paulo Morceiro.

Nota: <sup>1</sup> Uma defasagem.

Obs.: 1. Seleção do modelo pelo critério de perda de informação de Akaike (critério de informação de Akaike – AIC).

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

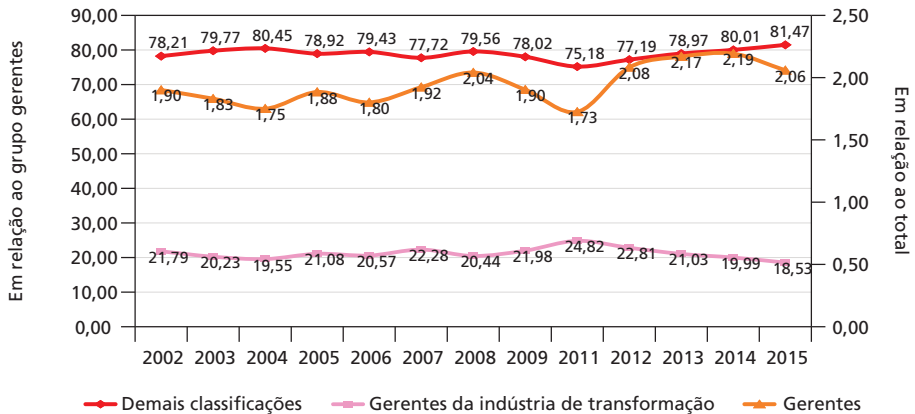
O gráfico 4 apresenta a evolução do percentual de indivíduos classificados segundo a categoria *gerentes*, com a ocupação na indústria de transformação, em relação às pessoas categorizadas como *gerentes* em todos os setores econômicos da PNAD (linha azul claro). É igualmente mostrado o percentual de indivíduos classificados como *gerentes, exceto aqueles da indústria de transformação*, em relação ao total de *gerentes* em todos os setores econômicos (linha azul escuro). Por fim, o gráfico mostra o total de indivíduos agrupados na categoria *gerentes* em relação ao total dos que se declararam ocupados e foram classificados na tipologia original de quinze classes (linha cinza).

As evidências apontam dois momentos distintos para a evolução percentual das pessoas categorizadas como *gerentes* na indústria de transformação, entre 2002 e 2015. Esse percentual chegou a crescer entre 2002 e 2011, especialmente, no subperíodo 2009-2011, que *grosso modo* coincide com um miniciclo de crescimento mais vigoroso da economia brasileira. Posteriormente, com a desaceleração da economia do país, a tendência é de contração da participação da classe *gerentes* da indústria de transformação em relação ao total de pessoas classificadas como *gerentes* em todos os setores econômicos. Entretanto, essa contração é bem menos acentuada que a observada na posição de classe *capitalistas industriais*, como visto no gráfico 2, o que sugere uma relativa estabilidade da participação das ocupações classificadas como *gerentes*, quando se analisa o período 2002-2015. Note-se ainda a relativa estabilidade da participação da classe *gerentes* no total das pessoas que se declararam ocupadas e foram classificados na tipologia original de quinze classes.

## GRÁFICO 4

Evolução estimada de pessoas, no ano de referência, classificadas na categoria gerentes na indústria de transformação – Brasil<sup>1</sup> (2002-2015)

(Em %)



Fonte: Base de dados construída a partir dos microdados da PNAD Anual (2002-2015).

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Comparações em relação ao total do Brasil.

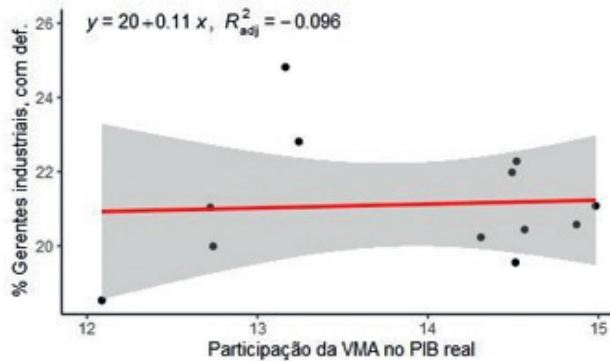
Uma hipótese que poderia explicar esse achado é que os sistemas de produção da indústria são mais intensivos em capital fixo do que o observado em outros setores da economia, o que exige pessoal qualificado para planejar e gerenciar as atividades de produção das unidades fabris. Não é possível uma planta industrial, inclusive em razão do número médio de trabalhadores empregados, operar sem um patamar mínimo de supervisão gerencial. Por sua vez, observa-se a queda da participação da categoria *gerentes* na indústria de transformação, à medida que a economia brasileira se desacelera a partir de 2011. Esse período também é de intensificação da desindustrialização brasileira (Morceiro e Guilhoto, 2019). A desindustrialização é um processo estrutural, que todavia pode se acentuar no caso da estagnação ou queda da taxa de crescimento da economia. No entanto, independentemente da fase do ciclo, a tendência foi de estabilidade da participação relativa da posição de classe de *gerentes* ocupados na indústria de transformação no período considerado.

Foi estimado o modelo de regressão simples do percentual da localização de classe *gerentes* na indústria de transformação contra o VAM/PIB a preços constantes, conforme mostra o gráfico 5. Todavia, o modelo com diferentes defasagens resultou em baixa aderência, o coeficiente estimado do VAM/PIB não é estatisticamente significativo e, portanto, não sugere associação entre essa variável e a variável dependente da participação percentual de *gerentes* da indústria da transformação.

As evidências do modelo de regressão simples estimado não apontam que a desindustrialização – medida pelo indicador VAM/PIB, a preços constantes – tenha afetado a localização de classe *gerentes* da indústria da transformação, conforme pode ser visto no gráfico 5.

#### GRÁFICO 5

#### Modelo de regressão simples: participação percentual gerentes da indústria de transformação contra VAM/PIB<sup>1</sup>



Fontes: PNAD Anual (2002-2015); e VAM/PIB a preços constantes de 2018 calculado por Paulo Morceiro.

Nota: <sup>1</sup> Uma defasagem.

Obs.: 1. Seleção do modelo pelo critério de perda de informação de Akaike (AIC).

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O gráfico 6 mostra a trajetória do percentual de indivíduos classificados na posição de classe *trabalhadores especializados, qualificados e supervisores* ocupados na indústria de transformação em relação à posição de classe *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores* em geral da tipologia original (linha azul claro). É também mostrado o percentual de indivíduos classificados como *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores*, exceto aqueles com ocupação na indústria de transformação (linha azul escuro). Por fim, o total de indivíduos agrupados na categoria de *trabalhadores especializados/qualificados* de todos os setores em relação ao total de pessoas que se declararam ocupadas e foram classificadas em uma das posições de classe da tipologia original de quinze classes (linha cinza).

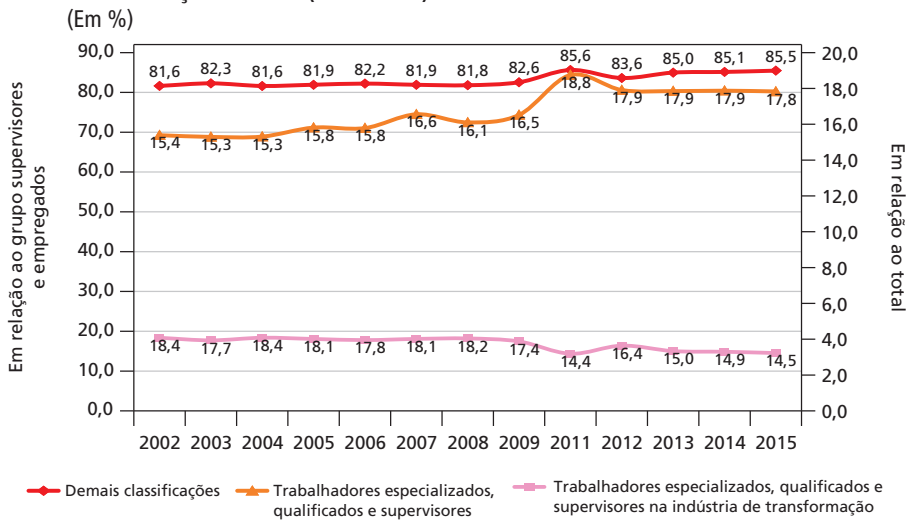
As indicações mostram uma queda de praticamente 4 p.p. da participação da posição *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores* da indústria de transformação em relação à localização de classe *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores* em geral na tipologia original, entre 2002 e 2015.<sup>46</sup> No entanto, essa queda se concentra em 2011, quando o governo federal faz uma contração fiscal.

46. Deve ser observado que, quando avaliada separadamente a localização de classe dos *supervisores*, esta se reduz no período considerado, o que pode justificar parte dessa variação, a qual seria condizente com um processo de diminuição de níveis hierárquicos nas empresas industriais.

Posteriormente, essa localização de classe volta a ganhar participação relativa, mas tende a se reduzir, acompanhando a desaceleração da economia brasileira no período. O aspecto interessante da evolução da participação da posição de classe *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores* da indústria de transformação é que esses trabalhadores tendem a ser menos afetados quando a economia brasileira desacelera, até entrar em recessão a partir de 2014. Isso sugere que as empresas procuram manter os trabalhadores mais especializados e qualificados, nos quais, muitas vezes, foi investido tempo e recursos para qualificação. No entanto, se considerarmos todo o período analisado, no qual operam os efeitos do processo de desindustrialização, independentemente do ciclo econômico, a evidência sugere uma redução, mesmo que amortecida, da participação relativa da localização de classe *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores* no total da posição de classe *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores* em geral da tipologia de classe.

### GRÁFICO 6

**Evolução estimada de pessoas, no ano de referência, entre as pessoas classificadas na categoria de *trabalhadores especializados, qualificados e supervisores* na indústria de transformação – Brasil<sup>1</sup> (2002-2015)**



Fonte: Microdados da PNAD Anual (2002-2015).

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Comparações em relação ao total do Brasil.

Desse modo, as evidências sugerem que esse núcleo mais qualificado de trabalhadores da indústria de transformação foi também atingido pela desindustrialização, mas aparentemente com menor intensidade que outras posições de classe analisadas neste capítulo. Vale ainda observar que cresceu, em termos proporcionais,

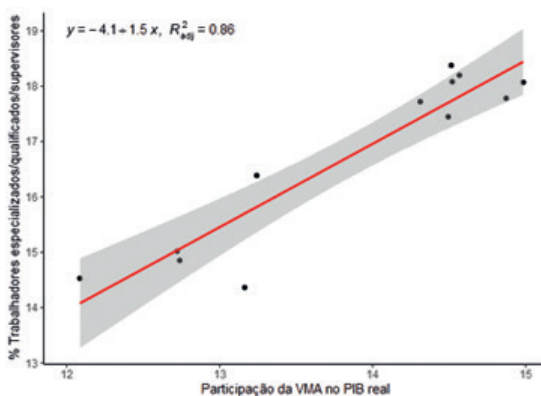


o segmento dos *trabalhadores especializados/qualificados* que não estavam ocupados na indústria de transformação, em relação ao total de *trabalhadores especializados/qualificados* da economia brasileira, assim como a participação dos *trabalhadores especializados/qualificados* em relação ao total de pessoas que se declararam ocupadas e foram classificadas em uma das posições de classe da tipologia original de quinze classes. Embora isso exija investigações adicionais, é possível que esses trabalhadores hajam sido ocupados em atividades mais qualificadas no setor de serviços.

O gráfico 7 mostra os resultados do modelo de regressão simples do percentual da localização de classe dos *trabalhadores especializados/qualificados* na tipologia original contra o VAM/PIB, a preços constantes. O modelo com melhor ajuste foi aquele com a variável independente defasada uma vez. O coeficiente estimado do VAM/PIB é estatisticamente significativo, e mostra a associação positiva entre essa variável e o percentual de *trabalhadores especializados/qualificados*. Ou seja, o crescimento da participação do VAM/PIB impacta positivamente o crescimento da participação da localização de classe *capitalistas e fazendeiros* da indústria de transformação. Por sua vez, a redução da variável independente VAM/PIB vai contrair a do percentual da localização de classe dos *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores* da indústria de transformação.

### GRÁFICO 7

**Modelo de regressão simples: participação percentual de trabalhadores especializados, qualificados e supervisores na indústria de transformação contra VAM/PIB<sup>1</sup>**



Fontes: PNAD Anual (2002- 2015); e VAM/PIB a preços constantes de 2018 calculado por Paulo Morceiro.

Nota: <sup>1</sup> A preços constantes (uma defasagem).

Obs.: 1. Seleção do modelo pelo critério de perda de informação de Akaike (AIC).

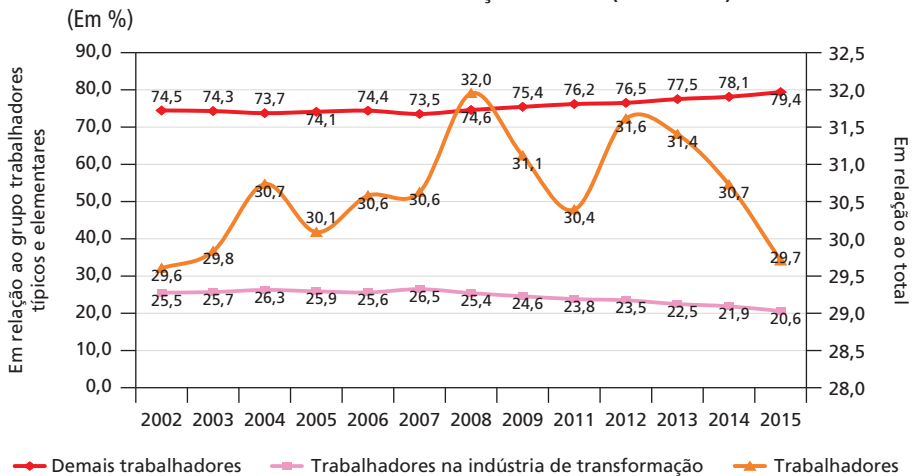
2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

O gráfico 8 apresenta o percentual de indivíduos classificados segundo a categoria *trabalhadores* – que corresponde à soma das categorias *trabalhadores típicos* e *trabalhadores elementares*, na tipologia original de quinze classes de ocupados na

indústria de transformação, em relação às pessoas na posição de classe de *trabalhadores* em todos os setores econômicos da PNAD (linha azul claro). É igualmente mostrado o percentual de indivíduos classificados como *trabalhadores, exceto aqueles da indústria de transformação*, em relação ao total de *trabalhadores* em todos os setores econômicos (linha azul escuro). Por fim, o total de indivíduos agrupados na categoria de *trabalhadores* em relação ao total dos que se declararam ocupados e foram classificados na tipologia original de quinze classes (linha cinza).

### GRÁFICO 8

#### Evolução estimada de pessoas, no ano de referência, classificadas na categoria de *trabalhadores* na indústria de transformação – Brasil<sup>1</sup> (2002-2015)



Fonte: Microdados da PNAD Anual (2002-2015).

Nota: <sup>1</sup> Comparações em relação ao total do Brasil.

Elaboração dos autores.

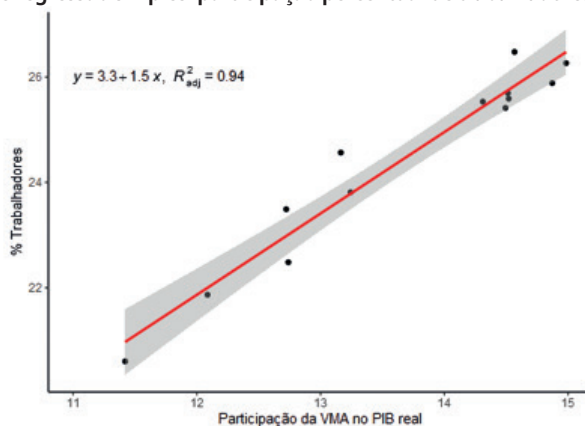
Entre 2002 e 2015, observa-se uma redução de 5 p.p. da participação da localização de classe de *trabalhadores* na indústria de transformação em relação à posição de classe *trabalhadores* em todos os setores de atividade econômica pesquisados pela PNAD Anual. Essa redução antecede o período de perda do dinamismo de crescimento da economia brasileira, que ocorre desde 2011. A perda da participação da posição de classe *trabalhadores* na indústria de transformação começa em 2008. Esse ano também é marco, por causa do crescente déficit da balança de comércio de manufaturas, que começa a ser afetada pela valorização cambial do real frente ao dólar, portanto, um fator que contribuiu para o processo de desindustrialização (Oreiro, Manarin e Gala, 2020). Assim, as indicações de contração da participação da categoria *trabalhadores* na indústria de transformação sugerem mais o efeito do processo de desindustrialização do que a influência do ciclo econômico.

Vale ainda observar a queda da participação do total da classe de *trabalhadores* ocupados em todos os setores de atividade econômica, em relação ao total dos que se declararam ocupados e foram classificados na tipologia original de quinze classes. A queda da participação da categoria *trabalhadores*, especialmente a observada a partir de 2012, parece estar associada à perda de dinamismo da economia brasileira, para a qual o processo de desindustrialização é fator que contribui, inclusive em outros setores, pelos seus efeitos de encadeamentos setoriais com o restante da economia.

O gráfico 9 mostra os resultados do modelo de regressão simples do percentual da localização de classe *trabalhadores* na tipologia original contra o VAM/PIB, a preços constantes. O modelo com melhor ajuste da variável independente não foi defasado, o que pode ser explicado pelo efeito contemporâneo da desindustrialização nessa posição de classe. O coeficiente estimado do VAM/PIB é estatisticamente significativo, e mostra a associação positiva entre essa variável e o percentual de capitalistas industriais. Ou seja, o crescimento da participação do VAM no PIB impacta positivamente, e de forma significativa, o crescimento da participação relativa da localização de classe *trabalhadores*. Ademais, pode-se observar que a redução da variável independente VAM/PIB também tem um impacto importante na queda da participação relativa da localização de classe *trabalhadores*.

### GRÁFICO 9

Modelo de regressão simples: participação percentual de *trabalhadores* contra VAM/PIB<sup>1</sup>



Fontes: PNAD Anual; e VAM/PIB a preços constantes de 2018 calculado por Paulo Morceiro.

Nota: <sup>1</sup> A preços constantes (sem defasagem).

Obs.: 1. Seleção do modelo pelo critério de perda de informação de Akaike (AIC).

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em síntese, as evidências obtidas sugerem que o impacto da desindustrialização parece ter tido um efeito significativo na redução da participação da classe de

*capitalistas industriais* no total da classe de *capitalistas* de outros setores de atividade econômica. O impacto do processo de desindustrialização parece ter afetado negativamente, de forma significativa, ainda a participação relativa da posição de classe de *trabalhadores* ocupados na indústria de transformação, em relação à categoria de *trabalhadores* em geral da tipologia original. Para a posição de classe *trabalhadores especializados/qualificados/supervisores* na indústria de transformação, o efeito do processo de desindustrialização, na perda da participação relativa, também pode ser observado, porém com menos intensidade. Em relação à participação relativa da posição de classe de *gerentes* na indústria de transformação, não há indicações robustas de que o processo de desindustrialização tenha afetado essa posição de classe no período analisado.

Por fim, deve-se advertir que o efeito do processo de desindustrialização, que tem uma natureza estrutural e de longo prazo, é combinado com o efeito do ciclo econômico e, eventualmente, com outros fatores não identificados, o que requer estudos adicionais para isolar e confirmar os impactos do processo de desindustrialização precoce na estrutura de classes da sociedade brasileira.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os efeitos da desindustrialização têm implicações diretas para o desenvolvimento do país, pois a indústria de transformação pode ser considerada o motor de crescimento econômico no longo prazo. Isto decorre da operação de economias de escala dinâmicas e estáticas; e da criação e difusão do progresso técnico nesse setor de atividade econômica. Adicionalmente, a indústria de transformação apresenta fortes efeitos de encadeamentos insumo-produto a jusante e a montante com outros setores da economia; portanto, apresenta efeitos multiplicadores na renda e no emprego que têm maior impacto. Do ponto de vista econômico, a desindustrialização é um fator importante para a perda do dinamismo de crescimento econômico<sup>47</sup> e, por conseguinte, limita o processo de desenvolvimento socioeconômico.

Se o aspecto econômico do processo de desindustrialização tem sido estudado sistematicamente, e seus efeitos negativos identificados, ainda são relativamente ausentes os estudos dos impactos da desindustrialização na mudança da estrutura de classes. Este capítulo procurou contribuir, mesmo com as devidas qualificações, com evidências sobre a relação entre desindustrialização e mudanças da estrutura social brasileira, nas duas primeiras décadas do século XXI.

---

47. A importância da indústria tem sido reconhecida por países desenvolvidos, que têm adotado medidas de políticas industriais para conter o processo de desindustrialização e incentivar a reindustrialização. Por exemplo, os Estados Unidos recentemente lançaram o plano *American Supply Chain*, que visa incentivar a produção, em território americano, de semicondutores, produtos farmacêuticos e insumos estratégicos para a área da saúde, entre outros bens industriais. Países da UE também estão adotando políticas de reindustrialização. Em 2019, a Alemanha lançou o plano *National Industrial Strategy 2030: strategic guidelines for a German and European industrial policy*. Esse plano prevê, entre outros objetivos, a reindustrialização da Alemanha, com o aumento para 25% da participação industrial no PIB alemão.

As evidências obtidas, mesmo que preliminares, sugerem que o impacto da desindustrialização não pode ser desconsiderado para o entendimento das transformações da estratificação social brasileira nas duas primeiras décadas dos anos 2000. Tudo indica que o processo de desindustrialização teve um efeito na redução da participação da classe de *capitalistas industriais* no total da classe dos *capitalistas e fazendeiros*, que abarca indivíduos com propriedade de ativos e que empregam trabalhadores em outros setores de atividade econômica.<sup>48</sup> As evidências sugerem que o impacto do processo de desindustrialização também afetou negativamente a participação da classe de *trabalhadores*, que engloba os assalariados menos qualificados da estrutura de ocupação na indústria de transformação. O efeito da desindustrialização aparentemente foi menos intenso na localização de classe *trabalhadores qualificados/especialistas/supervisores*.

Para a localização de classe de *gerentes* com ocupação na indústria de transformação, o efeito da desindustrialização não apresentou evidências robustas. Embora ocorra uma perda, principalmente nos anos finais do período analisado, uma tendência clara não é identificada no modelo de regressão simples estimado. O comportamento dessa localização de classe pode estar sendo afetado pelo ciclo econômico e por outros fatores não identificados neste estudo.

Em suma, as evidências sugerem que a desindustrialização teve impacto na composição interna nas localizações de classe diretamente ligadas à indústria de transformação e, conseqüentemente, na estrutura de classes da sociedade brasileira. Observa-se perda de participação relativa das localizações de classes de *capitalistas industriais*, *trabalhadores* e *trabalhadores qualificados, especializados e supervisores* – nessa ordem, pela intensidade da perda em termos da participação relativa, entre 2002 e 2015 –, por conta do processo de desindustrialização precoce da economia brasileira, mesmo que outros fatores, a exemplo do ciclo econômico, possam ter contribuído para essas perdas. É importante ainda considerar que a desindustrialização precoce esteve associada também ao aumento da participação do setor de serviços e das atividades classificadas como *outras* no total de ocupações da economia brasileira. Nessa perspectiva, a desindustrialização precoce teve efeitos micro e macro na nossa estrutura de classes.

As implicações das mudanças sociais decorrentes da desindustrialização precoce não podem ser ignoradas pelos pesquisadores acadêmicos, formuladores e gestores de políticas públicas. Uma dessas implicações seria se pensar na formulação de políticas de reindustrialização, de proteção social e de treinamento para os trabalhadores que tiveram seus postos de trabalho extintos pela desindustrialização

48. O impacto da desindustrialização no empresariado industrial poderia ajudaria a explicar o apoio dos sindicatos formado majoritariamente por médias e pequenas empresas associados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) ao impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. Sobre esse ponto, ver Braga (2021).

precoce no Brasil. Esses e outros temas estão postos para uma agenda de pesquisa que alimente a formulação de novas pautas de políticas públicas para os grupos sociais afetados por essas mudanças.

## REFERÊNCIAS

- AKCOMAK, S.; KOK, S.; ROJAS-ROMAGOSA, H. **The effects of technology and offshoring on changes in employment and task-content of occupations.** The Hague: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis, 2013. (Discussion Paper, n. 233).
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BLECKER, R. A. The debate of Trilwall's Law: balance-of- payment constrained growth reconsiderd. **Europen Journal of Economics and Economic Intervention**, v. 13, n. 3, p. 275-290, 2016.
- BRAGA, F. Q. A burguesia industrial na crise do governo Dilma. *In*: VALLE, A. F. P.; NARCISO, P. F. (Org.). **A burguesia brasileira em ação: de Lula a Bolsonaro.** 1. ed. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021. p. 193-222.
- BREEN, R. Fundamentos da análise de classe neoweberiana. *In*: WRIGHT, E. O. (Org.). **Análise de classe: abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2015. p. 46-85.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 28, n. 1, p. 47-71, 2008.
- BRUNO, M. A financeirização como limite estrutural ao desenvolvimento brasileiro: fundamentos teóricos, indicadores e prognósticos. *In*: MARQUES, R.; CARDOSO JUNIOR, J. C. (Org.). **Dominância financeira e privatização das finanças públicas no Brasil.** 1. ed. Brasília: Fonacate, 2022. p. 38-76.
- BRUNO, M. *et al.* Finance-Led Growth Regime no Brasil: estatuto teórico, evidências empíricas e consequências macroeconômicas. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 5, p. 730-750, 2011. Edição especial.
- BRUNO, M. A. P.; CAFFE, A. R. D. Determinantes das taxas de lucro e de acumulação no Brasil: os fatores estruturais da deterioração conjuntural de 2014-2015. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 2, p. 237-260, abr.-jun. 2018.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 831-851, dez. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400006>.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

CLARK, C. (Ed.). **The conditions of economic progress**. Nova York: Garland Pub., 1983.

CORDEN, W. M.; NEARY, J. P. Booming sector and de-industrialization in a small open economy. **Economic Journal**, v. 92, n. 368, p. 825-848, 1982. Disponível em: <https://academic.oup.com/ej/article/92/368/825/5220457>.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H. **The constant flux**: a study of class mobility in industrial of societies. Oxford: Clarendon Press, 1992.

GALA, P. **Complexidade econômica**: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.

GERSHUNY, J. I. Post-industrial society: the myth of the service economy. **Futures**, v. 9, n. 2, p. 103-114, Apr. 1977.

GOLDTHORPE, J. H. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Clarendon Press; Nova York: Oxford University Press, 1980.

GOLDTHORPE, J. H. **On sociology**: numbers, narratives and the integration of research and theory. Oxford: Oxford Press, 2000.

GOOS, M.; MANNING, A.; SALOMONS, A. Explaining job polarization: routine-biased technological change and offshoring. **American Economic Review**, v. 104, n. 8, p. 2509-2526, 2014.

HELPER, S.; KRUEGER, T.; WIAL, H. **Why does manufacturing matter? Which manufacturing matters?** A policy framework. Washington: Brookings, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.2139/ssrn.3798089>.

HIDALGO, C. A.; HAUSMANN, R. The building blocks of economic complexity. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 106, n. 26, p. 10570-10575, 2009.

HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 37, n. 1, p. 189-207, jan.-mar. 2017.

ILO – INTERNACIONAL LABOR ORGANIZATION. Conceptual framework for statistics on work relationships (Room Document). *In*: INTERNACIONAL CONFERENCE OF LABOUR STATISTICIANS, 20., 2018, Genebra. **Anais...** Genebra: ILO, out. 2018.

KALDOR, N. Economic growth and the Verdoorn law: a coment of mr. Rowthorn's article. **The Economic Journal**, v. 85, n. 340, p. 891-896, 1975.



KREIN, J. D. As transformações no mundo do trabalho e as tendências das relações de trabalho na primeira década do século XXI no Brasil. **Revista NECAT**, ano 2, n. 3, p. 6-25, jan.-jun. 2013.

KON, A. **O debate teórico sobre a indústria de serviços no século XX**. São Paulo: EITT/PUC-SP, 2003. Disponível em: [https://www5.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003\\_anitakon.pdf](https://www5.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_anitakon.pdf).

LEITE, M. P. L. Restruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão de mão de obra. *In*: OLIVEIRA, C. A. B. de *et al.* (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994. p. 563-588.

MAIA, B. A. de A. **Mudança estrutural na indústria de transformação brasileira entre 1998 e 2014**. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MAIA, B. A. de A. Há desindustrialização no Brasil? Um estudo da abordagem clássica e de análises alternativas entre 1998 e 2014. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 549-579, maio-ago. 2020.

MATTOSO, J. E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. *In*: OLIVEIRA, C. A. B. de *et al.* (Org.). **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta, 1994. p. 521-562.

MORCEIRO, P. C. **Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011: abordagens e indicadores**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MORCEIRO, P. C. **A indústria brasileira no limiar do século XXI: uma análise da sua evolução estrutural, comercial e tecnológica**. 2018. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MORCEIRO, P. C. Industrialização e desindustrialização brasileira pela ótica do emprego. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO, 4., 2019, Campinas, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ed. Blutchter, 2019. Disponível: <https://doi.org/10.5151/iv-enei-2019-2.3-040>.

MORCEIRO, P. C. Methodological influence on Brazilian deindustrialization. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 41, n. 4, p. 700-722, 2021.

MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Desindustrialização setorial e estagnação de longo prazo da manufatura brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO, 4., 2019, Campinas, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Ed. Blutchter, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5151/iv-enei-2019-1.3-022>.



MORCEIRO, P. C.; GUILHOTO, J. J. M. Sectoral deindustrialization and long-run stagnation of Brazilian manufacturing. **Revista de Economia Política**, v. 43, n. 2, p. 418-441, 2023.

NASSIF, A. O modelo centro-periferia e a economia política da CEPAL: ontem e hoje. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ASSOCIAÇÃO DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 49., 2021. **Anais...** [online]: Anpec, dez. 2021.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **A broken social elevator?** How to promote social mobility. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/broken-elevator-how-to-promote-social-mobility\\_9789264301085-en](https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/broken-elevator-how-to-promote-social-mobility_9789264301085-en).

OFFE, C. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OREIRO, J. L. *et al.* **Peripheral financialization and premature deindustrialization**: a theory and the case of Brazil (2003-2015). [s.l.]: Post-Keynesian Economics Society, 2021. (Working Paper, n. 2027).

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 219-232, abr.-jun. 2010.

OREIRO, J. L.; MANARIN, L. L.; GALA, P. Deindustrialization, economic complexity and exchange rate overvaluation: the case of Brazil (1998-2017). **PSL Quarterly Review**, v. 73, n. 295, p. 313-341, 2020.

PALMA, J. G. Four sources of “de-industrialisation” and a new concept of the “Dutch disease”. *In*: OCAMPO, J. A. (Ed.). **Beyond reforms**: structural dynamics and macroeconomic vulnerability. Palo Alto: Stanford University Press; Washington: World Bank, 2005. p. 71-116.

PALMA, J. G. Industrialization, ‘premature’ de-industrialization and the Dutch-disease. **Revista NECAT**, v. 3, n. 5, p. 7-23, 2014.

PALMA, J. G. Desindustrialización, desindustrialización “prematura” y “síndrome holandés”. **El Trimestre Económico**, v. 86, n. 344, p. 901-966, out.-dez. 2019.

PIKETTY, T. **O capital no século XX**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, M. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, p. 23-38, 2014.

POMPEU, J. C. *et al.* **Tipologias de estrutura de classe no Brasil**: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas. Brasília: Ipea, set. 2020. (Texto para Discussão, n. 2592). Disponível em: <https://doi.org/10.38116/td2592>.

RODRIK, D. Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2016.

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Deindustrialisation**: causes and implications. Washington: IMF, 1997. (Working Paper, n. 97/42).

ROWTHORN, R.; WELLS, J. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1987.

SAEZ, E.; ZUCMAN, G. The rise of income and wealth inequality in America: evidence from distributional macroeconomic accounts. **Journal of Economic Perspectives**, v. 34, n. 4, p. 3-26, 2020.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SANTOS, J. A. F. Mudanças de renda no Brasil: fatores espaciais, setoriais, educacionais e de *status* social. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 749-772, 2015.

SANTOS, J. A. F.; RIBEIRO, L. V. F. Emprego, estratificação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 89-102, 2016.

SERRA, N.; STIGLER, J. E. **The Washington consensus reconsidered**: towards a new global governance. Nova York: Oxford University Press, jun. 2008.

SINGH, A. UK industry and the world economy: a case of de-industrialization? **Cambridge Journal of Economics**, v. 1, n. 2, p. 113-136, 1977.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 2014.

TORRES, R. L.; CAVALIERI, H. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 4, p. 859-877, 2015.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433-466, 2009.

TREGENNA, F. Deindustrialization and premature deindustrialization. *In*: REINERT, E. S.; GHOSH, J.; KATTEL, R. (Ed.). **Handbook of alternative theories of economic development**. Cheltenham; Northampton, Estados Unidos: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 710-728.

VERDOORN, P. J. Verdoorn's law in retrospect: a comment. **The Economic Journal**, v. 90, n. 358, p. 382-385, 1980.

WALKER, R. A. Is there a service economy? The changing capitalist division of labor. **Science & Society**, v. 49, n. 1, p. 42-83, 1985.

WRIGHT, E. O. Race, class, and income inequality. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 6, p. 1368-1397, 1978.

WRIGHT, E. O. Class and occupation. **Theory and Society**, v. 9, p. 177-214, 1980.

WRIGHT, E. O. **Classes**. Londres: Verso, 1985.

WRIGHT, E. O. **Class counts**: comparative studies in class analysis. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, E. O. Fundamentos de uma análise de classe neomarxista. *In*: WRIGHT, E. O. (Org.). **Análise de classe**: abordagens. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 19-45.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTONCELO, E. R. E. As classes na teoria sociológica contemporânea. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 67, p. 25-49, 2009.

FRENKEL, R.; RAPETTI, M. External fragility or deindustrialization: what is the main threat to Latin American countries in the 2010s? **World Economic Review**, v. 1, p. 37-57, 2012.

ROWTHORN, R.; COUTTS, K. De-industrialisation and the balance of payments in advanced economies. **Cambridge Journal of Economics**, v. 28, n. 5, p. 767-790, 2004.

TREGENNA, F. A new theoretical analysis of deindustrialisation. **Cambridge Journal of Economics**, v. 38, n. 6, p. 1373-1390, 2014.

TREGENNA, F. Deindustrialisation: an issue for both developed and developing countries. *In*: WEISS, J.; TRIBE, M. (Ed.). **Routledge handbook of industry and development**. Londres: Routledge, 2016. p. 97-115.

## GRUPOS OCUPACIONAIS NA PNAD BRASIL (2002-2015): MUDANÇAS E PISTAS PARA UM MAPA DE CLASSES A PARTIR DA RENDA

André Rego Viana<sup>1</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem por objetivo retomar, ampliar e aprofundar a apresentação e a problematização dos dados obtidos na pesquisa do projeto do Ipea intitulado *Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas*.<sup>2</sup> Nesse sentido, pretendemos mostrar como os dados que vêm sendo trabalhados nessa pesquisa indicam como mudanças na participação da renda entre os diversos grupos socioeconômicos – e em decorrência das classes sociais por estes compostas – podem ajudar a explicar a trajetória política recente do país. Concluímos em trabalho anterior que os dados corroboram a hipótese de Singer (2015; 2018), segundo o qual, especialmente a partir do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, as políticas redistributivas adotadas nos mandatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) de fato “cutucaram onças com varas curtas” (Gonçalves *et al.* 2021, p. 18). Em resumo, a ideia é a de que o pacto desenvolvimentista e a coalização que apoiou o reformismo fraco do PT, particularmente a partir do segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foram erodidos – embora não somente por essa causa – pelo acirramento do conflito distributivo na estrutura de classes da sociedade brasileira, o que contribuiu para o ressurgimento, na boa expressão de Magalhães (2015), de um *pacto antidistributivista*.

Este capítulo é constituído por sete seções, incluindo-se esta introdução. Na segunda seção, realiza-se uma breve discussão metodológica que pavimentava a discussão subsequente, na qual encadeamos um resumo dos principais achados da pesquisa. A isso, seguem-se três seções que apresentam a variação de rendas dos grupos ocupacionais, separados em blocos demarcados por sua função no processo produtivo/rendas, e uma breve conclusão.

---

1. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (Diest).  
E-mail: andre.viana@ipea.gov.br.

2. Parte dos dados aqui discutidos foi apresentada em artigos anteriores nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (Gonçalves *et al.*, 2021), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) e da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), ao longo de 2021.

No primeiro bloco, encontra-se a base da classe trabalhadora, numerosa em termos populacionais, mas com as rendas mais baixas e composta tanto por trabalhadores não destituídos (trabalhadores típicos), como pelos destituídos de ativos (trabalhadores elementares, empregados domésticos e conta própria precários).

No segundo grupo, formado por trabalhadores com rendas médias e detentores de ativos de menor valor, estão incluídos tanto autônomos quanto empregados qualificados e supervisores – estes últimos *não destituídos de ativos*. Além destes, incluímos aqui os empregados especialistas – com rendas mais altas e categorizados como privilegiados –, por conta de executarem funções heterônomas e subordinadas no processo produtivo.

Finalmente, no terceiro bloco, encontram-se os grupos de rendas mais altas e categorizados como privilegiados – com exceção dos trabalhadores especialistas –, e esse bloco é majoritariamente definido pelas ocupações típicas da pequena burguesia/classes médias, embora também estejam aqui os fazendeiros e capitalistas que compõem o grupo de maiores rendas de nossa amostra.

Por último, os achados são rediscutidos em conclusões, nas quais realizamos a síntese de nossos argumentos.

## 2 UMA BREVE DISCUSSÃO DO MÉTODO

A classificação da população em grupos socioeconômicos, a partir dos códigos ocupacionais possibilitados pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE),<sup>3</sup> permite-nos, com certa imaginação sociológica,<sup>4</sup> intuir os processos ocorridos nas classes sociais que compõem a sociedade brasileira, embora, por exemplo, a alta burguesia (capitalistas do núcleo oligopolista e rentistas) não esteja aqui perfeitamente retratada.<sup>5</sup> No outro extremo, o rendimento dos trabalhadores subempregados e do lumpesinato clássico também não são perfeitamente capturados, e necessitaríamos de correções por meio de cruzamentos com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), também

3. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

4. Nos referimos aqui ao exercício de projetar o entendimento das estatísticas, a partir do que C. Wright Mills (1980) descreveu em seu livro *A Imaginação Sociológica* como o fazer da sociologia clássica. Segundo o autor “a imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é a sua tarefa e a sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas: é a característica de Herbert Spencer – grandiloquente, polissilábico, geral; de E. A. Ross – gracioso, estrito, reto; de Auguste Comte e Emile Durkheim; do complicado e sutil Karl Mannheim. É a qualidade de tudo o que é intelectualmente excelente em Karl Marx; é a chave da brilhante e irônica perfeição de Thorstein Veblen, das formulações multilaterais que Joseph Schumpeter dá à realidade; é a base da penetração psicológica de W. E. H. Lecky, tal como da profundidade e clareza de Max Weber. É a marca do que há de melhor nos estudos contemporâneos do homem e da sociedade” (Mills, 1980, p. 12). Devemos agregar o próprio Wright Mills a essa lista, bem como os autores brasileiros discutidos no capítulo sobre pensamento social brasileiro, além de frisar que o exercício independe da linhagem teórica professada na sociologia, como demonstra a lista já referida.

5. Devido a sua natureza amostral e autodeclaratória, a PNAD não captura os rendimentos das classes superiores de forma plena, como apontado pela literatura (Santos, 2002; Ribeiro, 2007; entre outros). Um ajuste demandaria uma correção com os dados da Receita Federal do Brasil (RFB). Para um estudo mais detalhado sobre a renda das classes superiores no Brasil, ver Souza (2018).

conduzida pelo IBGE. Contudo, devido à utilização de codificações diferentes, essas bases de dados (PNAD e POF) seguem desafiando os esforços de compatibilização de diversos pesquisadores.<sup>6</sup>

Por sua vez, o recorte econômico, aqui largamente utilizado pela natureza própria dos dados, por vezes nos leva a um argumento reducionista que pode resvalar a um certo “economicismo” presente em outros trabalhos sobre o tema – por exemplo, Neri (2011). É necessário, para escapar de tais armadilhas e, na melhor tradição sociológica, “lembrar esquecendo” e “esquecer lembrando” que, para além do substrato econômico, a constituição das classes sociais se dê pela vivência cotidiana na qual fatores políticos, culturais e ideológicos são constituintes da possibilidade destas se identificarem como tais – a transformação do “sujeito em si” no “sujeito para si”, na tradição marxista (Thompson, 1987a; 1987b; 1987c) –, e que as classes não são homogêneas, tendendo a repartirem-se em frações com pautas distintas e muitas vezes conflitantes entre si.<sup>7</sup> As categorias socioeconômicas aqui utilizadas, portanto, são constituídas por agrupamentos muitas vezes bastante heterogêneos e com visões de mundo que não necessariamente correspondem a sua função real nessa sociedade.

Como exemplos, podemos pensar o caso do pequeno burguês ou do trabalhador autônomo que se acredita membro da burguesia por empregar um pequeno número de trabalhadores, mesmo não sendo capaz de se apropriar de fato da mais-valia gerada em seu negócio, por se ver em relações de trocas desiguais com empresas oligopolistas ou um sistema financeiro hipertrofiado como o brasileiro (Viana, 2005; em particular, o capítulo 9), ou do trabalhador que nega sua origem na classe trabalhadora ao conquistar um diploma universitário, ainda que este apenas lhe permita escalar da condição de trabalhador típico à de especialista, ou obter um pequeno cargo de gerência. A confusão ideológica é típica em diversas ocupações das chamadas “classes médias”, mas esse debate vai muito além e é mais complexo que o objetivo deste estudo.<sup>8</sup>

A dificuldade de compatibilização entre códigos ocupacionais distintos utilizados nesses levantamentos (POF e PNAD) também explica nosso recorte histórico do período 2002-2015 – com a ausência de 2010, quando foi produzido Censo Demográfico do IBGE. Tanto a PNAD Contínua, que passou a ser coletada a partir de 2015, quanto a PNAD Anual, anterior a 2002, fazem usos de códigos diferentes, o que gera incompatibilidades que impedem, até o momento, o encadeamento da série histórica.

---

6. Um colega do Ipea trabalhou nessa compatibilização com um dos estatísticos de nossa equipe, durante o período de elaboração do livro, mas eles ainda não obtiveram um sucesso que permitisse elaborar um primeiro capítulo para este livro.

7. Ver o clássico *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* de Marx (1978) ou os cadernos de Gramsci (1999; 2000a; 2000b; 2001; 2002a; 2002b) sobre o tema.

8. Para a primeira discussão do grupo de pesquisa sobre o tema, ver Pompeu *et al.* (2020) e Santos (2002). Para a discussão na sociologia brasileira, ver o capítulo 1 deste volume, escrito por Pompeu *et al.* Sobre as classes médias, ver o imprescindível Mills (1951), além dos estudos de caso produzidos por autores brasileiros (Neri, 2011; Pochman, 2012; Cardoso e Prêteceille, 2017; entre outros).

Em nossa pesquisa, como referido anteriormente, partimos do esquema original de Santos (2002) e inserimos o recorte da fração dos servidores públicos, do corpo dos quais destacamos os servidores públicos militares (bombeiros e policiais), devido a apresentarem uma trajetória distinta de suas rendas com relação às categorias socioeconômicas de origem. O quadro 1 é um quadro-resumo das categorias socioeconômicas constituídas a partir das categorias ocupacionais utilizadas em nossa pesquisa. Dessa forma, conjugam-se os critérios operacionais apresentados no capítulo metodológico (capítulo 3 deste livro), a discussão propositiva do capítulo de Santos (capítulo 5) e uma descrição mais conceitual, que permite ao leitor intuir a composição do grupo socioeconômico mediante exemplos mais concretos.

**QUADRO 1**  
**Categorias socioeconômicas**

Categorias	Critérios operacionais	Descrição conceitual	Grupo de renda/posição de propriedade ou comando
Capitalistas e fazendeiros	Posição na ocupação de empregador; empregador não agrícola com onze ou mais empregados; empregador agrícola com onze ou mais empregados permanentes; empregador agrícola que emprega simultaneamente seis ou mais empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários; empregador agrícola com mil hectares ou mais de terra, independentemente do número de empregados.	Classe de proprietários com a característica de serem empregadores/proprietários de grandes extensões de terras ou de um maior número de empregados. O grau de riqueza, contudo, é bastante heterogêneo e agrupa setores da burguesia rural e urbana.	Superior/privilegiada
Pequenos empregadores	Posição na ocupação de empregador; empregador não agrícola que ocupa de um a dez empregados; empregador agrícola com três a dez empregados permanentes, desde que não empregue simultaneamente de seis a dez empregados permanentes e onze ou mais empregados temporários.	Detentores de capital que geralmente trabalham lado a lado com seus empregados e realizam tarefas parecidas com as destes, mas beneficiando-se da apropriação do trabalho excedente. Muitas vezes denominados de pequena burguesia ou lúmpen-burguesia (Wright Mills).	Superior/privilegiada
Conta-próprias não agrícolas	Posição na ocupação de conta-própria com atividade de natureza não agrícola, cujo empreendimento ou titular possui uma ou mais das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque); veículo automotor (táxi, caminhão, van etc.) usado para trabalhar; ou ocupação qualificada no emprego principal.	Empreendedores individuais sem empregados e portadores de ativos de menor valor. Jornaleiros, chaveiros, costureiras e oficinas de reparos em geral, bem como trabalhadores avulsos de transporte como táxi, Uber, vans escolares e caminhoneiros autônomos.	Média/ativos de menor valor
Conta-próprias agrícolas	Posição na ocupação de conta-própria com atividade em empreendimento do ramo que compreende a agricultura, a silvicultura, a pecuária, a extração vegetal, a pesca e a piscicultura.	Pequeno proprietário rural sem empregados. Camponeses com pequenas posses.	Baixa/ativos de menor valor

(Continua)

(Continuação)

Categorias	Critérios operacionais	Descrição conceitual	Grupo de renda/posição de propriedade ou comando
Especialistas autoempregados ou autônomos	Posição na ocupação de conta-própria ou empregador; especialista de acordo com o grupo ocupacional sem empregados; especialista de acordo com o grupo ocupacional com até cinco empregados; especialista de acordo com o grupo ocupacional com estabelecimento (loja, oficina, fábrica e escritório); especialista de acordo com o grupo ocupacional sem estabelecimento (loja, oficina, fábrica e escritório).	Uma das categorias consideradas como pertencentes às classes médias. Seu <i>status</i> é definido pelo emprego por conta própria ou empregador de até cinco empregados, podendo possuir ou não estabelecimento profissional (escritório, consultório, loja e oficina). São indivíduos com um saber próprio diferenciado na sociedade ou que ocupam posição estratégica na divisão social do trabalho. Categoria em que se encontram grande parte dos chamados "profissionais liberais" como médicos, advogados e dentistas, bem como as "pessoas jurídicas" individuais.	Superior/privilegiada
Gerentes	Posição na ocupação de empregado, gerente de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo os diretores de empresas, dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, de operações e de áreas de apoio.	Outro grupamento das classes médias; tipicamente entendido como trabalhadores de colarinho branco, os gerentes são empregados inseridos em posições hierárquicas de comando/direção com delegação de autoridade por parte dos controladores do capital ou do Estado, que podem tomar decisões no interesse da organização, seja pública, seja privada.	Superior/privilegiada
Empregados especialistas	Posição na ocupação de empregado, especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo-se as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com formação superior.	Empregados, em atividades relacionadas às ocupações de "classes médias", caracterizados por profissões credenciadas, com escolaridade superior; também grupos semiprofissionais e professores do ensino médio e superior, bem como fiscais de tributação, arrecadação, peritos judiciais e outros oficiais de justiça. Atividades podem dar-se no setor público ou privado.	Média-alta/privilegiada
Empregados qualificados	Posição na ocupação de empregado; empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abrangendo os técnicos de nível médio nas diversas áreas, os professores de nível médio ou formação superior no ensino infantil, fundamental e profissional, os professores em educação física e a educação especial.	Trabalhadores com qualificações diferenciadas com relação aos trabalhadores típicos, mas sem que se caracterize a exclusividade da formação dos especialistas. Parte desses trabalhadores encontra-se no setor público.	Média/não destituídos
Supervisores	Posição na ocupação de empregado, supervisor, chefe, mestre ou contramestre de acordo com o grupo ocupacional.	Trabalhadores com posição de chefia inferior na indústria, comércio e serviços. Uma pequena parcela destes trabalhadores se encontra no setor público.	Média/não destituídos
Trabalhadores típicos	Posição na ocupação de empregado: trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semirrotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semirrotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina em serviços administrativos, comércio e vendas.	Classe operária tradicional (colarinho azul) com alguma formação e trabalhadores assemelhados no comércio e nos serviços com vínculo formal de trabalho. Uma pequena parcela desses trabalhadores encontra-se no setor público.	Baixa/não destituídos

(Continua)



(Continuação)

Categories	Crítérios operacionais	Descrição conceitual	Grupo de renda/posição de propriedade ou comando
Trabalhadores elementares	Posição na ocupação de empregado: trabalhador com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros, exclusive os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem.	Parcela inferior da classe operária e outros trabalhadores em atividades braçais, em geral de apoio à produção, limpeza geral e outras tarefas elementares vistas como socialmente inferiores. Uma pequena parcela desses trabalhadores encontra-se no setor público.	Baixa/destituídos de ativos
Conta-próprias precários	Posição na ocupação de conta-própria e empreendimento ou titular sem a posse de nenhuma das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque); veículo automotor (taxi, caminhão, van etc.) usado para o trabalho ou ocupação qualificada no emprego principal; posição na ocupação de trabalhador na produção do próprio consumo; posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso.	Trabalhadores autônomos sem vínculo formal e destituídos de posses mínimas. Trabalhadores envolvidos em atividades como a dos conta-próprias não agrícolas, mas tendo de arrendar os instrumentos mínimos – motoristas de Uber ou outros aplicativos e táxi que aluguem o automóvel/licença, por exemplo –, bem como em outras atividades consideradas socialmente inferiores, realizadas nos interstícios do mercado de bens e serviços ou complementares a serviços domésticos – como é o caso de faxineiras, jardineiros e piscineiros.	Baixa/destituídos de ativos
Empregados domésticos	Posição na ocupação de trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinada.	Trabalhadores domésticos, cuidadores e caseiros. Atividades sem possibilidade de progressão de carreira <i>dead end</i> e vistas como socialmente inferiores.	Baixa/destituídos de ativos

Fontes: Santos (2002, cap. 5) e critérios da PNAD/IBGE.  
Elaboração do autor.

Embora tenhamos inserido a fração dos servidores públicos, imaginando que eles, como categoria, seriam úteis em si para aprimorar o entendimento do funcionamento do mercado de trabalho brasileiro, o efeito mais interessante obtido foi que, ao retirarmos esses trabalhadores de outros grupos (gerentes, supervisores, trabalhadores típicos etc.), constatamos variações mais bem marcadas de perdas relativas na participação da renda de importantes parcelas da população, em especial de setores considerados como ocupações de “classe média”/pequena burguesia, como veremos adiante.

Junto com a expansão dos dados apresentados anteriormente, procuraremos mostrar como *a introdução da categoria servidores públicos se mostrou relevante para demonstrar diferenças no comportamento de rendas no mercado de trabalho privado vis-à-vis o setor público, em especial num período em que, dada a redistribuição de rendas ocorrida na sociedade brasileira, tal movimento afetou negativamente a remuneração de alguns grupos ocupacionais enquanto privilegiava os estratos de rendas mais baixas* (Gonçalves et al., 2021, p. 17).

### 3 PRINCIPAIS ACHADOS, VARIAÇÕES DA PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS SOCIOECONÔMICAS E PISTAS PARA A MOBILIDADE SOCIAL ASCENDENTE NO PERÍODO

As categorias socioeconômicas que, *grosso modo*, correspondem às classes média e alta (empregados especialistas e especialistas autoempregados, seguidos por capitalistas e fazendeiros, gerentes, conta-próprias não agrícolas e pequenos empregadores) foram as que apresentaram a menor evolução relativa de suas rendas, durante o período 2002-2015.

Sempre lembrando que o grupo *capitalistas e fazendeiros* não captura a cauda superior da distribuição de renda dos capitalistas e grandes proprietários de terra, mais bem descrevendo os ganhos da fração de rendas inferiores dessas categorias ocupacionais ou sendo largamente subestimadas, como também as rendas de outras ocupações de classe média.

As distorções de rendas na PNAD em comparação às declarações de imposto de renda de pessoas físicas (DIPFs) foram discutidas por Gobetti e Orair, que apontam que

embora os números da PNAD e DIPF sejam incrivelmente parecidos para o agregado de brasileiros que ganham acima de 3 salários-mínimos, eles são muito díspares se os compararmos para cada uma das faixas de renda que compõem esse agregado. Em resumo, a PNAD registra muito mais brasileiros recebendo entre 3 e 5 salários-mínimos do que o DIPF, enquanto a DIPF registra muito mais brasileiros recebendo acima de 20 salários-mínimos do que a PNAD. O que é uma forte evidência de que a PNAD subestima a renda dos mais ricos no Brasil, como ocorre em geral com pesquisas dessa natureza.

Para ser mais claro, a PNAD estima que em 2012 tínhamos 737.731 brasileiros em idade ativa recebendo uma renda superior a 20 salários-mínimos, mas o DIPF revela que este número é substancialmente maior e chega 2.284.165, três vezes mais. Além disso, adiantando algumas outras comparações, a PNAD indica que a renda média do 1% mais rico foi de R\$ 214 mil em 2012, mas os dados do DIPF estratificados por faixa de salário mínimo indicam que essa renda se situa entre R\$ 407 mil (1,5% mais ricos) e R\$ 816 mil (0,5% mais ricos) anuais – algo próximo a R\$ 600 mil. Estas estimativas são compatíveis com as de Medeiros *et al.* (2015),<sup>9</sup> que encontram uma renda média de R\$ 552 mil na DIPF de 2012, utilizando dados ainda mais desagregados (Gobetti e Orair, 2016, p. 11).

Nesse sentido, a renda média de capitalistas e fazendeiros – que seria de esperar que fosse a categoria socioeconômica com a concentração dos brasileiros de maior renda, no melhor ano (2012) de nossa série – seria cerca de R\$ 156 mil (R\$ 14 mil x 12). Esse grupo corresponde a cerca de 0,5% de nossa amostra e, em que pesem eventuais indivíduos com rendas superiores fora desse grupo, podemos

9. Medeiros, M.; Souza, P. H. G. F.; Castro, F. A. de. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015.

comparar esse valor contra os R\$ 816 mil do grupo mais rico do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), como apontado no estudo citado, e constatar que a renda média real do grupo deveria ser algo entre quatro ou cinco vezes maior.

Independentemente do montante, o crescimento da renda média ter ocorrido em ritmo superior ao crescimento das rendas de capitalistas, fazendeiros e pequenos empregadores – e a retração da renda desse grupo após a crise iniciada no segundo semestre de 2014 ter se acentuado – corrobora a percepção de Magalhães (2015) de ocorrência de um *profit squeeze* nesse período, propiciado pelas políticas de distribuição de renda, em especial pelo crescimento do salário-mínimo.

Por sua vez, Saramago, Freitas e Medeiros sugerem que, a partir dos dados da Base de Dados Global de Renda e Riqueza (World Wealth and Income Database),

*não há dúvidas entre os especialistas que os mais pobres tiveram uma melhora na sua posição relativa (...) Essa melhora se deu a despeito do aumento da fatia dos 10% mais ricos, que também aumentou no período [2001-2015] (...) Os 1% mais ricos tiveram um crescimento ainda maior da sua renda relativa. Ou seja, o crescimento do peso relativo das duas pontas da distribuição se deu a partir da fatia dos 40% “do meio”, fomentando o debate sobre a nuance distributiva verificada no período* (Saramago, Freitas e Medeiros, 2018, p. 2).

As rendas financeiras não captadas pela PNAD parecem indicar, assim, que parcela dos capitalistas e da parte mais endinheirada das classes médias foi poupada desse *profit squeeze*, ao passo que outros setores o experimentaram de forma mais acentuada.<sup>10</sup>

Também mostramos que,

de outro lado, os grupos mais favorecidos com a redistribuição de renda foram os trabalhadores elementares e empregados domésticos, seguidos por militares (bombeiros e policiais) e os conta-próprias precários, enquanto trabalhadores típicos, servidores públicos e gerentes mantiveram sua posição relativa diante das alterações ocorridas, incorporando os ganhos do crescimento econômico a suas rendas (Gonçalves *et al.*, 2021, p. 18).<sup>11</sup>

Embora as informações da PNAD com as quais trabalhamos<sup>12</sup> apresentem limitações, é consenso na literatura (Santos, 2002; Ribeiro, 2007) que os dados são robustos. A PNAD capta o comportamento de parte relevante da população economicamente ativa (PEA);<sup>13</sup> inclusive, os desempregados, computados como trabalhadores excedentes na tabela 1.

10. O pequeno ganho na média da renda apresentado pelas categorias socioeconômicas de rendas superiores no período pode, além disso, esconder uma distribuição intersetorial com ganhos e perdas diferentes em cada setor. Infelizmente, nossa base de dados não permitiu uma desagregação de dados confiável para testar tal hipótese.

11. A apresentação gráfica dos dados será feita ao longo deste capítulo.

12. Ver capítulo 3 sobre metodologia desta publicação.

13. Algumas categorias não são perfeitamente classificáveis e são excluídas do modelo por Santos (2002). Ao adotar sua classificação, mantivemos os critérios e, portanto, nos referimos aqui a uma “quase” PEA.

**TABELA 1**  
**Distribuição do número estimado de pessoas, por ano de referência da PNAD, segundo a tipologia de classe (2002-2015)**  
 (Número estimado de pessoas, em 1 mil)

Classificação por categoria ocupacional	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Brasil</b>	<b>84.402</b>	<b>86.035</b>	<b>89.535</b>	<b>92.921</b>	<b>95.222</b>	<b>96.083</b>	<b>98.194</b>	<b>99.908</b>	<b>99.905</b>	<b>101.122</b>	<b>102.347</b>	<b>105.636</b>	<b>104.780</b>
Capitalistas e fazendeiros	428	428	435	453	531	432	515	484	500	505	586	609	520
Pequenos empregadores	2.785	2.771	2.888	3.072	3.249	2.806	3.408	3.268	2.546	2.882	2.786	2.866	2.771
Conta-própria não agrícolas	5.251	5.277	5.442	5.531	5.608	5.704	5.441	5.403	6.300	6.507	6.389	6.975	7.285
Conta-própria agrícolas	4.292	4.324	4.723	4.521	4.435	4.167	4.130	4.117	4.403	3.978	3.959	4.209	4.230
Especialistas autoempregados	767	827	786	822	899	869	908	1.022	1.087	1.177	1.152	1.228	1.256
Gerentes	1.381	1.355	1.368	1.516	1.494	1.622	1.790	1.680	1.564	1.921	2.023	2.096	1.899
Empregados especialistas	1.246	1.297	1.350	1.429	1.574	1.654	1.796	2.035	2.229	2.413	2.497	2.728	2.634
Empregados qualificados	9.024	9.239	9.742	10.266	10.597	11.252	11.507	11.736	13.918	13.184	13.269	13.468	12.979
Supervisores	988	832	943	1.095	993	1.137	903	887	911	982	944	950	880
Trabalhadores típicos	14.285	14.736	16.040	16.311	17.175	17.657	19.564	19.136	19.818	21.260	21.657	21.758	20.060
Trabalhadores elementares	7.486	7.537	8.212	8.155	8.401	8.369	8.650	8.544	7.870	8.047	7.769	7.754	7.437
Conta-própria precários	7.604	7.816	7.966	8.286	8.279	8.680	8.699	8.951	8.303	8.403	8.675	9.013	9.311
Empregados domésticos	6.169	6.203	6.513	6.693	6.794	6.723	6.688	7.295	6.742	6.511	6.474	6.491	6.309
Trabalhador de subsistência	3.156	3.386	3.436	3.954	4.098	3.946	4.112	3.832	3.804	3.744	4.236	4.427	3.742
Trabalhador excedente	10.966	11.371	10.676	11.654	11.509	11.027	9.854	10.941	8.773	8.394	8.578	9.535	12.187
Servidores públicos	8.155	8.221	8.626	8.779	9.185	9.680	9.791	10.116	10.638	10.732	10.835	11.056	10.792
Gerentes (funcionários públicos)	485	499	519	556	570	609	551	523	527	523	562	538	508

(Continua)

(Continuação)

Classificação por categoria ocupacional	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Empregados especialistas (funcionários públicos)	1.053	1.073	1.103	1.144	1.339	1.387	1.516	1.791	1.921	1.998	2.070	2.208	2.175
Empregados qualificados (funcionários públicos)	2.377	2.405	2.593	2.647	2.817	3.011	2.881	2.888	3.066	3.077	3.240	3.308	3.285
Supervisores (funcionários públicos)	181	188	173	202	184	194	250	172	164	165	151	146	138
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	3.243	3.252	3.367	3.325	3.416	3.510	3.626	3.872	3.975	3.971	3.909	3.968	3.853
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	817	804	870	904	857	969	967	920	985	998	903	889	834
Militares (bombeiros e policiais)	419	416	388	383	401	358	437	462	500	482	518	470	489
Gerentes militares	32	27	35	32	37	31	27	36	43	44	48	42	50
Empregados qualificados militares	2	2	1	1	2	3	3	8	15	9	27	15	14
Supervisores militares	73	60	59	72	62	63	79	92	107	102	128	122	135
Trabalhadores típicos militares	312	327	294	278	300	261	328	327	335	327	314	291	288

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Para efeito de análise do recorte das categorias socioeconômicas, parte-se das categorias ocupacionais da PNAD e são descartados os desempregados, na medida em que é impossível saber a classe social ou o grupo ocupacional ao qual pertencem. A renda analisada é a declarada para o trabalho principal – existem dados para todas as rendas, mas a diferença é desprezível, uma vez que rendas de aluguéis e rendimentos financeiros tendem a ser sonegados/não declarados, bem como os rendimentos de bicos nas classes de rendimentos inferiores, como apontado por Santos (2002). É necessário, portanto, termos em conta que o rendimento, tanto dos mais pobres – em especial dos que têm empregos precários – quanto dos muito ricos, é subestimado. Estatisticamente, os realmente ricos, que compõem o 0,1% superior nas declarações individuais de pessoas físicas ao imposto de renda, não aparecem nessas amostras, e até mesmo o 1% é sub-representado, como vimos anteriormente.<sup>14</sup>

Para facilitar a apresentação gráfica dos dados, separamos os grupos ocupacionais em três grandes blocos, que passamos a analisar ainda em nível agregado.

Como já apontamos, os estratos correspondentes ao que seria a burguesia clássica – seja financeira, seja capitalista ou até mesmo a latifundiária, que poderíamos identificar a partir dos dados do IRPF – têm suas rendas claramente subdeclaradas e estão misturados a congêneres menos aquinhoados, em especial no grupo de *capitalistas e fazendeiros* e nos *gerentes* de alto escalão. Para além destes, o grupo com rendimentos superiores de nossa tipologia por categorias ocupacionais concentra o que se convencionou chamar de “pequena burguesia” e trabalhadores de “colarinho branco”, na definição de Mills (1951), e é composto por *pequenos empregadores e especialistas autoempregados* – no qual se concentram os profissionais liberais, como advogados e médicos – bem como pela classe de *gerentes* – ainda que esta seja bastante heterogênea e alcance também o serviço público, a média de rendimentos e sua função social de gestores do capital justificam sua classificação no estrato superior, a qual será analisada no terceiro bloco.<sup>15</sup>

O segundo grupo é composto pelos estratos superiores da classe trabalhadora, em uma transição de funções de colarinhos branco e azul. Assalariados com carteira e vínculos formais *empregados especialistas*,<sup>16</sup> *supervisores*, *empregados qualificados* e

14. Pretendemos em trabalho futuro integrar esses dados da PNAD com os dados da POF e do IRPF, para termos um quadro mais completo.

15. A discussão de como cada categoria socioeconômica é composta se encontra mais detalhada no capítulo metodológico e no capítulo 5, de Santos. Dessa forma, vai-se além da abordagem de Wright Mills, com o objetivo de pensar a transmutação dessas categorias em classes ou frações de classes sociais, em uma leitura com clara inspiração marxista, seguindo também os passos de Paul Singer (1981).

16. A rigor, o rendimento dos empregados especialistas coloca-os em termos sociais também como classe média/colarinho branco, mas os deslocamos para o segundo grupo por conta de tratar-se de um trabalho subordinado e de natureza heterônoma, a exemplo dos demais grupos desse bloco, e também para equilibrar a apresentação gráfica.

*trabalhadores por conta própria não agrícolas*, que, em termos de renda, se colocam acima do grosso dos trabalhadores.

Finalmente, temos o grupo do proletariado e do subproletariado clássicos, formado por *trabalhadores típicos*, *trabalhadores elementares*, *conta-próprias precários*, *conta-próprias agrícolas* e *empregados domésticos*.

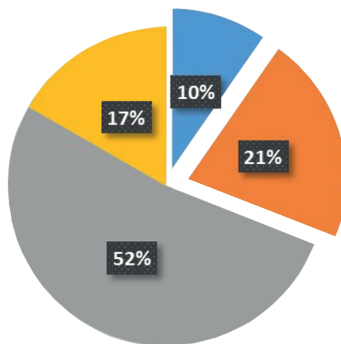
Abaixo desses trabalhadores, encontram-se os *trabalhadores de subsistência* e os *trabalhadores excedentes*, a cujo volume de membros na sociedade brasileira faremos referência, mas cuja renda não poderemos analisar, devido às limitações já apontadas em nossa base de dados.

O recorte da fração dos *servidores públicos* foi aplicado nas categorias socioeconômicas de *gerentes*, *empregados especialistas*, *empregados qualificados*, *supervisores*, *trabalhadores típicos* e *trabalhadores elementares*, enquanto o recorte de servidores públicos *militares (bombeiros e policiais)* é encontrado nas categorias socioeconômicas de *gerentes*, *empregados qualificados*, *supervisores* e *trabalhadores típicos*. Assim sendo, essas categorias ocupacionais serão analisadas destacando-se as especificidades desses trabalhadores nesses grupos.

A população captada pela pesquisa PNAD e submetida à classificação por grupos socioeconômicos aqui adotada expande-se de 84,4 para 104,8 milhões de pessoas (crescimento de 24,1%) no período analisado.

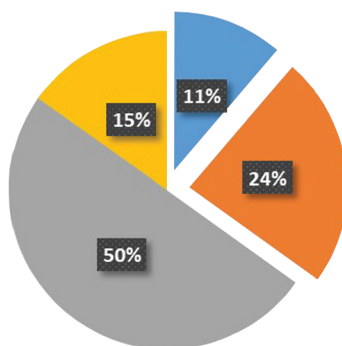
A participação das categorias socioeconômicas de rendas superiores que, *grosso modo*, correspondem à burguesia e à pequena burguesia em nossa amostra apresentou crescimento ao longo do período estudado (indo de 9,69% da amostra, em 2002, para 11,28%, em 2015, após um pico de 11,66% em 2014). Chama atenção um encolhimento relativo do grupo de pequenos empregadores – que em números absolutos se mantém relativamente estável na distribuição, tendo apresentado crescimento até 2008 e retrocedendo desde então. A categoria de capitalistas e fazendeiros também apresenta participação relativamente estável, em torno de 0,5% da amostra. Cabe à evolução dos demais grupos a explicação da expansão aqui verificada; em especial, o grupo de empregados especialistas – que, como explicado anteriormente, são analisados mais profundamente com o grupo de rendas médias. A ampliação do grupo de empregados especialistas da iniciativa privada é de 1,50% para 2,50% da amostra, e os empregados especialistas no funcionalismo público também se expandem de 1,25% para 2,08% da amostra no período.

**GRÁFICO 1**  
**Distribuição da “quase” PEA por faixas de renda**  
 (Em %)  
 1A – 2002



■ Rendas altas ■ Rendas médias ■ Rendas baixas ■ Subsistência + excedentes

1B – 2015



■ Rendas altas ■ Rendas médias ■ Rendas baixas ■ Subsistência + excedentes

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).



Associada à pequena expansão do grupo de rendas altas, a ampliação do tamanho dos grupamentos superiores da classe trabalhadora parece confirmar a mobilidade social ascendente no período,<sup>17</sup> provavelmente fruto da ampliação do número de pessoas com formação superior no mercado de trabalho (Saramago, Freitas e Medeiros, 2018). A soma desses grupos de renda média varia de 21,2% para 23,59% da amostra no período, com destaque para a ampliação do grupo dos empregados qualificados, de 10,7% para 12,4% da amostra.

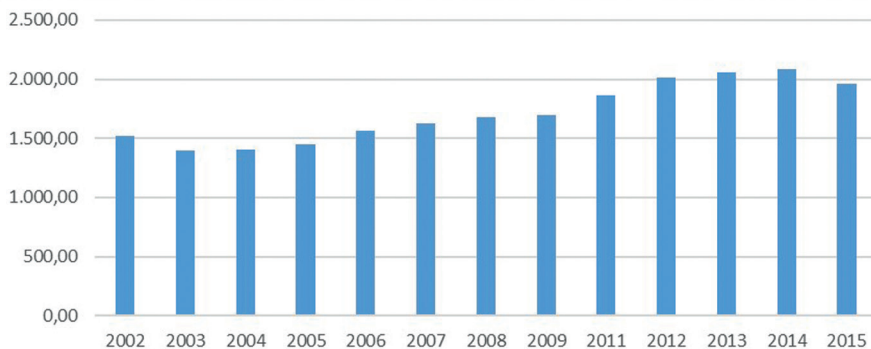
Finalmente, a variação do número de trabalhadores nas categorias ocupacionais do proletariado e do subproletariado, usando-se a nomenclatura marxista mais clássica adotada por Singer (1981), deixa também patente a mobilidade ascendente ocorrida no período. A participação dos trabalhadores excedentes e conta-própria precários reduz-se de 16,73% para 15,2% da PEA, tendo atingido um mínimo de 12,0% em 2012. Mais importante é observar que o conjunto desses grupos de rendas baixas se reduz de 52,40% para 49,93% da PEA, após atingir um máximo de 52,90% em 2012, e que essa redução se concentra nos grupos de pior remuneração. Empregados domésticos variam de 7,31% para 6,02% da amostra, enquanto trabalhadores elementares vão de 8,87% para 7,10%, sempre entre 2002 e 2015. Em contrapartida, os trabalhadores típicos (setor privado) expandem-se de 16,92% para 19,14% do conjunto, tendo atingido um máximo de 21,16%, em 2013.

Veremos em seguida a dinâmica das remunerações e como estas se combinam com essas alterações da composição das categorias socioeconômicas.

Deve-se ter em mente que a renda média mensal para todos os grupos apresentou no período variação ascendente, embora, como reflexo de uma recessão, tenha apresentado ligeira retração entre 2002 e 2003; a média mensal passa a crescer, ao atingir um ápice no período 2013-2014 e diminuir novamente desde então, seguindo os efeitos de nova recessão. Chamaremos essa renda média mensal geral de renda média Brasil para efeitos de comparação com as diferentes rendas dos grupos ocupacionais, sempre em bases mensais, salvo menção explícita em contrário.

---

17. Fenômeno em si amplamente registrado na literatura sobre o tema. Ver, entre outros, Neri (2011), Pochmann (2012), Jannuzzi (2018) e Quadros (2017).

**GRÁFICO 2****Valor médio real estimado do trabalho principal – Brasil (2002-2015)**  
(Em R\$)

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

A variação entre 2002 e 2015 apresenta um ganho médio de 28%, após atingir um pico de 37% de ganho real em 2014. Essa é a baliza com a qual compararemos a evolução das rendas das diferentes categorias ocupacionais nas seções seguintes. Como a evolução das rendas das categorias socioeconômicas de rendas inferiores tem impactos sobre a análise dos grupos de renda superior, escolhemos iniciar a análise pelos dados desse grupo.

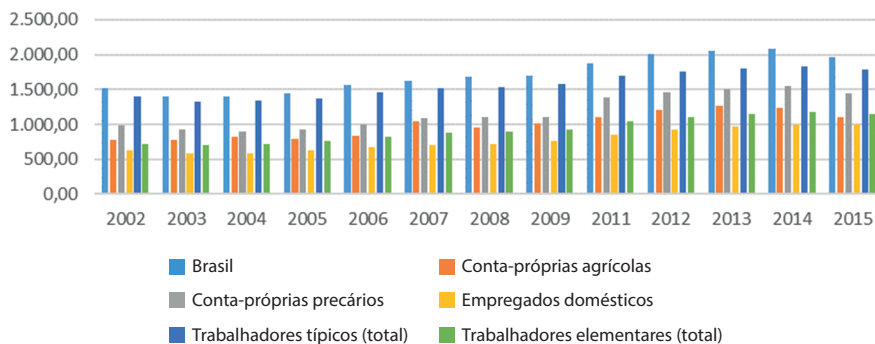
#### **4 VARIAÇÃO DAS RENDAS DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE RENDAS INFERIORES (PROLETARIADO CLÁSSICO – NÃO DESTITUÍDOS; E SUBPROLETARIADO – DESTITUÍDOS DE ATIVOS)**

Analizamos nesta seção a evolução das rendas dos grupos socioeconômicos cujos rendimentos estão abaixo da renda média nacional – com exceção de algumas frações, como veremos a seguir. Aqui, concentra-se o grosso da mão de obra; contudo observou-se, no período estudado, redução relativa do total de trabalhadores abarcado nessas categorias, de 52,38% do total da amostra em 2002 para 49,93%, em 2015, após atingir um máximo de 52,90% em 2012.

## GRÁFICO 3

## Evolução da renda: grupos inferiores (2002-2015)

(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostrade-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos layouts e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Nesse bloco de análise, encontram-se os trabalhadores que tiveram os maiores ganhos no conjunto da população, como resultado da política de aumento do salário-mínimo e de transferências de renda iniciadas ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, mas consolidadas nos governos petistas de Lula da Silva e Dilma Rousseff, como mostrado no gráfico 3.

#### 4.1 Empregados domésticos

O número total de empregados domésticos, em sua larga maioria mulheres, chegou a expandir-se em 18,30% entre 2002 e 2009 (de 6,2 para 7,3 milhões de trabalhadores), quando alcança o pico da série, mas depois disso ocorreu uma regressão do número total, e o período encerrou-se com um aumento de apenas 2,00% (6,3 milhões) do número total de trabalhadores nessa categoria socioeconômica, que regride proporcionalmente de 7,31% para 6,02% do total de nossa amostra.

Concomitante a isso, ocorre a ampliação das rendas dessa categoria socioeconômica, como reflexo da política de valorização do salário-mínimo. Dessa forma, ocorreram a ampliação de direitos (regularização do registro em carteira de trabalho) e a facilitação do registro de trabalho e do recolhimento das contribuições previdenciárias desses trabalhadores, a partir do portal e-Social criado pelo Decreto nº 8.373/2014.

Esse é o grupo socioeconômico de mais baixa renda no conjunto de nossa amostra, mas a evolução das rendas deste foi a segunda maior durante o período estudado, sendo superada apenas pelo aumento das rendas dos trabalhadores

elementares. O salário médio mensal desse grupo era de apenas R\$ 622,97 em 2002, e ainda se retraiu para cerca de R\$ 590,00 em 2003 e 2004, para então iniciar uma evolução ascendente ininterrupta até 2014, quando atinge o máximo de R\$ 1.004,93, recuando para R\$ 993,13 em 2015. De ponta a ponta, temos um aumento real de 59,42% das rendas desse grupo socioeconômico, o que permite ganhos acima da evolução média da renda Brasil. A evolução como proporção da renda média brasileira vai de 0,41 para 0,51 desta. Um ganho pequeno em termos monetários, mas muito significativo, tendo-se em vista o tamanho da população abarcada. A redução do número de trabalhadores, principalmente trabalhadoras, nessa categoria socioeconômica, com a ampliação de outros grupos de rendas inferiores, mas com rendimentos melhores, faz supor que parte dessa força de trabalho migrou para novas ocupações em busca de ganhos ainda maiores de renda e relações de trabalho que permitam imaginar uma carreira, uma vez que as atividades domésticas são o clássico caso de atividades vistas como inferiores e de *dead end* (emprego sem perspectiva de melhoria ao longo da vida do trabalhador).

#### 4.2 Conta-próprias agrícolas

O número de trabalhadores no grupo socioeconômico de trabalhadores por conta própria agrícolas também se mantém relativamente estável, oscilando em torno dos 4,2 milhões de trabalhadores, e perde participação na amostra, indo de 5,08% para 4,04% do total.

Por sua vez, a renda mensal desse grupo socioeconômico sofre o mesmo efeito de empuxo pela valorização do trabalho mais básico da sociedade nacional, representado pelo incremento do salário-mínimo, indo de R\$ 773,39 em 2002 para R\$ 1.108,15 em 2015, após atingir um pico de R\$ 1.264,09 em 2013 (+63,45%). O ganho desse grupo foi da ordem de 43,29%, e suas rendas passam de 0,51 para 0,57 da renda média nacional. Novamente, pequenos ganhos absolutos, mas com amplos efeitos por tratar-se de categoria ocupacional com um número grande de membros. Embora se trate de categoria com renda baixa, a manutenção do número de membros desse conjunto de pequenos proprietários rurais sem empregados e que possuem ativos de menor valor pode indicar que o entorno familiar de tais trabalhadores possa ter apresentado mobilidade ascendente.

#### 4.3 Conta-próprias precários

O terceiro grupo de rendas baixas que teve sua renda afetada pelas políticas de redistribuição e aumento do salário-mínimo é o dos conta-própria precários; outro grupo numeroso de trabalhadores, que avança de 7,6 para 9,3 milhões de indivíduos e se expande quase na taxa de crescimento da PEA no período (22,46% contra 24,14%), perdendo pouca participação no conjunto da PEA (de 9,01%

para 8,89%, após ter se reduzido para 8,31% no período 2011-2012). O ganho aferido por trabalhadores nessas atividades é percebido como inflação de serviços por parte das faixas de maior renda que são contratadoras de seus serviços; em especial, as diárias de trabalhadores domésticos avulsos (faxineiras, jardineiros e outros auxiliares de serviços domésticos).

Do ponto de vista da renda, temos outro conjunto de trabalhadores com ganhos reais da casa de 46,42% (de R\$ 990,84 para R\$ 1.450,82), o que representa, se compararmos com a renda Brasil, uma evolução de 0,65 para 0,74 do parâmetro. Novamente, há um ganho absoluto com efeitos consideráveis para um grupo grande de trabalhadores.

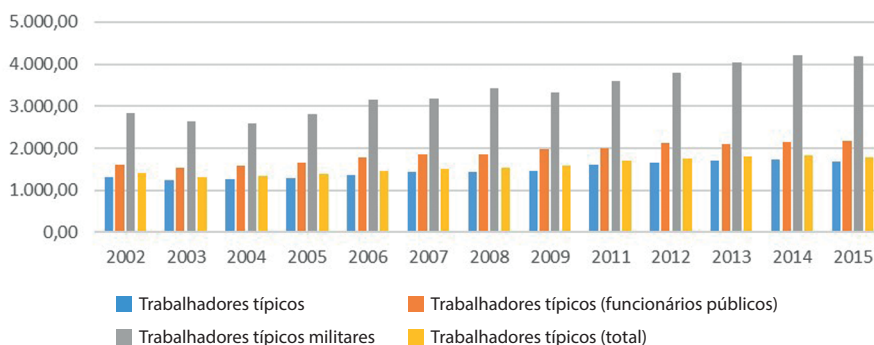
#### 4.4 Trabalhadores típicos

O maior grupo ocupacional da PEA, os trabalhadores típicos, categoria socioeconômica central da classe trabalhadora, expande-se de 17,8 para 24,2 milhões de pessoas no período (de 14,28 para 20,06 milhões no setor privado), após ter atingido 26 milhões de trabalhadores em 2014 (cerca de 21,7 milhões de trabalhadores no setor privado no período 2013-2014). Esse ganho de 35,66% – chega a 40,43% no setor privado – leva a que a participação dos trabalhadores típicos aumente de 21,14% para 23,01% de nossa amostra – após bater os 25,00% no período 2012-2013. A evolução é de 16,92% para 19,14% da amostra para os trabalhadores típicos do setor privado.

#### GRÁFICO 4

##### Evolução da renda: trabalhadores típicos (2002-2015)

(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Do ponto de vista da renda, contudo, a evolução segue de perto o crescimento da média nacional quando observamos o conjunto dos trabalhadores típicos, cuja renda oscila em torno de 0,92 da renda média nacional no período. Quando analisada separadamente (gráfico 4), contudo, vemos que a evolução das rendas dos setores público e privado é ligeiramente diferente. A renda dos trabalhadores típicos do setor privado oscila muito pouco ao longo do período e se mantém em média como proporção de 86% da renda Brasil, incorporando quase que todo o ganho ocorrido no período, enquanto a do setor público apresenta também forte estabilidade, em torno de 110% da renda Brasil. Foge desse padrão o comportamento das rendas dos trabalhadores típicos servidores públicos militares (bombeiros e policiais militares), cuja renda cresce acima do ganho médio nacional (+47,31%) e oscila como proporção da renda média Brasil de 1,87 para 2,13 vezes, sendo um dos grupos com maior ganho absoluto na amostra.

Como estamos trabalhando com médias, temos de lembrar que parte desses trabalhadores típicos apresenta rendimentos superiores à média nacional e passa a ver-se como membros de uma classe média ascendente, especialmente devido ao processo de mobilidade social apontando pela literatura já citada (Quadros, 2017; Jannuzzi, 2018; entre outros), uma vez que é comum encontrarmos, em um mesmo núcleo familiar, trabalhadores típicos e qualificados, e que alguns ascendam a posições de supervisão e, eventualmente, inclusive à baixa gerência.

Também devemos lembrar que as categorias socioeconômicas muitas vezes se entrelaçam no ambiente familiar – a exemplo dos casos de primeiros membros a obter a formação universitária –, para além de certa fluidez social típica de períodos de crescimento econômico.

#### **4.5 Trabalhadores elementares**

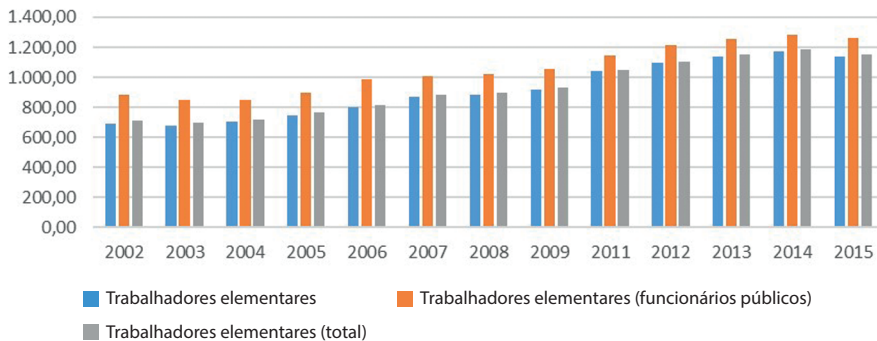
Finalmente, os trabalhadores elementares formam a última grande massa de trabalhadores nesse bloco de análise. Aqui, estão concentradas as funções laborais socialmente menos valorizadas, de serviços auxiliares na produção à grande massa de vigias noturnos e auxiliares de limpeza.

Em números absolutos, a exemplo dos empregados domésticos, o início da série apresenta expansão, que depois se retrai para, no final do período, os números serem muito parecidos, na casa de 8,3 milhões de trabalhadores, o que representa redução da participação destes de 9,84% para 7,89% do total de nossa quase PEA no período analisado, o que indica, dada a expansão de setores com rendas melhores, sua migração ascendente. O setor público absorve uma parte menor desses trabalhadores (cerca de 10%) e, embora os ganhos destes seja superior aos de seus congêneres do setor privado, seus ganhos reais no período são inferiores

aos registrados por aqueles. Os ganhos dos trabalhadores elementares do setor público chegaram a 42,79% no período, superando a evolução da renda média brasileira, mas os ganhos dos trabalhadores elementares do setor privado é o maior registrado para o conjunto das categorias aqui estudadas, chegando a 64,24%. Como tratamos aqui de uma das categorias com menor salário, a evolução registrada no setor público foi de 0,58 para 0,64 da renda Brasil; no setor privado, foi de 0,46 para 0,58 vez a renda média Brasil. É o grupo com o maior ganho absoluto se excetuarmos os servidores públicos militares (bombeiros e policiais), que tiveram uma política própria de valorização no período como subgrupo dos funcionários públicos.

### GRÁFICO 5

#### Evolução da renda: trabalhadores elementares (2002-2015) (Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

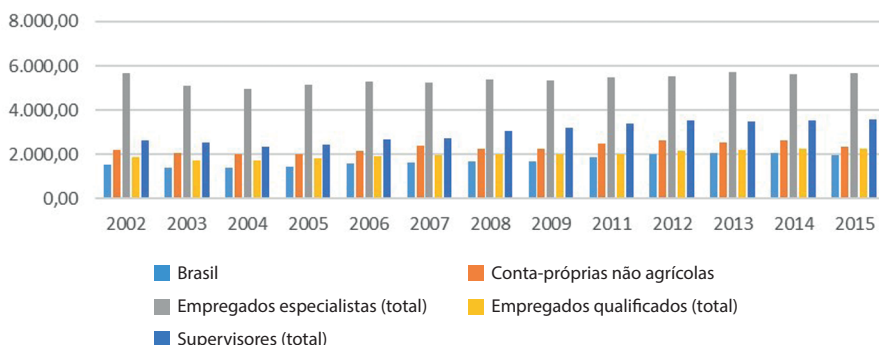
## 5 VARIAÇÃO DAS RENDAS DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE RENDA INTERMEDIÁRIA/MÉDIA E MÉDIA-ALTA

Neste segundo bloco (gráfico 6), agrupamos as categorias socioeconômicas que pertencem à classe trabalhadora *lato sensu*, mas que detêm rendimentos superiores aos dos trabalhadores típicos (*blue collar* e assemelhados no setor de serviços) e dos trabalhadores destituídos. Assim, aqui estão reunidos os trabalhadores por conta própria não agrícolas, empregados qualificados e, finalmente, os supervisores. Optamos por agrupar também os empregados especialistas (trabalhadores com formação superior e até mesmo com pós-graduação), mas que, embora sejam privilegiados em termos de posses, se encontram em funções subordinadas no processo

de trabalho. Algumas dessas categorias também são divididas entre o setor público e o setor privado, como veremos a seguir.

Já aqui, notamos o aparecimento de atividades típicas do “colarinho branco” de Mills, uma vez que parcela dos trabalhadores qualificados e especialistas exerce atividades típicas desses estratos sociais heterogêneos. Tais estratos ascendem de forma marcada nas economias centrais no pós-guerra e se desenvolvem também na periferia capitalista, ainda que em ritmo mais lento.

**GRÁFICO 6**  
**Evolução da renda: grupos intermediários (2002-2015)**  
 (Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

### 5.1 Conta-próprias não agrícolas

Os ganhos do grupo socioeconômico de trabalhadores por conta próprias não agrícolas, composto basicamente por empreendedores individuais sem empregados e portadores de ativos de menor valor, acompanharam, ainda que um pouco abaixo, os ganhos médios da economia brasileira até 2012, quando entram em estagnação e, depois, reverterem a tendência, encerrando o período com um ganho de apenas 6,27%, se observado em termos de comparação com a evolução da renda média Brasil. O que se percebe é um ligeiro declínio ao longo do período estudado, de 1,45 para 1,19 vezes a média. Por sua vez, o número desses trabalhadores expande-se em 39%, indo de 5,2 para 7,2 milhões de trabalhadores.

O crescimento desse grupo pode ter se dado não apenas a partir da entrada de trabalhadores oriundos de categorias com rendas mais baixas, que apresentaram



redução na participação na PEA, mas também de indivíduos que estavam em condições mais estáveis ou que haviam se aventurado como pequenos empregadores, mas fracassaram. Parte do crescimento também pode explicar-se pela criação da legislação de microempreendedor individual (MEI),<sup>18,19</sup> a versão da pessoa jurídica (PJ) para os menos aquinhoados.

O grupo é composto pelos empreendedores individuais sem empregados e portadores de ativos de menor valor: jornaleiros, chaveiros, costureiras e oficinas de reparos em geral, bem como trabalhadores avulsos de transporte como táxi, Uber – e aplicativos semelhantes –, *vans* escolares e caminhoneiros autônomos. Esse é um dos grupos socioeconômicos dos “patrões de si mesmos”, os “você S/A”, exaltados como “empreendedores”, mas que não alcançam a situação de tornarem-se capazes de explorar a mão de obras de terceiros e que se veem exprimidos em nichos de mercado altamente concorrenciais. Deparam-se, além disso, com o surgimento de aplicativos de transporte que ou os submetem à exploração de mais-valia produzida por si mesmos, ou os expõem a um novo padrão de concorrência, rompendo relações relativamente estáveis de mercado, como no caso de taxistas *versus* Uber – e outros.

Aqui, encontramos parte dos indivíduos submetidos aos novos padrões de *servidão digital* descrita por Antunes (2018), obrigados a cumprir jornadas de trabalho cada vez mais extensivas e destituídos da proteção social que eventualmente tiveram em outras atividades. Mais que isso, cobrados por buscar um “sucesso” mítico e culpabilizados pelo próprio fracasso, mesmo que este seja socialmente predeterminado pelas relações assimétricas de contratação. Mais um terreno fértil para o surgimento de indivíduos recalcados e propensos a entender suas dificuldades como sendo criadas pelo Estado. A situação de conta-própria revestida do discurso do empreendedorismo faz com que indivíduos que são proletários de si mesmos se enxerguem como empresários de suas próprias forças, na acepção irônica de Antunes (2018), e se juntem ao pacto antidistributivista, ainda que contra seus próprios interesses, em inversão ideológica na qual se misturam em muitos casos a religião, o bombardeio midiático e a construção da subjetividade neoliberal, em que cada indivíduo passa a se ver como uma partícula do capital social em reprodução ampliada. Não apenas os pequenos empreendedores, mas também muitos trabalhadores passam a ter *toda a subjetividade*, e não somente o “homem no trabalho”, convocada para uma gestão de todos e cada um como empresa de si mesmos, como demonstram Dardot e Laval (2016, p. 333 e seguintes).

18. Lei Complementar (LC) nº 128, de 19 de dezembro de 2008.

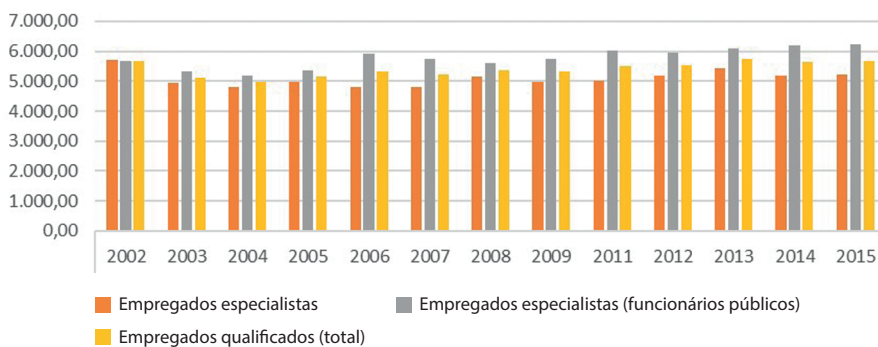
19. Segundo estudo do Sebrae (2022), em 2013 e 2015, cerca de 41% e depois 45% das novas empresas abertas como MEI eram de trabalhadores com carteira assinada que haviam abandonado o emprego ou estavam formalizando atividades desempenhadas além do horário de trabalho, e apenas 31% (2013) e depois 22% (2015) eram empreendedores informais que haviam optado pela formalização por meio deste regime. Empregados sem carteira eram 16% do total de novos MEIs nesses anos, e donos(as) de casa, estudantes, desempregados e funcionários públicos compunham a pequena parcela restante de tais trabalhadores. Cerca de 23% dos MEI detinham ainda outra fonte de renda.

## 5.2 Empregados especialistas

O grupo de empregados especialistas, cujos dados são apresentados no gráfico 7, é formado pelos trabalhadores em atividades relacionadas às ocupações de “classes médias”, com escolaridade superior, caracterizados por profissões credenciadas; por exemplo, médicos e dentistas que não exerçam a profissão em consultórios particulares, também grupos semiprofissionais e professores do ensino médio e superior, bem como fiscais de tributação e arrecadação, peritos judiciais e outros oficiais de justiça. A renda desse grupo socioeconômico é alta, e o grupo é considerado privilegiado por conta do nível de formação.

### GRÁFICO 7

**Evolução da renda: empregados especialistas (2002-2015)**  
(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Se tomada pela média geral, o grupo de empregados especialistas não teve nenhum ganho de renda no período. Contudo, a evolução do rendimento dos empregados especialistas é diferente se tomamos o setor público separado do setor privado. Enquanto no setor público ocorre aumento de 10% das rendas, no privado acontece redução de 8%. Devemos, entretanto, levar em consideração que esta foi uma das categorias ocupacionais que mais cresceu ao longo do período analisado, mais que dobrando de tamanho tanto no setor público (+107%) quanto no setor privado (+111%), também indicando mobilidade social de algum tipo, tendo-se em conta o avanço de 2,73% para 4,59% da quase PEA captada pela pesquisa.

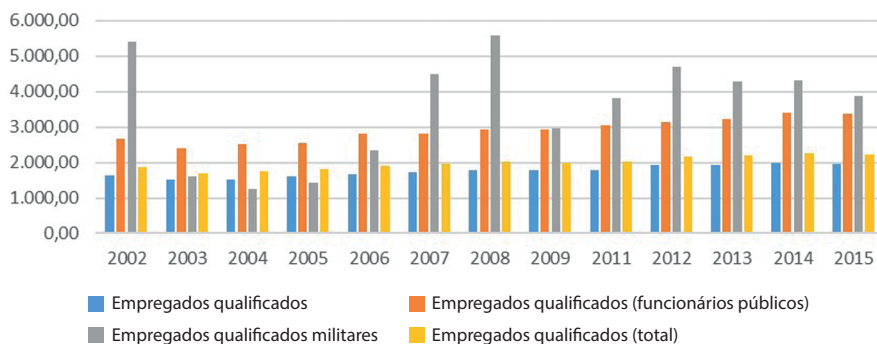
Ademais, embora sejam empregados sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou aos regimes próprios do setor público, e, por isso, os colocarmos com a classe trabalhadora, esse grupo tem rendimentos que os assemelha à classe média e à pequena burguesia tradicional, e suas perdas relativas foram proporcionais às observadas nos grupos de rendas superiores quando comparados à renda média Brasil. Os empregados especialistas do setor privado iniciam o período com renda equivalente a 3,75 vezes a renda média nacional e veem sua renda diminuir no que concerne à média até atingir um mínimo de 2,48 em 2014, para uma ligeira recuperação em 2015, quando voltam a 2,67. A perda relativa é quase tão acentuada quanto a do grupo de especialistas autoempregados e inferior apenas ao grupo de capitalistas e fazendeiros, chegando ao equivalente a 1,08 da renda média nacional (o equivalente à renda de dois empregados domésticos e maior que a de um trabalhador típico). Os empregados especialistas do setor público tiveram perdas menores, mas igualmente significativas, indo de 3,73 para 3,18 (-0,55) em proporção à renda média.

Seria necessário um exercício de separação da renda dos indivíduos que entraram no grupo daqueles que já se encontravam no grupo socioeconômico, para se ter maior clareza sobre o processo, o que não é viável com os dados disponíveis. É possível que a média tenha se mantido por conta dos ingressantes o fazerem com salários mais baixos do que os daqueles que já eram parte do grupo, ou que a expansão da base de especialistas simplesmente tenha acirrado a concorrência por tais empregos melhor remunerados e permitido aos empregadores conter a expansão de sua remuneração. De qualquer forma, é um grupo socioeconômico que aparentemente “corre para não sair do lugar” em termos de sua renda absoluta, apresentando mesmo uma pequena queda no setor privado, ao mesmo tempo que seus custos de reprodução social crescem. O típico grupo socioeconômico para o qual a manutenção de um empregado doméstico, símbolo típico de *status* para essa classe média, se tornou mais difícil e que se sentiu perdendo *status* social relativo diante de um processo de aproximação dos trabalhadores de rendas mais baixas.

### 5.3 Empregados qualificados

O grupo ocupacional *empregados qualificados*, cujos dados são apresentados no gráfico 8, é composto por trabalhadores com qualificações diferenciadas com relação aos trabalhadores típicos, mas sem que se caracterize a exclusividade da formação dos especialistas. Trata-se de mais um grupo socioeconômico cuja participação se expande no total da amostra, puxado pelo setor privado, mas com participação importante também no setor público.

## GRÁFICO 8

Evolução da renda: empregados qualificados (2002-2015)  
(Em R\$)

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Os dados dos empregados qualificados servidores públicos militares, contudo, apresentam certa volatilidade tanto em números absolutos de participantes – que podem indicar alguma mudança na forma do preenchimento dos questionários/metodologia –, quanto nos valores médios dos salários apresentados. Como se trata de categoria diminuta, todavia tal inconsistência não tem maiores impactos na análise aqui empreendida e não foi feita em detalhes.

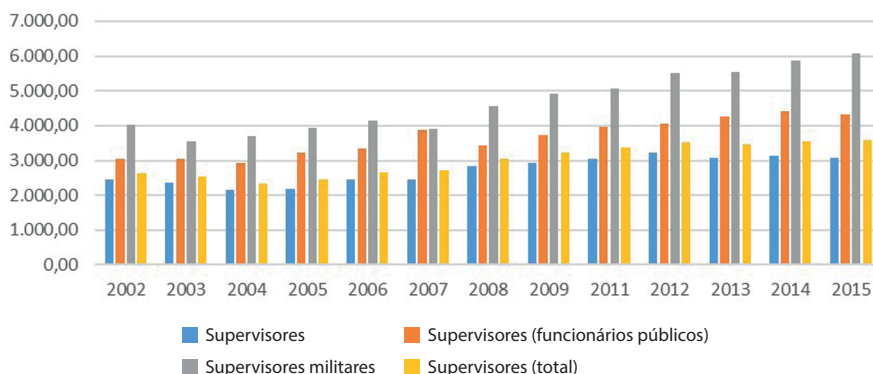
Os empregados qualificados representavam 13,51% do total da amostra em 2002, e essa participação atinge 17,01% desta em 2011, e depois declina para 15,54% em 2015. Como veremos também aqui, observamos espaço para a mobilidade social ascendente de trabalhadores no período.

Do ponto de vista da renda, os empregados qualificados tiveram ganhos um pouco inferiores à evolução da renda média Brasil. Enquanto, em média, como vimos, a renda se expandiu em 28,95%, os empregados qualificados do setor privado acumularam ganhos de 18,50% e os do setor público, de 25,93%; assim, a evolução em múltiplos da renda média Brasil apresentou pequena redução. Contudo, a realidade é bastante díspar entre o setor privado e o setor público. As rendas dos empregados qualificados do setor privado oscilam em torno da média Brasil, tendo variado de 1,08 desta para 0,99 no período (mínimo de 0,94 em 2013), enquanto no setor público a série se inicia com 1,76 e se encerra em 1,72 (mínimo de 1,56 em 2012).

### 5.4 Supervisores

Finalmente, o grupo ocupacional de supervisores (trabalhadores com posição de chefia inferior na indústria, no comércio e nos serviços), cuja evolução da renda é apresentada no gráfico 9, é o único entre os grupos de rendas médias que apresenta redução no número total de membros, provavelmente por conta da eliminação de níveis hierárquicos empreendida em parte do setor privado no período (redução de 1,47% para 1,10% do total da amostra).<sup>20</sup> A exceção é o subgrupo de supervisores militares, que apresenta expansão de 85% no período – como se trata de um grupo pequeno, os impactos também não são significativos diante de redução de 11% no setor privado e 23% do total de servidores do serviço público.

**GRÁFICO 9**  
Evolução da renda: supervisores (2002-2015)  
(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Do ponto de vista da renda, esse grupo socioeconômico apresenta resultados mistos. Enquanto os supervisores do setor privado apresentam expansão de renda pouca coisa inferior à expansão média da amostra (25,17%), seus congêneres do setor público têm ganhos com relação à média (42,25%), e os supervisores militares são o subgrupo militar que apresenta maiores ganhos no período (51,38%), inferior apenas aos ganhos das categorias de trabalhadores elementares e empregados domésticos. Essa variação se reflete na evolução da renda como proporção da média da seguinte forma: supervisores da iniciativa privada, de 1,62 para 1,57

20. Para uma análise da dinâmica do emprego industrial, ver o capítulo 8, de autoria de Luís Carlos Garcia de Magalhães, nesta publicação.

(perda de 0,05); supervisores no setor público, de 2,00 para 2,21 (ganho de 0,21); e supervisores militares, de 2,64 para 3,10 (ganho de 0,46).

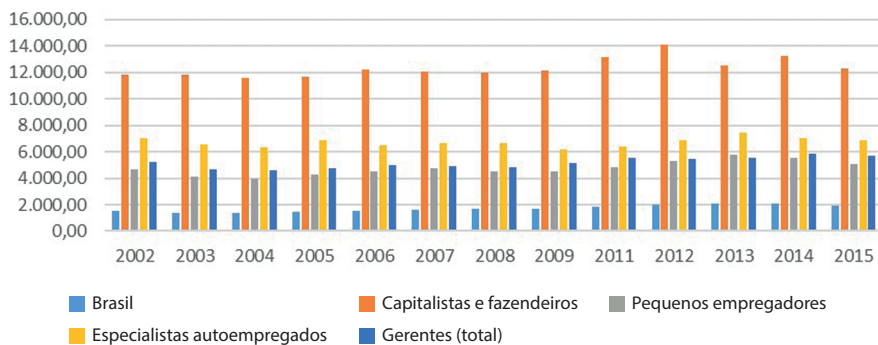
Os grupos socioeconômicos de rendas médias apresentam, portanto, comportamentos distintos. De forma geral, a participação destes se expande no conjunto da PEA, em que pese a redução das funções de supervisão. Por sua vez, ao mesmo tempo que serve como espaço de mobilidade social ascendente para a população que vem de grupos socioeconômicos com rendas inferiores, a expansão das rendas dá-se, na maioria destes grupos ocupacionais, abaixo da taxa de expansão da renda Brasil, ainda que apenas os empregados especialistas apresentem retração pronunciada, a exemplo da ocorrida nos grupos ocupacionais com rendas médias maiores. Retomaremos a discussão ao final deste capítulo.

## 6 VARIAÇÃO DAS RENDAS DOS GRUPOS OCUPACIONAIS DE RENDAS SUPERIORES (BURGUESIA E PEQUENA BURGUESIA)

GRÁFICO 10

Evolução da renda: grupos superiores (2002-2015)

(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

### 6.1 Capitalistas e fazendeiros

Tomemos inicialmente o pequeno grupo de capitalistas e fazendeiros (cerca de 0,5% da amostra). A renda média desse grupo era de R\$ 11.798,04 em 2002. Essa média se mantém praticamente estável nos três anos seguintes e passa a subir lentamente desde então, atingindo um máximo de ganho de quase 20,00% em

2012 (R\$ 14.118,23), para encerrar o período analisado em queda com um ganho de apenas 4,19% com relação ao valor inicial (R\$ 12.292,77).

Tais números contrastam com estudos de distribuição da renda que atribuem valores muito mais elevados aos grupos mais ricos no Brasil. Essa remuneração corresponde a um terço, por exemplo, dos números que encontramos em estudos sobre desigualdade de renda, como o da Oxfam Brasil (2017, p. 22), segundo o qual “o 1% mais rico do país recebe mais de R\$ 40.000,00 por mês”.

Ou, se tomarmos a tese de Souza, que corrige os dados da PNAD com os dados do IRPF, na qual encontramos que

no que diz respeito à renda média, em 2013, o 0,1% mais rico recebia pouco mais de R\$ 2,8 milhões anuais, o que equivale a uma renda média mensal de R\$ 235 mil. Esses valores são quase 4,5 vezes maiores do que os observados para os 1% mais ricos como um todo, que, no entanto, também teve rendimentos muito elevados: R\$ 636 mil por ano ou R\$ 53 mil mensais. Quando se olha para os 5% e 10% mais ricos (...) os valores médios se tornam mais próximos da experiência cotidiana do que muitas vezes se chama de “classes média assalariada”: as médias de R\$ 230 mil anuais (R\$ 19 mil mensais) para os 5% e R\$ 140 mil anuais (R\$ 12 mil mensais) para os 10% mais ricos são compatíveis com os salários de grandes contingentes do funcionalismo público federal (Souza, 2018, p. 242-243).

Os dados da renda corrigida pelo IRPF deixam claras as distorções apresentadas pela PNAD no grupo de rendas superiores. Em especial, no grupo de capitalistas e fazendeiros (0,5% da população aqui analisada), em que se esperaria encontrar a concentração de renda mais ou menos equivalente à faixa superior e que, contudo, declara rendas na faixa de R\$ 13 mil ou R\$ 14 mil mensais, pouco acima do corte dos 10,0% mais ricos apontados por Souza (2018).<sup>21</sup>

Devemos, assim, analisar as rendas desse grupo “com um grão de sal”. Se comparado com o crescimento da renda média aqui estudada, esse grupo efetivamente perde participação relativa na renda – o que corrobora a tese de Hoffmann (2017). O valor inicial da renda média desse setor era de 7,77 vezes a renda média da amostra. Esse valor se expande para 8,47, em 2003, e inicia trajetória cadente quase ininterrupta até 2015, quando a renda média desse grupo equivalia a 6,28 vezes a renda média global da sociedade. Esse cálculo poderia ser feito em termos de salários-mínimos com um resultado parecido. O que importa apontar aqui é a perda relativa; a sensação por parte desses indivíduos de que “correram para não sair do lugar”. Nesse sentido, a estagnação do crescimento a partir de 2012 atinge em

---

21. Partindo apenas dos dados da PNAD, Hoffmann (2017, p. 184) conclui que “no Brasil, no período 1995-2013, ocorreu uma redução do grau de bipolarização da distribuição da RDPC, acompanhando a tendência de redução da desigualdade”, e assim nossos dados tendem a mostrar uma diminuição das rendas dos mais ricos em compensação à melhoria dos mais pobres. Contudo, os dados de Souza (2018) sugerem que a conclusão de Hoffmann deve voltar à condição de hipótese e ser novamente testada com uma série ajustada pelo IRPF.

cheio seus rendimentos declarados – a redução da renda entre 2012 e 2015 foi de 13% – e apontaria esse grupo como um dos grandes atingidos pela crise de 2014. Provavelmente, essa é a realidade de médios e pequenos fazendeiros e industriais sem acesso a recursos do fundo público e sem reservas financeiras que permitam outros tipos de rendimentos compensatórios, mas essa realidade está longe de ser a do setor financeiro, que apresentou lucros de grande monta (Lucro..., 2014).

Constata-se, assim, que é difícil analisar o real comportamento das rendas dos grupos mais ricos com base exclusivamente em nossa amostra. Para além disso, o núcleo burguês dos diferentes setores econômicos reflete a heterogeneidade do conjunto da economia brasileira também em termos regionais. Portanto, a hipótese de Magalhães (2015, p. 29), que, analisando o comportamento dos empresários industriais, aponta que “o resultado é que as políticas de defesa de renda, emprego e redução da desigualdade crescentemente enfrentam a oposição dos capitalistas industriais, que, para combater essas políticas, formam um pacto antidistributivista com outras forças sociais” tende a ser correta, pelo menos para parte de nosso universo de pesquisa.

## 6.2 Pequenos empregadores

O segundo grupo socioeconômico de rendas superiores são os pequenos empregadores, fundamentalmente pequenos comerciantes e donos de oficinas de serviços. Esse setor, alcunhado por Mills (1956) de *lumpen-burguesia*, é composto de detentores de capital que geralmente trabalham lado a lado com seus empregados e realizam tarefas parecidas com as destes, mas que se beneficiam, quando conseguem, da apropriação de trabalho excedente.

Esse grupo apresentou uma variação ainda mais ampla em seus rendimentos, iniciando o período com renda média de R\$ 4.676,58, perdendo cerca de 15% do poder de compra nos primeiros dois anos, retomando paulatinamente nos quatro anos seguintes, voltando a crescer no período 2009-2013, quando atinge o pico de R\$ 5.774,13 (pico de ganho de 23,47%), e recuando novamente nos anos finais da amostra para R\$ 5.093,78 (ganho de apenas 8,92%, se observarmos o período de ponta a ponta). As variações nominais da renda escondem, portanto, uma perda constante de participação da renda desses indivíduos, que começam o período com uma renda de 3,08 vezes a renda média nacional e a veem ser comprimida para 2,6 vezes dessa mesma renda média. Para efeito de comparação, o valor relativo perdido equivale ao rendimento médio de um trabalhador doméstico em 2015, como vimos anteriormente. Em termos de números absolutos, esse grupo mantém um número relativamente estável de membros, na casa de 2,8 milhões de pessoas, o que faz com que, em termos relativos, sua participação na PEA diminua de 3,3% para 2,6% no período estudado.



Assim, nos parece claro que o aumento do salário-mínimo contribuiu para a redução da margem de lucros dos pequenos empregadores de forma ainda mais potente do que a verificada pelo setor industrial, o que os leva a receber todo o peso do *profit squeeze* apontado por Magalhães (2015). Essa camada média, portadora também da ideologia do “orgulho empreendedor”, se vê permanentemente sob pressão e se torna potencialmente não apenas caixa de ressonância do pacto anti-distributivista apontado pelo autor, mas também tende a mobilizar-se ativamente para o combate a tais políticas.

### 6.3 Especialistas autoempregados

O terceiro grupo socioeconômico de rendas superiores é formado pelos *especialistas autoempregados*, no qual se encontram não apenas advogados, médicos e demais profissionais liberais, mas também a massa crescente de trabalhadores especialistas que perderam vínculos formais no mercado de trabalho – inclusive médicos – e optaram ou foram empurrados para a chamada “pejotização”, a transformação dos indivíduos em *peessoas jurídicas*. De fato, alguns são “patrões de si mesmos”, enquanto a maioria não passa de assalariados precários sem direitos, constituindo uma massa do que Antunes (2018) denomina de *escravo digital*. Esse grupo evolui de cerca de 800 mil indivíduos para 1,25 milhão no período, com crescimento de cerca de 64%.

Se, por um lado, o grupo se expande, por outro, a renda média observada toma o sentido oposto em sua evolução. A renda média do grupo, que, em 2002, era de R\$ 7.041,96, contrai-se e apresenta variação em torno de uma média de R\$ 6.500,00, entre 2003 e 2012, para atingir um pico de R\$ 7.408,24, em 2013, e voltar a decair, fechando o período em R\$ 6.864,64. Essa dificuldade de apropriar-se de parcela do crescimento da renda e uma retração no final do período se torna dramática quando analisamos a trajetória com relação à média de renda nacional. Em 2002, esta era de 4,64 vezes a renda média, e varia em torno disso nos três anos seguintes, para então tomar um rumo descendente, ao atingir em 2015 proporção de 3,5 vezes a renda nacional. Para voltar à nossa comparação, a perda foi pouco mais de duas vezes a renda média de um empregado doméstico no final do período. Como ocorreu um forte afluxo de indivíduos para essa categoria, é possível que parte dessa variação tenha se dado pela entrada de indivíduos com rendas menores, que teriam trazido a média para baixo, mas a constatação geral é de precarização de vínculos de trabalho de parcela dos empregados especialistas obrigados a migrar para essa nova situação, sem que realmente tenham optado pela condição de empreendedores.

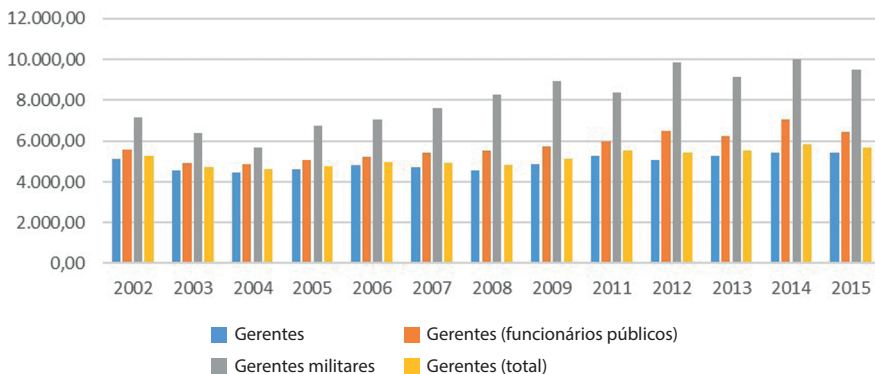
Temos, assim, mais um grupo que compõe as classes médias que assiste à distância entre os mais pobres e esse grupo diminuir enquanto aumenta a concorrência, com a entrada de novos especialistas no mercado de trabalho

por conta da expansão do sistema de ensino superior. Não apenas isso, é um grupo social bombardeado constantemente pela lógica da sociabilidade neoliberal, na qual grassam *coachs* e métodos milagrosos para a gestão de si mesmo, como parte da “modernidade do mercado” rumo ao “sucesso”. A promessa vazia do neoliberalismo, como apontada por Dardot e Laval (2016), tende a fomentar mais um grupo em que o ressentimento se espalha ao passo que a crise econômica comprime suas rendas.

#### 6.4 Gerentes

Finalmente, o grupo de gerentes, que no agregado teve um ganho relativo de apenas 8% de suas rendas, deve ser analisado de forma desagregada entre o setor privado e o setor público. Além disso, destacam-se também os rendimentos dos gerentes servidores públicos militares (policiais e bombeiros), como vemos no gráfico 11.

**GRÁFICO 11**  
**Evolução da renda: gerentes (2002-2015)**  
(Em R\$)



Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: 1. Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.

2. Ilustração cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em termos numéricos, a evolução do grupo de gerentes acompanha,  *grosso modo*, o crescimento da PEA, apresentando uma ligeira elevação na participação de 2,25% para 2,35% do total da amostra. O grupo expande-se de 1,9 milhão para 2,45 milhões de indivíduos, com pequenas mudanças na composição. No início do período, os servidores públicos representam 25,0% da categoria ocupacional e, apesar de um ligeiro aumento do número de funcionários públicos dessa categoria ao longo do período, ao final, eles representam apenas 20,0%

do total de gerentes, enquanto os da iniciativa privada avançam de 72,8% para 77,3% do total do grupo socioeconômico.

A renda do conjunto do grupo de gerentes evolui em apenas 8,3% entre as pontas da amostra, e os ganhos dos gerentes na iniciativa privada são ainda menores, permanecendo em 5,7% entre 2002 e 2015.<sup>22</sup> Os gerentes no funcionalismo público têm suas rendas um pouco mais preservadas, apresentando ganhos de 15,6%, após um pico em 2014. E devemos destacar a pequena minoria dos gerentes militares, que, a exemplo do conjunto da categoria, apresentam ganhos superiores aos de seus congêneres do setor privado e aos demais servidores públicos, terminando o período com aumento de 32,6% – quase cinco pontos acima do ganho médio para o conjunto dos rendimentos da amostra total – e rendas médias 75,0% superiores a seus congêneres da iniciativa privada e quase 50,0% superiores à média dos demais funcionários públicos. Se compararmos à evolução da renda média, os gerentes militares na prática mantêm sua proporção de ganhos, iniciando o período ganhando certa de 4,71 e encerrando com 4,84 vezes a renda média brasileira. Os gerentes funcionários públicos apresentam perda de 0,38 (de 3,66 para 3,28 das rendas do Brasil), e os gerentes da iniciativa privada perdem o equivalente a 61% da renda média nacional – o correspondente ao ganho de um trabalhador elementar em 2015 –, pois apresentam variação de 3,37 para 2,76 múltiplos da renda média nacional.

Temos, portanto, mais uma categoria que se apropria de parcela reduzida do crescimento econômico do período na forma de suas rendas. Sua função social de gestora do capital com capacidade de mando sobre a força de trabalho carrega uma contradição econômica que pode se manifestar por meio de outras expressões sociais e políticas.

Vimos assim que todos os grupos de rendas superiores apresentam perdas relativas no que concerne à renda total da sociedade brasileira, com a exceção do diminuto subgrupo de gerentes militares. Embora tenhamos até aqui apontado alguns elementos que emergem da descrição dos dados, faz-se necessário um balanço do processo como um todo à guisa de conclusão.

## 7 CONCLUSÕES

O período 2002-2015 foi marcado, após uma recessão inicial, pelo crescimento econômico propiciado em parte pelo *boom* de *commodities*, mas fortemente calcado em uma gestão anticíclica bem-sucedida, que possibilitou ao Brasil passar ao largo da crise econômica de 2008, disparada pelo colapso financeiro do *subprime* norte-americano,

22. Como complemento, devemos lembrar que parte da gerência superior das grandes corporações tem seus rendimentos subdimensionados.

como fartamente apontado pela literatura.<sup>23</sup> Parte do crescimento brasileiro é atribuído também ao crescimento com distribuição de renda que teria se dado em uma relação de “ganha-ganha”, na qual todos os setores da sociedade teriam sido beneficiados por um processo virtuoso que se encerra em 2013 – conferir, por exemplo, Singer (2018). Contudo, como vimos, a transferência de renda ocorrida no período configurou claramente um processo de *profit squeeze* sobre a renda de pequenos e médios empresários (Magalhães, 2015), que acabou por levar à situação descrita também por Singer (2015), na qual se “cutucaram onças com varas curtas”. Mantendo esse pano de fundo, devemos então observar os dados apurados.

Fica claro, ao observarmos os dados aqui analisados, que, no período que vai de 2002 a 2015, e que corresponde, *grosso modo*, aos governos Lula e Dilma, em que pese a retração iniciada em 2015 como reflexo da crise econômica, esse período foi marcado por forte expansão das rendas do trabalho, que foi apropriada de forma desigual pelos diferentes grupos socioeconômicos. Os dados da PNAD não captam de forma apropriada os rendimentos das parcelas mais ricas da população, mas outros estudos indicam que ocorreu muito pouca perda de renda do 1% mais rico (Oxfam Brasil, 2017; Saramago, Freitas e Medeiros, 2018; Souza, 2018).

O primeiro mandato de Dilma é marcado, além disso, pelo debate sobre a caracterização do estrato social ascendente formado por trabalhadores que aos poucos mudavam seus hábitos de consumo, como reflexo das políticas que visavam à eliminação da miséria, e adentravam uma franja de consumo que se aproximava à da classe média. De um lado, tivemos a interpretação de Marcelo Neri (2011), que, a partir de uma visão bastante economicista, entendia esse grupo como uma nova classe média entrando no limite inferior da chamada classe C. Essa interpretação recebeu crítica contundente de outro ex-presidente do Ipea (Pochmann, 2012), que preferiu denominar os segmentos que adentraram ao mercado de consumo, como resultado das políticas de combate à miséria e apreciação do salário-mínimo, como nova classe trabalhadora. Contudo, por conta da forma como o debate foi veiculado na mídia, certa confusão ideológica foi sendo gestada.

Neste estudo, vemos claramente que o ganho de renda do período se distribuiu de forma desigual entre os grupos ocupacionais e que, embora apenas os grupos de empregados especialistas e especialistas autoempregados apresentem variação negativa de rendas no período, os ganhos aferidos pelos estratos de renda superiores – em nossa tipologia, os grupos ocupacionais associados à pequena burguesia ou à classe média – foram bastante inferiores à expansão da média nacional, enquanto os grupos ocupacionais de rendas inferiores apresentou, em geral, ganhos superiores a esta. A distribuição de renda ocorrida em favor dos 25% mais pobres claramente dá-se a partir dos 10% ou 15% da população de rendas superiores – que compõem

---

23. Ver bons resumos do debate em Acioly e Leão (2011) e Magalhães (2015).

a classe média tradicional e que não podemos, contudo, entender realmente como ricos –, excetuado o 1% mais rico de fato, cujas rendas principais não têm origem no trabalho e que não são corretamente captadas pela nossa base de dados.

Por sua vez, o aumento dos salários de empregadas domésticas e diaristas de todos os tipos representa uma pressão sobre as rendas dos grupos de rendas mais altas, que são seus principais empregadores. Os dados indicam, também, que ocorreu mobilidade do grupo de rendas baixas para o grupo de rendas médias e que, no grupo de rendas baixas, ocorreu mobilidade de categorias ocupacionais pior remuneradas para outras de melhor remuneração, embora não tenhamos marcadores específicos na pesquisa para mapear tais mudanças de forma precisa.

Além disso, como apontou o economista Waldir Quadros, em entrevista em 2019, o processo de inserção de parcela da classe trabalhadora em um sistema de ensino superior com baixa capacidade formativa, por intermédio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criou a ilusão de que seria possível parcela desses trabalhadores galgar mais um patamar de ascensão social, que não se concretizou, reforçando o sentimento de frustração de grande parte dessa classe trabalhadora “turbinada”, que passa a se ver como a nova classe média.<sup>24</sup>

A variação dos ganhos de trabalhadores típicos e elementares tem óbvios impactos de custo para seus empregadores, contribuindo assim para o processo de *profit squeeze* apontado por Magalhães, e

portanto, as políticas econômicas e sociais dos governos do PT, de defesa da renda, emprego e de combate da desigualdade, passam a ser contestadas crescentemente por bloco social formado por grande parcela do empresariado industrial e praticamente pela totalidade do mercado financeiro, que formam o núcleo duro do pacto antidistributivista. A adesão da classe média tradicional a esse bloco permite, potencialmente, a mobilização política de um contingente da população não desprezível em termos quantitativos (Magalhães, 2015, p. 31).

Pudemos observar nos dados aqui analisados fortes indícios de por que os setores das classes médias tenderam a se tornar ponta de lança do processo político e propensos a respaldar a radicalização, que resultaria na eleição de um governo de extrema-direita em 2018. Em particular, esses setores foram constituídos por

---

24. A classificação por faixas de renda utilizada por Quadros em seus estudos difere da nossa, mas corresponde, *grasso modo*, à faixa de transição entre os trabalhadores típicos e os estratos dos trabalhadores especialistas em nossa amostra: “este é o cenário, mas há alguns agravantes: quando olhamos os *pobres ocupados* – classificados nas três categorias que mencionei –, observamos que existe uma grande parcela de trabalhadores com nível superior. Então, é assustadora a bomba-relógio que temos pela frente. Considerando os dados do quarto trimestre de 2018 da *PNAD Contínua*, é possível observar que dos 5,8 milhões de *ocupados* com ensino superior incompleto, 4,6 milhões são *‘pobres’*. Mais grave ainda: 8,3 milhões de *ocupados* que estão classificados na categoria *‘pobres’* têm *ensino superior completo*. Se juntarmos aqueles que têm ensino superior incompleto e aqueles que têm ensino superior completo, temos 12,9 milhões de trabalhadores *‘pobres’* com nível superior. Isso significa confusão; esse pessoal não vai aceitar essa condição tranquilamente, porque eles foram fazer faculdade, boa parte pagando a mensalidade com o *Fies*, esperando uma *melhora de vida*, e agora não tem melhora” (Waldir Quadros em entrevista a Fachin, 2019).

pequenos empregadores e empreendedores individuais, sejam especialistas autoempregados, sejam contas próprias não agrícolas, submetidos, de um lado, ao acicate do setor financeiro e, do outro, às políticas de combate à desigualdade, e submetidos à doutrinação neoliberal nos termos de Dardot e Laval (2016).

As indicações empíricas deste capítulo corroboram, portanto, a hipótese apresentada por André Singer (2015), segundo o qual a política econômica dos governos petistas “cutucou a onça com vara curta”. A estratégia do “ganha-ganha” deu-se muito claramente em desfavor das classes médias tradicionais, em especial no momento em que a crise econômica se instala a partir de 2013 e reduz a lucratividade dos pequenos negócios, além de corroer os ganhos das categorias assalariadas cuja renda não estava vinculada ao salário-mínimo, dando combustível para que a crise econômica se transformasse em crise política.

Contudo, pudemos detectar que o movimento de “placas tectônicas” produzido pelo reformismo fraco, que levou à insatisfação de parcelas crescentes da sociedade, não se restringiu aos setores típicos de classes médias. Tal reformismo atingiu partes de outras categorias socioeconômicas e até mesmo de parcelas de recém-entrados nos grupos de rendas médias e superiores, tanto nos grupos de trabalhadores qualificados quanto nos de empregados especialistas e, em particular, entre os trabalhadores por conta própria urbanos e especialistas autoempregados.

O fenômeno político, como esboçamos em diversas análises empreendidas ao longo deste capítulo, vai muito além do substrato econômico aqui retratado. Contudo, a análise dos dados aponta pistas para a elaboração de novas políticas econômicas que possibilitem melhor distribuição do crescimento econômico em futuros governos, em especial com redução da pressão financeira dos grupos socioeconômicos que compõem as classes médias.

## REFERÊNCIAS

ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. (Org.). **Crise financeira global**: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil. Brasília: Ipea, 2011.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARDOSO, A.; PRÉTECEILLE, E. Classes médias no Brasil: do que se trata? Qual seu tamanho? Como vem mudando? **Dados**, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FACHIN, P. “É assustadora a bomba-relógio que temos pela frente”, diz economista Waldir Quadros. **Brasil de Fato**, 16 jun. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/16/e-assustadora-a-bomba-relogio-que-temos-pela-frente-diz-economista-waldir-quadros/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. Distribuição e tributação da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações fiscais das pessoas físicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 43., 2015, Florianópolis, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: Anpec, 2016. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/anp/en2015/024.html>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GONÇALVES, A. P. V. *et al.* Estratificação social no Brasil: um mapa de classes de 2002 a 2015. *In*: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA, 20., 2021, Belém, Pará. **Anais...** Belém: UFPA, 2021. Disponível em: <https://www.sbs2021.sbsociologia.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjQ1MTciO30iO3M6MT0iaCI7czoZMjoiNTVjYjMwZTY2YWE4NGUwZTMzZTMzM2FiNmZjZTUxMDUiO30%3D>.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia – a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais – o princípio educativo – jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a. v. 2.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b. v. 3.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura – ação católica – americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: o *risorgimento* – notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. v. 5.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: literatura – folclore – gramática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. v. 6.

HOFFMANN, R. Medidas de polarização da distribuição da renda e sua evolução no Brasil de 1995 a 2013. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 1, p. 165-187, abr. 2017.

JANNUZZI, P. de M. Pobreza, desigualdade e mobilidade social no Brasil: dos avanços civilizatórios pós-Constituição de 1988 aos prenúncios da barbárie liberal pós-golpe de 2016. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 21., 2018, Poços de Caldas, Minas Gerais. **Anais...** Poços de Caldas: Abep, 2018.



LUCRO do Itaú em 2013 é o maior da história dos bancos brasileiros. **G1**, 4 fev. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2014/02/lucro-do-itaui-em-2013-e-o-maior-da-historia-dos-bancos-brasileiros.html>.

MAGALHÃES, L. C. G. de. **Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil**. Brasília: Liderança do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, 2015.

MARX, K. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. *In*: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 331-404.

MILLS, C. W. (Ed.). **White collar: the American middle classes**. Nova York: Oxford University Press, 1951.

MILLS, C. W. (Ed.). **The power elite**. Nova York: Oxford University Press, 1956.

MILLS, C. W. (Ed.). **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

NERI, M. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OXFAM BRASIL **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POMPEU, J. C. *et al.* **Tipologias de estrutura de classe no Brasil: discussão teórica, proposta metodológica e implicações para as políticas públicas**. Brasília: Ipea, set. 2020. (Texto para Discussão, n. 2592).

QUADROS, W. **PNAD 2015: o retrocesso se explicita**. Campinas: IE/Unicamp, fev. 2017. (Texto para Discussão, n. 286). Disponível em: <https://www.cesit.net.br/pnad-2015-o-retrocesso-se-explicita/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Anpocs; Edusc, 2007.

SARAMAGO, H. A.; FREITAS, F. N. P.; MEDEIROS, C. A. de. Distribuição funcional da renda: aspectos conceituais e metodológicos e uma análise de decomposição para a parcela salarial no Brasil (1995-2015). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23., 2018, Niterói, Rio de Janeiro. **Anais...** Niterói: Enep, 2018.



SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças e efeitos na renda. Rio de Janeiro: Editora Iuperj, 2002.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Perfil do MEI**. Brasília: Sebrae, 2022. Disponível em: <https://data-sebrae.com.br/perfil-do-microempreendedor-individual/>. Acesso em: 10 out. 2022.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 39-67, 2015.

SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, P. **Dominação e desigualdade**: estrutura de classes e repartição da renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SOUZA, P. H. G. F. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec, 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. v. 1.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. v. 2.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. v. 3.

VIANA, A. R. **O capital hegemom**: crítica à economia apolítica. 2005. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 10. ed. São Paulo: Ed. Globo; Publifolha, 2000. v. 2.

GOLDTHORPE, J. H. (Ed.). **Sociology as a population science**. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, 2016.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

OLIVEIRA, F. de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1993.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

## APÊNDICE A

**TABELA A.1**  
**Distribuição do número estimado de pessoas, por ano de referência da PNAD, segundo a tipologia de classe (2002-2015)**  
 (Em %)

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Número estimado de pessoas												
Capitalistas e fazendeiros	0,51	0,50	0,49	0,49	0,56	0,45	0,52	0,48	0,50	0,50	0,57	0,58	0,50
Pequenos empregadores	3,30	3,22	3,23	3,31	3,41	2,92	3,47	3,27	2,55	2,85	2,72	2,71	2,64
Conta-próprias não agrícolas	6,22	6,13	6,08	5,95	5,89	5,94	5,54	5,41	6,31	6,44	6,24	6,60	6,95
Conta-próprias agrícolas	5,08	5,03	5,28	4,87	4,66	4,34	4,21	4,12	4,41	3,93	3,87	3,98	4,04
Especialistas autoempregados	0,91	0,96	0,88	0,88	0,88	0,90	0,92	1,02	1,09	1,16	1,13	1,16	1,20
Gerentes	1,64	1,58	1,53	1,63	1,57	1,69	1,82	1,68	1,57	1,90	1,98	1,98	1,81
Empregados especialistas	1,48	1,51	1,51	1,54	1,65	1,72	1,83	2,04	2,23	2,39	2,44	2,58	2,51
Empregados qualificados	10,69	10,74	10,88	11,05	11,13	11,71	11,72	11,75	13,93	13,04	12,96	12,75	12,39
Supervisores	1,17	0,97	1,05	1,18	1,04	1,18	0,92	0,89	0,91	0,97	0,92	0,90	0,84
Trabalhadores típicos	16,92	17,13	17,92	17,55	18,04	18,38	19,92	19,15	19,84	21,02	21,16	20,60	19,14
Trabalhadores elementares	8,87	8,76	9,17	8,78	8,82	8,71	8,81	8,55	7,88	7,96	7,59	7,34	7,10
Conta-próprias precários	9,01	9,08	8,90	8,92	8,69	9,03	8,86	8,96	8,31	8,31	8,48	8,53	8,89
Empregados domésticos	7,31	7,21	7,27	7,20	7,13	7,00	6,81	7,30	6,75	6,44	6,33	6,15	6,02
Trabalhador de subsistência	3,74	3,94	3,84	4,26	4,30	4,11	4,19	3,84	3,81	3,70	4,14	4,19	3,57
Trabalhador excedente	12,99	13,22	11,92	12,54	12,09	11,48	10,04	10,95	8,78	8,30	8,38	9,03	11,63
Servidores públicos	9,66	9,56	9,63	9,45	9,65	10,07	9,97	10,13	10,65	10,61	10,59	10,47	10,30
Gerentes (funcionários públicos)	0,57	0,58	0,58	0,60	0,60	0,63	0,56	0,52	0,53	0,52	0,55	0,51	0,49
Empregados especialistas (funcionários públicos)	2,25	1,25	1,23	1,23	1,41	1,44	1,54	1,79	1,92	1,98	2,02	2,09	2,08
Empregados qualificados (funcionários públicos)	2,82	2,80	2,90	2,85	2,96	3,13	2,93	2,84	3,07	3,04	3,17	3,13	3,13
Supervisores (funcionários públicos)	0,21	0,22	0,19	0,22	0,19	0,20	0,25	0,17	0,16	0,16	0,15	0,14	0,13
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	3,84	3,78	3,76	3,58	3,59	3,65	3,69	3,88	3,98	3,93	3,82	3,76	3,68

(Continua)

(Continuação)

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Número estimado de pessoas												
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	0,97	0,93	0,97	0,97	0,90	1,01	0,98	0,92	0,99	0,99	0,88	0,84	0,80
Militares (bombeiros e policiais)	0,50	0,48	0,43	0,41	0,42	0,37	0,44	0,46	0,50	0,48	0,51	0,45	0,47
Gerentes militares	0,04	0,03	0,04	0,03	0,04	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04	0,05	0,04	0,05
Empregados qualificados militares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,01	0,03	0,01	0,01
Supervisores militares	0,09	0,07	0,07	0,08	0,06	0,07	0,08	0,09	0,11	0,10	0,13	0,12	0,13
Trabalhadores típicos militares	0,37	0,38	0,33	0,30	0,32	0,27	0,33	0,33	0,34	0,32	0,31	0,28	0,28
<b>Brasil</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Obs.: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

**TABELA A.2**  
**Valor médio real estimado do trabalho principal, por classificação social proposta, segundo ano-base da PNAD Anual (2002-2015)**  
 (Em R\$)

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Valor médio real estimado do trabalho principal												
<b>Brasil</b>	<b>1.518,87</b>	<b>1.400,08</b>	<b>1.402,80</b>	<b>1.452,06</b>	<b>1.559,43</b>	<b>1.622,97</b>	<b>1.675,49</b>	<b>1.691,63</b>	<b>1.868,14</b>	<b>2.010,39</b>	<b>2.055,55</b>	<b>2.080,91</b>	<b>1.958,61</b>
Capitalistas e fazendeiros	11.798,04	11.854,09	11.595,35	11.643,02	12.184,94	12.056,56	11.955,31	12.118,49	13.151,47	14.118,23	12.550,28	13.249,14	12.292,77
Pequenos empregadores	4.676,58	4.115,80	4.001,25	4.316,59	4.542,55	4.789,61	4.493,02	4.534,57	4.838,71	5.266,96	5.774,13	5.520,35	5.093,78
Conta-própria não agrícolas	2.202,11	2.040,27	2.033,26	2.004,86	2.133,14	2.368,42	2.264,61	2.263,34	2.476,89	2.647,41	2.528,52	2.616,58	2.340,24
Conta-própria agrícolas	773,39	782,98	826,05	784,85	840,03	1.046,26	952,19	1.011,74	1.099,89	1.206,72	1.264,09	1.237,56	1.108,15
Especialistas autoempregados	7.041,96	6.539,55	6.303,40	6.903,97	6.518,87	6.650,40	6.628,06	6.180,36	6.437,11	6.891,63	7.408,24	7.057,95	6.864,64
Gerentes	5.114,40	4.579,81	4.465,00	4.592,00	4.816,52	4.710,77	4.557,01	4.863,77	5.258,60	5.050,00	5.255,00	5.409,91	5.406,87
Empregados especialistas	5.702,48	4.946,98	4.785,55	4.962,73	4.805,11	4.802,85	5.158,99	4.980,67	5.015,60	5.184,20	5.441,65	5.167,31	5.234,03
Empregados qualificados	1.642,33	1.518,73	1.529,51	1.608,43	1.658,38	1.726,70	1.774,07	1.767,63	1.789,32	1.925,53	1.935,76	1.987,62	1.946,24
Supervisores	2.462,33	2.368,02	2.146,60	2.195,51	2.445,22	2.438,00	2.823,50	2.959,19	3.053,89	3.209,07	3.072,47	3.122,56	3.082,03
Trabalhadores típicos	1.322,73	1.244,49	1.263,36	1.298,23	1.373,45	1.423,95	1.434,07	1.463,03	1.602,77	1.666,29	1.713,80	1.734,29	1.679,20
Trabalhadores elementares	694,35	679,87	702,20	748,37	799,65	867,08	883,38	916,05	1.038,78	1.094,14	1.140,60	1.173,27	1.140,39
Conta-própria precários	990,84	925,64	901,92	932,18	993,73	1.092,23	1.100,26	1.102,92	1.387,73	1.465,94	1.506,70	1.541,28	1.450,82
Empregados domésticos	622,97	589,94	590,72	621,25	670,84	700,37	717,50	760,43	848,65	929,98	968,16	1.004,93	993,13
Trabalhador de subsistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhador excedente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores públicos	2.638,92	2.455,17	2.474,38	2.581,90	2.873,16	2.887,47	2.921,76	3.048,31	3.183,14	3.281,51	3.376,10	3.523,00	3.504,94

(Continua)

(Continuação)

Classificação social proposta	Ano de referência													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	
	Valor médio real estimado do trabalho principal													
Gerentes (funcionários públicos)	5.559,12	4.929,12	4.872,27	5.091,76	5.238,38	5.399,54	5.528,54	5.717,64	5.992,70	6.508,11	6.248,41	7.061,77	6.424,89	
Empregados especialistas (funcionários públicos)	5.658,57	5.307,92	5.177,94	5.354,77	5.901,21	5.747,55	5.603,35	5.727,64	6.034,54	5.957,04	6.088,26	6.182,77	6.225,19	
Empregados qualificados (funcionários públicos)	2.668,86	2.401,68	2.522,08	2.557,09	2.818,96	2.812,41	2.945,52	2.944,83	3.051,41	3.132,00	3.231,90	3.398,32	3.360,79	
Supervisores (funcionários públicos)	3.039,16	3.053,79	2.922,17	3.218,86	3.337,99	3.884,75	3.428,87	3.738,48	3.980,64	4.056,93	4.248,96	4.398,46	4.323,27	
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	1.620,24	1.537,39	1.579,49	1.646,24	1.784,96	1.850,05	1.856,56	1.968,05	2.005,58	2.114,10	2.102,27	2.137,03	2.163,18	
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	882,76	846,26	847,02	900,34	983,84	1.005,27	1.023,20	1.052,95	1.148,38	1.210,56	1.257,57	1.282,51	1.260,47	
Militares (bombeiros e policiais)	3.386,23	3.013,05	3.043,72	3.350,75	3.673,81	3.688,14	3.934,00	4.071,05	4.324,41	4.724,67	4.908,48	5.167,44	5.241,31	
Gerentes militares	7.157,78	6.369,12	5.681,03	6.739,12	7.044,61	7.618,90	8.273,77	8.937,89	8.389,02	9.845,52	9.160,19	10.033,68	9.488,62	
Empregados qualificados militares	5.402,13	1.593,03	1.248,24	1.428,93	2.334,42	4.494,48	5.591,52	2.961,07	3.830,81	4.706,71	4.284,39	4.321,27	3.870,96	
Supervisores militares	4.013,46	3.563,81	3.699,76	3.925,36	4.143,57	3.901,67	4.547,15	4.915,37	5.067,23	5.521,40	5.535,73	5.860,95	6.075,40	
Trabalhadores típicos militares	2.834,20	2.643,75	2.602,79	2.821,64	3.164,66	3.168,21	3.418,39	3.324,88	3.589,42	3.782,26	4.052,07	4.223,07	4.175,10	

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea

Obs.: Valores corrigidos para abril de 2021 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INPC/IBGE).

**TABELA A.3**  
**Proporção do rendimento sobre o valor médio real estimado do trabalho principal por classificação social proposta, segundo ano-base da PNAD Anual (2002-2015)**

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Valor médio real estimado do trabalho principal												
Capitalistas e fazendeiros	7,77	8,47	8,27	8,02	7,81	7,43	7,14	7,16	7,04	7,02	6,11	6,37	6,28
Pequenos empregadores	3,08	2,94	2,85	2,97	2,91	2,95	2,68	2,68	2,59	2,62	2,81	2,65	2,60
Conta próprias não agrícolas	1,45	1,46	1,45	1,38	1,37	1,46	1,35	1,34	1,33	1,32	1,23	1,26	1,19
Conta próprias agrícolas	0,51	0,56	0,59	0,54	0,54	0,64	0,57	0,60	0,59	0,60	0,61	0,59	0,57
Especialistas autoempregados	4,64	4,67	4,49	4,75	4,18	4,10	3,96	3,65	3,45	3,43	3,60	3,39	3,50
Gerentes	3,37	3,27	3,18	3,16	3,09	2,90	2,72	2,88	2,81	2,51	2,56	2,60	2,76
Empregados especialistas	3,75	3,53	3,41	3,42	3,08	2,96	3,08	2,94	2,68	2,58	2,65	2,48	2,67
Empregados qualificados	1,08	1,08	1,09	1,11	1,06	1,06	1,06	1,04	0,96	0,96	0,94	0,96	0,99
Supervisores	1,62	1,69	1,53	1,51	1,57	1,50	1,69	1,74	1,63	1,60	1,49	1,50	1,57
Trabalhadores típicos	0,87	0,89	0,90	0,89	0,88	0,88	0,86	0,86	0,86	0,83	0,83	0,83	0,86
Trabalhadores elementares	0,46	0,49	0,50	0,52	0,51	0,53	0,53	0,54	0,56	0,54	0,55	0,56	0,58
Conta próprias precários	0,65	0,66	0,64	0,64	0,64	0,67	0,66	0,65	0,74	0,73	0,73	0,74	0,74
Empregados domésticos	0,41	0,42	0,42	0,43	0,43	0,43	0,43	0,45	0,45	0,46	0,47	0,48	0,51
Trabalhador de subsistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhador excedente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores públicos	1,74	1,75	1,76	1,78	1,84	1,78	1,74	1,80	1,70	1,63	1,64	1,69	1,79
Gerentes (funcionários públicos)	3,66	3,52	3,47	3,51	3,36	3,33	3,30	3,38	3,21	3,24	3,04	3,39	3,28
Empregados especialistas (funcionários públicos)	3,73	3,79	3,69	3,69	3,78	3,54	3,34	3,39	3,23	2,96	2,96	2,97	3,18

(Continua)

(Continuação)

Classificação social proposta	Ano de referência												
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	Valor médio real estimado do trabalho principal												
Empregados qualificados (funcionários públicos)	1,76	1,72	1,80	1,76	1,81	1,73	1,76	1,74	1,63	1,56	1,57	1,63	1,72
Supervisores (funcionários públicos)	2,00	2,18	2,08	2,22	2,14	2,39	2,05	2,21	2,13	2,02	2,07	2,11	2,21
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	1,07	1,10	1,13	1,13	1,14	1,14	1,11	1,16	1,07	1,05	1,02	1,03	1,10
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	0,58	0,60	0,60	0,62	0,63	0,62	0,61	0,62	0,61	0,60	0,61	0,62	0,64
Militares (bombeiros e policiais)	2,23	2,15	2,17	2,31	2,36	2,27	2,35	2,41	2,31	2,35	2,39	2,48	2,68
Gerentes militares	4,71	4,55	4,05	4,64	4,52	4,69	4,94	5,28	4,49	4,90	4,46	4,82	4,84
Empregados qualificados militares	3,56	1,14	0,89	0,98	1,50	2,77	3,34	1,75	2,05	2,34	2,08	2,08	1,98
Supervisores militares	2,64	2,55	2,64	2,70	2,66	2,40	2,71	2,91	2,71	2,75	2,69	2,82	3,10
Trabalhadores típicos militares	1,87	1,89	1,86	1,94	2,03	1,95	2,04	1,97	1,92	1,88	1,97	2,03	2,13
<b>Brasil</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.



**TABELA A.4**  
**Variação acumulada do valor médio real estimado do trabalho principal, por classificação social proposta, segundo ano-base da PNAD Anual (2002-2015)**  
 (Em %)

Classificação social proposta	Ano de referência													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	
	Valor médio real estimado do trabalho principal													
Capitalistas e fazendeiros	0,00	0,48	-1,72	-1,31	3,28	2,19	1,33	2,72	11,47	19,67	6,38	12,30	4,19	
Pequenos empregadores	0,00	-11,99	-14,44	-7,70	-2,87	2,42	-3,93	-3,04	3,47	12,62	23,47	18,04	8,92	
Conta próprias não agrícolas	0,00	-7,35	-7,67	-8,96	-3,13	7,55	2,84	2,78	12,48	20,22	14,82	18,82	6,27	
Conta próprias agrícolas	0,00	1,24	6,81	1,48	8,62	35,28	23,12	30,82	42,22	56,03	63,45	60,02	43,29	
Especialistas autômpregados	0,00	-7,13	-10,49	-1,96	-7,43	-5,56	-5,88	-12,24	-8,59	-2,13	5,20	0,23	-2,52	
Gerentes	0,00	-10,45	-12,70	-10,21	-5,82	-7,89	-10,90	-4,90	2,82	-1,26	2,75	5,78	5,72	
Empregados especialistas	0,00	-13,25	-16,08	-12,97	-15,74	-15,78	-9,53	-12,66	-12,05	-9,09	-4,57	-9,38	-8,21	
Empregados qualificados	0,00	-7,53	-6,87	-2,06	0,98	5,14	8,02	7,63	8,95	17,24	17,87	21,02	18,50	
Supervisores	0,00	-3,83	-12,82	-10,84	-0,69	-0,99	14,67	19,37	24,02	30,33	24,78	26,81	25,17	
Trabalhadores típicos	0,00	-5,91	-4,49	-1,85	3,83	7,65	8,42	10,61	21,17	25,97	29,57	31,11	26,95	
Trabalhadores elementares	0,00	-2,09	1,13	7,78	15,16	24,88	27,22	31,93	49,60	57,58	64,27	68,97	64,24	
Conta próprias precários	0,00	-6,58	-8,97	-5,92	0,29	10,23	11,04	11,31	40,06	47,95	52,06	55,55	46,42	
Empregados domésticos	0,00	-5,30	-5,18	-0,28	7,68	12,43	15,17	22,06	36,23	49,28	55,41	61,31	59,42	
Trabalhador de subsistência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Trabalhador excedente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores públicos	0,00	-6,96	-6,24	-2,16	8,88	9,42	10,72	15,51	20,62	24,35	27,93	33,50	32,82	
Gerentes (funcionários públicos)	0,00	-11,33	-12,36	-8,41	-5,77	-2,87	-0,55	2,85	7,80	17,07	12,40	27,03	15,57	
Empregados especialistas (funcionários públicos)	0,00	-6,20	-8,49	-5,37	4,29	1,57	-0,98	1,22	6,64	5,27	7,59	9,26	10,01	
Empregados qualificados (funcionários públicos)	0,00	-10,01	-5,50	-4,19	5,62	5,38	10,37	10,34	14,33	17,35	21,10	27,33	25,93	
Supervisores (funcionários públicos)	0,00	0,48	-3,85	5,91	9,83	27,82	12,82	23,01	30,98	33,49	39,81	44,73	42,25	

(Continua)

(Continuação)

Classificação social proposta	Ano de referência													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	
	Valor médio real estimado do trabalho principal													
Trabalhadores típicos (funcionários públicos)	0,00	-5,11	-2,51	1,60	10,17	14,18	14,59	21,47	23,78	30,48	29,75	31,90	33,51	
Trabalhadores elementares (funcionários públicos)	0,00	-4,13	-4,05	1,99	11,45	13,88	15,91	19,28	30,09	37,13	42,46	45,28	42,79	
Militares (bombeiros e policiais)	0,00	-11,02	-10,11	-1,05	8,49	8,92	16,18	20,22	27,71	39,53	44,95	52,60	54,78	
Gerentes militares	0,00	-11,02	-20,63	-5,85	-1,58	6,44	15,59	24,87	17,20	37,55	27,98	40,18	32,56	
Empregados qualificados militares	0,00	-70,51	-76,89	-73,55	-56,79	-16,80	3,51	-45,19	-29,09	-12,87	-20,69	-20,01	-28,34	
Supervisores militares	0,00	-11,20	-7,82	-2,20	3,24	-2,79	13,30	22,47	26,26	37,57	37,93	46,03	51,38	
Trabalhadores típicos militares	0,00	-6,72	-8,17	-0,44	11,66	11,78	20,61	17,31	26,65	33,45	42,97	49,00	47,31	
<b>Brasil</b>	<b>0,00</b>	<b>7,82</b>	<b>-7,64</b>	<b>-4,40</b>	<b>2,67</b>	<b>6,85</b>	<b>10,31</b>	<b>11,37</b>	<b>23,00</b>	<b>32,36</b>	<b>35,33</b>	<b>37,00</b>	<b>28,95</b>	

Fonte: PNAD Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 28 ago. 2023.

Elaboração: Ipea.

Obs.: Valores corrigidos para abril de 2021 pelo INPC/IBGE.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### **ANÁLISE DE CLASSES, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: RESPOSTAS EM CONSTRUÇÃO E INTERROGANTES PENDENTES**

*The report of my death was an exaggeration.*

Mark Twain

Este livro apresentou um conjunto de trabalhos que abordaram os aspectos teórico-metodológicos do uso de tipologias de classe baseadas na ocupação e a aplicação dessa abordagem ao estudo de diferentes dimensões da dinâmica social brasileira contemporânea. O primeiro grupo de trabalhos discute e problematiza os aspectos teóricos e metodológicos que fundamentam a pertinência do uso da análise de classes sociais, assim como as limitações desse dispositivo analítico para a compreensão de diferentes fenômenos sociais da realidade brasileira.

O segundo grupo de trabalhos aplicou a análise de classe para elaborar diagnósticos de diferentes problemas que afetam o bem-estar da sociedade brasileira. Foram abordados problemas como desigualdade de renda e riqueza e suas implicações para a mobilidade social; foi tratada, na análise das múltiplas dimensões da desigualdade, a questão de raça e gênero, marcadores sociais fundamentais para entender essas desigualdades. Foram igualmente tratados os efeitos nos diferenciais educacionais determinados pela localização de classe de origem dos indivíduos. Analisaram-se os efeitos do processo macroeconômico de desindustrialização precoce do país nas mudanças da sua estrutura de classe e, por fim, a questão da polarização de renda pela ótica de um mapa de classes da sociedade brasileira e de suas possíveis implicações no plano político.

O resultado desse esforço de discussão teórico-metodológica da abordagem de classe e de suas aplicações aos problemas sociais brasileiros, sem dúvida, é positivo. O saldo das contribuições presentes neste livro sugere que o conceito de classe – com suas diferentes abordagens – continua importante para a compreensão de um vasto conjunto de fenômenos sociais, mesmo que, como todo dispositivo analítico, tenha restrições e limitações. Reconhecer isso implica um esforço permanente dos pesquisadores que adotam a abordagem de classes de crítica e a reformulação desse

dispositivo metodológico para o estudo da dinâmica social e de problemas do capitalismo contemporâneo, especialmente na situação de dependência e periferia.

Nessa perspectiva, vale mencionar dois desafios – selecionados entre muitos que poderiam ser listados – que vão exigir respostas da abordagem de análise de classes no sentido de aprimorar sua capacidade explicativa dos fenômenos sociais brasileiros. O primeiro é um problema de natureza empírica, que se refere aos limites do uso de Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNADs) para a construção de mapas de classes aplicados ao Brasil. As limitações dessas bases de dados são de diferentes ordens, mas pode-se mencionar como uma restrição importante a cobertura da variável de renda. Como é sabido, essa variável das pesquisas domiciliares subestima as rendas dos estratos mais baixos e, principalmente, dos estratos de renda mais alta (Medeiros, Souza e Castro, 2015), inclusive pela ausência de informações sobre as rendas com origem em aplicações em ativos financeiros e de outra natureza. A superação dessa limitação requer a ampliação da base de dados de pesquisas domiciliares com a incorporação de Pesquisas de Orçamentos Familiares (POFs) e, ainda, de dados agregados de renda da Receita Federal, com garantia de não permitir a quebra do sigilo do declarante. A incorporação dessas bases de dados, inclusive as informações dos Censos Demográficos, pode melhorar a base empírica para a construção de mapas de classe aplicados à realidade social brasileira.

A segunda questão de natureza teórico-metodológica trata do problema da causalidade no uso de tipologias de classe para analisar a dinâmica social e seus problemas. Trata-se do problema conhecido da determinação das relações causais entre estrutura de classe e fenômenos sociais, por exemplo, o comportamento e a ação política. Visto de outro ângulo, a questão se refere, muito *grosso modo*, a quais variáveis podem ser consideradas exógenas e quais são endógenas na abordagem de classes sociais aplicada aos fenômenos sociais que aquela pretende explicar. Como explicitar e delimitar precisamente os diferentes tipos de relação de causalidade que possibilitem testes estatísticos que validem empiricamente as relações entre variáveis de estrutura de classe e fenômenos sociais que, teoricamente, estariam condicionados por essa estrutura, mas também podem apresentar causalidades cumulativas e retroalimentadas?

A questão de causalidade entre, por exemplo, estrutura e ação social é uma velha questão sociológica – presente também em outras ciências sociais – que continua em aberto, mas que a adoção do dispositivo de análise de classe necessariamente recoloca como um problema a ser enfrentado, sob o risco de se esvaziarem as possibilidades analíticas desse dispositivo. É preciso recuperar e requalificar a discussão dos operadores sociais de produção de ideologia, de identidade e consciência de classe, pois são imanentes ao conceito de classe e estrutura de classe e delimitam as possibilidades de construção de redes de causalidade e seu teste empírico.

Entretanto, mesmo com todas as limitações, tipologias de classe constituem instrumentos importantes para a compreensão de fenômenos relacionados às dimensões das desigualdades sociais e econômicas. Isto é especialmente relevante em uma sociedade como a brasileira, que apresenta elevado nível de desigualdades em múltiplas dimensões, as quais se reproduzem espacial e temporalmente e colocam diferentes óbices à mobilidade social, especialmente quando associados a um cenário de semiestagnação do crescimento econômico (Marquetti *et al.*, 2023). Portanto, os mapas de classe posicionais – seja de extração neomarxista ou weberiana – ajudam a descrever e analisar as diversas formas de desigualdades que condicionam o padrão de consumo, o acesso à educação e saúde, as oportunidades de vida dos indivíduos e, ainda, as possibilidades e os limites da ação coletiva para alterar a estrutura de classe na qual se inserem.

É importante registrar que a sociologia do desenvolvimento, na qual tem relevância a contribuição cepalina,<sup>1</sup> tinha a preocupação de analisar os processos de mudança da estratificação social dos países retardatários e periféricos. O processo de transformação das estruturas sociais desses países, causado pelo processo de industrialização conduzido pela planificação, era um fator a ser considerado na superação da condição de subdesenvolvimento e na modernização social e político-institucional, assim como na redução das desigualdades e da superação da pobreza, traços constitutivos das economias de sociedades retardatárias e periféricas na América Latina.

A superação do subdesenvolvimento, portanto, não podia deixar de lado a questão da estratificação social e sua mudança, pois essa estrutura apresenta implicações fundamentais para a formação de coalizões sociais e políticas que podem impulsionar ou criar óbices para a adoção de políticas de desenvolvimento de cunho industrializante. Nessa perspectiva, é pertinente recolocar atualmente a questão clássica da sociologia do desenvolvimento em um processo que se apresenta cada vez mais de forma invertida: quais os efeitos da desindustrialização precoce da economia brasileira – na presença de mecanismos que reproduzem as múltiplas desigualdades da sociedade brasileira – na sua estrutura de classe? O que leva a uma segunda questão: quais as bases sociais, dada a atual estrutura de classes da sociedade brasileira, para a formação de coalizões políticas<sup>2</sup> que apoiem medidas econômicas que possibilitem a superação da armadilha do baixo crescimento do Brasil? Afinal, o desenvolvimento não é um processo que resulta da ação social e política de sujeitos coletivos?

---

1. Sobre as contribuições da sociologia da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) ao problema do desenvolvimento, ver Faletto (1996).

2. O aspecto da sustentação social e política é geralmente negligenciado na formulação e execução das políticas públicas, mas tem sido recentemente recuperado e se tornou relevante na literatura de crescimento econômico – a esse respeito, ver, por exemplo, Baccaro e Pontusson (2022). Esse aspecto da economia política da política econômica tem sido apontado a bastante tempo por Bresser-Pereira (2010).

Por fim, cabe ressaltar que, como todo método, a análise de classe baseada nas ocupações tem méritos e limites. Para superá-los, seria interessante a combinação desse método com estudos que descrevam a história da constituição das classes brasileiras. Da mesma forma, seria interessante, embora altamente complexo, juntar a análise de classe com etnografias das diferentes frações da sociedade brasileira. Estas são sendas ainda pouco exploradas, mas que podem apresentar grandes perspectivas no futuro. Em suma, a agenda de pesquisa que se abre com as contribuições deste livro é complexa, mas central para abreviar, na bela expressão de Celso Furtado, o nosso “longo amanhecer”.

### REFERÊNCIAS

- BACCARO, L.; PONTUSSON, J. The politics of growth models. **Review of Keynesian Economics**, v. 10, p. 204-221, 2020.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Estado. **Lua Nova**, v. 81, p. 117-146, 2010.
- FALETTO, E. La CEPAL y la sociología del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, n. 58, p. 191-204, abr. 1996.
- MARQUETTI, A. *et al.* Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. **Revista de Economia Política**, v. 43, n. 2, p. 309-334, 2023.
- MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. de. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 7-36, 2015.





## **Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

### **EDITORIAL**

#### **Coordenação**

Aeromilson Trajano de Mesquita

#### **Assistentes da Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

#### **Supervisão**

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

#### **Revisão**

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Brena Rolim Peixoto da Silva

Cayo César Freire Feliciano

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Regina Marta de Aguiar

Reginaldo da Silva Domingos

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

#### **Editoração**

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Natália de Oliveira Ayres

#### **Capa**

Natália de Oliveira Ayres

*The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.*

#### **Ipea – Brasília**

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF





### Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

Para entender as mudanças sociais ocorridas nos últimos anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) criou o projeto Dinâmica Econômica, Mudanças Sociais e Novas Pautas de Políticas Públicas. O objetivo deste projeto é propor tipologias de estruturas de classe no Brasil que possam ser úteis para a elaboração de políticas públicas, em um contexto de mudança da estrutura produtiva da economia brasileira e da estrutura ocupacional, marcada pela redução relativa da ocupação industrial e do crescimento dos serviços. A hipótese que dirige a proposta de pesquisa é que essa nova reconfiguração produtiva tem implicações para a estratificação social brasileira, com o surgimento de novas demandas de políticas sociais, em razão do surgimento de novos grupos ocupacionais ou da ampliação/redução de grupos sociais que já existem. Nesse sentido, a aplicação da metodologia do mapeamento da estrutura de classes permite identificar essa reconfiguração da estrutura social brasileira, detectar o surgimento de demandas de políticas públicas ou possibilitar a adaptação de outras.

Escrito por técnicos do Ipea e por alguns dos maiores especialistas brasileiros em estratificação social, este livro mostra alguns resultados desta pesquisa. Ele está dividido em duas partes. A primeira parte é composta por quatro capítulos e trata de aspectos teórico-metodológicos sobre estratificação social baseados em mapas de classe. A segunda parte, composta pelos últimos cinco capítulos, trata de aplicações empíricas de mapas de classe para entender diferentes dimensões da sociedade brasileira, como a escolaridade, o *gap* racial, o fenômeno da desindustrialização e a evolução da diferença de renda entre diferentes grupos sociais observada no período 2002-2015.



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO